



ACADEMIA MILITAR

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA: O MODELO PORTUGUÊS E FRANCÊS NA INVESTIGAÇÃO DO CONTRABANDO DE TABACO

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Thomas Joel Mendes

Orientador: Major de Infantaria da GNR Reinaldo Saraiva Hermenegildo (Doutor)

Coorientador: Tenente de Infantaria da GNR Nelson Macedo da Cruz

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA: O MODELO PORTUGUÊS E FRANCÊS NA INVESTIGAÇÃO DO CONTRABANDO DE TABACO

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Thomas Joel Mendes

Orientador: Major de Infantaria da GNR Reinaldo Saraiva Hermenegildo (Doutor)

Coorientador: Tenente de Infantaria da GNR Nelson Macedo da Cruz

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

“A liberdade e segurança são duas faces da mesma moeda”.

(Carrapiço, 2011, p. 149)

“When governments are defrauded,
all honest citizens pay the price”.

(Grabosky, 2000, p. 145)

“Nada se obtém sem esforço”.

Ralph Emerson (*cit. in* Marques, 2007, p. 29)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e à minha irmã,
por todo o apoio e paciência, em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

O Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada (RCTIA) é o culminar de um ciclo de estudos, que exigiu extensas horas de trabalho e dedicação, mas cuja elaboração não seria possível sem a colaboração das pessoas que, das mais variadas formas, tiveram a gentileza de prestar o seu contributo. De forma a manifestar a minha profunda gratidão, aqui lhes deixo, em jeito de agradecimento, uma simbólica referência.

Ao meu orientador, o Major de infantaria da Guarda Nacional Republicana (GNR) Reinaldo Saraiva Hermenegildo, que no desempenho das suas funções sempre demonstrou total disponibilidade. Agradeço também pelo seu constante aconselhamento, espírito crítico e auxílio prestado na condução da investigação.

Ao meu coorientador, o Tenente de infantaria da GNR Nelson Macedo Da Cruz, pela sua disponibilidade, auxílio, paciência e transmissão de conhecimentos no âmbito da investigação criminal económica-financeira e tributária, que foram fundamentais para a realização desta investigação.

Ao Tenente-Coronel de infantaria da GNR Gonçalo Carvalho, pela forma profissional como exerceu as suas funções de Diretor dos Cursos da GNR na Academia Militar (AM), e pelo zelo que dedicou aos seus alunos.

A todos os restantes elementos da Direção dos Cursos da GNR na AM, pela constante preocupação e por tornarem possível conferir uma dimensão internacional ao estudo através de um estágio de investigação na *Direction Nationale de Renseignements et des Enquêtes Douanières* (DNRED) e no *Service Nationale de la Douanes Judiciaires* (SNDJ).

À Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) da GNR, pelos contactos e esforços efetuados para me proporcionar essa oportunidade.

Ao Capitão Eurico Nogueira, pelo tempo e atenção despendidos, e sobretudo pela forma séria e profissional como transmitiu os seus conhecimentos ao longo da unidade curricular de Direito Fiscal, que consolidaram o meu gosto e interesse por esta área, em particular, da investigação criminal tributária.

Ao Capitão Gabriel Oliveira, aos restantes elementos da Secção de Informação Criminal (SIC) da Unidade de Ação Fiscal (UAF) e a todos os militares da GNR envolvidos na recolha, análise e processamento dos dados estatísticos solicitados.

Ao Tenente André Esteves e ao Tenente Ismael Salvador, pela sua receptividade, apoio e atenção demonstrados ao longo de todo o trabalho de investigação e pelos conhecimentos transmitidos não só no módulo técnico-tático de fiscal e aduaneiro, mas também no estágio a este associado.

À senhora Sandrine Masseus, do *groupe tabac cigarettes* da DNRED, da *Direction Générale des Douanes et Droits Indirects* (DGDDI – doravante, *Douanes*), pela preocupação e pelos contactos estabelecidos, sem os quais nunca teria conseguido obter informações cruciais. Ao senhor Sébastien Mugica, perito aduaneiro destacado na Embaixada de França em Espanha, e à senhora Valérie Vuillot, adjunta do chefe do *Bureau de la Coordination et des Relations Extérieures* (BCRE), pelas informações disponibilizadas e por terem coordenado a minha permanência de dois dias nas instalações da DNRED e do SNDJ.

A todos os entrevistados, magistrados do Ministério Público (MP), inspetores e coordenadores da Polícia Judiciária (PJ), representantes nacionais na Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust) e oficiais da GNR, pela atenção e tempo despendido, pois o vosso contributo foi imprescindível para alcançar uma visão mais holística e profunda da temática em causa e sem o qual não seria possível alcançar os objetivos da investigação.

Ainda refiro os inspetores e analistas da DNRED e do SNDJ que me concederam a realização de entrevistas e me facultaram toda a documentação necessária, proporcionando-me todas as condições necessárias à investigação e ao cumprimento dos objetivos definidos.

Aos meus camaradas do XXIII Curso de Formação de Oficiais da GNR, que me acompanharam ao longo destes cinco anos e com os quais partilhei momentos e vivências que, certamente, guardarei ao longo da vida.

Aos meus pais e à minha irmã, de quem muito me orgulho, pelo apoio e acompanhamento contínuo ao longo deste percurso, mas, sobretudo, pelo exemplo que representam e por me ensinarem a “dar sempre o meu melhor, em tudo”. A eles devo todas os meus sucessos, toda a minha dedicação e todo o meu esforço!

Por fim, à minha família, à minha namorada e aos meus amigos pelo apoio e incentivo prestado durante esta caminhada.

A todos o meu sincero obrigado.

RESUMO

A presente investigação, subordinada ao tema “A investigação criminal tributária no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: O modelo português e francês na investigação do contrabando de tabaco”, tem como objetivo geral analisar e comparar a investigação do contrabando de tabaco realizada em Portugal e em França, no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Sendo o contrabando de tabaco um fenómeno que representa o moderno crime organizado transnacional, revela-se pertinente perceber quais são as diferenças existentes na sua investigação, de modo a identificar possíveis medidas institucionais e legais, a nível nacional e europeu, que possam melhorar a sua repressão.

A metodologia empregue segue o modelo hipotético-dedutivo, que consiste no levantamento de hipóteses à questão central, a qual representa a problemática do estudo. Para tornar o estudo mais sólido na procura da resposta à questão central, foram definidas questões derivadas às quais estão associadas um objetivo específico. Deste modo, construiu-se um quadro teórico e concetual, através de pesquisa bibliográfica e documental, sobre a qual recaiu a análise da informação obtida nas entrevistas confirmatórias.

Assim, concluiu-se que o modelo de investigação do contrabando de tabaco em França e Portugal é semelhante, e que a sua investigação se materializa da mesma forma, sendo essencialmente pró-ativa. As diferenças existentes residem nas competências legais e no modelo de investigação de cada um dos diferentes atores intervenientes, bem como na definição das condutas do contrabando, e respetivas sanções, em França e Portugal. Não havendo, ainda, uma unificação, nem tão pouco, uma harmonização das legislações penais relativamente ao contrabando no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, estas refletem-se na sua investigação. Os casos mais paradigmáticos são a diferenciação, em Portugal, do crime de contrabando com os restantes crimes aduaneiros, sobretudo, a introdução fraudulenta no consumo; e, o limite que distingue a relevância criminal da relevância contraordenacional. De facto, o quadro legal português revela estar desatualizado face às novas tendências do contrabando de tabaco, pelo que urge a adoção de medidas legais e institucionais, quer no plano nacional, quer no plano comunitário.

Palavras-chave: Contrabando de tabaco; Cooperação judiciária; Cooperação policial e aduaneira; Criminalidade tributária; Investigação criminal.

ABSTRACT

The present research, entitled "Tax criminal investigation in the Area of Freedom, Security and Justice: The Portuguese and French model in the investigation of tobacco smuggling", aims to analyze and compare the tobacco smuggling's investigation carried out in Portugal and in France, within the Area of Freedom, Security and Justice. Since tobacco smuggling is a phenomenon that represents the modern transnational organized crime, it is relevant to perceive the differences in its investigation in order to identify possible institutional and legal measures, at national and European level, that can improve its repression.

The methodology used follows the hypothetical-deductive model, which consists in the elaboration of hypothesis to the central question, which represents the research problem. In order to make the study more robust in the search for the answer to the central question, derived issues were defined that are associated with a specific objective. In this way, a theoretical and conceptual framework was constructed, through bibliographical and documentary research, on which the analysis of the information obtained in the confirmatory interviews fell.

Thus, it was concluded that the tobacco smuggling's investigation model in France and Portugal is similar, and that its investigation materializes in the same way, being essentially proactive. The differences exist in the legal competencies and on the investigation model of each of the different actors involved, as well as in the definition of contraband and its sanctions in France and Portugal. Nor has there been, yet, any unification, not even, any harmonization of criminal law in relation to tobacco smuggling in the Area of Freedom, Security and Justice, these differences are reflected in its investigation. The most paradigmatic cases are the differentiation, in Portugal, of the crime of smuggling with the remaining customs crimes, especially, the *introdução fraudulenta no consumo*; and, the limit that distinguishes the type of the criminal offence. In fact, the portuguese legal framework looks outdated in the face of the tobacco smuggling's new trends, so legal and institutional measures are urgently needed, both at national and Community level.

Keywords: Criminal Investigation; Judicial cooperation; Police and customs cooperation; Tax crime; Tobacco smuggling.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvii
LISTA DE SÍMBOLOS	xxi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO, TEÓRICO E CONCETUAL	6
CAPÍTULO 1. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	6
1.1. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	6
1.2. MÉTODO DE ABORDAGEM E MÉTODOS DE PROCEDIMENTOS	8
1.3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS E ENTREVISTAS	9
1.4. AMOSTRAGEM: COMPOSIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	11
1.5. TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	12
1.6. LOCAL E DATA DA PESQUISA E DA RECOLHA DE DADOS	12
CAPÍTULO 2. O ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	13
2.1. CONCEITOS	13
2.2. A COMUNITARIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL	14
2.3. A HARMONIZAÇÃO DO DIREITO PENAL NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA.....	17
2.4. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E A <i>PRATICAL COOPERATION</i>	19
2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA	21

CAPÍTULO 3. A CRIMINALIDADE TRIBUTÁRIA E O CONTRABANDO DE TABACO	22
3.1. O CONTRABANDO E O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL	22
3.2. A RESPOSTA DA UNIÃO EUROPEIA AO CONTRABANDO DE TABACO	24
3.3. O CONTRABANDO DE TABACO EM PORTUGAL E EM FRANÇA.....	26
3.4. SÍNTESE CONCLUSIVA	29
CAPÍTULO 4. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA EM PORTUGAL E FRANÇA	30
4.1. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	30
4.1.1. A ESTRUTURA, CONDUÇÃO E DIREÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA	31
4.1.2. MEIOS DE PROVA E DE OBTENÇÃO DE PROVA E MEIOS OCULTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	33
4.2. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA	36
4.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	37
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	38
CAPÍTULO 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
5.1. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	38
5.2 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
5.3 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	52
5.4 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DERIVADAS	55
5.4 RESPOSTA À QUESTÃO CENTRAL.....	58
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
GLOSSÁRIO	84
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – O CONTRABANDO E O COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DE TABACO	II
APÊNDICE B – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEU E A UNIÃO ADUANEIRA	IV
APÊNDICE C – HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES.....	VII
APÊNDICE D – INVESTIGAÇÃO DO CRIME DE CONTRABANDO E DO CRIME DE INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO DE TABACO PELA UAF	IX
APÊNDICE E – MODELO DE ANÁLISE	XI
APÊNDICE F – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	XII

APÊNDICE G – INTERGOVERNAMENTALISMO E SUPRANACIONALISMO.....	XIII
APÊNDICE H – TIPOS, FORMAS E NÍVEIS DE COOPERAÇÃO NO ELSJ	XVI
APÊNDICE I – PRINCÍPIO DO RECONHECIMENTO MÚTUO	XVIII
APÊNDICE J – OS LIMITES DA COMUNITARIZAÇÃO DO ANTIGO III PILAR.....	XX
APÊNDICE K – INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE COMBATE À CRIMINALIDADE GRAVE E TRANSFRONTEIRIÇA	XXI
APÊNDICE L - A COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA NA PRÁTICA	XXVI
APÊNDICE M – AS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTAS	XXXII
APÊNDICE N – AÇÕES E MEDIDAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA COMBATER O CONTRABANDO DE TABACO	XXXVI
APÊNDICE O – AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM PORTUGAL	XXXIX
APÊNDICE P – CONTRABANDO DE TABACO NO DIREITO PENAL SUBSTANTIVO PORTUGUÊS E FRANCÊS	XLII
APÊNDICE Q – A INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO E OS PRODUTOS SUJEITOS A IMPOSTO ESPECIAL SOBRE O CONSUMO.....	XLV
APÊNDICE R – A GEOLOCALIZAÇÃO E AS COMPRAS SIMULADAS EM PORTUGAL	XLVIII
APÊNDICE S – MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	LI
APÊNDICE T – GUIÃO DAS ENTREVISTAS DE TIPO A (GA)	LII
APÊNDICE U – GUIÃO DAS ENTREVISTAS DE TIPO B (GB)	57
APÊNDICE V – SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DADOS TÉCNICOS DAS ENTREVISTAS	LXII
APÊNDICE W – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS AO GA	LXIX
APÊNDICE X – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS AO GB	LXXII
APÊNDICE Y – ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO GA	LXXIV
APÊNDICE Z – ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO GB	XCVIII
APÊNDICE AA – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO GA ...	CV
APÊNDICE BB – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO GB	CXXV
ANEXOS	CXXXV
ANEXO A – PAÍSES DA EUROPA COM MAIOR CONSUMO DE TABACO CONTRABANDEADO E CONTRAFEITO.....	CXXXVI
ANEXO B – ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS CRIMINOSOS ORGANIZADOS	CXXXVII

ANEXO C – PRINCIPAIS ROTAS DO COMÉRCIO ILÍCITO DE TABACO E DO CONTRABANDO.....	CXXXVIII
ANEXO D – VARIAÇÃO DOS PREÇOS E DA CARGA FISCAL SOBRE O TABACO NA UNIÃO EUROPEIA	CXXXIX

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Top 10 dos países europeus com maior volume de consumo de tabaco contrabandeado ou contrafeito em janeiro de 2017.....	CXXXVI
Figura n.º 2 - Evolução da estrutura dos grupos criminosos organizados	CXXXVII
Figura n.º 3 - Composição dos grupos criminosos organizados	CXXXVII
Figura n.º 4 - Principais rotas do contrabando de tabaco com destino à União Europeia	CXXXVIII
Figura n.º 5 - Preço médio de um maço de cigarros na União Europeia em janeiro de 2017	CXXXIX
Figura n.º 6 - Valor do imposto do tabaco em relação ao preço de venda na União Europeia	CXL

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Meios de prova, meios de obtenção de prova e técnicas especiais de investigação criminal em Portugal e França.....	34
Quadro n.º 2 - Modelo de análise	XI
Quadro n.º 3 - As várias formas, tipos e níveis de cooperação policial e judiciária no ELSJ	XVI
Quadro n.º 4 - Síntese dos principais instrumentos e mecanismos de cooperação policial e judiciária em matéria penal no ELSJ.....	XXI
Quadro n.º 5 - Problemas e soluções para a cooperação policial e judiciária	XXXI
Quadro n.º 6 - Equipas de Investigação Conjuntas constituídas até 2010.....	XXXIII
Quadro n.º 7 - Principais medidas e ações tomadas pela União Europeia para combater o contrabando de tabaco	XXXVI
Quadro n.º 8 - Tipificação do contrabando em Portugal e França.....	XLII
Quadro n.º 9 – Composição e caracterização da amostra.....	LXII
Quadro n.º 10 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do GA	LXIX
Quadro n.º 11 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do GB	LXXII
Quadro n.º 12 - Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às entrevistas do GA	LXXIV
Quadro n.º 13 - Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às entrevistas do GB.....	XCVIII
Quadro n.º 14 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 1 do GA	CVI
Quadro n.º 15 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 2 do GA	CVIII
Quadro n.º 16 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 3 do GA	CX
Quadro n.º 17 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 4 do GA	CXII
Quadro n.º 18 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 5 do GA	CXV
Quadro n.º 19 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 6 do GA	CXVII
Quadro n.º 20 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 7 do GA	CXIX
Quadro n.º 21 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 8 do GA	CXXI
Quadro n.º 22 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 9 do GA	CXXIV
Quadro n.º 23 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 1 do GB.....	CXXV

Quadro n.º 24 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 2 do GB.....	CXXVI
Quadro n.º 25 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 3 do GB.....	CXXVII
Quadro n.º 26 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 4 do GB.....	CXXVIII
Quadro n.º 27 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 5 do GB.....	CXXX
Quadro n.º 28 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 6 do GB.....	CXXXI
Quadro n.º 29 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 7 do GB.....	CXXXII
Quadro n.º 30 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 8 do GB.....	CXXXIV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Investigação do crime de contrabando e do crime de introdução fraudulenta no consumo de tabaco pela UAF entre 2011 e 2017	IX
Tabela n.º 2 - Investigação da criminalidade tributária pela UAF entre 2011 e 2017.....	X

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	O contrabando e o comércio ilícito de produtos de tabaco
Apêndice B	Processo de construção europeu e a União Aduaneira
Apêndice C	Harmonização das legislações
Apêndice D	Investigação do crime de contrabando e do crime de introdução fraudulenta no consumo de tabaco pela UAF
Apêndice E	Modelo de análise
Apêndice F	Desenho da investigação
Apêndice G	Intergovernamentalismo e Supranacionalismo
Apêndice H	Tipos, formas e níveis de cooperação no ELSJ
Apêndice I	Princípio do reconhecimento mútuo
Apêndice J	Os limites da comunitarização do antigo III pilar
Apêndice K	Instrumentos e mecanismos de combate à criminalidade grave e transfronteiriça
Apêndice L	A cooperação policial e judiciária na prática
Apêndice M	As Equipas de Investigação Conjuntas
Apêndice N	Ações e medidas da União Europeia para combater o contrabando de tabaco
Apêndice O	As infrações tributárias em Portugal
Apêndice P	Contrabando de tabaco no Direito penal substantivo português e francês
Apêndice Q	A introdução fraudulenta no consumo e os produtos sujeitos a imposto especial sobre o consumo
Apêndice R	A geolocalização e as compras simuladas em Portugal
Apêndice S	Método de análise de conteúdo das entrevistas
Apêndice T	Guião das entrevistas de tipo A (GA)
Apêndice U	Guião das entrevistas de tipo B (GB)
Apêndice V	Seleção dos entrevistados e dados técnicos das entrevistas
Apêndice W	Codificação das respostas ao GA

- Apêndice X** Codificação das respostas ao GB
- Apêndice Y** Análise das respostas ao GA
- Apêndice Z** Análise das respostas ao GB
- Apêndice AA** Apresentação dos resultados das entrevistas do GA
- Apêndice BB** Apresentação dos resultados das entrevistas do GB

ANEXOS

- Anexo A** Países da Europa com maior consumo de tabaco contrabandeado e contrafeito
- Anexo B** Estrutura e composição dos grupos criminosos organizados
- Anexo C** Principais rotas do comércio ilícito de tabaco e do contrabando
- Anexo D** Variação dos preços e da carga fiscal sobre o tabaco na União Europeia

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Adj.	Adjunto
AGRASC	<i>Agence de gestion et de recouvrement des avoirs saisis et confisqués</i>
Al.	Alínea
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
APC	Autoridade de Polícia Criminal
AR	Assembleia da República
Art.º	Artigo
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BCRE	<i>Bureau de la Coordination et des Relations Extérieures</i>
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CAU	Código Aduaneiro da União
CCF	<i>Code Civil Français</i>
CCPA	Centro de Coordenação Policial e Aduaneiro
CE	Comissão Europeia
Cfr.	Conferir
CG	Comando Geral da GNR
CGDI	<i>Code Général des Impôts</i>
CIEC	Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo
CIPT	Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco
Cit. in	Citado em
Cmdt.	Comandante
CNR	<i>Conseil National du Renseignement.</i>
CoD	<i>Code des Douanes</i>
Coord.	Coordenação
COT	Crime Organizado Transnacional
CP	Código Penal
CPF	<i>Code Pénal Français</i>

CPP	Código de Processo Penal
CPPF	<i>Code de Procédure Pénal Français</i>
CRPI	<i>Cellule de Recueil de la Preuve Informatique</i>
DAF	Destacamento de Ação Fiscal
DED	<i>Direction des Enquêtes Douanières</i>
DEI	Decisão Europeia de Investigação
DGDDI	<i>Direction Générale des Douanes et Droits Indirects</i>
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DNRED	<i>Direction Nacional de Renseignements et des Enquêtes Douanières</i>
DOD	<i>Direction des Opérations Douanières</i>
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
DP	Destacamento de Pesquisa
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRD	<i>Division du Renseignement Douanier</i>
DSAFA	Direção de Serviços Antifraude Aduaneira
DSAO	<i>Division de Soutien et Analyse Opérationels</i>
DSIFAE	Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais
E	Entrevistado
e. g.	“ <i>Exempli gratia</i> ” - Por exemplo
EIC	Equipa de Investigação Conjunta (<i>Joint Investigations Teams</i>)
ELSJ	Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
ENUDC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
EPRS	<i>European Parliamentary Research Service</i>
et al.	“ <i>et aliae</i> ” - E outros (para pessoas)
Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
Europol	Serviço Europeu de Polícia
Frontex	<i>European Border and Coast Guard Agency</i>

GA	Guião da entrevista de tipo A
GB	Guião da entrevista de tipo B
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRA	Grupo de Recuperação de Ativos
H	Hipótese
i. e.	“ <i>id est</i> ” - Isto é
ICT	Investigação Criminal Tributária
IEC	Imposto Especial sobre o Consumo
IFC	Introdução Fraudulenta no Consumo
Interpol	Organização Internacional de Polícia Criminal
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JAI	Justiça e Assuntos Internos
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MDE	Mandado de Detenção Europeu
MOP	Meio de Obtenção de Prova
MP	Ministério Público
n.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
OAC	Operações Aduaneiras Conjuntas (<i>Joint Customs operations</i>)
ODJ	<i>Officiers de Douanes Judiciaire</i>
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPC	Órgão de Polícia Criminal
OPJ	<i>Officiers de Police Judiciaire</i>
p.	Página
PE	Parlamento Europeu
PESC	Política Externa e de Segurança Comum

PIF	Proteção dos Interesses Financeiros da União Europeia
PJ	Polícia Judiciária
PN	<i>Police Nationale</i>
Protocolo	Protocolo para eliminar o CIPT da Convenção Quadro da
CQCT	OMS para o Controlo do Tabaco
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QE	Questão da entrevista
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RGIT	Regime Geral das Infrações Tributárias
s/d	Sem ano de publicação
SDF	Subdestacamento de Fiscalização
SIC	Secção de Informação Criminal
SIS	Sistema de Informações <i>Schengen</i>
SNDJ	<i>Service Nationale de la Douanes Judiciaires</i>
SNPD	<i>Service de Police Nationale Détaché</i>
SOCTA	<i>Serious and Organised Crime Threat Assessment</i>
TEIC	Técnicas Especiais de Investigação Criminal
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TRACFIN	<i>Traitement du Renseignement et Action contre les Circuits Financiers Clandestins</i>
TUE	Tratado da união Europeia
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UC	Unidade de Contexto
UE	União Europeia
UIF	Unidade de Informação Financeira
UNCC	Unidade Nacional de Combate à Corrupção
UnE	Unidades de Enumeração
UR	Unidades de Registo
Vol.	Volume
Vs	<i>Versus</i>

LISTA DE SÍMBOLOS

€	Euro(s)
%	Porcentagem

INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada¹ (RCFTIA) surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, e está subordinado ao tema: “A investigação criminal tributária no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: o modelo português e francês na investigação do contrabando de tabaco”.

A Introdução consiste numa apresentação sucinta e objetiva “do trabalho, desde a questão de partida (...) até à descrição dos capítulos” (Sarmiento, 2013, p. 207). Deste modo, faz-se um breve enquadramento da investigação; introduz-se a problemática, consubstanciada na questão central (QC)²; demonstra-se a sua pertinência, justifica-se a sua escolha e, cumulativamente, delimitam-se as fronteiras da investigação. Posteriormente delineam-se o objetivo geral (OG) da investigação, bem como os seus objetivos específicos (OE), refere-se a metodologia utilizada e, por fim, a estrutura do RCFTIA.

A liberalização dos mercados (Albrecht, 2009), a globalização económica (Vázquez *et al*, 2015) e o móbil do lucro (Dias, 2009) são fatores que permitiram a consolidação das clássicas formas de criminalidade e a proliferação de novas, entre as quais, o crime organizado transnacional (COT) (Dias, 2007), “que representa uma ameaça para as sociedades e para os Estados” (Garcia, 2010, p. 239). No caso particular da União Europeia (UE), a supressão dos controlos nas fronteiras internas, com vista a criação de um mercado único, e a consequente liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, funcionam “como um poderoso catalisador” (Almeida, 2009, p. 102) da COT e da circulação de mercadorias ilícitas (Laureano, 2010; Borges, 2012). Além disso, a elevada tributação do tabaco na UE e as baixas sanções associadas (Joossens & Raw, 2012), fomentaram o comércio ilícito de produtos de tabaco (CIPT). O CIPT “is a multifaceted phenomenon comprising a vast array of activities (...) very attractive (...) for criminal groups in terms of high profits and low risks” (Angelini *et al*, 2015, p. 6) na qual tem grande impacto o contrabando de tabaco (Interpol, 2014), tal como se pode verificar no Apêndice A.

¹ A investigação aplicada tem como objetivo gerar novos conhecimentos para uma aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, e envolve verdades e interesses locais, adquiridos durante a realização de trabalhos originais (Prodanov & Freitas, 2013).

² De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013, pp. 32 e 44), é através desta que o “investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que pretende saber, elucidar, compreender melhor (...) [e que] servirá de primeiro fio condutor da investigação”.

Os Estados-Membros da UE, cientes de que não podiam combater de forma adequada e eficaz este tipo de criminalidade ao nível local³, “pois a sua legislação é nacional, enquanto os criminosos operam globalmente” (Natarrajan, 2011; *cit. in* Sousa, Ferreira & Agostinho, 2014, p. 15), estabeleceram como objetivo a criação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça⁴ (ELSJ), sendo que a principal preocupação do processo de integração europeia deixou de ser o mercado interno (cariz económico – ver Apêndice B), para ser a *Homeland Security*⁵ (Kaunert, Léonard & Pawlak, 2012). Em termos de reação jurídica, o combate à criminalidade passa pela vertente policial e pela vertente judiciária (Laureano, 2010), pelo que a UE instituiu uma cooperação policial e judiciária em matéria penal, que viria a tornar-se a peça-chave da edificação do ELSJ.

Apesar da *communautarisation* desta *subpolice* (Trauner & Servent, 2015), não existe, ainda, um Direito penal europeu⁶ unificado, tendo-se optado, em alternativa, pelo reconhecimento mútuo, que tem sido “the motor of European integration in criminal matters” (Mitsilegas, 2009, p. 115), e pela harmonização das legislações⁷ penais (ver Apêndice C), cuja base legal reside nos artigos (art.) 82.º e 83.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) (Ramos, 2010).

Deste modo, este estudo parte de um nível macro, que assenta numa perspetiva europeia, até a um nível micro, consubstanciada na análise da atividade operacional em dois países. Assim, a problemática deste estudo assenta na inexistência de um ato legislativo da UE que fixe normativos penais e processuais penais aos seus Estados-Membros (Cruz, 2016), e de como isto se reflete, na prática, na investigação do contrabando de tabaco.

Sendo o Direito processual penal o guia da atividade da investigação criminal (Braz, 2009), bem como das entidades e organismos competentes, torna-se necessário compreender como esta é realizada no ELSJ, para combater o contrabando de tabaco. Assim, depreende-se que o objeto de estudo desta investigação consiste na investigação do contrabando de

³ Segundo Dias (2007, p. 17), a “convicção generalizada de que combater o ilícito global com soluções locais é uma estratégia votada ao insucesso” e que apela à europeização do Direito penal.

⁴ O objetivo da manutenção e o desenvolvimento de um ELSJ assegurando a “livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa (...) bem como de prevenção e combate à criminalidade” foi introduzido no Tratado de Amesterdão e continua presente no Tratado de Lisboa (n.º 2, art.º 3 do Tratado da União Europeia – TUE) (Laureano, 2010).

⁵ Segundo Hermenegildo (2017, p. 107) esta “tem tido uma absorção e integração ainda tímida na UE”, e a expressão “segurança interna” é usada para referir a vertente europeia, uma vez que não é unânime o uso desse termo e para a distinguir da segurança interna estatal.

⁶ Também designado de Direito penal comunitário (Dias, 2007) e cujo objetivo é criar uma Espaço Penal Europeu (Parente, 2013) ou Espaço Judiciário Europeu (Triunfante, 2017).

⁷ “A harmonização constitui um instrumento de aproximação, mas não de unificação (...) implica o estabelecimento de normas similares, mas não idênticas, gerando contradições sistêmicas e bastante complexidade ao todo” (Lima, *cit. in* Baqueiro, 2017, p. 196).

tabaco, e envolve vários domínios, nomeadamente, a cooperação aduaneira, a cooperação policial e judiciária em matéria penal e, a harmonização legislativa dos Estados-Membros.

Tendo em conta a geometria variável⁸ (Lavenex, 2010) do ELSJ, restringiu-se a análise e comparação da investigação do contrabando de tabaco em Portugal e França, por serem países de destino e trânsito (Interpol, 2014). Além disso, a França foi o país com maior consumo de tabaco contrabandeado e contrafeito na UE (Anexo A). Ao nível temporal, o tema foca-se na análise e comparação do atual quadro normativo substantivo e adjetivo (Ramos, 2010), contudo, analisou-se o percurso histórico da cooperação policial e judiciária em matéria penal desde a sua génese, até ao presente. Por fim, ao nível do objeto de estudo (Marconi & Lakatos, 2013), focou-se o fenómeno do contrabando de tabaco, e não do CIPT, pois este abrange várias práticas criminosas e o “proceso de investigación criminal (...) es distinto según la tipología delictiva concreta” (Vázquez *et al*, 2015, p. 25).

A pertinência deste tema reflete-se na necessidade de combater o contrabando de tabaco e, assim, atenuar as consequências nefastas que este acarreta para os países a vários níveis. Além de reduzir as receitas estatais e gerar concorrência desleal para os mercados legais, também afeta as políticas públicas de saúde e os consumidores pois, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017, p. 2 e 17), “tobacco use kills more than 7 million people each year (...) killing more people than HIV/ AIDS, malaria and tuberculosis combined”. Por fim, fomenta outras formas de crime organizado e financia outras atividades criminosas, como o terrorismo⁹ (Interpol, 2014).

Na UE, os efeitos fazem-se sentir de forma mais elevada pois, segundo o Organismo Europeu da Luta Antifraude (OLAF, 2010, p. 48), em 2009, “(...) contraband and counterfeit tobacco products results in (..) losses of approximately €10 billion to the budgets of the EU and the Member States”, tendo subido, em 2012, para “12.500 millones de euros (...) debido al contrabando de cigarrillos” (Interpol, 2014, p. 3).

Demonstrada a importância deste tema para a segurança, economia e finanças dos cidadãos e dos Estados, mostra-se necessário demonstrar a pertinência do mesmo para o mestrado em causa e para a GNR. Ao relacionar os objetivos da Estratégia de Segurança Interna do Conselho da UE (2014) com os objetivos estratégicos presentes na Estratégia da Guarda 2020, Hermenegildo *et al* (2015) destacam que a GNR pode desempenhar um papel

⁸ Fazem parte do ELSJ, que representa a nova configuração do Espaço *Schengen* (Miranda, 2013), países não membros da UE (Islândia, Noruega, Suíça), e não fazem parte certos Estados-Membros da UE (Bulgária, Croácia, Chipre, Irlanda, Roménia e o Reino Unido) (CE, s/d).

⁹ Segundo a Interpol (2014, p. 26) “Otros casos que incluyen el contrabando de cigarrillos para financiar actividades extremistas incluyen la financiación del Real IRA [Irish Real Army] mediante el ITTP”.

importante em relação ao objetivo n.º 1¹⁰, pois este está relacionado com o objetivo estratégico n.º 8¹¹. Além disso, Hermenegildo *et al* (2015, p. 477) referem que as redes internacionais de criminalidade incluem a contrafação e o contrabando de tabaco, sendo uma área que carece de ser desenvolvida e potenciada. Assim, verifica-se a pertinência do tema para a UAF da GNR que é “uma unidade (...) de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira” (Assembleia da República [AR], 2007a, p. 8049).

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2017 “Portugal continua a ser utilizado por estruturas criminosas transnacionais envolvidas em mercados criminais tão distintos como o tráfico de estupefacientes, (...) o contrabando ou a contrafação” (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2018, p. 71). Além disso, na área aduaneira, foram registadas 297 infrações ao imposto sobre o tabaco (IT). Do valor total da mercadoria apreendida no âmbito tributário, que ascendeu a 28.308.481,61€, cerca de 4.655.265,07€ correspondem a produtos de tabaco resultantes das 874 apreensões efetuadas em 2017 (SSI, 2018, pp. 79-80). Como se pode ver no Apêndice D, a UAF tem tido um papel cada vez mais preponderante na investigação de crimes tributários, em particular dos crimes aduaneiros de contrabando e de introdução fraudulenta no consumo (IFC).

Face ao exposto, a “pergunta de partida (...) progressivamente revista e corrigida ao longo do trabalho exploratório e da elaboração da problemática” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 137) cimentou-se na seguinte QC: “Quais são os elementos comuns e distintivos da investigação criminal tributária em Portugal e França, para combater o contrabando de tabaco no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça?”

Inerente à QC está o OG da investigação que permite “saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 156) e que, no presente estudo, consiste em analisar e comparar a investigação do contrabando de tabaco em França e Portugal. Este foi desdobrado em OE que têm uma função intermediária e “permitem alcançar o objetivo geral” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 97). Assim, foram definidos os seguintes OE: OE1 - descrever a evolução da cooperação policial e judiciária em matéria penal, inserida na definição do ELSJ; OE2 – compreender os principais mecanismos de cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal estabelecidas no ELSJ; OE3 – identificar as principais formas de consecução do contrabando de tabaco e as suas atuais

¹⁰ O desmantelamento das redes internacionais de criminalidade (Hermenegildo *et al*, 2015, p. 468).

¹¹ Consiste em potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal e aduaneira e vigilância de costa e mar territorial (Hermenegildo *et al*, 2015, p. 476).

tendências; OE4 – caracterizar o quadro normativo penal e processual penal português e francês para a investigação do contrabando de tabaco; e, OE5 – identificar as possíveis mudanças institucionais e legais, a nível nacional e europeu, para melhorar a investigação do contrabando de tabaco.

De modo a alcançar os objetivos propostos, a elaboração deste RCFTIA seguiu, em primeira instância, as normas contidas na Norma de Execução Permanente (NEP) número (n.º) 520/4ª (Academia Militar [AM], 2015) e na NEP 522/1ª (AM, 2016). Recorreu-se, também, às obras de Sarmento (2013) e de Quivy e Campenhoudt (2013). Nas omissões relativas à elaboração das referências bibliográficas, optou-se por seguir a 6ª edição das normas *American Psychological Association* (APA, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos, e responder à QC da investigação, estruturou-se o RCFTIA em duas partes interligadas e complementares entre si: a Parte I, respeitante ao Enquadramento Metodológico, Teórico e Concetual; e, a Parte II, relativa ao Trabalho de Campo.

A Parte I é constituída por quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a metodologia adotada neste estudo, bem como os métodos e materiais empregues para a realização deste trabalho.¹² O segundo capítulo versa sobre a criação do ELSJ e a evolução da cooperação policial e judiciária em matéria penal, bem como sobre os seus acontecimentos marcantes. No terceiro capítulo, é exposto o fenómeno do contrabando de tabaco, são mencionadas as principais medidas e ações tomadas pela UE para o combater e é analisado o quadro normativo substantivo português e francês. O quarto capítulo é dedicado à investigação criminal tributária (ICT), particularizando o caso do contrabando de tabaco, e descreve os quadros normativos processuais penais vigentes em Portugal e França.

Na Parte II, composta por um capítulo, apresentam-se os resultados obtidos, analisam-se e discutem-se os mesmos em relação ao enquadramento teórico e concetual elaborado na Parte I, e, seguidamente, procede-se à verificação das hipóteses e responde-se à QC. Posteriormente, são apresentadas as conclusões, juntamente com algumas recomendações, limitações e propostas para futuras investigações.

Por fim, apresentam-se as referências bibliográficas e um glossário, para facilitar a compreensão e interpretação de determinados conceitos.

¹² Ao contrário do que consta na NEP 522/1ª e 520/4ª da AM, optou-se por iniciar a Parte I com este capítulo, pois esta fundamenta as opções seguidas no decurso do trabalho e porque é após a definição dos objetivos que se estabelece o tipo e a natureza do trabalho e os métodos a serem utilizados (Prodanov & Freitas, 2013).

**PARTE I - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO, TEÓRICO E
CONCETUAL
CAPÍTULO 1.
METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS**

1.1. Metodologia e procedimentos

De acordo com Oliveira (2005, p. 28), a metodologia consiste num “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”, pois estas orientam e aferem os métodos que “constituem um conjunto de técnicas que determinam o sentido orientador de uma investigação” (Rosado, 2015, p. 77). Esta, por sua vez, “deve responder a alguns princípios estáveis e idênticos (...) que (...) conduzam ao conhecimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 25). O procedimento científico é composto por métodos, que são “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 83).

Segundo Quivy & Campenhoudt (2013), o procedimento científico é semelhante a uma peça de teatro, sendo composto por três atos: a rotura, a construção e a verificação (ou experimentação); e, sete cenas: a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões. No entanto, Quivy & Campenhoudt (2013) referem que uma investigação não é tão mecânica como uma peça de teatro, pelo que introduziram circuitos de retroação que simbolizam as interações e dinamismo entre os vários atos e etapas. De facto, estes atos são interdependentes, pelo que se complementam de forma recíproca.

Com o objetivo de romper com falsas evidências e ideias preconcebidas, a rutura iniciou-se com a elaboração da pergunta de partida, que consistiu num “primeiro fio condutor tão claro quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 31). De seguida, realizou-se a exploração, através das leituras, tentando ao máximo evitar a gula livresca, e de entrevistas exploratórias¹³, que serviram de base para os Capítulos 2 a 4. Estas etapas

¹³ Estas não foram gravadas nem transcritas, pois foram realizadas durante a realização do projeto de investigação, no primeiro semestre do quarto ano, do curso de ciências militares, especialidade segurança.

permitiram conceber a problemática¹⁴, que constitui a etapa-charneira da investigação, na qual se explicita o quadro concetual da mesma, e que permitiu, através dos circuitos de retroação, reformular a pergunta de partida, que se traduziu na seguinte QC: “Quais são os elementos comuns e distintivos da investigação criminal tributária em Portugal e em França, para combater o contrabando de tabaco no ELSJ?”.

O segundo ato, a construção, envolveu a edificação de um modelo de análise (ver Apêndice E), que não é mais do que um “conjunto de conceitos e hipóteses logicamente articulados entre si” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 139). Para construir este modelo, optou-se, de entre os vários métodos científicos basilares, pelo método hipotético-dedutivo ou de verificação das hipóteses, proposto por Popper (Sarmiento, 2013). Este consiste na formulação de hipóteses, que se apresentam “como uma resposta provisória à pergunta de partida [nesta fase, na forma de QC¹⁵]” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 137). As hipóteses serão, posteriormente, sujeitas à verificação empírica, ou seja, serão testadas de forma a averiguar se são confirmadas ou refutadas.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013), raramente se consegue responder à QC com apenas uma hipótese, assim, foram levantadas as seguintes hipóteses deduzidas (H): H1 – A inexistência de um Direito penal unificado e a falta de harmonização penal relativa ao contrabando de tabaco na UE leva a que existem diferenças entre Portugal e França na definição normativa de contrabando bem como na respetiva moldura penal associada, que se refletem na investigação do mesmo; H2 – Como Portugal e França seguem o mesmo modelo processual e o mesmo modelo de investigação criminal, os atores nacionais competentes atuam sob a direção do Ministério Público (MP), realizando o mesmo tipo de investigação e recorrendo aos mesmos meios de obtenção de prova (MOP) e técnicas especiais de investigação criminal (TEIC) para combater o contrabando de tabaco; H3 – Sendo o contrabando de tabaco um crime transnacional, os atores nacionais competentes em França e Portugal para a investigação deste crime fazem uso dos mesmos mecanismos de cooperação aduaneira, policial e judiciária estabelecidos no ELSJ.

De forma a balizar o estudo, alcançar uma resposta lógica à QC e atingir os objetivos específicos (Sarmiento, 2013), foram concebidas as seguintes Questões Derivadas (QD): QD1 – Como evoluiu a cooperação policial e judiciária em material penal, ao longo do

¹⁴ Já referida na Introdução. Esta deve, de preferência, ser formulada sob a forma de interrogação (Quivy & Campenhoudt, 2013; Marconi & Lakatos, 2003).

¹⁵ A terceira etapa (problemática), apenas finaliza com a construção do modelo de análise (Quivy & Campenhoudt, 2013).

processo de integração europeia? QD2 – De que forma os mecanismos de cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal, estabelecidas no ELSJ, contribuem para a investigação do contrabando de tabaco? QD3 – Quais são os principais *modi operandi* no contrabando de tabaco e as suas novas tendências? QD4 – Quais são as diferenças nas leis penais e processuais penais, em Portugal e França, relativamente ao contrabando? QD5 – Quais são as possíveis mudanças institucionais e legais necessárias, a nível nacional e europeu, para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?

Após estar finalizada a etapa da construção do modelo de análise e, consequentemente, a problemática, surge o terceiro ato do procedimento, a verificação, que se consubstanciou no Trabalho de Campo (Parte II) e nas Conclusões. De facto, a construção serviu de guia à observação, que “engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise (...) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 155). Nesta etapa, foi definida a amostra e os métodos de recolha de informação. Estes, por sua vez, determinaram o método de análise das informações, que se verifica na sua categorização, codificação e análise. Por último, foram retiradas as principais ilações da investigação e foi respondida à QC (Quivy & Campenhoudt, 2013).

1.2. Método de abordagem e métodos de procedimentos

A metodologia determina os métodos, técnicas e materiais a utilizar numa investigação. Esta pode ser qualitativa, quantitativa ou mista (Coutinho, 2013). Este estudo segue uma metodologia qualitativa pois tem “como objetivo alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas” (Vilelas, 2009, p. 108). Este tipo de metodologia trata de “investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspetiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2013, p. 28).

Enquanto método de abordagem, o método hipotético-dedutivo, tal como o nome indica, possui uma natureza dedutiva, ou seja, “baseia-se num racional e lógico que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 8). Desta forma, partiu-se do modelo de análise, traduzido no Enquadramento Teórico e Concetual (Capítulos 2 a 4) e nas hipóteses, numa lógica de alcance geral, em direção a um objeto particular: a problemática.

Dependendo do tipo de investigação e do objeto de estudo, é possível combinar vários métodos científicos diferentes, pois “nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação”. (Prodanov & Freitas, 2013, p. 36). De forma a atingir os objetivos gerais e específicos da investigação (já enunciados na Introdução) e responder à QC, para além do método hipotético-dedutivo foram ainda usados métodos de procedimentos, ou métodos específicos, que se distinguem dos métodos de abordagem por serem menos abstratos e estarem relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos em cada área de conhecimento (Prodanov & Freitas, 2013). “Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 106).

Assim, utilizou-se o método histórico, o método comparativo e o método inquisitivo. O método histórico analisa acontecimentos e instituições do passado, atendendo a sua formação, desenvolvimento e constituição, para verificar a sua influência na atual sociedade. É um método típico de estudos qualitativos (Sarmiento, 2013; Prodanov & Freitas, 2013). O método comparativo, por sua vez, procede à investigação de indivíduos, classes, fenómenos ou factos “com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências” (Marconi & Lakatos, 2013) e “os seus resultados proporcionam elevado grau de generalização” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 38). O método inquisitivo resulta da aplicação de inquéritos e de entrevistas (Sarmiento, 2013).

1.3. Técnicas de recolha de dados e entrevistas

A recolha de dados é o processo organizado posto em prática junto de várias fontes com o objetivo de obter informações da realidade, sendo que “a natureza do problema de investigação determina o tipo de métodos de colheita de dados a utilizar” (Fortin, 2009, p. 239).

Tendo em conta a natureza qualitativa da problemática, a rotura e a construção, sobretudo o quadro teórico e concetual (Capítulos 2 a 4), materializaram-se na pesquisa documental e na pesquisa bibliográfica (Marconi & Lakatos, 2003). A primeira consistiu na análise de fontes primárias ou “dados de primeira mão”, como documentos estatísticos, relatórios de instituições, leis e jurisprudência. Com vista a colmatar certas lacunas, foram recolhidas informações de fontes secundárias ou “dados de segunda mão”, como obras

literárias e artigos científicos, de autores reconhecidos nas diversas matérias abordadas (Prodanov & Freitas, 2013, p. 102-103).

O Trabalho de Campo (Parte II), correspondente à verificação, exigiu o recurso à observação indireta, nomeadamente, da utilização de um guião de entrevista (Quivy & Campenhoudt, 2013). As entrevistas são “uma poderosa técnica de recolha de dados” (Coutinho, 2013, p. 141) pois fornecem “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192) sobre temas complexos e que nunca seriam obtidos de outra forma (Coutinho, 2013). Por essa razão, “alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 196).

Tendo em conta a classificação das entrevistas proposta por Sarmiento (2013), optou-se por realizar entrevistas confirmatórias, presenciais, individuais e semidiretivas. A entrevista confirmatória, ao contrário da entrevista exploratória, visa a obtenção de informações que validem as informações recolhidas previamente nas fontes primárias e secundárias (Sarmiento, 2013). Apesar dos custos¹⁶ associados bem como do tempo despendido para à realização das entrevistas pessoais, optou-se por este modo, pois “é muito mais rica (...) [e dá ao investigador] oportunidade para esclarecer alguma resposta do entrevistado, no decorrer da entrevista” (Sarmiento, 2013, pp. 31-32).

De facto, a entrevista exige processos de comunicação e de interação humana e caracteriza-se por um contato direto entre o entrevistador e os seus interlocutores (Quivy & Campenhoudt, 2013), pelo que consiste numa conversação que deve ser sempre efetuada face a face, de forma metódica (Marconi & Lakatos, 2003). É de referir que foi sempre pedido autorização para proceder à gravação das entrevistas. Contudo, na impossibilidade de realizar as entrevistas de modo presencial, por telefone ou por videoconferência, privilegiou-se o recurso ao correio eletrónico.

A entrevista diretiva consiste num conjunto de tópicos, ou perguntas-guia, relativamente abertas, que permite ao entrevistado falar mais abertamente e na ordem que lhe convier, o que exige do entrevistador, por vezes, capacidade para reencaminhar a entrevista para os objetivos pretendidos (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 193). Por fim, a maioria destas entrevistas foram dirigidas a uma única pessoa de cada vez, sendo, por isso, individuais. Por motivos desconhecidos e a pedido de alguns entrevistados (E) foram realizadas quatro entrevistas grupais.

¹⁶ Segundo Prodanov & Freitas (2013), a determinação do orçamento é uma etapa muito importante do projeto da investigação.

1.4. Amostragem: composição e justificação

Não sendo possível, neste estudo comparativo em concreto, inquirir a totalidade da população, foi necessário constituir uma amostra (Prodanov & Freitas, 2013). A amostra é “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223). Além disso, na aplicação de entrevistas semidiretivas “o investigador não pode, regra geral, (...) entrevistar mais do que umas dezenas de pessoas” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 163).

Neste sentido, pretendeu-se estudar uma amostra não estritamente representativa, mas característica da população em causa, sendo que, neste caso, o critério de seleção é “a diversidade máxima dos perfis relativamente ao problema estudado” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 163). Segundo (Marconi & Lakatos, 2003), optou-se por uma amostragem não-probabilística, que, por outras palavras, nunca é constituída de forma aleatória. Desta forma, utilizou-se a técnica de amostragem por seleção racional, que consiste em escolher uma amostra com base em determinadas características específicas (Coutinho, 2013). Assim, a seleção dos entrevistados baseou-se em dois critérios: a função exercida nos vários organismos com competências para a investigação do contrabando de tabaco e a sua experiência profissional.

Tendo em consideração a problemática e o objeto de estudo, as entrevistas foram dirigidas para uma amostra composta por elementos dotados de profundos conhecimentos na matéria e com um elevado grau de experiência na ICT, em particular na investigação do contrabando de tabaco, quer em França, quer em Portugal. Assim, a amostra¹⁷ foi constituída por entidades da GNR, maioritariamente da UAF, da Polícia Judiciária (PJ), e do Ministério Público (MP). Também foram entrevistados investigadores e analistas da DNRED e do SNDJ, e logrou-se a participação de dois representantes portugueses na Eurojust.

Desta forma, dividiram-se as entrevistas em dois tipos. As entrevistas de tipo A dirigidas às entidades nacionais ligadas à investigação do contrabando de tabaco e à cooperação europeia; e, as entrevistas de tipo B, orientadas para as entidades francesas diretamente ligadas à investigação do contrabando de tabaco. De forma a facilitar a comparação entre as respostas, os dois tipos de entrevista consistiram no mesmo conjunto de perguntas-guia¹⁸.

¹⁷ Nota-se que não foi possível realizar entrevistas à Direção de Serviços Antifraude Aduaneira (DSAFA) da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), tal como planeado.

¹⁸ À exceção da Questão n.º 9, que foi exclusivamente destinada aos entrevistados das entrevistas de tipo A.

1.5. Tratamento e análise de dados

Sabendo que “a escolha dos métodos de recolha dos dados influencia (...) os resultados do trabalho (...): os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são (...) devem (...) ser escolhidos em conjunto, [por isso] os métodos de entrevista requerem, habitualmente, métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes, mas não obrigatoriamente, qualitativos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 185). De facto, a análise de conteúdo permite tratar de forma metódica informações complexas e profundas, como aquelas que são obtidas em entrevistas semidiretivas.

Existem diversos métodos ou técnicas de análise de conteúdo, que podem ser quantitativos ou qualitativos. Contudo, estes podem ser utilizados em conjunto, pois “vários métodos recorrem tanto a um como a outro” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 228). Assim, optou-se pela técnica de análise de conteúdo de Sarmiento (2013), que permite a análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos nas entrevistas com recurso a elaboração de matrizes de registo de análise de conteúdo.

Por fim, elabora-se o “*design*” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 126) da investigação, constante no Apêndice F, que serve para demonstrar os critérios, métodos, procedimentos e técnicas utilizadas e que estruturam este estudo.

1.6. Local e data da pesquisa e da recolha de dados

A pesquisa bibliográfica efetuou-se na Biblioteca da Escola da Guarda, na Biblioteca da AM, na Biblioteca Nacional de Portugal e, também, em repositórios científicos virtuais. Esta pesquisa incidiu na consulta de fontes secundárias de autores reconhecidos sobre cooperação policial e judiciária em matéria penal, sobre o Direito penal europeu, sobre investigação criminal, e sobre o Direito penal tributário. Por sua vez, a pesquisa documental em fontes primárias foi feita com recurso à internet com o objetivo de obter informação atualizada, sobretudo legislação nacional, francesa e europeia, e informação oriunda de organismos nacionais e instituições e agências europeias.

A recolha de dados através das entrevistas ocorreu entre 23 de março a 19 de abril de 2018, em vários locais em território nacional e, em França, na DNRED e no SNDJ. Toda esta investigação desenrolou-se desde o mês de novembro de 2017, com a elaboração da proposta de tema e do projeto de investigação, até maio de 2018, com o cumprimento de todas as fases de investigação enunciadas.

CAPÍTULO 2.

O ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

“EU criminal law is one of the fastest evolving, but also challenging,
policy areas and fields of law”.

Mitsilegas, Bergström e Konstadinides (2016, sinopse).

Sabendo que “uma correta apreensão do presente passa, necessariamente, pelo estudo do passado” (Parente, 2013, p. 10), pretende-se, neste capítulo, caracterizar a evolução da cooperação policial e judiciária em matéria penal, em particular do Direito penal europeu, apresentando, sinteticamente, os seus acontecimentos históricos, de forma a compreender a sua arquitetura jurídico-institucional vocacionada para um ELSJ. Apresentam-se, também, as agências e organismos europeus bem como os principais instrumentos e mecanismos jurídicos dirigidos para o combate ao COT. Inevitavelmente, será feita referência aos principais Tratados Comunitários e da UE e às duas perspetivas teóricas contrastantes da integração europeia: o intergovernamentalismo e o supranacionalismo (Lobo-Fernandes, 2006), explicitadas no Apêndice G.

2.1. Conceitos

Antes de proceder à síntese dos acontecimentos históricos da cooperação policial e judiciária em matéria penal, é necessário clarificar estes conceitos. Para Borges (2012), a cooperação judiciária (ou judicial) não é mais do que a cooperação estabelecida entre autoridades judiciais, i. e., juízes ou magistrados do MP, para a prossecução do processo penal, em qualquer das suas fases¹⁹. Contudo, este conceito tem um significado algo ambíguo (Triunfante, 2017), pois nos países de jurisdição anglo-americana este diz respeito apenas aos tribunais e juízes; enquanto que nos outros países não se cinge apenas a estes,

¹⁹ A Lei da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, a Lei n.º 144/99, de 31 de agosto, prevê a cooperação internacional desde o início do processo penal, e. g. no auxílio para obtenção de meios de prova, até ao seu final, i. e., até à execução de sentenças penais (Borges, 2012).

mas também “aos procuradores, à polícia, ao Ministério da Justiça e às autoridades administrativas (...) que atuam como entidades judiciais no âmbito do auxílio judiciário mútuo e no Direito Europeu” (Triunfante, 2017, p. 176)

Por sua vez, a cooperação policial é aquela que se efetua entre autoridades policiais e entidades análogas, e é menos abrangente que a judiciária, por se centrar na investigação, prevenção e deteção de infrações penais (Borges, 2012). Todavia, existe uma permanente interligação entre estes dois conceitos. Em Portugal, e. g., na fase processual do inquérito, as tarefas do MP e dos diferentes órgãos de polícia criminal (OPC) estão interligadas, pois o inquérito é dirigido pelo MP e a investigação criminal é efetuada pelos OPC, com a sua autonomia técnica e tática. “Assim, está prevista a cooperação entre autoridades policiais em diversos instrumentos jurídicos que versam sobre cooperação judiciária em matéria penal” (Borges, 2012, p. 9).

Finalmente, é importante referir que a cooperação policial e judiciária no âmbito do ELSJ, pode assumir diversas formas e tipos (Vermeulen, 2006; Gless, 2010), tal como é explanado no Apêndice H.

2.2. A comunitarização da cooperação policial e judiciária em matéria penal

De acordo com Triunfante (2011), o domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal evoluiu no enalço da construção da UE, numa progressiva *communautarisation*, podendo-lhe ser reconhecidas quatro fases fundamentais²⁰: a que antecede o Tratado de Maastricht; a que perdura entre os Tratados de Maastricht e Nice; a que projetava um Tratado Constitucional; e, por fim, a que vigorou durante o largo impasse criado com o fracasso da Constituição, até à esperança de aprovação do Tratado de Lisboa, por parte da Irlanda e da Polónia (Triunfante, 2011).

A Convenção Europeia de Assistência Mútua em Matéria Penal de 1959, também conhecida por *Mother Convention* (Gless, 2010, p. 32), marca o início da cooperação policial e judiciária (Militello & Mangiaracina, 2010). Esta surge num período em que os Estados perceberam que deveriam adotar medidas e mecanismos de proteção do espaço europeu contra os ataques aos seus interesses financeiros, mas especialmente das ameaças constituídas pela criminalidade organizada (Andrade, 2013, p. 332).

²⁰ Na primeira fase, cada Estado-Membro exercia as suas competências nestas matérias de acordo com a soberania; na segunda prevalecia o intergovernamentalismo; na terceira deu-se um grande avanço para a comunitarização, que viria a completar-se na quarta fase (Trauner & Servent, 2015).

A criação de um *Espace Judiciaire Européen* remonta ao fim dos anos 70 quando foi apresentado um projeto de estreitamento das relações no domínio penal entre Estados com fronteiras comuns (Vermeulen, 2006). Esta ideia “caiu no esquecimento, (...) devido à resistência demonstrada por alguns países, ciosos por manter na exclusividade da sua soberania (...) o Direito penal” (Andrade, 2013, p. 332). Nessa altura, os Estados-Membros conjugaram esforços para estabelecer canais de cooperação entre suas autoridades policiais em áreas de interesse comum, que resultaram em vários grupos informais, dos quais se destaca o Grupo TREVI (Terrorismo, Radicalismo, Extremismo e Violência Internacional). Este grupo cooperava sob a lógica intergovernamental e marcou o início do processo de integração em matéria de segurança (Kaunert *et al*, 2012).

Em 1986, o Ato Único Europeu definiu como objetivo da Comunidade a criação de um mercado único, ou seja, um espaço económico sem fronteiras, o que apelou à abolição das fronteiras internas e à consequente liberdade de circulação. Isto teve um *spill-over effect* em várias políticas, inclusive o Direito penal, pois “the achievement of an area without internal frontiers could involve (...) the approximation of laws, (...); improved law enforcement co-operation; and judicial co-operation” (Mitsilegas, 2009, p. 7). Assim, em 1990, é assinada a Convenção de Aplicação do Acordo Schengen (CAAS), que tinha sido assinado em 1985, que estabeleceu a supressão gradual dos controlos nas suas fronteiras internas, bem como um conjunto de medidas compensatórias para a liberdade de circulação (Mitsilegas, 2009).

Em 1992, é assinado o Tratado de Maastricht, que criou uma nova entidade²¹ – a UE - baseada em três pilares e “definiu um conjunto de matérias de interesses comum” (Hermengildo, 2017, p. 113). O primeiro pilar, correspondente às Comunidades Europeias, vigorou numa perspetiva supranacional, estando sujeito ao método comunitário (Piçarra, 2009). O segundo pilar introduziu a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e, por fim, o terceiro pilar, designado de Justiça e Assuntos Internos (JAI), incluía matérias como o combate ao tráfico de droga e à fraude de dimensão internacional, a cooperação policial, a cooperação aduaneira e a cooperação judiciária em matéria penal (Trauner & Servent, 2015).

O objetivo era prevenir e combater o terrorismo e crimes graves de dimensão transfronteiriça, estabelecer uma Rede Judiciária Europeia e um Serviço Europeu de Polícia (Europol). Tanto a PESC como a JAI estavam sujeitas ao intergovernamentalismo (Piçarra,

²¹ Segundo Silva (2011, p. 6), este constitui “uma pedra angular no processo de integração europeia pois (...) ultrapassa pela primeira vez o objetivo económico inicial da comunidade (constituir um mercado comum) dando-lhe uma vocação política”.

2009), pois “the emphasis [was] not on integration, but on matters of common interest” (Mitsilegas, 2009, p. 10).

É então que surge o Tratado de Amesterdão, assinado em 1997, com o objetivo de manter e desenvolver a União enquanto ELSJ, assegurando a livre circulação de pessoas, através da prevenção e combate à criminalidade (Ramos, 2010). A principal inovação foi a integração do Acervo de *Schengen* no quadro institucional e normativo da UE, gerando a geometria variável do ELSJ. Além disso, as matérias de carácter não penal do terceiro pilar foram transferidas para o primeiro pilar, ou seja, foram comunitarizadas (Leite, 2010). Quanto ao terceiro pilar, este passou a designar-se cooperação policial e judiciária em matéria penal (Mitsilegas, 2009).

Nesse mesmo ano, a CE identificou a luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da UE (“infrações PIF”) como prioridade e perante a qual era necessário simplificar e uniformizar os procedimentos para alcançar uma cooperação jurídica mais eficaz. Assim, foi elaborado um estudo chamado *Corpus Juris*, que era “essentially a mini criminal code, including definitions of a series of criminal offences (for instance fraud, corruption and money laundering), as well as provisions on criminal procedure (including the controversial proposal for the establishment of a European Public Prosecutor)” (Mitsilegas, 2009, p. 68). O objetivo deste estudo era unificar e não harmonizar o Direito penal europeu, contudo, a ideia não foi avante.

Segundo Triunfante (2011), o Conselho Europeu de Tampere, que se reuniu em outubro de 1999, foi o grande impulsionador da cooperação policial e judiciária, pois as linhas orientadoras deram início a uma série de programas plurianuais²². A partir daqui a cooperação penal na UE seguiu um novo rumo, sob o desígnio do princípio do reconhecimento mútuo, melhor descrito no Apêndice I. Com este princípio a cooperação penal europeia nas vertentes da prevenção e repressão da criminalidade deu um avanço significativo, pois foram aprovados importantes instrumentos jurídicos como, e. g., o Mandado de Detenção Europeu (MDE) e a criação da Eurojust (Ramos, 2010).

Na ótica de Mitsilegas (2009), a introdução deste princípio no Direito penal europeu resultou da necessidade de tranquilizar os Estados-Membros quanto a uma maior harmonização em matéria penal na UE, pois permitia cooperar além-fronteiras, sem que os Estados-Membros tivessem de alterar o seu Direito penal interno para implementar as normas da UE.

²² Seguiram-se o Programa de Haia (2004 a 2010) e o Programa de Estocolmo (2010 a 2014).

O Tratado de Nice não trouxe mudanças significativas no terceiro pilar. Simplificou o mecanismo de cooperação reforçada, passando a ser necessário apenas oito Estados-Membros para introduzir diferentes velocidades (Piçarra, 2009), e previu o estreitamento da cooperação entre autoridades judiciais bem como o reforço da Eurojust (Mitsilegas, 2009).

Em 2007, após o fracasso da aprovação do projeto de uma Constituição Europeia, materializado num Tratado Constitucional, é assinado o Tratado de Lisboa, que alterou o TUE e o Tratado relativo à Comunidade Europeia, passando este último a designar-se TFUE. Além de ter atribuído personalidade jurídica à UE, substituindo a expressão Comunidade por União, este aboliu a tradicional estrutura em pilares, tendo comunitarizado a cooperação policial e judiciária em matéria penal, inclusive o Direito penal da UE (Ramos, 2010).

Este Tratado reforçou as competências da UE nas matérias da cooperação policial e judiciária, em particular na criminalização de condutas e na ação penal (através da harmonização do Direito penal substantivo e adjetivo), na prevenção da criminalidade, na cooperação por meio da Eurojust e no estabelecimento de uma Procuradoria Europeia a partir daquela (Mitsilegas, 2016). Apesar da comunitarização do antigo terceiro pilar, que completou a comunitarização do ELSJ, este continua com alguns elementos intergovernamentais presentes (Mitsilegas, 2009), tal como se pode ver no Apêndice J.

Segundo Mitsilegas (2009), a presença destes elementos intergovernamentais e as tensões nas negociações acontecem por questões relacionadas com o princípio da territorialidade e da soberania pois “o *ius puniendi* é, se não a mais marcante, pelo menos uma das mais marcantes qualidades da soberania nacional” (Ramos, 2010, p. 750)²³. De acordo com Murschetz (2010), isto deve-se ao facto de a aplicação de medidas intrusivas, restritivas e coercivas poderem ter implicações tanto para os direitos fundamentais dos cidadãos como para os princípios constitucionais nacionais.

2.3. A harmonização do Direito penal no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

Face ao supramencionado, verifica-se que a cooperação em matéria penal antecede a criação da UE. No entanto, foi o Tratado de Maastricht que introduziu um dos elementos mais significativos no campo da cooperação entre os Estados-Membros: a aproximação das suas leis penais (Monar, 2013). Este previa a possibilidade de o Conselho estabelecer regras

²³ De acordo com Torreta (2009, *cit. in* Laureano, 2010, p. 291) o Direito penal e, o seu veículo de execução, o Direito processual penal, são “una (essenziale) componente della sovranità statale”.

mínimas comuns relativamente aos elementos constitutivos de atos criminais bem como das respetivas sanções, mas apenas para determinadas áreas de criminalidade: o terrorismo, o tráfico de droga e o crime organizado.

Contudo, a definição pouco clara e precisa de crime organizado dava ao Conselho uma competência alargada a várias áreas de criminalidade, como o racismo e xenofobia, tráfico de seres humanos, crimes financeiros e fraude fiscal, exploração sexual de crianças e crimes ambientais (Ramos, 2010). A ineficiência dos instrumentos jurídicos criados neste período resultava da adoção de Decisões-Quadro pois, por não ter efeito direto, estavam sujeitas a transposição pelos Estados-Membros o que provocava discricionariedade e atrasos (Monar, 2013).

Com o Tratado de Lisboa, a UE podia estabelecer regras mínimas relativamente aos crimes particularmente graves de dimensão transfronteiriça. Este estabeleceu um catálogo de áreas criminais mais amplo, que passou a incluir o tráfico de armas, o branqueamento de capitais, a corrupção, e onde se manteve o crime organizado (Monar, 2013). Segundo Gless (2010), este Tratado veio “adormentar” a possibilidade de unificar o Direito no ELSJ, pois a harmonização é “a process in which diverse elements are combined or adapted to each other so as to form a coherent whole while retaining their individuality” (Boodman, 1991, *cit. in* Gless, 2010, p. 39).

Para Borgers (2010), a harmonização penal possuiu duas funções essenciais e complementares: a função de autonomia e a função de auxílio. Na primeira, a harmonização permite autonomizar e criar um ELSJ. A harmonização substantiva “helps to fight crime because criminals cannot benefit from differences in penalisation. Safe havens are prevented” (Borgers, 2010, p. 348). Também Almeida (2009) afirma que a única solução para acabar com o *forum shopping*²⁴ passa por aliar a harmonização penal à cooperação, de forma a evitar que os criminosos atuem ou procurem ser julgados na jurisdição que lhes pareça mais favorável. Quanto à harmonização adjetiva, esta garante que uma ação eficaz possa ser adotada numa base comum em toda a União, mas também que os cidadãos da UE recebam igual proteção jurídica em todo o seu território (Borgers, 2010).

A função de auxílio, por sua vez, baseia-se na ideia de uma cooperação eficaz em matéria penal seria facilitada se as diferenças existentes entre os sistemas de Direito penal dos Estados-Membros não fossem demasiado grandes. Para Borgers (2010) é importante um certo grau de igualdade, pois permite a criação de confiança mútua entre os Estados-

²⁴ Segundo Lutchman (2013, p. 18) “forum shopping by criminals (...) result of the absence of a level playing field, insufficient transnational cooperation and lack of investigation resources”.

Membros. A confiança mútua, por sua vez, é a base de cooperação sustentada no princípio do reconhecimento mútuo.

De facto, o Tratado de Lisboa coloca grande ênfase no reconhecimento mútuo como método de integração europeia em matéria penal, e subordina, efetivamente, a harmonização penal ao reconhecimento mútuo (Mitsilegas, 2016). Contudo, a ideia inicial de que o reconhecimento mútuo torna a harmonização supérflua, deu lugar à conclusão de que um certo grau de harmonização é indispensável para o reconhecimento mútuo (Borgers, 2010). Assim, a harmonização não é uma consequência do reconhecimento mútuo, mas “a precondition to prepare the field (...) for the free movement of evidence” (Militello & Mangiaracina, 2010, p. 184), evitando aquilo a que Mitsilegas (2009, p. 118) apela de “journey into the unknown”.

2.4. Instrumentos e mecanismos de cooperação e a *practical cooperation*

Face ao exposto, verifica-se que os Estados-Membros foram unindo esforços, criando e aperfeiçoando mecanismos de cooperação com o objetivo de combater novas formas de criminalidade. De facto, “frente à internacionalização do crime, urge responder com a internacionalização da política de combate ao crime” (Rodrigues & Mota, 2001, *cit. in* Andrade, 2013, p. 331), que evolui à medida que evolui a sua prevenção e repressão.

Neste sentido, a UE foi-se munindo de meios e instrumentos de cooperação para garantir uma atuação concertada no combate à nova criminalidade organizada transnacional, dotada de recursos humanos ilimitados e de uma sofisticação tecnológica e financeira cujas soberanias à escala nacional jamais poderiam enfrentar (Sousa, 2001).

Dos inúmeros instrumentos jurídicos e mecanismos criados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal, apresentam-se, no Apêndice K, aqueles considerados mais importantes, pois este domínio revelou ser “lesquels le nombre des actes fondant des politiques communes croît le plus rapidement (...), plus de 1.200 textes ont été adoptés par le Conseil Justice et Affaires Intérieures” (Monar, 2009, p. 16).

Contudo, é de destacar a Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo de 2000, que representa “um mecanismo de rutura com as anteriores tentativas intergovernamentais, baseadas (...) em formas e métodos de cooperação dita clássica” (Triunfante, 2013, p. 53). A regra passou a ser a “comunicação direta entre as autoridades judiciárias competentes relativas aos processos penais” (Triunfante, 2013, p. 53), tornando o auxílio direto o

principal instrumento de cooperação. Esta também adotou como regra o *fórum regit actum*²⁵ em prol do *locus regit actum*, com o objetivo de garantir uma maior efetividade e celeridade na produção de prova no exterior (Triunfante, 2013).

De acordo com Mitsilegas (2009), as agências europeias, sobretudo o Europol e a Eurojust, e outros organismos, como o OLAF (este com estatuto híbrido) são fundamentais para a troca de informações e coordenação das investigações.

Em 2017, entrou em aplicação a Decisão Europeia de Investigação (DEI), que representa um instrumento inovador que visa simplificar e acelerar as investigações penais transfronteiriças (Triunfante, 2016, p. 74), pois fixou prazos para a recolha dos elementos de prova solicitados, limitou os motivos de recusa desses pedidos; e, reduziu a burocracia e formalidades através de um modelo de formulário único (Zaharieva, 2017).

Por último, em meados de 2017, vinte Estados-Membros (incluindo Portugal e França) chegaram a acordo para instituir uma Procuradoria Europeia por via do mecanismo de cooperação reforçada²⁶. A Procuradoria Europeia, que entrará em funcionamento entre 2020 e 2021, será competente para investigar e exercer a ação penal (o que não sucedia até ao momento - o OLAF realizava apenas inquéritos administrativos), relativamente às infrações lesivas do orçamento da UE, bem como a corrupção e a fraude transnacional em matéria de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de valor superior a dez milhões de euros, permitindo a direção da investigação e a centralização da ação penal (CE, 2017a). Segundo Baqueiro (2017) a sua criação demonstra que, por mais avanços que tenham sido alcançados, os mecanismos de cooperação ainda se revelam insuficientes para combater o COT, cada vez mais sofisticado e uniforme. Esta conjugará os esforços europeus e nacionais na aplicação coerciva da lei de modo unificado, constante, eficiente e permitirá uma atuação coordenada, procedendo com celeridade ao intercâmbio de informações e partilha de conhecimentos especializados, superando a morosidade e a complexidade que caracterizam a cooperação atual (CE, 2017a).

Ao longo da comunitarização do antigo III pilar, muitos foram os mecanismos e princípios adotados para melhorar a cooperação policial e judiciária em matéria penal, contudo, “the medley of collaborations and difficulties in implementing the numerous instruments have been the subject of criticism for some time” (Gless, 2010, p. 25). De facto, “a gap exists between the theoretical and the practical approach towards police and judicial cooperation” (Gless, 2010, p. 28). Tal como se pode verificar no Apêndice L, a principal

²⁵ Cfr. o art. 146.º da Lei n.º 144/99. Melhor explicado no Glossário.

²⁶ Cfr. o art. 20.º do TUE, n.º 1 do art. 86.º e arts. 326.º a 334.º do TFUE. Melhor explicado no Glossário.

difficuldade da cooperação policial e judiciária na UE tem sido aplicar a teoria na prática (Gless, 2010). Um bom exemplo disso são as Equipas de Investigação Conjuntas (EIC) (Block, 2008; Block, 2010) (ver Apêndice M), pois “it took around ten years for practitioners to realise the potential of joint investigation teams” (Zaharieva, 2017, p. 1), sendo estas considerado o mecanismo mais eficaz para combater o COT.

2.5. Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo, foram enunciados os principais acontecimentos históricos que marcaram o processo de integração europeia em matéria de segurança interna e que culminaram na criação do ELSJ. Particularizando o percurso histórico no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, verifica-se que esta evolui no encalço da integração Europeia, numa progressiva comunitarização, permanentemente travada pelas pretensões soberanas dos Estados-Membros numa competência sua tão sensível.

Apesar da comunitarização a cooperação policial e judiciária em matéria penal, introduzida pelo Tratado de Lisboa, e ao contrário do que sucede com os restantes domínios, esta continua a apresentar elementos intergovernamentais, o que impossibilita uma absoluta integração destas matérias e a edificação de um Direito penal europeu unificado. Isto demonstra que os Estados-Membros continuam receosos quanto à possibilidade de perder a sua soberania num domínio particularmente sensível como o é o *ius puniendi*. De facto, verifica-se que a cooperação judiciária em matéria penal continua alicerçada no princípio do reconhecimento mútuo e da harmonização das legislações penais dos Estados-Membros. Assim, fica excluída, ainda, a possibilidade de unificação das várias legislações, tratando-se apenas de aproximar as mesmas através do estabelecimento de regras mínimas.

Por fim, viu-se que foram dados grandes avanços nos domínios da cooperação policial, aduaneira e judiciária, que se efetiva na adoção de inúmeros atos legislativos com base no princípio do reconhecimento mútuo. No entanto, este princípio apenas funciona se realmente existir harmonização das legislações nacionais, pois apenas a existência de um certo grau de igualdade permite criar confiança mútua e solidariedade entre os Estados-Membros. Assim, a harmonização das legislações revela-se indispensável para alcançar a livre circulação de provas, evitando, assim, uma possível viagem ao desconhecido, que tem vindo a limitar o recurso aos vários instrumentos e mecanismos de cooperação criados, bem como a aplicá-los na prática, sendo um bom exemplo disso a constituição das EIC.

CAPÍTULO 3.

A CRIMINALIDADE TRIBUTÁRIA E O CONTRABANDO DE TABACO

“The illicit tobacco trade is a global problem which needs a global solution”.

Joossens e Raw (2012, p. 230).

Este capítulo destina-se a esclarecer conceitos e aprofundar o fenómeno do contrabando de tabaco, desde as suas características, fatores, *modi operandi* e evolução. De seguida, apresentam-se as principais medidas e ações tomadas pela UE para combater este fenómeno e, por fim, procede-se à análise e comparação da legislação substantiva em Portugal e em França, relativamente a este tipo de tráfico ilícito à escala global.

3.1. O contrabando e o crime organizado transnacional

Existem vários fatores que impossibilitam uma definição consentânea²⁷ do conceito de criminalidade organizada²⁸. Contudo, “the illegal trade in tobacco products is widely considered to be a manifestation of organised crime with a long history which only relatively recently has begun to receive academic attention” (Antonopoulos & Lampe, 2016, p. 214). No relatório *Project Sun* da “KMPG LLP the UK Member firm” (KPMG, 2017, p. 2) é referido que o CIPT “represents the modern face of organised crime in Europe” (KPMG, 2017, p. 23).

No relatório *Serious and Organised Crime Threat Assessment* (SOCTA), o Europol (2017, p. 23) refere que a definição mundialmente aceite de crime organizado, prevista na Convenção de Palermo²⁹ de 2000, não descreve de forma adequada “the complex and flexible nature of modern organized crime networks”. De facto, os grupos criminosos evoluíram e estão mais sofisticados, flexíveis, rápidos a identificar oportunidades de negócio e *highly resourceful*. Em vez das tradicionais estruturas hierarquizadas e bem definidas,

²⁷Para além da sua capacidade em operar além-fronteiras, a multiplicidade de formas que este fenómeno adota bem como as suas diversas atividades e áreas de atuação são obstáculos para a sua definição (Carrapiço, 2006).

²⁸ Que se afasta do conceito de “associação criminosa” prevista no art. 299.º do Código Penal (CP) e no art. 89.º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) (Davim, 2007; Dias, 2009).

²⁹ Designação dada à *United Nations Convention Against Transnational Organized Crime*.

atualmente, “they commonly operate as loose, transient networks, cooperating on an ad hoc basis” (KPMG, 2017, p. 8), tal como é demonstrado no Anexo B.

Segundo L’Hoiry (2012, p. 418) o “starting point in discussing the dynamics of tobacco trafficking is to outline the delineation between different types of smuggling” (L’Hoiry, 2012, p. 418). Assim, L’Hoiry (2012) define três tipos de contrabando: o contrabando de pequena escala (*bootlegging*), o contrabando de larga escala (*large-scale smuggling*) e a contrafação (*bulk level counterfeiting*). Neste sentido, Joossens e Raw (2012, p. 230) afirmam que o “smuggling is one type of illicit trade. The illegal crossing of borders between jurisdictions is a key characteristic of smuggling”. Isto faz do contrabando um crime transnacional (ver Glossário) pois, ao envolver vários países, este viola as leis criminais de pelo menos dois ordenamentos jurídicos nacionais (Davin, 2007).

Existem vários fatores que determinam os *modi operandi* destes atores: o tipo de produto; o volume da carga; a rota; os custos; os locais onde os preços do tabaco são mais elevados, como o Reino Unido na UE (Interpol, 2014; KPMG, 2017); e, “the level of (commercial) exchange (...) and the expertise and skill of the smugglers” (Dijck, 2009; *cit. in* L’Hoiry, 2012, p. 428).

“The experience of the last 20 years has taught us that eliminating illicit trade is difficult: success in combating one type of illicit trade often leads to a new type emerging (Joossens & Raw, 2012, p. 230). De facto, se há vinte anos o principal tipo de comércio ilícito era o contrabando de cigarros genuínos em larga-escala através de contentores exportados por mar, novas formas de comércio ilícito e novos *modi operandi* surgiram, como, por exemplo, a “undeclared production” (Joossens & Raw, 2012, p. 231).

Para além da produção ilegal, outra mudança foi o aparecimento de novas marcas de tabaco, conhecidas por *cheap whites* ou, simplesmente, marcas brancas em português. De facto, “Illicit whites are now the predominant type of merchandise sold” (Antonopoulos & Lampe, 2016, p. 214). Estas são produzidas legalmente, cumprindo os requisitos do país de produção, mas são ilegalmente importadas para a UE. Um exemplo de *cheap whites* é a marca Russa *Jin Ling*, produzida em Kaliningrado, que se tornou “the world’s first ever cigarette brand designed and manufactured only for smuggling” (L’Hoiry, 2012, p. 440).

A produção ilegal e a contrafação “remains a problem within Europe (...) many illegal factories have been shut down in recent years” (KPMG, 2017, p. 9), pois isto permite reduzir o custo dos transportes e o risco associado à passagem nas fronteiras do ELSJ.

Antonopoulos e Lampe (2016, p. 214-215) identificaram novos *modi operandi*, entre os quais, a “fraud by means of tax warehousing” em que empresas legais responsáveis pela

importação de cargas estão envolvidas, as “mixed operations”, o “frequent small-scale illegal imports/smuggling”, e o chamado “distance trade, facilitated by the internet”. Um método relacionado com a internet “is the use of parcel post services” (Lampe, 2014, p. 150), pois isto “enable under-the-radar deliveries” (KPMG, 2017, p. 30).

Se, anteriormente, o contrabando consistia em grandes remessas através de contentores ou camiões, que exigia “a higher level of investment and a more complex and well organised network” (Beken, Janssens, Verpoest, Balcaen & Laenen, 2008, p. 60), hoje em dia “the groups involved increasingly adopt a little and often approach” (KPMG, 2017, p. 8). Isto consiste em fazer pequenas remessas por inúmeras rotas e canais, o que lhes permite minimizar a perda de lucro em caso de deteção (KPMG, 2017).

Uma característica do contrabando é a *legal-illegal interface* (L’Hoiry, 2012). Isto envolve a corrupção de agentes aduaneiros, a falsificação de nomes e documentos, o recurso a *bogus companies* (L’Hoiry, 2012, p. 429) ou de *cover loads* (Beken *et al*, 2008, p. 63).

O lucro elevado, o baixo risco, a aceitação social³⁰ e a ausência de violência também caracterizam o contrabando (KPMG, 2017; L’Hoiry, 2012).

Segundo Lampe (2005, p. 209) a principal razão para a prosperidade do contrabando é a elevada tributação do tabaco e a diferença de preços entre países. Contudo, “high taxes do not automatically lead to the emergence of a black market” (Lampe, *cit. in* L’Hoiry, 2012, p. 426). De facto, “weak legislation and lenient penalties have proven ineffective in deterring (...) offenders” o que resulta em “more skilled operators” (KPMG, 2017, p. 9).

Assim, “the aim must be to create a more hostile environment” (KPMG, 2017, p. 32), pois “whereas law enforcement activity is relatively slack and prison terms considered relatively low, there is no lack of aspirant smugglers” (L’Hoiry, 2012, p. 426).

3.2. A resposta da União Europeia ao contrabando de tabaco

Devido às consequências nefastas que o contrabando de tabaco provoca, vários instrumentos jurídicos internacionais³¹ foram elaborados, com o objetivo de promover uma definição comum de conceitos, criar padrões mínimos e aproximar as legislações nacionais

³⁰ L’Hoiry (2012, p. 432-435) refere que há um “moral absent mindedness”, pois como o tabaco não representa (ainda) uma substância proibida, ao contrário das drogas, e por não ter efeitos imediatamente visíveis, “leads to a notion amongst consumers that their engagement in the market is illegal but not criminal”.

³¹ São eles: a Convenção de Palermo (2000); a Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o controlo do tabaco (2003) e o Protocolo para eliminar o CIPT da Convenção Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco (Protocolo CQCT, OMS, 2013). Este último entra em vigor 90 dias após a 40ª ratificação. Até ao momento foi ratificado 35 vezes (*United Nations Treaty Collection*, 2018).

(Interpol, 2014). Por sua vez, a CE (2017b, p. 1) referiu que “há algum tempo que o contrabando de cigarros se vem revelando uma fonte de grande preocupação para a Europa”, tendo afirmado que “the Commission and the EU Member States have made the fight against counterfeit and contraband cigarettes a significant priority” (CE, 2010, p.1).

No contexto da cooperação aduaneira, Vermeulen (2006) considera de particular importância para a assistência jurídica mútua a Convenção sobre Assistência Mútua e Cooperação entre as Administrações Aduaneiras (a Convenção Nápoles II), adotada em dezembro de 1997. De facto, ao prever a possibilidade de intercâmbio espontâneo de informações em matéria aduaneira, esta convenção permitiu alcançar um importante *acquis* no domínio do intercâmbio espontâneo de informações (Vermeulen, 2006, p. 83).

A CE (2017b) afirma que a *Comprehensive EU Strategy* de 2013 foi o ponto de partida para intensificar a luta contra o contrabando de tabaco, pois apelou à necessidade de tomar medidas internas e externas específicas para combater esta ameaça. Esta estratégia incluía medidas destinadas a diminuir os incentivos do contrabando, garantir a segurança da cadeia de abastecimento; fornecer apoio técnico e financeiro adicional aos Estados-Membros; reforçar a cooperação entre as autoridades aduaneiras, policiais e organismos europeus; e, fortalecer as sanções, através da aproximação das definições de infrações aduaneiras e das sanções penais e não penais.

Assim, desde 2013, muitas medidas e ações têm sido tomadas (ver Apêndice N), muito graças ao financiamento proporcionado pelo Programa *Hercule III* (CE, 2017b).

É de destacar a promoção e ratificação do Protocolo CQCT, que permitirá proteger a cadeia de abastecimento de cigarros genuínos através de um *track and trace system*, pois permitirá saber quais os pontos de desvio. Em paralelo, a UE adotou, em 2014, uma Diretiva que visa assegurar a cadeia de abastecimento com base num *track and trace system* à escala da UE, que entrará em funcionamento em 2019 (CE, 2017b, p. 2). A fim de reduzir a distorção dos preços no mercado interno e diminuir os incentivos dos contrabandistas, a CE (2017b) está a avaliar uma eventual revisão do quadro fiscal, com o objetivo de harmonizar ainda mais o Imposto Especial sobre o Consumo (IEC) dos produtos de tabaco.

Na *Comprehensive EU Strategy* a CE (2013, p. 13) referia que “despite the obvious incentives, and the huge profits (...) smugglers face relatively low risks in the EU” pois “sanctions imposed by the Member States are relatively low [and] differ to a great extent across Member States”. De facto, em alguns Estados-Membros são aplicadas sanções administrativas e em outros sanções penais, em que a pena de prisão varia de 1 até 10 anos. Assim, “the significantly diverging sanctions provide an opportunity for smugglers to choose

their entry points to the EU according to where the lowest sanctions apply” (CE, 2013, p. 14).

Tendo em conta que eram necessárias sanções mais eficazes e dissuasoras, incluindo sanções penais em toda a UE, para travar o CIPT foi adotada a “Diretiva PIF” (Rodrigues, 2017, p. 20), que entrou em vigor em 2017, para harmonizar as definições dos crimes, níveis de sanções e períodos mínimos e máximos, mas esta ainda se encontra em período de transposição. Em 2014, a CE (2017b) fez uma proposta de Diretiva relativa ao quadro jurídico da União para uma aproximação das definições das infrações aduaneiras e das sanções não penais. Esta Diretiva ainda está a ser objeto de negociações no Conselho e no PE. É de referir que nenhuma medida ou nenhuma referência foi feita quanto à possibilidade de aproximar as legislações processuais penais relativamente às infrações aduaneiras.

Infelizmente, “apesar da aplicação da Estratégia de 2013 a nível europeu e nacional nos últimos anos, a dimensão do comércio ilícito de tabaco na UE mantém-se, globalmente, elevada e preocupante” (CE, 2017b, p. 8).

3.3. O contrabando de tabaco em Portugal e em França

Face ao exposto, importa analisar o quadro jurídico português e francês, quer na legislação substantiva, quer na legislação processual penal, para perceber quais são as diferenças a nível dos conceitos, tipificações e sanções.

Segundo Lampe (2011, p. 148) “what makes the trade in cigarettes illegal is the evasion of excise and customs duties”. Destarte, o contrabando de tabaco pode consistir tanto em *tax evasion* como em *tax avoidance*³² (Joossens & Raw, 2012, p. 230).

Quanto ao conceito de criminalidade tributária, este é um termo puramente jurídico ao qual estão associados os crimes de natureza tributária, previstos no RGIT. Ao integrar as infrações fiscais, aduaneiras e contra a segurança social, o RGIT permitiu a unificação do Direito penal tributário, definindo as infrações tributárias (Paiva, 2012), tal como é explicado no Apêndice O. Por sua vez, o Direito penal tributário (Silva, 2009) ou “Direito penal fiscal” (Nabais, 2003, p. 425) integram o chamado Direito penal secundário³³ (Monte, 2007).

Tal como se pode observar no Apêndice P, em Portugal, o crime de contrabando encontra-se tipificado no art. 92.º do RGIT, no capítulo II, dedicado aos crimes aduaneiros,

³² Cfr. o Glossário.

³³ Também designado de Direito penal extravagante, por estar contido em leis avulsas ao Código Penal (CP). Este tutela bens jurídicos coletivos ou supraindividuais (Monte, 2007).

que incluiu, ainda, o contrabando de circulação, o contrabando de mercadorias de circulação condicionada em embarcações, a fraude de mercadorias em regime suspensivo e, por fim, a a IFC (Guimarães, 2015).

Ora, a grande dificuldade reside na distinção entre o contrabando e a IFC pois são “crimes em relação aos quais se pode afirmar que existe uma relação de alternatividade (...) [pois] protegem bens jurídicos da mesma família, ligados ao pagamento da prestação tributária devida ao Estado por força da introdução de mercadorias no território nacional, ou da introdução no consumo de certos produtos que circulam pelos países da União Europeia em regime de suspensão de imposto” (Supremo Tribunal de Justiça, 2010, *s/p*).

Assim, o contrabando ocorre quando o tabaco entra no território aduaneiro da UE sem ser presente às estâncias aduaneiras e a IFC ocorre no momento consecutivo, pois o tabaco já se encontra nesse mesmo território sem ter seguido as formalidades previstas, sendo comercializado e disponibilizado para consumo. Além disso, a UE tem-se deparado com a produção, transformação e venda de tabaco no seu território (CE, 2017b, p. 9). Dado a mercadoria não advir de países terceiros, é eliminada a figura de contrabando e já só resta a IFC. Por outro lado, todo o crime de contrabando implica a IFC (ver Apêndice Q).

A nível das sanções, todos os crimes aduaneiros são punidos com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias. Contudo, à exceção do contrabando de mercadorias de circulação condicionada em embarcações, a punição dos restantes crimes aduaneiros só se efetua se o valor da prestação tributária em falta for superior a 15.000€ ou, se não houver lugar à prestação tributária, os produtos objeto da infração forem de valor líquido de imposto superior a 50.000€ ou, ainda, quando inferiores a estes valores, as condutas que lhe estão associadas sejam praticadas de forma organizada ou assumam dimensão internacional. Caso nenhuma destas condições seja preenchida, estes crimes passam a ser considerados contraordenação (Guimarães, 2015).

Em França, contrariamente ao que sucede em Portugal, não existe um diploma legal que integre todas as infrações tributárias, encontrando-se a fraude fiscal e restantes infrações fiscais no *Code Général des Impôts* (CGDI - arts. 1727.º a 1741.º) e as infrações aduaneiras no *Code des Douanes* (CoD). O CoD classifica, no seu art. 408.º, as infrações aduaneiras em dois tipos: as contraordenações e os delitos. Os delitos são classificados em três classes (arts. 414.º a 416-bis.º), aos quais são atribuídas diferentes sanções, consoante a sua gravidade. É de referir que, em França, as infrações penais são classificadas, consoante a sua gravidade, em contraordenações, delitos ou crimes (art. 111-1.º do *Code Pénal Français* - CPF), sendo que os delitos assumem uma figura intermediária entre as contraordenações e os crimes.

Como se pode verificar no Apêndice P, o *contrebande*, previsto no art. 414.º do CoD, é um delito aduaneiro de 1ª classe e consiste em qualquer ato de importação ou exportação sem declaração desde que estejam em causa mercadorias proibidas ou qualquer produto de tabaco manufaturado. Já os arts. 417.º a 422.º do CoD, elencam outras condutas consideradas contrabando, muito semelhantes às condutas previstas nos restantes crimes aduaneiros em Portugal.

Quanto às sanções, em França, o contrabando de tabaco é punido com três anos de prisão, ao qual acresce, cumulativamente, uma multa de valor igual ou do dobro do valor da mercadoria objeto da infração e, ainda, o confisco dos objetos e meios de transporte usados, bem como das mercadorias objeto da infração e os bens obtidos com a infração. Segundo Dias (2009, p. 36), este mecanismo de “indexação da multa ao montante do lucro ilícito ou a um multiplicador desse montante (dobro, triplo, (...))” tem sido uma solução preconizada para combater o crime organizado. Mas este mecanismo consagrado na legislação espanhola e francesa, “não é compatível com o sistema constitucional português, por razões que se prendem pelo princípio da legalidade e da culpa” (Dias, 2009, p. 36), pois a multa passa a ser uma verdadeira pena e não uma mera sanção pecuniária. Por essa razão, Dias (2009) defende o recurso ao confisco ampliado do lucro ilícito atualmente consagrado na Lei n.º 5/2002, designado de perda alargada.

Quanto à qualificação, em Portugal a pena de prisão do contrabando qualificado pode ir até aos cinco anos, caso se verifique uma das circunstâncias do art. 97.º do RGIT. Em França, por sua vez, segundo o art. 414.º do CoD, há contrabando qualificado quando estão em causa mercadorias com duplo uso, civil e militar, cuja pena de prisão pode ir até aos cinco anos e a multa até três vezes o valor dessa mercadoria. Além disso, também existe contrabando qualificado quando estejam em causa mercadorias perigosas para a saúde, segurança e ordem pública ou quando o contrabando foi cometido por um bando organizado. Em ambas as situações a pena de prisão pode ir até dez anos e a multa até dez vezes o valor dessa mercadoria. Isto pode-se aplicar ao contrabando de tabaco, caso seja contrafeito e não respeita os requisitos sanitários ou quando seja cometido *en bande organisée*³⁴.

³⁴ Segundo o art. 132-71.º do CPF, corresponde a “tout groupement formé ou toute entente établie en vue de la préparation, caractérisée par un ou plusieurs faits matériels, d'une ou de plusieurs infractions”.

3.4. Síntese conclusiva

Com este capítulo, demonstrou-se a natureza organizada e eminentemente transnacional do contrabando de tabaco, que pode assumir vários tipos. Além disso, à medida que foram criados mecanismos de cooperação, de forma a melhorar o combate a este fenómeno, também este evoluiu, tornando-se uma atividade complexa e multifacetada, cada vez mais associada a redes flexíveis e pontuais. Para além disso, atualmente, o contrabando não se cinge apenas ao contrabando de marcas genuínas em grande escala realizado através de contentores. De facto, a produção não declarada, os *cheap whites* e a contrafação têm vindo a ganhar maior expressão, em particular na UE, onde já começaram a ser produzidos.

Apesar do contrabando ter suscitado, há já algum tempo, preocupação à UE, a verdade é que só mais recentemente é que esta intensificou o combate a este fenómeno, sobretudo após a adoção da “Estratégia Completa” de 2013. Tratando-se de uma atividade altamente lucrativa e com poucos riscos, a UE definiu como prioridade o estabelecimento de um ambiente mais hostil através da adoção de definições e sanções comuns nos vários Estados-Membros, que tornariam o combate ao contrabando mais eficaz e dissuasor. Contudo, a Diretiva PIF ainda não foi transposta, pelo que continuam a existir sanções muito diversificadas e relativamente baixas na UE.

Analisando o quadro normativo substantivo português e francês, constatou-se que existem muitas diferenças. Primeiro, em Portugal os crimes tributários encontram-se integrados num único diploma, em que são tipificados quatro crimes aduaneiros, entre eles, o contrabando e a IFC, que são muito semelhantes, sendo que aquilo que os diferencia é, sobretudo, a proveniência da mercadoria. Além disso, em Portugal, o contrabando pode ser considerado uma contraordenação caso o valor da prestação tributária ou o valor do objeto forem inferiores a um determinado valor, ou se for cometido de forma organizada ou com uma dimensão internacional. Já em França, o contrabando não é considerado um crime, mas sim um delito, e as condutas tipificadas abrangem tanto mercadorias vindo de dentro como de fora do território aduaneiro. Segundo, em Portugal e em França, o contrabando é punido até três anos de prisão, mas em França é, ainda, indexada uma multa. Por fim, quando for contrabando qualificado, este pode ser punido até aos cinco anos, em Portugal, e, em França, pode ser punido até dez anos, acrescido de uma multa equivalente a dez vezes o montante do valor da mercadoria.

CAPÍTULO 4.

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA EM PORTUGAL E FRANÇA

“O combate ao COT deve contemplar a prevenção e a repressão”
(Sousa, Ferreira & Agostinho, 2014, p. 29).

Este capítulo visa esclarecer alguns conceitos inerentes à atividade de investigação criminal bem como as formas que esta pode assumir. Além disso, é analisado o Direito penal adjetivo português e francês, de forma a perceber quais os principais atores envolvidos na investigação do contrabando de tabaco e quais os meios de provas, meios de obtenção de prova (MOP) e técnicas especiais de investigação criminal (TEIC) legalmente admissíveis que estes atores têm ao seu dispor e podem usar para investigar o contrabando.

4.1. Investigação criminal

De acordo com Braz (2010), o conceito normativo³⁵ de investigação criminal não define esta atividade do ponto de vista material, metodológico e epistemológico. Assim, esta consiste num processo padronizado e sistemático de deteção, recolha de indícios e provas destinado “a apurar a existência de um crime e determinar a conduta dos seus agentes e respetivas responsabilidades individuais” (Braz, 2010, p. 43) e que exige “un trabajo árduo, lento, profesional y científico alejado de la simplicidad mostrada em la ficción” (Vázquez *et al*, 2015, p. 15).

A investigação distingue-se da prevenção, pois assume uma natureza restritiva, sendo dirigida a um facto que já aconteceu ou que se suspeita de ter acontecido. Já a prevenção tem um carácter eminentemente pró-ativo, pois visa evitar, acautelar ou “impedir o aparecimento de condutas delituosas ou a sua continuação [através] de recolha e tratamento de informações, vigilância e fiscalização” (Sintra, 2010, p. 180).

Contudo, nem sempre é “fácil traçar a linha de separação entre prevenção e repressão pois (...) a atividade de polícia torna difícil a separação da ação preventiva da ação repressiva

³⁵ Cfr. art. 1.º da Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal - LOIC).

devido ao *continuum* que se estabelece entre ambas e à dupla natureza das medidas” (Ferreira, 2006, *cit. in* Sintra, 2010, p. 180). De facto, “the demarcation between preventive and repressive police activity is no longer realistic” (Kaiafa-Ghandi, 2010, p. 367).

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (ENUDC, 2009), existem três modelos ou tipos de investigação criminal: a reativa, a pró-ativa e a disruptiva. A primeira é iniciada quando, inesperadamente, é recebida uma informação, queixa ou denúncia acerca de um crime, sendo necessária uma resposta imediata. A investigação pró-ativa inicia-se por iniciativa própria dos investigadores e exige, normalmente, o uso de “várias técnicas e táticas para consolidação da prova antes de prosseguir para atividades como a detenção de suspeitos ou o resgate de vítimas (...) em regra, utiliza meios de obtenção de prova mais avançados” (ENUDC, 2009, p. 22).

Finalmente, a investigação disruptiva engloba um conjunto de técnicas que são usadas quando surgem oportunidades para interromper ou dificultar as atividades de traficantes individuais ou de redes de tráfico. São exemplos destas técnicas a apreensão de bens, a confiscação de lucros, a recuperação de ativos ou a criação de um ambiente hostil que resulte no desmantelamento da atividade de tráfico (ENUDC, 2009).

4.1.1. A estrutura, condução e direção da investigação criminal tributária

Segundo (Kaiafa-Gbandi, 2010) ambos os modelos processuais básicos conhecidos na Europa, o sistema continental e o sistema de *common law*, podem cumprir adequadamente a meta de busca da verdade material. O principal problema reside na fase de pré-julgamento, pois é aquela que apresenta mais diferenças nos Estados-Membros, sobretudo no que diz respeito ao modelo de investigação e às competências de cada um dos sujeitos processuais (Triunfante, 2017). Assim, existem Estados-Membros onde a investigação é da responsabilidade do juiz de investigação (e. g., em Espanha e, de forma mitigada, em França), e outros onde quase não existe controlo na investigação, em concreto da função processual do procurador, como sucede na Alemanha (Triunfante, 2017). Existem ainda vários tipos de controlo judiciário³⁶ referentes à aplicação de medidas de investigação (Triunfante, 2017), contudo, estes não são objeto deste estudo.

³⁶ São elas: as da competência do procurador; as que são ordenadas pelo procurador, mas sujeitas à autorização do juiz; e, as que apenas podem ser ordenadas pelo juiz (Triunfante, 2017, p. 178).

Nos modernos modelos de investigação criminal, nomeadamente de matriz continental, “é hoje pacífico e inequívoco que o domínio da ação penal se encontra na titularidade do MP. O inquérito, enquanto invólucro da investigação criminal, está na linha da frente e na direta responsabilidade do MP” (Lopes, 2017, p. 16).

Em Portugal, após a obtenção da notícia de um crime tributário, nos termos do art. 35.º do RGIT e do art. 248.º do CPP, é aberto o inquérito, cuja direção funcional cabe ao MP, nos termos do n.º 1 do art. 40.º do RGIT e do n.º 1 do art. 263.º do CPP. Por sua vez, o MP é assistido pelos OPC com competência na matéria, e também pelos órgãos da administração tributária aos quais cabe, durante o inquérito, os poderes e funções que o CPP atribui aos OPC e às autoridades de polícia criminal (APC). Assim, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do RGIT, presume-se delegada aos órgãos da administração tributária, os atos que o MP pode delegar nos OPC (Nabais, 2003; Marques, 2007).

Quanto aos OPC, o art. 41.º do RGIT estabelece que a competência para a investigação dos crimes aduaneiros se presume delegada no diretor da direção de serviços antifraude³⁷ e na Brigada Fiscal³⁸ da GNR (Gominho, 2016). Finalmente, a LOIC veio prever, na al. a) do n.º 4 do art. 7.º, a competência concorrencial da UAF com a Polícia Judiciária (PJ) na investigação de crimes tributários de valor superior a 500.000€, mantendo apenas como critério o valor da prestação tributária em falta (Trogano, 2009). Nestes casos, segundo o n.º 5 do art. 7.º da LOIC, a investigação criminal é desenvolvida pelo OPC que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da autoridade judiciária competente. Assim, a LOIC veio complementar a omissão do art. 41.º do RGIT, pois alargou a competência de investigação da UAF aos restantes crimes tributários (tributários comuns e fiscais) (Lourenço, 2017).

Deste modo, para garantir a máxima eficácia no âmbito destas investigações foram celebrados protocolos entre os diversos OPC competentes em matéria de ICT, ao abrigo do dever de colaboração e cooperação previstos no art. 6.º da Lei n.º 53/2008 (Lei de Segurança Interna) e no art. 10.º da LOIC, que consistem, sobretudo, na comunicação e partilha de informações. Neste sentido, a GNR e a AT assinaram, em 2012, um protocolo de cooperação no sentido de oficializar os laços de cooperação já existentes (Governo de Portugal, 2013), e, em 2003, a PJ assinou um protocolo³⁹ com a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-

³⁷ Corresponde à atual DSAFA (cfr. o art. 20.º da Portaria n.º 320/A de 2011).

³⁸ Com a Lei n.º 63/2007, de 6 novembro (Lei Orgânica da GNR), esta referência aplica-se à atual UAF.

³⁹ Os arts. 3.º e 5.º do DL n.º 93/2003, de 30 de abril, permite que a PJ solicite a consulta em tempo real das bases de dados da AT e cria um Grupo Permanente de Ligação.

Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, cuja fusão, em 2011, resultou na atual AT (Trogano, 2009).

Em França, por sua vez, o processo das infrações aduaneiras rege-se pelo CoD e, subsidiariamente, pelo *Code de Procédure Pénal Français* (CPPF). Com a progressiva comunitarização do domínio aduaneiro, os poderes de investigação contidos no CoD foram sucessivamente reforçados sendo, até, atribuídos “à certains agents des douanes des pouvoirs issus du Code de procédure pénale” (Cren, 2011, p. 24). De facto, a *Loi du 23 juin 1999* adicionou ao CPPF o art. 28-1.º. Este artigo permite que certos agentes aduaneiros (categoria A e B), devidamente habilitados, possam efetuar investigações criminais por *saisie* de um juiz, em domínios especificamente enumerados, como as infrações aduaneiras, as infrações PIF ou a “association de malfaiteurs ayant pour but de commettre l'une de ces infractions”.

A estes agentes, chamados d’*Officiers de Douanes Judiciaire* (ODJ) e que compõem o SNDJ, compete-lhes, exclusivamente, algumas tarefas de polícia judiciária, previstas no CPPF. Assim, após a constatação de uma infração aduaneira, os agentes aduaneiros podem agir autonomamente e exercer os poderes do CoD, tendo apenas de, *à posteriori*; informar o MP. Contudo, quando se suspeitar que a infração tenha uma dimensão organizada e internacional, o juiz pode decidir judicializar o processo, e quem investiga são os ODJ, dirigidos por um magistrado, e estes aplicam apenas os MOP e TEIC do CPPF (Cren, 2011).

4.1.2. Meios de prova e de obtenção de prova e meios ocultos de investigação criminal

Na perspetiva de Braz (2010, p. 151), a fase de inquérito, onde se recolhem elementos de prova, é “um dos momentos mais críticos e sensíveis de todo o sistema de aplicação da justiça penal (...) pois é nele que se confrontam e procuram conciliar dois universos (...) aparentemente antagónicos: (...) a reafirmação da lei e a defesa da comunidade e, por outro, o respeito pelos direitos e garantia individuais dos cidadãos”.

Segundo Lopes (2017, p. 33), os MOP “não são de *per si* fonte de convencimento. (...) são apenas instrumentos de que se servem as autoridades para investigar e recolher as provas” (Lopes, p. 33). Para a investigação criminal são admissíveis, em regra, todo o conjunto de MOP que não sejam apenas excecionalmente admitidos para alguns tipos de crime. Contudo, “a insuficiência, ou até falência, dos métodos tradicionais de investigação criminal potenciaram os esforços dos Estados no sentido de conceberem” (Sintra, 2010, p. 176) novos “instrumentos inspetivos e mecanismos legais preventivos e repressivos válidos,

em consonância com os direitos fundamentais dos cidadãos” (Teixeira, 2013, *cit. in* Lourenço, 2017, p. 22). Trata-se, nesta última dimensão, da utilização de mecanismos especiais de investigação ou métodos especiais de obtenção de prova (Lopes, 2017, p. 34) e das TEIC (Sintra, 2010).

Assim, e face à especificidade e complexidade destas matérias⁴⁰, apresentam-se no quadro n.º 1, os meios de prova, os MOP e as TEIC legalmente admissíveis em Portugal e em França, que representam o quadro normativo de atuação dos OPC e da administração tributária na ICT, particularizando o contrabando de tabaco.

Quadro n.º 1 - Meios de prova, meios de obtenção de prova e técnicas especiais de investigação criminal em Portugal e França

Meios de prova	
Portugal	França
Prova testemunhal (arts. 128.º a 145.º do CPP).	<i>Preuve par témoins</i> (art. 1381.º do <i>Code Civil</i> - CCF).
Prova por acareação (art. 146.º do CPP).	<i>Le serment décisoire</i> (arts. 1385.º a 1385-4.º do CCF) e <i>serment déféré d’office</i> (arts. 1386.º a 1386-1.º do CCF).
Prova por reconhecimento (arts. 147.º a 149.º do CPP).	
Reconstituição do facto (arts. 150.º do CPP).	<i>Preuve par présomption judiciaire</i> (arts. 1382.º do CCF)
Prova pericial (arts. 151.º a 163.º do CPP).	<i>Expertises</i> (arts. 156.º a 169-1.º do CPPF). É considerado um MOP.
Prova documental (arts. 164.º a 170.º do CPP).	<i>Preuve par écrit</i> (arts. 1363.º a 1368.º do CCF).
Confissão (art. 344.º do CPP).	<i>L’aveu</i> (arts. 1383.º a 1383-2.º do CCF).
Meios de obtenção de prova e técnicas especiais de investigação criminal	
Portugal	França
Exames (arts. 171.º a 173.º do CPP).	<i>D’examens techniques et scientifiques</i> (art. 77-1.º do CPPF).
Revistas, buscas e buscas domiciliárias (arts. 174.º a 177.º do CPP).	<i>Droit d’accès aux locaux et lieux à usage professionnel et visites domiciliaires et saisies</i> (arts. 60.º a 64.º do CoD). <i>Perquisitions, visites domiciliaires et saisies</i> (art. 76.º do CPPF).
Apreensões e apreensões de correspondência (arts. 178.º a 186.º do CPP).	<i>Droit d’accès aux locaux et lieux à usage professionnel et visites domiciliaires et saisies</i> (arts. 60.º a 64.º do CoD). <i>Perquisitions, visites domiciliaires et saisies</i> (art. 76.º do CPPF).
Escutas telefónicas (arts. 187.º a 190.º do CPP).	<i>Interceptions de correspondances émises par la voie des télécommunications</i> (arts. 100.º a 100-7.º do CPPF).
Interceção de comunicações (art. 18.º da Lei n.º 109/2009).	<i>interceptions de correspondances émises par la voie des communications électroniques et du recueil des données techniques de connexion</i> (arts. 706-95.º à 706-95-10.º do CPPF).
Pesquisa de dados informáticos; Apreensão de dados informáticos; Apreensão de correio eletrónico e registos de comunicações de natureza semelhante (arts. 15.º, 16.º e 17.º da Lei n.º 109/2009).	<i>Perquisitions, visites domiciliaires et saisies</i> (art. 76.º do CPPF). <i>Extraire, acquérir ou conserver (...) les données informatiques</i> (art. 67-bis-1-A.º do CoD). <i>Captation des données informatiques</i> (arts. 706-102-1.º à 706-102-9.º do CPPF).
Quebra de segredo (arts. 2.º a 5.º da Lei n.º 5/2002).	<i>Réquisitions</i> (art. 77-1-2.º do CPPF).
Registo de voz e de imagem (art. 6.º da Lei n.º 5/2002).	<i>Opérations de surveillance</i> (art. 67-bis.º do CoD). <i>Sonorisations et des fixations d’images de certains lieux ou véhicules</i> (arts. 706-96.º a 706-102.º do CPPF).
Equipas de investigação criminal conjuntas (art. 145-A.º da Lei n.º 144/99).	<i>Équipes communes d’enquête</i> (art. 67-ter-A.º do CoD).

⁴⁰ Por não ser objetivo deste estudo, não é feita referência à todas as regras gerais da produção de prova, nem tão pouco a todos os pressupostos, requisitos e formalidades dos MOP e TEIC.

Entregas controladas transfronteiriças (art. 160-A.º da Lei n.º 144/99).	<i>Livraisons surveillées</i> (arts. 67-bis e 67-ter-A.º do CoD).
Ações encobertas transfronteiriças (art. 160-B.º da Lei n.º 144/99).	<i>Opérations d'infiltrations</i> (arts. 67-bis e 67-ter-A.º do CoD).
Ações encobertas (Lei n.º 101/2001).	<i>L'infiltration</i> (arts. 706-81.º a 706-87.º do CPPF). <i>Opérations d'infiltrations</i> (art. 67-bis do CoD).
Equipas especiais e equipas mistas (art. 15.º da Lei n.º 96/2017).	_____
Equipas integradas por elementos de vários OPC (n.º 4 do art. 41.º da Lei n.º 15/2001).	_____
_____	<i>Géolocalisation</i> (art. 67-bis.º a 67-bis-2.º do CoD e arts. 230-32.º a 230-44.º do CPPF).
_____	<i>Coup d'achat</i> (art. 67-bisº do CoD).

Fonte: Elaboração própria.

É de referir que, em Portugal, as escutas telefónicas, previstas no CPP, a interceção de comunicações da Lei n.º 109/2009, a quebra de segredo e o registo de voz e de imagem da Lei n.º 5/2002 só são admissíveis para um único crime aduaneiro: o contrabando, pois é o único que consta no catálogo de crimes aí previstos. Ou seja, estes MOP não podem ser usados para investigar, por exemplo, a IFC. Além disso, segundo o n.º 2 do art.º do art. 1.º da Lei n.º 5/2002), o registo de voz e imagem e a quebra de segredo só podem ser utilizados se o contrabando for cometido de forma organizada.

Segundo Sousa *et al* (2014, p. 18) “o COT, nas suas atividades, tem recorrido a meios tecnológicos avançados e à utilização do ciberespaço”, pelo que a “importância da salvaguarda da prova digital assume uma relevância significativa no domínio da investigação criminal” (Lopes, 2017, p. 55-56). Assim, quando esteja em causa a ingerência em comunicações armazenadas em suporte digital ou o acesso a dados informáticos armazenados em suporte digital, o regime aplicável será o contemplado na Lei n.º 109/2009 (Lei do cibercrime), pois os arts. 187.º e 189.º do CPP não estabelecem “a diferença estrutural entre, por um lado, a mediação e transmissão comunicacional através de redes eletrónicas e, por outro, os suportes eletrónicos como simples forma de registo e arquivo” (Mesquita, 2010, p. 90). Este regime especial dos arts. 18.º e 19.º da Lei n.º 109/2009, refere-se à interceção de comunicações eletrónicas, em tempo real, de dados de tráfego (inclusive endereços IP) e de conteúdo associados a comunicações específicas transmitidas através de um sistema informático (Tribunal da Relação de Évora, 2015).

Quanto às ações encobertas, tanto a lei portuguesa como a francesa permitem o recurso aos agentes encobertos, mas não dos agentes provocadores. A lei francesa admite e regula o recurso às compras simuladas e à geolocalização. Já em Portugal a geolocalização e as compras simuladas não têm previsão legal expressa, sendo, contudo, alvo de doutrina e

jurisprudência (Ver Apêndice R). Por fim, a lei francesa, ao contrário da portuguesa, nada refere acerca da criação de equipas mistas.

4.2. A investigação criminal tributária

Trogano (2009) faz a distinção entre investigação clássica, pró-ativa e híbrida, e refere que a ICT é essencialmente pró-ativa. No entanto, esta adota, muitas vezes, uma investigação do tipo híbrida, por fazer recursos de todos os meios especiais de obtenção de prova bem como os meios de prova ditos clássicos, sobretudo a prova documental e a prova pessoal. Como refere Lopes (2017, p. 83), “é necessária uma atuação proativa e não reativa no que respeita à deteção e investigação deste tipo de criminalidade”.

Segundo Dias (2009), os meios especiais de recolha de prova da Lei n.º 5/2002 são essenciais para o combate ao COT e, em particular, para a criminalidade tributária, sendo de particular relevância o registo de voz e imagem, as ações encobertas e a quebra de segredo profissional (Trogano, 2009).

Segundo Rosa (2009, *cit. in* Santos, 2009), a atividade de investigação criminal é eminentemente operativa, contudo, Trogano (2009) afirma que a ICT é multidisciplinar, pois esta engloba várias vertentes que se relacionam entre si: a operativa, a criminalística e a análise documental e informação criminal. Um exemplo disto são as informações, pois estas “guiam a ação policial (...). E sem informação precisa, não existe prevenção eficaz do delito nem segurança pública” (Sintra, 2010, p. 175). De facto, as “novas expressões da criminalidade exigem quase sempre uma abordagem holística” (Braz, 2009, p. 340).

Relativamente às equipas mistas, Trogano (2009, p. 224) exorta à sua constituição pois “a multidisciplinidade é hoje um recurso importante (...) na medida em que a intervenção de diferentes instituições e seus funcionários representam (...) um *plus* técnico”.

No entender de Lopes (2017, p. 28) “não basta que cada Estado adote sanções eficazes, proporcionais e dissuasivas (...) um instrumento que surge atualmente como fundamental [para] atingir (...) o coração de quem comete crimes graves prende-se com o destino dos bens resultantes das atividades criminosas”. Assim, o combate à criminalidade organizada e económico-financeira exige uma atitude metodológica de recurso aos mecanismos de recuperação de ativos (Bravo, 2013, p. 45).

Por fim, “não é possível pensar e concretizar atividades nos domínios da prevenção e da investigação criminal, nomeadamente no domínio transnacional, sem utilizar todos os

mecanismos de cooperação internacional” (Lopes, 2017, p. 102). De facto, a “interagency cooperation (domestic and international) emerges as a vital component of all successful anticontraband strategies” (Joossens & Raw, 2012, p. 230). Neste sentido, a articulação de todas as forças de investigação e segurança no domínio da cooperação internacional e inter-regional, no que respeita à criminalidade transnacional, é fundamental (Lopes, 2017).

4.3. Síntese conclusiva

Face ao supramencionado, constata-se que a atividade de investigação criminal assume uma natureza mais repressiva que a atividade de prevenção, o que pode por em causa certos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e que a sujeita a um maior controlo jurisdicional. Contudo, a separação entre prevenção e investigação não é, atualmente, tão vinculada. Além disso, viu-se que esta atividade pode assumir diversos tipos e que se dá preferência à investigação pró-ativa na investigação do COT e da criminalidade tributária.

Quanto aos atores nacionais envolvidos na investigação do contrabando, em Portugal, são eles os OPC competentes, nomeadamente, a UAF da GNR, a PJ e a DSAFA da AT, que atuam sob direção do MP. A UAF e a PJ apresentam uma competência concorrencial, e estes podem estabelecer equipas mistas com a AT. Já em França, no âmbito de um inquérito judiciário, os ODJ são nomeados por um juiz e ficam a atuar sob a direção de um magistrado do MP.

Em relação aos meios de prova, MOP e TEIC, verifica-se que não existem muitas diferenças. Em Portugal, existe a prova por reconhecimento, e em França, a lei nada refere; em Portugal, a lei prevê a criação de equipas mistas e a lei Francesa não. Em França, a lei regula o recurso à geolocalização e às compras simuladas, enquanto a lei portuguesa é omissa, sendo estes alvos de doutrina e jurisprudência, havendo interpretações diferentes quanto ao seu uso.

Por fim, em Portugal, as escutas telefónicas e o seu regime especial da lei do cibercrime, bem como o registo de voz e imagem e a quebra de segredo apenas podem ser aplicáveis a um único crime aduaneiro: o contrabando. Quanto à quebra de segredo e o registo de voz e imagem também só podem ser usados para a investigação do contrabando se este tiver uma dimensão organizada. Já em França, todos os MOP e TEIC previstas no CoD podem ser usados, bem como todos os do CPPF caso o processo seja judicializado.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

“Theories are not verifiable, but they can be corroborated”
(Karl Popper, 2005, p. 248).

Neste capítulo, são apresentados e analisados todos os dados recolhidos através das entrevistas realizadas. Posteriormente, são interpretados e comparados os resultados obtidos com a matriz teórico traduzida no Enquadramento Teórico e Concetual (Capítulos 2 a 4). Por fim, procede-se à verificação das hipóteses.

5.1. Método de análise de conteúdo e identificação dos entrevistados

O método de recolha de informação representado pela entrevista está intimamente ligado ao método de análise dos dados (Quivy & Campenhoudt, 2013), nomeadamente, o estabelecido por Sarmento (2013), que se encontra detalhadamente explicitado no Apêndice S. A análise das entrevistas confirmatórias consistiu na verificação da presença ou ausência de determinadas características no conteúdo da entrevista (Sarmento, 2013). O Guião das entrevistas de tipo A (GA) e o Guião das entrevistas de tipo B (GB) encontram-se nos Apêndices T e U, respetivamente, acompanhados de uma carta de apresentação e de um breve enquadramento. Por sua vez, a identificação dos entrevistados, bem como os dados técnicos relativos às entrevistas, consta no Apêndice V.

5.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados

Nesta fase, foram tecidas opiniões relativamente aos factos descritos pelas respostas obtidas com o GA e GB, devidamente codificadas (Apêndice W e X, respetivamente), analisadas (Apêndice Y e Z, respetivamente) e detalhadamente apresentadas no Apêndice AA e BB, respetivamente. Para tal, foram agora analisadas e discutidas cada uma das Questões da Entrevista (QE) individualmente, relacionando-as com o Enquadramento Teórico e Concetual (Capítulos 2 a 4).

Relativamente à QE n.º 1, a totalidade dos entrevistados do GB e a quase totalidade dos entrevistados do GA consideram que a harmonização do Direito penal na UE é importante para a investigação do contrabando de tabaco, sendo que as justificações foram de encontro aos argumentos apresentados por Borgers (2010) e Almeida (2009). Segundo E20 “o contrabando (...) sendo um crime por natureza transfronteiriço e de elevado potencial lesivo dos interesses financeiros dos Estados, coloca especiais problemas ao nível da investigação, da cooperação judiciária internacional, do estabelecimento da jurisdição competente⁴¹ e da aplicação do princípio *ne bis in idem*”, pelo que, segundo E1, a “harmonização surge como um passo muito importante para fazermos essa investigação transnacional, para termos todos os mesmos parâmetros legais, para termos todos os mesmos procedimentos legais, a mesma linguagem”.

Os entrevistados também referiram que, ao proporcionar um certo grau de igualdade, a harmonização é “essencial para garantir a confiança mútua que é a base do reconhecimento mútuo” (E1), o que, segundo E20 “facilitará a circulação de provas entre os Estados envolvidos”⁴², pois haveria uma “proteção jurídica equivalente para todos os cidadãos da UE”. Assim, a admissibilidade das provas não seria colocada em causa “quando regimes um pouco menos restritos, ou menos garantístico desses direitos, venham a ser aplicados” (E1), o que garante uma maior eficácia processual e investigatória (E1, E6, E12, E13, E14). O E1 admite mesmo que “o reconhecimento mútuo por si só, sem a harmonização das legislações à cabeça não tem efeitos”.⁴³

É ainda referida a importância para evitar o *fórum shopping*, chegando E17 a afirmar que isto iria “impedir que os criminosos escolhessem os países com as legislações mais favoráveis para entrarem no território europeu”, que, segundo E28 e E29 “dans le cas de la contrebande, dicte les routes principales”. Tal como se pode ver no Anexo C, isto explica o facto de o grande ponto de entrada na UE ser a fronteira Este (CE, 2013) e o facto de existir cada vez mais produção no interior do território aduaneiro, também nos países de Leste, como demonstram a CE (2017b) e o KPMG (2017). No entanto, E9 explica que, relativamente ao contrabando, “inexistindo tal harmonização (...) a perspetiva nacional vai superar sempre a perspetiva comunitária”.

Atendendo à análise das respostas à QE n.º 2, foi possível verificar que o principal contributo dos instrumentos e mecanismos de cooperação para a investigação do

⁴¹ Conforme explicita Mitsilegas (2009) – subcapítulo 2.2, p. 17.

⁴² Aquilo que Militello e Mangiaracina (2010, p. 184) apelam de “free movement of evidence”.

⁴³ Indo de encontro à explicação de Borgers (2010) – subcapítulo 2.3, p. 19.

contrabando identificado pelos entrevistados do GA e GB reside na troca e partilha de informações⁴⁴, quer através de contactos diretos entre autoridades nacionais competentes ou entre congéneres, quer através das agências e organismos europeus, como o Europol e o OLAF. Além disso, tal como refere Sousa (2001), os entrevistados sublinharam que estes mecanismos garantem uma atuação concertada perante um fenómeno transnacional como o contrabando de tabaco.

Foi ainda referida a possibilidade de poderem ser realizadas investigações conjuntas, por intermédio das EIC que, segundo E12 “são muito importantes pois permitem levar a guerra para outra magnitude”⁴⁵, ou que haja coordenação no caso de investigações paralelas em que, nas palavras de E1 “fazemos processos cá, eles fazem processos lá (...) as vezes investigamos todos a mesma coisa”. É ainda referido o facto de estes mecanismos permitirem uma melhor análise e conhecimento acerca dos fenómenos criminais. Tal como menciona Triunfante (2013; 2016), E9 dá ênfase à DEI que tem “um papel crucial na obtenção e recolha da prova no estrangeiro (...) contribuindo para uma maior efetividade e celeridade na obtenção de prova”. Finalmente, é ainda mencionado por E21 que “não se combate o crime organizado transnacional (...) através de instrumentos que funcionem numa lógica nacional”, tal como explicitam Dias (2007) e Rodrigues e Mota (2001, *cit. in* Andrade, 2013, p. 331).

Quanto à QE n.º 3, através da análise efetuada ao GA e ao GB, viu-se que as respostas não foram tão consensuais. Das respostas obtidas, a grande maioria dos entrevistados considera que os mecanismos existentes são adequados, contudo, o principal problema identificado vai de encontro ao apresentado por Gless (2010), ou seja, estes dificilmente são utilizados ou postos em prática. E13 refere mesmo que “eles existem, estão previstos, mas são poucas vezes postos em prática”. Um dos exemplos apontados são as EIC, pois E13 afirma que “tem havido pouca constituição de EIC, pelo menos aqui em Portugal”⁴⁶. Em França também foi apontada a dificuldade de implementar estas ferramentas na prática, contudo, a constituição de EIC tem sido mais frequente, tendo atualmente “quatre en cours, deux avec l’Espagne et deux avec la Belgique” (E30).

Os motivos apresentados em França e Portugal para isto suceder foram vários, desde o facto de, nas palavras de E1, “as autoridades competentes continuam ainda muito renitentes à utilização desta forma de cooperação”, principalmente as autoridades judiciais, até à sua

⁴⁴ Como é abordado por Mitsilegas (2009) e Triunfante (2013) – subcapítulo 2.4, pp. 19-20.

⁴⁵ À semelhança do que é analisado por Block (2008; 2010) e Zaharieva (2017) – subcapítulo 2.4, p. 21.

⁴⁶ Tal como é demonstrado por Block (2008; 2010) – Anexo M.

falta de divulgação. Ao contrário do que sucedeu em Portugal, em França não foi abordada a questão do excesso de formalismos e de burocracia que, segundo E19 “são obrigatórios”, mas que, na perspetiva de E6 “obstaculizam a realização das diligências de recolha de prova (...) em tempo oportuno”. Tal como refere a CE (2017a), a morosidade associada a estes mecanismos foi a principal fragilidade referida, tanto em Portugal como em França, que faz com que haja “um *delay* muito grande entre o tempo que se pede” (E2) uma informação ou a execução de uma diligência e estas sejam fornecidas ou executadas. Assim, com as respostas obtidas denotou-se que ainda não existe um mecanismo que permita obter informação em tempo real, o que impede que se consiga, segundo E11, “atuar em tempo real”. De facto, E1 afirma que “a investigação necessita de informação rápida: hoje preciso daquela informação e, se calhar, amanhã já me é inútil tê-la”. Por fim, em Portugal é referido que alguns mecanismos são de acesso restrito, nomeadamente a Convenção de Nápoles II que “é muito útil pois permite uma horizontalização da cooperação”⁴⁷ (E1) e o SAI, o que causa entraves à investigação da UAF e da PJ, pois apenas a AT tem acesso. Isto não foi referido em França pois, como será demonstrado na QE n.º 5, a *Douanes* tem acesso a esta.

No que diz respeito à QE n.º 4, foi possível identificar algumas diferenças entre a articulação dos diferentes atores intervenientes, em Portugal e França, para a investigação do contrabando de tabaco. Tal como referido por Borges (2012), o que se verifica a nível nacional, é que o MP dirige e coordena as investigações, não havendo qualquer tipo de cooperação operativa com os OPC, o que corresponde ao modelo de investigação referido por Lopes (2017). Nas palavras de E1, o MP “basicamente, (...) legaliza e autoriza a utilização de medidas mais intrusivas, sob pena de não valerem como prova”⁴⁸. Quanto à relação entre os três OPC competentes, verifica-se uma relação de competição, de concorrência institucional que se deve, segundo E21, ao facto “de as competências legais, neste âmbito, serem competências concorrenciais”⁴⁹, e que se agravam com a questão dos objetivos e metas institucionais, bem como das avaliações internas.

Isto origina vários problemas pois, tratando-se de três forças competentes dependentes de três ministérios diferentes, “temos três forças com acesso a três tipos de informações diferentes” (E16), e, segundo E5, “cada um dos organismos quando conduz as investigações necessita sempre de elementos que estão presentes no património informativo dos demais organismos”. Apesar de existir alguma troca de informações, a verdade é que

⁴⁷ Tal como explica Vermeulen (2006, p. 83) – subcapítulo 3.2, p. 25.

⁴⁸ Por ser uma fase sensível, como explicam Murschetz (2010) e Braz (2010, p. 151).

⁴⁹ Confirmando-se o exposto por Trogano (2009) – subcapítulo 4.1.1, p. 32.

“cada um tende a concentrar a informação no seu organismo” (E8) e a única forma de ser fornecida informação é solicitando ao MP, para que este emita um despacho. Contudo, E19 refere que “mesmo assim continuam a dar o mínimo indispensável”.

Por sua vez, num plano mais processual penal “que compreende a interação do OPC no qual foi delegada a investigação do ilícito com os demais organismos presentes no sistema” (E5) já existe alguma cooperação, sendo exemplo disso a realização de perícias para determinar se o produto de tabaco é contrafeito ou para o apuramento dos valores da fraude, este feito pela AT. Por fim, numa fase mais avançada do processo e num plano mais operacional, podem ser constituídas equipas mistas de investigação entre a UAF ou PJ com a AT pelo MP “atendendo a critérios de necessidade e oportunidade” (E5). Nestas existe, efetivamente, alguma cooperação e E6 considera-a “a única forma de combater o crime económico organizado” pois, segundo E3 e E4, estas permitem “uma multidisciplinariedade, pois alia a vertente policial e operativa da PJ/UAF com a vertente técnica e informativa da AT”⁵⁰.

São ainda mencionados os protocolos referidos no Capítulo 4 que visam “basicamente, a agilização da formação das equipas mistas (...) e da partilha de informação” (E1), mas que, segundo E13, “ainda não foram aplicados em toda a sua extensão” e “que podem ser mais ambiciosos”, explica E5. Também existem alguns contactos informais de parte a parte, mas estes são cada vez mais residuais e servem para sondar interesses, pelo que, posteriormente, estes precisam de ser formalizados.

Em França, por sua vez, a articulação aparenta ser mais fácil. Segundo E26 e E27 a articulação passa pela troca de informações “entre les différents services de police et autres services de renseignements”. De facto, E22, E23, E24 e E25 afirmam que existe uma boa cooperação com a *Police Nationale* (PN) e a *Gendarmerie Nationale*, pois “chacune des forces connaît bien ses compétences”, e apesar de estas terem competência legal para investigar, transmitem todas as informações e processos para a *Douanes*. Tal como explicado por Cren (2011), após a deteção de uma infração aduaneiras, numa primeira fase, a DED age de forma autónoma, podendo exercer os poderes conferidos pelo CoD, tendo apenas de informar um procurador das diligências efetuadas. Os poderes incluem, por exemplo, a realização de buscas domiciliárias ou a apreensão de documentos e ficheiros, inclusive em suporte informático. Nesta fase, inicia-se uma investigação baseada, sobretudo, na recolha e análise de informação. Se durante essa investigação se presenciar a atividade de uma rede

⁵⁰ O que corresponde ao exposto por Trogano (2009, p. 224) – subcapítulo 4.2. p. 36.

ou grupo organizado, ou a ligação a outros tipos criminais como a *association de malfaiteurs* e o branqueamento de capitais, é iniciada uma verdadeira *enquête pénale*, na qual um juiz, nos termos do art. 40.º do CPPF, faz uma *saisine* ao SNDJ, que pode aplicar os MOP e TEIC do CPPF, mas que fica a atuar sob a direção do MP (até mesmo para executar *des commissions rogatoires*)⁵¹.

Tal como em Portugal, foram referidos importantes protocolos de cooperação, nomeadamente com a *Direction Générale des Finances Publiques*, com a *Direction Nationale d'Enquêtes Fiscales*, com a *cellule TRACFIN* (Unidade de Informação Financeira [UIF] francesa), e dois protocolos com a *Agence de gestion et de recouvrement des avoirs saisis et confisques* (AGRASC – Grupo de Recuperação de Ativos [GRA] francês), que visam o intercâmbio de informações, assistência técnica para investigadores e ações de formação. Além disso, estes têm *attachés douaniers* (elementos de ligação) no AGRASC, com o qual têm tido uma cooperação estreita, até mesmo em casos de contrabando de tabaco. O recurso ao GRA não é tão sistemático em Portugal, pois, segundo E12, “a perda alargada cá é uma coisa ainda muito embrionária”.

Também foi mencionado o *Service de Police Nationale Détaché* (SPND), em permanência no SNDJ, que é composto por *Officier de Police Judiciaire* (OPJ) da PN, que apoia e acompanha em algumas diligências policiais, como as *perquisitions*, e que permite o acesso às bases de dados do Ministério do Interior e do Europol. Quanto às perícias, estas são efetuadas pela *Douanes* no seu laboratório, localizado em Marselha, quer seja para averiguar a qualidade e composição do produto, quer seja para determinar o valor da fraude.

Através das respostas obtidas, a melhoria dessa articulação em Portugal passa, sobretudo, por se criarem ligações e sinergias entres os vários OPC competentes. E19 afirma que “é preciso uma cooperação aberta, franca, sem renitências” de forma a haver uma “troca de informação de forma mais expedita do que a existe”. Parece pertinente a possibilidade de estabelecer elementos de ligação entre os vários OPC, de forma a garantir uma representação permanente, sendo que, no caso da UAF, acresce a necessidade, segundo E5, E8, E10, E12, E14, E16, E19 e E21, de esta ter um oficial de ligação tanto na UIF⁵², de forma a ter acesso informações que são de extrema importância para conseguir realizar análise tributária, económica e fiscal, como no GRA.

Em Portugal, também foi referido, ainda que timidamente, a possibilidade de ser criado um gabinete de coordenação que, segundo E16, “poderia ser um gabinete na

⁵¹ Como é denotado por Cren (2011) – subcapítulo 4.1.1, p. 33.

⁵² Sediada na PJ. Cfr. o DL n.º 304/2002, de 13 de dezembro e o art. 27.º da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto.

dependência direta do primeiro ministro”, que agregasse os três Ministérios competentes (Finanças, Administração Interna e Justiça) pois, segundo E16 “nenhum deles querará perder essa valência”. Este permitiria a centralização e partilha das informações pertencentes aos três ministérios, uma melhor coordenação e a definição de estratégias e objetivos comuns. É de referir que existe um gabinete muito semelhante⁵³ em França, e que foi amplamente mencionado pelos entrevistados.

Além disso, tanto em Portugal como em França foi referida a necessidade de reforçar todas as forças com mais recursos materiais e humanos, e de forma a que fosse viável a sua especialização e qualificação. Em ambos os países, foi ainda referido a necessidade de “apostar na prevenção” (E19), pois, segundo E21, “a melhoria da investigação passa, obviamente, por uma maior capacidade de deteção de infrações. Se não detetamos não investigamos”, o que corrobora com o argumento de Sousa *et al* (2014).

Curiosamente, quem defendeu a necessidade de uma maior prevenção foram os entrevistados da UAF e os entrevistados da *Douanes*, ou seja, as duas forças que possuem uma capacidade preventiva e de fiscalização diária em todo o respetivo território nacional. Como refere E21:

“nós, UAF, temos a capacidade de integrar a prevenção com a investigação. Temos aquilo a que chamamos competência plena, que engloba a fiscalização, investigação e os processos contraordenacionais. Tendo uma componente diária de fiscalização, isto proporciona uma maior deteção de infrações o que permite inputs recíprocos quer da prevenção para a fiscalização e vice-versa, em termos de tipologias, modi operandi, etc, e permite o apoio da investigação criminal através da obtenção de certas informações. Isto dá-nos certas particularidades para potenciar a tal investigação pró-ativa”.

Assim, em Portugal, a UAF detém uma abordagem única em função de ser a única força nacional com presença de fiscalização diária em todo o território nacional, algo que não acontece nem com a PJ, nem com a AT. Este facto marca a sua capacidade na ICT, em particular do contrabando. Enquanto a PJ e, sobretudo, a AT guiam a sua investigação do contrabando com base em informações obtidas através de bases de dados internacionais, gestão de risco e de outras agências aduaneiras, Europol e OLAF; a UAF, não tendo acesso a essas bases de dados nem a tais informações, teve de potenciar outras formas de obtenção de informação. Por outras palavras, em Portugal existe esta divisão: capacidade de fiscalização e intervenção diária e em todo o território nacional na UAF, e as informações

⁵³ É o *Conseil National du Renseignements* (CNR), que assegura a coordenação dos seis serviços que constituem a comunidade francesa das informações, nas quais se incluem a DNRED e o Tracfin.

internacionais concentradas na PJ e AT, assumindo todas estas entidades uma relação de competição/concorrência, como já explicado. Neste sentido, E19 afirma que:

“A UAF pode ter um papel importantíssimo na parte da prevenção. É preciso uma cooperação aberta, franca, sem renitências. O acesso a estas bases de dados e certas informações é muito importante no aspeto preventivo, pois permite verificar se existem incongruências entre os rendimentos declarados e lícitos em relação aos rendimentos reais”.

Em França, o modelo de investigação da *Douanes* combina a parte preventiva e de fiscalização, não só através da DOD mas também através das *brigades des douanes* que estão “présents sur tout le territoire national, dans les ports et les aéroports, ainsi qu'aux frontières maritimes (...) sur le terrain pour mener des opérations de prévention et des poursuites afin de détecter des infractions ou d'obtenir certaines informations grâce à des opérations planifiées” (E28 e E29); mas também; com a parte da investigação da DNRED e do SNDJ que, através do BCRE e do *réseaux d'attachés douaniers*, têm acesso às informações internacionais.

Atendendo à QE n.º 6, constata-se que, em Portugal, a articulação a nível europeu baseia-se, essencialmente, na troca de informações, feita através de contactos informais, através dos oficiais de ligação da PJ no Europol e dos oficiais de ligação da GNR nas suas congéneres, nomeadamente na *Gendarmerie Nationale* e na *Guardia Civil*, bem como com recurso aos acordos bilaterais e aos CCPA. Ao nível da coordenação judiciária, o MP faz-se representar por peritos nacionais destacados na Eurojust.

Em França, contrariamente ao que sucede em Portugal, a *Douanes* aparenta ter uma participação mais ativa no plano europeu, sobretudo ao nível da constituição de EIC, como se constatou na QE n.º 3. Em Portugal a constituição de EIC é muito escassa, sobretudo no que diz respeito ao contrabando de tabaco, sendo que vários entrevistados referiram que nunca participaram ou nunca tiveram um processo que envolvesse uma EIC. Além disso, é de destacar a forte aposta na rede de *attachés douaniers*, pois E30 afirma que “nous avons 19 attachés douaniers dans différents pays sur tous les continents et 4 experts à Europol et à l'OLAF”, tendo também um especialista no *Analysis Project Smoke*⁵⁴ do Europol, dedicado ao contrabando de tabaco, álcool e produtos petrolíferos.

Por fim, para além de recorrerem aos contactos informais, aos acordos bilaterais e aos CCPA para obter informações, também recorrem ao canal de assistência administrativa mútua em matéria aduaneira, i. e., à Convenção Nápoles II. Segundo E30, esta é muito

⁵⁴ Visa, entre outros, apoiar a cooperação judiciária e o combate a outras atividades criminosas conexas descobertas no decorrer das investigações, como o branqueamento de capitais.

importante pois permite “établir un pont entre les services douaniers et policiers de l'UE et d'obtenir des renseignements”. No entanto, esta informação obtida diretamente através das autoridades aduaneiras é apenas administrativa e não criminal. Como enunciado na QE n.º 1, apesar de a UAF e a PJ terem competência de investigação tributária, apenas a AT tem acesso direto a estas informações.

Como enunciado pela CE (2017b), o apoio financeiro através de fundos comunitários provenientes do OLAF, do programa *Hercule III* e do programa *Horizon* também foram mencionados nos dois países, contudo, ambos explicaram que o financiamento tem sido cada vez mais reduzido. De facto, mesmo apresentando projetos que vão a concurso, o financiamento é maioritariamente dirigido para a fronteira Leste pois esta é aquela que tem causado mais preocupações.

Quanto às medidas referidas para melhorar a cooperação europeia e a investigação deste crime, estas foram bastante coerentes em França e Portugal. A ênfase foi para o reforço e alargamento das redes de oficiais de ligação, que permite efetuar mais contactos diretos, obter informação privilegiada e “agilizar procedimentos e criar laços de cooperação mais estreitos”, afirma E21. Esta necessidade foi sobretudo referida pelos entrevistados da UAF que, ao contrário da PJ, não tem oficial de ligação no Europol, nem tão pouco no OLAF, onde, curiosamente, já esteve representada. Contudo, com as respostas obtidas, percebeu-se que “a solução passa pelo próprio projeto europeu, pela integração progressiva de diferentes vertentes dos Estados” (E5), desde a harmonização penal, pelas razões já mencionadas na QE n.º 1, mas que, segundo E5, se revela difícil pois “é um domínio particularmente sensível, por se encontrar no âmago da soberania dos Estados”⁵⁵.

Uma solução transversal à maioria dos entrevistados, é a necessidade de existir uma maior harmonização fiscal, pois, referindo E10, se “existisse harmonização das legislações fiscais e tributárias em toda a Europa e aproximação do preço do tabaco (...) muito provavelmente deixaria de existir contrabando”, sendo esta a principal razão “na origem do problema”, afirma E7, o que corrobora o exposto por Lampe (2005). A diferença de preços e a variação da carga fiscal sobre o tabaco na UE são observáveis no Anexo D.

As expectativas dos entrevistados, em Portugal e França, recaem na Procuradoria Europeia que, segundo E5, “é um projeto ambicioso”, mas cuja competência relativamente ao contrabando de tabaco “não se revela de fácil enquadramento”, refere E9. De acordo com E8, o idílico seria a “atribuição à Procuradoria Europeia de competência para a investigação

⁵⁵ Tal como é explicitado por Mitsilegas (2009) e Ramos (2010) – subcapítulo 2.2, p. 17.

transnacional para qualquer crime com dimensão transfronteiriça”. O E1 vai mais longe, defendendo “a definição de uma entidade ou organismo com competência específica de investigação a nível europeu com um catálogo próprio, com um código penal e processual penal único para crimes transnacionais como é o caso do contrabando de tabaco”. Isto remete para o antigo *Corpus Juris*⁵⁶, não apenas para as infrações PIF, mas sim para todos os crimes transnacionais. Esta revela ser uma solução pertinente, visto que, nos crimes cometidos em território nacional, a competência territorial seria do Estado em causa, e, num crime transnacional, a competência territorial seria da UE. Contudo, isto acarreta vários desafios, relacionados com a soberania e com o princípio da territorialidade.

É ainda importante mencionar E19, que tal como Lopes (2017), afirma que “é preciso potenciar a cooperação europeia” e isso significa “passar o nacional para a componente Europeia (...) a cooperação a nível Europeu não pode funcionar se a cooperação a nível nacional não funcionar”. Ou seja, enquanto não houver cooperação nacional, nunca haverá cooperação europeia.

Face à QE n.º 6, após a análise das respostas, constatou-se que o fenómeno do contrabando ocorre de forma muito semelhança em Portugal e França, sendo “múltiplos os *modi operandi* a que as organizações criminosas recorrem”, como refere E5. Os resultados obtidos em tudo confirmaram o que foi abordado no Capítulo 3. De facto, grande parte dos entrevistados afirmou que o antigo “contrabando de desembarque” pela costa parece ter acabado, havendo agora o chamado “contrabando técnico” (E6, E10, E12, E16, E19) realizado através de contentores. Contudo, este também pode ser feito por via terrestre, aérea ou por internet, “que se verifica através da fiscalização às transportadoras” (E8). Tal como a Interpol (2014) demonstra, atualmente, Portugal e França são países de trânsito, mas também de destino. Segundo E1, o contrabando de contentores tem “como destino os países nórdicos e o Reino Unido”, enquanto que o contrabando por via terrestre e aérea se destinam ao consumo interno. Uma tendência mencionada pelos entrevistados, e não abordada no Capítulo 3, é a utilização dos regimes aduaneiros e especiais da UE, “especialmente o regime T1, que é o regime de trânsito interno da UE”, explica E1.

Foi ainda possível confirmar a interface legal-ilegal que, embora pouco frequente, envolve o recurso à falsificação documental, corrupção de funcionários, sociedades fictícias e testas de ferro; bem como, a ligação a outros tipos criminais, como a associação criminosa ou o financiamento do terrorismo, que podem provocar consequências mais graves para a

⁵⁶ Abordado no subcapítulo 2.2, p. 16.

segurança pública. O E3 e E4 referem até “a detenção, há alguns anos, do n.º 2, na altura, na hierarquia do IRA [Irish Real Army]”⁵⁷. As principais tendências referidas foram a produção no interior do território aduaneiro, que se verifica através “do aparecimento e desmantelamento de fábricas clandestinas dentro na UE, sobretudo na Europa de Leste” (E3 e E4), e da utilização da *little and often approach*, que permitem minimizar os riscos de deteção e maximizar os lucros. Neste sentido, E12 afirma que “tem havido cada vez mais IFC, com produção e introdução no consumo dentro do próprio território da UE”, o que corrobora os dados da CE (2017b) e do KPMG (2017, p. 9).

Este decréscimo do contrabando propriamente dito e o crescimento do IFC remete para a QE n.º 4 e para os modelos de investigação que caracterizam as próprias forças competentes. Ora, com a livre circulação de pessoas e mercadorias, e com a abolição dos controlos nas fronteiras internas, a capacidade de combater a produção e comercialização de tabaco já não se centra nas fronteiras externas da UE. Este combate teve de ser dirigido para o interior do próprio ELSJ, pois o tabaco produzido e comercializado nesse espaço desloca-se pelas fronteiras internas da UE e não pelas fronteiras externas.

Quanto aos produtos, ambos os países confirmam ter um crescimento no consumo de *cheap whites* (Lampe, 2016), pois têm mais qualidade que os produtos contrafeitos, “têm forte aceitação pelas populações, (...) são baratos e fáceis de encontrar” (E19). Contudo, a tendência em Portugal tem sido o contrabando de folha de tabaco proveniente, sobretudo, de Espanha, e que começou com a sua tributação. Já em França, a atual tendência é o contrabando de *tabac narguilé* (shisha).

A explicação dada por E26 e E27 para esta tendência, é que este contrabando é alimentado por comunidades estrangeiras, nomeadamente muçulmanas, que tentam trazer este produto dos seus países onde este não é taxado. Isto não parece estar apenas relacionado com as comunidades estrangeiras, mas também com a própria falta de harmonização tributária na UE e na consequente diferenciação das taxas e preços aplicados em certos produtos. De facto, parece não haver apenas um *fórum shopping* ao nível das legislações penais, para que os criminosos escolhem o foro mais favorável como porta de entrada no território aduaneiro, mas também um *fórum shopping* ao nível das legislações tributárias, na medida em que os criminosos procuram vender os produtos de tabaco nos países com taxas e impostos mais elevados, mas que também procuram os países onde alguns produtos de tabaco são sujeitos a IT e que não o são em outros países. Segundo E13 “em Portugal o

⁵⁷ Indo de encontro ao que a Interpol (2014) aborda – Introdução, p. 3.

exemplo disso é o fenómeno da folha de tabaco proveniente de Espanha que, aqui em Portugal, passou a ser tributada e, até determinada altura, em Espanha, em algumas circunstâncias, não era tributada de igual modo à tributação em Portugal”, o que, na ótica de E12, “gera logo potencialidade de contrabando, quer dizer, de IFC, por causa da discrepância de preços”.

Por fim, os entrevistados da Douanes previram que o contrabando vá aumentar em França, pois a política antitabagista francesa vai aumentar o preço do maço de tabaco para os 10€ até 2020.

No que concerne à QE n.º 7, foi fácil compreender que a investigação do contrabando de tabaco realizada em Portugal e França é muito semelhante. De facto, esta investigação acaba por englobar os três tipos referidos pela ENUDC (2009), pois pode ser reativa, na medida em que se deteta uma conduta de contrabando através de uma fiscalização ou quando, como refere E16, “temos de reagir em função das informações que obtemos através das interceções telefónicas”. Por fim, esta pode acabar, ainda que não obrigatoriamente, de forma disruptiva através das fiscalizações e apreensões. Contudo, foi unânime que esta tem de ser “menos reativa e muito mais pró-ativa”⁵⁸ (E15) de forma a permitir “uma investigação contemporânea dos factos”, como afirma E6, pois só com acompanhamento permanente se podem estabelecer as ligações de uma rede criminosa organizada em grande escala. Foi ainda referida a importância da prevenção, que está intimamente ligada à investigação⁵⁹, pois, como refere E21, esta “permite inputs recíprocos quer da prevenção para a fiscalização e vice-versa”.

Tal como refere Trogano (2009), confirmou-se que se trata de uma investigação multidisciplinar, pois, segundo E13, esta alia “uma vertente mais operacional, mais operativa, e (...) uma vertente mais técnica e documental (...) é uma simbiose muito grande”. E19 afirma até que “a informação e a análise documental vêm, de facto, orientar o esforço no terreno”⁶⁰, sendo este último primordial. Também foi possível perceber que se tratam de investigações longas, sendo a média ideal de referência de dois anos, mas que podem chegar até aos três anos, o que exige a afetação de inúmeros recursos, quer humanos, quer materiais, e que provoca um grande desgaste pois, como refere E7, “é necessário uma disponibilidade e uma flexibilidade de horário de 24h por parte dos investigadores”.

⁵⁸ Tal como é explicitado por Trogano (2009) e Lopes (2017) – subcapítulo 4.2, p. 36.

⁵⁹ Como Ferreira (*cit. in* Sintra, 2010) e Kaiafa-Ghandi (2010) argumentam – subcapítulo 4.1, p. 31.

⁶⁰ O que corresponde ao exposto por Sintra (2010, p. 175) – subcapítulo 4.2, p. 36.

Quanto aos MOP e TEIC mais importantes, as respostas não foram tão uniformes tendo-se revelado uma questão complicada. Contudo, os MOP e TEIC destacados, tanto em França como em Portugal, foram aqueles que permitem uma atuação mais pró-ativa, ou seja, as escutas telefónicas, os seguimentos e vigilâncias, o registo de voz e imagem, a quebra de segredo, a prova digital e, por último, as apreensões do tabaco, que são “a prova em si”, como enfatiza E19. Assim, destacaram-se os meios especiais de obtenção de prova da Lei n.º 5/2002, mencionados por Dias (2009) e Trogano (2009), bem como a prova digital, cuja importância é referida por Lopes (2017). É de referir que as EIC foram mencionadas pelos E9 e E20 que, curiosamente, exercem funções na Eurojust, o que demonstra, de certa forma, que “continuamos a pensar como Estados isolados” (E10).

Relativamente à QE n.º 8, as respostas foram bastante divergentes. De facto, contrariamente ao que sucede em França, onde a totalidade dos entrevistados considera o quadro normativo adequado, uma parte relativamente significativa dos entrevistados nacionais consideram o quadro normativo português desadequado, tendo-lhe sido apontadas algumas fragilidades. A principal fragilidade foi o facto de a moldura penal ser reduzida, sendo que E3 e E4 referem que “o contrabando simples tem uma pena muito reduzida, face aos lucros enormes que gera”, “pelo que esse tipo de crimes ainda compensa largamente”⁶¹, afirma E1. Por essa razão, E3 e E4 explicam que se tenta imputar o crime de associação criminosa, pois sem este o contrabando “quase que se torna um crime de bagatela penal”. No entanto, segundo E1 “este crime, que é quase obrigatório no contrabando, é muito difícil de aplicar, pois o legislador coloca imensos requisitos à tipificação desse crime”.

Outra fragilidade apontada foi a diferenciação existente entre o crime e a contraordenação. Isto está relacionado com a nova tendência do contrabando referida na QE n.º 6, a *little and often approach*, e que revela ser um problema, pois ao serem transportadas pequenas quantidades de tabaco, “para além de as apreensões não implicarem grandes prejuízos, aqui acabam por nunca atingir a margem necessária para ser crime” (E1), o que torna difícil demonstrar, no momento da deteção da infração, que estas tenham sido praticadas de forma organizada ou assumam dimensão internacional⁶².

Além disso, é apontada outra falha, que também resulta de uma nova tendência do contrabando: a produção de tabaco no interior do território aduaneiro e a sua subsequente comercialização. Segundo E1, isto leva a que haja “cada vez mais a introdução fraudulenta no consumo”, o que, tal como referido no Capítulo 4, “impossibilita o recurso a certos meios

⁶¹ Conforme Angelini *et al* (2015) demonstram – Introdução, p. 1.

⁶² Cfr. al. e) do n.º 1 do art. 92.º do RGIT e Guimarães (2015) – subcapítulo 3.3, p. 27.

de obtenção de prova e o recurso ao Grupo de Recuperação de Ativos, para arresto de bens e congelamento de contas, pois não é um crime de catálogo” (E8). Por fim, é ainda referido o facto de haver um desajustamento dos MOP e TEIC para a investigação destes fenómenos em relação a quem conduz a ação criminal, pois, segundo E11, “o adversário (...) tem uma vantagem sobre nós: não tem limitações orçamentais e não tem falta de recursos humanos”⁶³.

Por sua vez, os entrevistados franceses consideram que a moldura penal é bastante dissuasora, pelo facto de poder atingir dez anos de prisão, e porque, nas palavras de E28 e E29 “as multas aplicadas cumulativamente costumam ser muito elevadas”. Tal como é referido por Cren (2011), os entrevistados confirmaram que o regime penal aduaneiro é considerado um regime muito repressivo, tal como a própria *Douanes*, que é vista como “une police des marchandise dotée de pouvoirs uniques et qu'aucun autre policier n'a” (E26 e E27). Um desses poderes é o *droit de transactions*⁶⁴, que consiste em negociar a aplicação de uma multa com os infratores em vez de avançar com um inquérito criminal, o que permite evitar sobrecarregar os tribunais.

Finalmente, quanto à QE n.º 9, esta apenas dirigida às entidades nacionais, estas referiram que poderiam ser tomadas algumas medidas ou feitas algumas alterações legislativas para melhorar a investigação do contrabando de tabaco. Desde logo, uma das medidas identificadas está relacionada com uma das fragilidades apontadas na QE n.º 8, e passaria por aumentar a moldura penal não apenas do contrabando, mas de todos os crimes aduaneiros em geral, de forma a que estas tivessem um efeito mais dissuasor, tal como refere a CE (2013) e o KPMG (2017). Outro aspeto mencionado seria o facto de haver uma maior sensibilização social, quer dos cidadãos, quer das autoridades judiciais. Isto porque, segundo E1, “as pessoas em geral têm pouca censurabilidade em relação a esse crime”⁶⁵ que acontece pois este “não é um crime onde se veja um dano direto nas pessoas (...) é um crime que tem um dano indireto muito forte (...) que depois se vai refletir nos contribuintes cumpridores” (E16). Segundo E6, isto “não está diretamente relacionado com aspetos processuais, mas (...) acaba por (...) ter impacto nas políticas criminais”, já que a censurabilidade penal, deriva da social. Quanto à sensibilização das autoridades judiciais, esta passa, sobretudo, por demonstrar a gravidade e consequências deste crime para que estas cumprem “aquilo que está escrito a 100%” (E16), e apliquem penas mais severas.

⁶³ Como é referido pelo Europol (2017) – subcapítulo 3.1, p. 22.

⁶⁴ Cfr. art. 350.º do CoD. Segundo Berr e Trémeau (2004, *cit. in* Cren, 2011, p. 252), “Le droit de transaction, privilège de l'administration des douanes, constitue la cause d'extinction des poursuites à la fois la plus fréquente et la plus vigoureuse”.

⁶⁵ Conforme é explicado por L’Hoiry (2012) – subcapítulo 3.1, p. 24.

Também relacionado com a QE n.º 8, está a necessidade de incorporar a IFC no catálogo de crimes das escutas telefónicas e da Lei n.º 5/2002. De facto, segundo E21 “não é perceptível, quer pela teoria do bem jurídico protegido (que é o mesmo) quer pela pena em causa, pois a gravidade do crime é a mesma, que exista esta diferença”⁶⁶, até porque, tal como E13 refere, “a génese do crime é a mesma”. Segundo E1 e E6, o principal benefício em tornar a IFC um crime de catálogo até nem se prende com os MOP, pois pode-se recorrer ao crime de associação criminosa enquanto “bengala”, mas sim pelo facto de se poder recorrer ao mecanismo da perda alargada. Assim, tal como é referido, nos subcapítulos 3.3 e 4.2, por Dias (2009, p. 36), Bravo (2013, p. 45) e Lopes (2017, p. 28), E21 defende que “a estratégia passa pela investigação patrimonial e financeira (...) nomeadamente com a intervenção do GRA” e que, como foi mencionado na QE n.º 4, este ainda é pouco aproveitado em Portugal. Segundo E19, ao promover o dismantelamento da capacidade organizativa das organizações criminosas por via do confisco dos bens “estamos a ir onde lhes dói mais, mostrar que o crime não compensa”⁶⁷ pois, tal como afirma E13 “retiramos a capacidade de os criminosos atuarem e retiramos a sua motivação principal”.

Nenhuma proposta foi feita pelos entrevistados no sentido de colmatar um dos problemas identificados, que foi a questão do limite estabelecido por lei para distinguir a relevância criminal da relevância contraordenacional. Esta questão não é fácil de resolver, visto que o objetivo é o de descongestionar os tribunais bem como distinguir o contrabando realizado por uma pessoa, que vai ao país vizinho comprar quantidades que excedam as autorizadas por lei para consumo próprio, do contrabando organizado e em larga escala que visa a comercialização e obtenção de lucro. No entanto, parece ser uma boa solução a introdução do *droit de transactions*, à semelhança daquilo que existe em França, e que se revelou de uma importância extrema de acordo com os entrevistados da *Douanes*.

5.3 Verificação das hipóteses

Com a expectativa de se tornarem respostas válidas à QC formulada para esta investigação, foram deduzidas hipóteses que “são uma proposição provisória, uma suposição que deve ser verificada” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 150).

⁶⁶ Como referido no Capítulo 3 e explicado por STJ (2010) – subcapítulo 3.3, p. 27.

⁶⁷ O que corrobora o exposto por Lopes (2017, p. 28) – subcapítulo 4.2., p. 36.

Relativamente à H1: “A inexistência de um Direito penal unificado e a falta de harmonização penal relativa ao contrabando de tabaco na UE leva a que existem diferenças entre Portugal e França na definição normativa de contrabando bem como na respetiva moldura penal associada, que se refletem na investigação do mesmo”, esta foi parcialmente confirmada através do Enquadramento Teórico e Concetual e das entrevistas.

De facto, além do contrabando ser considerado um crime em Portugal e um delito em França, as diferenças residem na sua tipificação. Em Portugal, existem vários crimes aduaneiros tipificados, todos bastantes semelhantes, em particular o crime de IFC, cuja principal distinção reside na proveniência da mercadoria. A pena de prisão em Portugal pode ir até aos três anos no caso de contrabando simples, e cinco anos se for contrabando qualificado. Em França, a pena de prisão para o contrabando simples pode ir até aos três anos ou, no caso de contrabando qualificado, até aos dez, para além de uma multa indexada, cujo mecanismo não existe em Portugal. Além disso, em Portugal, existe um limite estabelecido para a relevância criminal e para a relevância contraordenacional, o que não se verifica em França.

Assim, a diferenciação entre o crime de contrabando, o crime de IFC e os restantes crimes aduaneiros, tem repercussões para a investigação de uma mesma conduta ocorrida nos dois países, pois apenas a figura do contrabando consta do catálogo de crimes das escutas telefónicas e da Lei n.º 5/2002. Isto impossibilita o recurso ao registo de voz e imagem, à quebra de segredo e à perda alargada para os restantes crimes aduaneiros, já que se revela complicado indiciar o crime de associação criminosa⁶⁸. Por sua vez, isto não acontece em França, na qual é permitido o uso de todos estes MOP para a investigação do contrabando.

Quanto à H2: “Como Portugal e França seguem o mesmo modelo processual e o mesmo modelo de investigação criminal, os atores nacionais competentes atuam sob a direção do MP e realizam o mesmo tipo de investigação, recorrendo aos mesmos MOP e TEIC para combater o contrabando de tabaco”, esta foi parcialmente confirmada ao longo de todo o estudo. No Capítulo 4 e nas respostas às entrevistas, é evidenciado que Portugal segue o modelo de matriz continental, na qual o MP é responsável por dirigir o inquérito, e

⁶⁸ Segundo Dias (1999, *cit. in* Carneiro, Santos & Pereira, 2013, p. 43) “uma associação criminosa supõe que, do encontro de vontades das pessoas que a constituem, tenha resultado (...) uma realidade autónoma, diferente e superior às vontades e interesses dos seus membros”. Por sua vez, “esta vontade coletiva deverá dirigir-se à prática de um ou mais crimes, finalidade que poderá ser inicial ou superveniente, principal, secundária ou acessória” (Carneiro *et al*, 2013, p. 43). Porém, “para se considerar existir uma vontade coletiva a associação deverá ter uma estrutura minimamente organizada, estável e permanente” (Dias, 1988, *cit. in* Carneiro *et al*, 2013, p. 43). Nas palavras de Carneiro *et al* (2013, p. 43), “são exatamente estas características de organização, estabilidade e permanência que distinguem a associação criminosa da mera comparticipação”.

no qual delega certos atos aos OPC competentes. Em França, por sua vez, verifica-se o mesmo. A partir do momento em que é iniciado um inquérito penal, a *Douanes* deixa de poder agir autonomamente ao abrigo do CoD e os ODJ do SNDJ nomeados pelo juiz passam a estar sob a direção do MP, podendo apenas aplicar os poderes conferidos no CPPF.

Além disso, verificou-se que existem diferenças no próprio modelo de investigação adotado em cada um dos atores nacionais competentes. Em Portugal, a UAF é a única força que alia a capacidade repressiva com uma capacidade preventiva, diária e em todo o território nacional, o que lhe proporciona uma maior capacidade de deteção de infrações e lhe permite obter informações que não seriam possíveis de outra forma. Isto distingue-a da AT e da PJ, na medida em que estas guiam a sua ICT do contrabando com base em informações internacionais obtidas através de bases de dados internacionais, gestão de risco e por intermédio de outras autoridades aduaneiras nacionais, agências e organismos europeus. Por sua vez, em França, a *Douanes* combina ambos os modelos, ou seja, tem a capacidade de exercer fiscalização diária e sistemática em todo o território francês bem como de aceder à todo o tipo de informações internacionais, quer seja através das autoridades aduaneiras ou das agências e organismos europeus.

Quanto à investigação em si, esta segue, essencialmente, uma investigação pró-ativa, por ser a mais apropriada para combater o COT e a criminalidade tributária, pois permite dismantlar as organizações e as redes criminosas. Além disso, este tipo de investigação também é híbrida, pois exige o recurso a todos os MOP e TEIC, sobretudo as interceções telefónicas, o registo de voz e imagem, a quebra de segredo, os seguimentos e vigilâncias, e a recolha da prova em suporte eletrónico, pois esta encontra-se cada vez mais informatizada. Assim, a investigação do contrabando em França e Portugal materializa-se da mesma forma, contudo, poderão existir diferenças relativamente ao controlo judiciário e às regras processuais exigidas para aplicar estes MOP e TEIC, o que faz toda a diferença.

Por fim, no que respeita à H3: “Sendo o contrabando de tabaco um crime transnacional, os atores nacionais competentes em França e Portugal para a investigação deste crime fazem uso dos mesmos mecanismos de cooperação aduaneira, policial e judiciária estabelecidos no ELSJ “, esta foi parcialmente verificada pelos Capítulos 1 e 2 e pelas respostas obtidas à QE n.º 3 e à QE n.º 5. As respostas comuns aos dois países foram o recurso à troca de informações, através, e. g., de contactos informais, dos acordos bilaterais e dos CCPA; através de representação permanente, como, e. g., os oficiais de ligação ou peritos nacionais destacados, quer em agências e organismos europeus, quer em forças congéneres; através de solicitações para a execução de diligências fora de território nacional,

através, e. g., das DEI; e, o apoio com fundos europeus, provenientes, sobretudo, do OLAF, do Programa *Hercule III* e do Programa *Horizon*.

A principal diferença reside no acesso e utilização de dois mecanismos fundamentais para a investigação do contrabando de tabaco: a Convenção de Nápoles II e as EIC. De facto, as EIC ainda são pouco utilizadas em Portugal, em particular para o contrabando de tabaco, ao contrário do que sucede em França com a *Douanes*, que tem já participado em algumas. Quanto à Convenção de Nápoles II, em Portugal, apenas a AT tem acesso a esta, o que dificulta a investigação efetuada pela PJ e UAF, que são duas forças essencialmente policiais e operativas, e que necessitam dessas informações para orientar a sua ação policial. É ainda de referir que o relacionamento da *Douanes* com as agências e organismos europeus aparenta ser bem mais forte do que o da PJ, que tem um oficial de ligação no Europol, e o da AT ou o da UAF, já que esta última não se faz representar nem no Europol, nem no OLAF. Tudo isto leva a que Portugal tenha uma participação um pouco menos ativa que a *Douanes* no quadro europeu para a investigação do contrabando de tabaco.

5.4 Respostas às Questões Derivadas

De seguida, respondem-se às QD, que serviram para delimitar a investigação, de forma a proporcionar uma resposta mais sólida à QC.

Relativamente à QD1: “Como evoluiu a cooperação policial e judiciária em material penal ao longo do processo de integração europeia?”, a resposta surge no decorrer do trabalho, através do enquadramento teórico e concetual realizado. Esta evoluiu numa progressiva comunitarização, introduzida pelo Tratado de Lisboa. Contudo, esta ainda apresenta alguns elementos intergovernamentais, que se explicam pelo facto de o *ius puniendi* fazer parte, *par excellence*, do núcleo duro da soberania Estatal.

O princípio do reconhecimento mútuo tem sido o motor da integração europeia em matéria penal, mas este só funciona com a harmonização das legislações penais. Esta, ao conferir um certo grau de igualdade entre as diversas legislações, permite gerar confiança mútua, o que diminui as incertezas relativamente à admissibilidade das provas recolhidas em países com ordenamentos jurídicos menos garantísticos. Além de potenciar a cooperação europeia, esta tem sido o caminho seguido para alcançar a futura e tão almejada livre circulação de provas no ELSJ.

No que concerne à QD2: “De que forma os mecanismos de cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal, estabelecidas no ELSJ, contribuem para a investigação do contrabando de tabaco?”, decorrente da análise documental e das respostas obtidas nas entrevistas, existe um elevado contributo destes mecanismos para a investigação do contrabando de tabaco, pois só é possível combater o COT na mesma lógica, ou seja, através da cooperação internacional e transfronteiriça.

Assim, perante um fenómeno transnacional como o contrabando de tabaco, estes mecanismos garantem uma atuação concertada dos vários atores intervenientes; possibilitam a obtenção de *intelligence* e a realização de diligências além-fronteiras, quer através de investigações paralelas, quer através de investigações conjuntas; e, permitem uma melhor análise dos fenómenos criminais, dos seus *modi operandi* e das suas novas tendências. No entanto, estes carecem de divulgação, de uma maior aplicação prática, bem como da redução da burocracia e formalismos. Só assim será possível ter acesso à informação em tempo real e recolher prova em tempo útil fora do território nacional.

Quanto à QD3: “Quais são os principais *modi operandi* no contrabando de tabaco e as suas novas tendências?”, o quadro teórico e concetual bem como as entrevistas demonstram que são inúmeros os *modi operandi* usados para concretizar o intento criminoso e alcançar o objetivo principal: o lucro. De facto, o contrabando tem evoluído, tem-se adaptado à medida que aumenta a eficácia ao seu combate pelo que, atualmente, não se cinge ao contrabando de desembarque ou ao contrabando técnico feito através de contentores. Os esquemas fraudulentos são cada vez mais sofisticados, podendo envolver o recurso à internet e transportadoras; o recurso aos regimes aduaneiros, nomeadamente, os regimes especiais da UE; o recurso à produção no interior da UE através de fábricas clandestinas; o recurso à *little and often approach*; o recurso à vertente legal-ilegal, através da corrupção de funcionários, falsificação de documentos e instrumentalização de pessoas singulares e coletivas. Este fenómeno plurifacetado envolve uma grande diversidade de produtos, desde os produtos contrafeitos até aos *cheap whites*, passando pela folha de tabaco, em Portugal, ou pela shisha, em França. Por fim, este fenómeno está associado, não raras vezes, a outros tipos criminais como o branqueamento de capitais ou o terrorismo, que podem vir a ter consequências mais gravosas para a segurança pública.

No que diz respeito à QD4: “Quais são as diferenças nas leis penais e processuais penais, em Portugal e França, relativamente ao contrabando?”, estas foram referidas ao longo do quadro teórico e concetual e confirmadas nas entrevistas. Ao nível substantivo, a diferença inicia-se na própria classificação criminal, pois, em Portugal, o contrabando é

crime e, em França, um delito. Outra diferença reside na tipificação das condutas, onde em França, contrariamente ao que sucede em Portugal, existe apenas um delito aduaneiro, não havendo qualquer tipo de distinção entre, e. g., o crime de IFC e o crime de contrabando. Relativamente à punibilidade, o contrabando simples é punido com a mesma pena de prisão nos dois países, mas no contrabando qualificado esta pode atingir os dez anos em França, em vez dos cinco anos previstos em Portugal. Além disso, em França existe o mecanismo da multa indexada à pena de prisão, o que não acontece em Portugal.

Ao nível adjetivo, poucas foram as diferenças identificadas, sendo que a lei francesa prevê e regulariza a geolocalização e as compras simuladas, o que não ocorre em Portugal, onde estas são alvo de interpretações doutrinárias e jurisprudenciais.

Por fim, na resposta à QD5: “Quais são as possíveis mudanças institucionais e legais necessárias, a nível nacional e europeu, para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?”, decorrente das respostas obtidas nas entrevistas, existe um rol de medidas passíveis de serem adotadas. No âmbito nacional, as medidas maioritariamente referidas foram: o aumento da moldura penal para o crime de contrabando e restantes crimes aduaneiros, de forma a ter um efeito mais dissuasor; a incorporação do crime de IFC no catálogo de crimes das escutas telefónicas e da Lei n.º 5/2002, para facilitar o recurso aos MOP e, sobretudo, ao mecanismo da perda alargada; promover ações de sensibilização social, de modo a gerar uma maior criminalização social e penal; e, apostar na investigação patrimonial e financeira e no recurso ao GRA, para estimular o confisco dos bens e demonstrar que o crime não compensa. Também seria de ponderar introduzir o *droit de transactions*, em prol do limite que diferencia o crime da respetiva contraordenação. Assim, verifica-se que o quadro normativo vigente em Portugal aparenta estar desatualizado, carecendo de algumas adaptações e modificações, face às atuais tendências do contrabando de tabaco.

Foi ainda transversal a necessidade de capacitar as várias entidades com os devidos recursos materiais, humanos e financeiros que se revelam escassos para combater redes e grupos organizados dotados de meios altamente sofisticados e com abundantes recursos humanos. É também necessário apostar na especialização e numa maior qualificação em todos os atores intervenientes na investigação deste crime. Por fim, mais do que uma reorganização de competências ou a criação de um gabinete supraministerial que agregasse os três ministérios diferentes, revela-se necessário a criação de laços e de sinergias que possam gerar uma verdadeira cooperação e uma eficiente troca de informações. À semelhança do que acontece em França, isto pode ser potenciado com o estabelecimento de elementos de ligação entre os vários organismos e, sobretudo, pela representação da UAF na

UIF e no GRA. De facto, deve existir um sentimento uno, uma conjugação de esforços, pois todos trabalham para o mesmo objetivo: que a investigação chegue a bom porto, quer seja para acusação, quer seja para o arquivamento.

Quanto às medidas a nível europeu, estas devem seguir o caminho já trilhado, ou seja, continuar com a harmonização das legislações penais e processuais penais, mas, sobretudo, garantir uma maior harmonização dos impostos sobre o tabaco, de forma a minimizar as diferenças das taxas e dos preços existentes na UE. Por fim, deve ser atribuída competência à Procuradoria Europeia para inquirir e exercer a ação penal relativamente ao crime de contrabando, pois esta ainda não é bem clara. Posteriormente, seria profícuo dotá-la de competência para investigar qualquer crime transnacional.

É ainda necessário apostar e alargar a rede de oficiais de ligação e peritos nacionais destacados pelos vários organismos europeus e pelas diversas forças competentes dos Estados-Membros, com especial destaque para a necessidade de a UAF se fazer representar no Europol e no OLAF, o que não sucede atualmente. Também seria fundamental que a PJ e a UAF tivessem acesso à Convenção de Nápoles II. Contudo, garantir uma eficiente cooperação interinstitucional nacional será o primeiro passo para potenciar a cooperação europeia.

5.4 Resposta à Questão Central

Com base em toda a investigação realizada e após estar concluída a verificação das hipóteses bem como respondidas as QD, foi possível responder à QC: “Quais são os elementos comuns e distintivos da investigação criminal tributária em Portugal e França, para combater o contrabando de tabaco no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça?”. A enumeração destes elementos iniciou-se no quadro teórico e concetual, através da pesquisa bibliográfica e documental, e foram consolidados com a realização das entrevistas. A investigação do contrabando tem de ser analisada em três prismas: na sua aplicação prática, na articulação nacional e na articulação europeia. No sentido prático, a investigação do contrabando em França e Portugal é muito semelhante, pois os diferentes atores nacionais competentes privilegiam uma investigação pró-ativa, com recurso a MOP e TEIC mais avançados, que se materializa numa abordagem multidisciplinar, abrangente, contínua e intensa, na qual a prevenção tem um papel preponderante.

Numa perspetiva nacional, apesar de França e Portugal seguirem o modelo de matriz continental, foram identificadas algumas diferenças. A primeira diz respeito às competências legais que, em Portugal, assumem um carácter concorrencial, o que traz algumas repercussões para a cooperação institucional e para uma eficiente partilha de informações, pois, tratando-se de instituições dependentes de diferentes ministérios, estas precisam das informações que se encontram na posse das restantes, em particular da AT. O MP tem um papel-chave neste âmbito, mas também numa fase mais avançada, onde pode decidir ou autorizar a constituição de equipas mistas, que são fundamentais para a investigação deste tipo de criminalidade.

A segunda diferença reside no próprio modelo de investigação de cada uma das forças nacionais competentes. Enquanto a AT e a PJ orientam a sua atividade de investigação do contrabando através das informações internacionais, a UAF, por não ter acesso a essas informações, teve que potenciar outras formas de obtenção de informação. Assim, esta distingue-se da PJ e da UAF, graças à sua capacidade de fiscalização e intervenção diária em todo o território nacional.

Por sua vez, em França, a *Douanes*, enquanto *police des marchandises*, possui poderes únicos no âmbito aduaneiro. Contudo, num inquérito penal, o SNDJ também passa a atuar sob a direção do MP. A *Douanes*, além de possuir uma vertente preventiva e repressiva, também congrega uma vertente policial e uma vertente técnica, podendo atuar sozinha, sem necessidade de criar equipas mistas. Além disso, existe uma boa cooperação com outras autoridades, quer policiais, quer administrativas, o que lhe proporciona um enorme património informativo. Esta cooperação é proporcionada pelo apoio permanente do SPND, bem como pela rede de *attachés douaniers*. Isto verifica-se no trabalho conjunto e eficiente com o AGRASC, que é frequentemente solicitado. Isto não se verifica da mesma forma em Portugal, onde a investigação patrimonial e financeira e o recurso ao GRA ainda não ocorrem de forma tão natural e agilizada.

Numa perspetiva europeia, foi claramente perceptível que a *Douanes* tem uma participação bem mais ativa do que qualquer força competente em Portugal, que se verifica, sobretudo, na participação em EIC, no acesso à Convenção de Nápoles II e na ampla rede de *attachés douaniers* e de peritos, sendo exemplo disso o OLAF e o Europol, ou, até, através do *Analysis Project Smoke* no qual têm um especialista.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Findo o Enquadramento Metodológico, Teórico e Concetual, bem como a análise e a discussão dos resultados, e, após terem sido respondidas as QD e a QC, entra-se, deste modo, no culminar de toda a investigação. Nesta fase, são reconhecidas as limitações encontradas ao longo do estudo, averigua-se o cumprimento dos objetivos da investigação e tecem-se as principais conclusões e recomendações. Por fim, são elencadas algumas propostas e sugestões para futuras investigações que incidam nesta temática.

No decorrer da investigação surgiram algumas limitações e dificuldades. Uma das limitações foi o alcance da representatividade da amostra em França. Apesar da estadia de dois dias nas instalações da DNRED e do SNDJ, não foi possível obter uma amostra maior, levando a um desequilíbrio numérico desta em comparação com a amostra em Portugal. Outra limitação foi a impossibilidade de, mesmo após muita insistência, obter o contributo da AT. Por ocupar uma posição chave no seio do sistema tributário português, em particular no que se refere ao crime de contrabando, os dados obtidos através da desejada entrevista teriam, certamente, enriquecido o trabalho, garantindo uma visão mais holística do tema, quer no âmbito nacional, quer no âmbito europeu.

Apesar das limitações supramencionadas, atendendo ao desenvolvimento lógico do trabalho, foi possível definir um sólido quadro teórico que auxiliou na verificação das hipóteses deduzidas e, através da análise teórica realizada e dos resultados recolhidos e discutidos, foi possível responder à QC, pelo que se consideram cumpridos os objetivos da investigação em toda a sua plenitude.

Nesta investigação, verificou-se que o contrabando de tabaco é um fenómeno eminentemente transnacional, que representa o moderno crime organizado, sendo este cada vez mais complexo, multifacetado, flexível, oportunista, sempre em transmutação, e cuja capacidade distintiva é a de operar além-fronteiras. No caso particular da UE, a permeabilidade das fronteiras internas resultante da livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, bem como a elevada tributação do tabaco e a variação dos preços entre os países são fatores que potenciam o contrabando e que dificultam o seu combate.

O contrabando de tabaco é um problema global, que só pode ser combatido à escala global. Assim, os Estados-Membros da UE têm de se unir e conjugar esforços para o combater. Apesar do contributo das agências europeias e dos mecanismos de cooperação,

que garantem uma atuação concertada, um maior conhecimento dos fenómenos criminais e a partilha de informações entre os vários Estado-Membros, bem como a possibilidade de realizar investigações paralelas e investigações conjuntas, ainda não existe um mecanismo que permite a obtenção de informação em tempo real, o que impossibilita a recolha de prova em tempo útil em toda a UE. De facto, quando se trata da investigação de um fenómeno transnacional como o contrabando de tabaco, a informação é poder, na qual o fator tempo tem um papel crucial.

Outras das medidas adotadas na UE, foi a harmonização jurídica, em particular, das legislações penais, com o objetivo de criar um ambiente mais hostil e evitar que os criminosos procurem e explorem as fragilidades das leis penais, contextualizadas nas disparidades e nas omissões legislativas nacionais dos Estados-Membros. Além disso, esta revela-se de grande importância para a investigação criminal pois, ao fornecer uma base comum e ao garantir uma proteção jurídica equivalente, não coloca em causa a admissibilidade das provas obtidas fora do território nacional. Com isto, esta cria confiança mútua, que é a base do reconhecimento mútuo, e que poderá permitir alcançar a futura e almejada livre circulação de provas na UE.

Apesar da progressiva comunitarização da cooperação policial e judiciária em matéria penal, não foi possível atingir uma total integração nesta área, nomeadamente, através da criação de um Direito penal europeu unificado, materializado em um único CP e CPP. De facto, os Estados-Membros continuam muito receosos quanto à possibilidade de perderem a sua soberania num domínio particularmente sensível como o é o *ius puniendi*, por estar intimamente relacionado com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Assim, o ELSJ é uma área única de movimento, mas sem uma única área de *criminal law*.

Além disso, verifica-se que esta harmonização penal ainda não existe, ainda, relativamente ao contrabando de tabaco. Isto explica as diferenças nas legislações penais e processuais penais entre França e Portugal identificadas neste estudo, sobretudo no âmbito das definições, tipificações e sanções. No âmbito processual penal, apesar de França e Portugal seguirem o modelo continental, em que o MP dirige o inquérito, sendo coadjuvado pelos OPC, foram identificadas algumas diferenças.

A principal diferença reside no próprio modelo de investigação das forças nacionais competentes. Em Portugal, existe uma cisão: de um lado, a capacidade de fiscalização e intervenção diária, em todo o território, da UAF; e, do outro lado, as informações internacionais concentradas na PJ e AT, assumindo todas estas entidades uma relação de concorrência; que resulta das competências legais, por serem concorrenciais, e dos objetivos

institucionais. Constatou-se que isto se traduz numa competição que tem consequências prejudiciais no que se refere à troca de informações. Já em França, a *Douanes* combina ambos os modelos, o que, aliado a um regime aduaneiro repressivo, a torna uma verdadeira polícia de mercadorias, dotadas de poderes únicos na investigação do contrabando.

Apesar destas diferenças verifica-se que, em termos práticos, a investigação do contrabando realiza-se de forma muito semelhante nos dois países: uma investigação essencialmente pró-ativa, abrangente, multidisciplinar, contínua e intensa; que privilegia o recurso aos MOP e TEIC especiais, que possibilitam a tal investigação contemporânea dos factos.

Relativamente ao contrabando de tabaco, constatou-se que este tem evoluído, à medida que tem evoluído a sua prevenção e repressão. Graças à sua capacidade de adaptação e à sua flexibilidade, este foi-se moldando de forma a minimizar riscos e maximizar os lucros. Deste modo, este fenómeno engloba uma multiplicidade de *modi operandi* e uma diversidade de produtos, bem como inúmeras rotas de comercialização e locais de produção.

As principais tendências identificadas e que têm causado mais problemas são a produção no território aduaneiro da UE e o recurso a inúmeras expedições, porém, em menores quantidades. A primeira levou a um decréscimo do contrabando propriamente dito face ao crescimento da IFC, pelo que a capacidade de combater a produção e comercialização de tabaco já não se centra apenas nas fronteiras externas, havendo a necessidade de desviar a ação de fiscalização, controlo e recolha de informações das fronteiras da UE para todo o seu território.

Face a estas duas tendências, o modelo de investigação da UAF e da *Douanes* aparenta ser mais adequado, na medida em que proporciona uma maior capacidade de deteção de infrações e garante a recolha de informação de forma contínua e ininterrupta em todo o território nacional. Já a PJ e AT ficam restringidas às informações constantes em bases de dados internacionais ou pertencentes a outras autoridades aduaneiras estrangeiras ou às agências e organismos europeus. Assim, conclui-se que a prevenção assume um carácter fundamental neste âmbito, sendo cada vez mais difícil separar a prevenção da investigação.

Perante estas duas tendências, também foi possível verificar que o quadro normativo português se encontra, de certa forma, desatualizado, havendo, portanto, a necessidade de proceder a algumas mudanças ou adaptações legislativas, que, de seguida, se recomendam a implementar.

Em primeiro lugar, é necessário que este fenómeno entre na agenda política, de forma a que haja um esforço conjunto para uma maior sensibilização social e, consequentemente,

uma maior criminalização penal. De facto, é necessário aumentar as sanções dos crimes aduaneiros em geral, de forma a criar um ambiente hostil e um efeito dissuasor. Em segundo lugar, revela-se pertinente tornar o crime de IFC um crime de catálogo, de forma a possibilitar e facilitar o acesso a MOP muitos importantes para realizar a tal investigação pró-ativa, mas, sobretudo, para permitir o acesso ao mecanismo da perda alargada e do confisco de bens, que se tem revelado muito eficaz no combate ao crime organizado. Além disso, também é necessário tornar o uso deste mecanismo e da investigação patrimonial e financeira cada vez mais vulgar e agilizado. Por fim, seria interessante importar o *droit de transactions* presente no CoD francês para o RGIT, de forma a substituir o limite estabelecido entre o crime e a contraordenação e evitar, à mesma, a sobrecarga dos tribunais.

Para além destas medidas legais, foram ainda identificadas algumas possíveis medidas institucionais, cujo objetivo é, principalmente, o de melhorar a cooperação entre os vários atores nacionais competentes e criar sinergias entre estes, de formas a garantir uma eficiente e célere troca de informações. Assim, para além de uma possível reorganização de competências ou da criação de um gabinete supraministerial, revela-se pertinente o reforço dos vários organismos com mais e melhores recursos financeiros e materiais e a afetação de recursos humanos especializados; e, o estabelecimento de elementos de ligação entre os vários organismos. No caso da UAF, era essencial que esta fosse representada na UIF e no GRA, de forma permanente.

No plano europeu, também é necessário adotar medidas. Mesmo havendo imensas expectativas sobre a futura Procuradoria Europeia, é necessário que haja uma harmonização penal relativamente ao contrabando de tabaco, quer ao nível substantivo, para evitar o *fórum shopping*, adotar definições e sanções comuns; quer ao nível adjetivo, para criar confiança mútua e acabar com a renitência das autoridades competentes para recorrer aos mecanismos de cooperação, sobretudo as EIC. Tudo isto permitirá potenciar a cooperação europeia e, provavelmente, uma maior integração europeia neste domínio.

Também se conclui que é necessária uma maior harmonização das legislações tributárias. De facto, no que diz respeito ao contrabando de tabaco, se existe *fórum shopping* ao nível penal, também é certo que existe *fórum shopping* no âmbito tributário, em que os criminosos procuram os países onde os produtos de tabaco são mais fortemente taxados e/ou com preços mais elevados; sendo exemplo disso a folha de tabaco em Portugal, a shisha em França e os contentores de cigarros que têm como destino o Reino Unido e os países nórdicos.

É também necessário apostar e alargar a rede de oficiais de ligação e peritos nacionais destacados pelos vários organismos europeus e pelas diversas forças competentes dos Estados-Membros, com especial destaque para a necessidade de a UAF se fazer representar no Europol e no OLAF. Por fim, seria pertinente viabilizar o acesso da PJ e da UAF à Convenção de Nápoles II. Contudo, a cooperação europeia, dependerá sempre da cooperação nacional. Não havendo uma eficiente cooperação nacional, nunca haverá uma eficiente cooperação internacional.

Consumada esta investigação, seria interessante desenvolver um estudo que incidisse sobre a clarificação do conceito de autoridade de polícia tributária. Também seria pertinente realizar uma investigação acerca do papel da UAF no combate ao crime de branqueamento de capitais que, como se verificou neste estudo, está amplamente associado aos crimes tributários. Por fim, seria aliciante realizar um estudo acerca daquele que é, porventura, um dos maiores problemas atuais na UE: a fraude em matéria de IVA, também conhecida por fraude carrossel.

Para terminar, saliento que o ELSJ é um espaço em construção, pelo que, no que concerne ao futuro do Direito penal europeu, não poderia deixar de aproveitar as palavras do *High-Level Advisory Group* (2008, *cit. in* Gless, 2010, p. 35): “while significant progress was achieved much remains to be done”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos científicos, obras literárias, relatórios e outros documentos

- Albrecht, H. (2009). Criminalidade Organizada na Europa: perspectivas teórica e empírica. In Palma, M. F.; Dias, A. S. & Mendes, P. S. (Coord.), *2.º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 73-100). Coimbra: Almedina.
- Almeida, C. P. (2009). Cooperação judiciária europeia e internacional. In Palma, M. F.; Dias, A. S. & Mendes, P. S. (Coord.), *2.º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 101-113). Coimbra: Almedina.
- Andrade, A. R. C. (2013). O futuro da Cooperação Judiciária em Matéria Penal: a criação da Procuradoria Europeia (?). *Debater a Europa*, n.º 9, pp. 329-357.
- Angelini, M.; Camerilini, D.; Giommoni, L.; Soriani, C. & Standridge, P. (2015). Organised Crime Portfolio: illicit revenues and criminal investments in Europe. *European Police Science and Research Bulletin*, n.º 12, pp. 4-12. Acedido a 30 de março de 2017, em <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/109>.
- Antonopoulos, G. A. & Lampe, K. V. (2016). Where there's smoke, there's money: an introduction to the special issue on the illicit tobacco market. *Trends in Organized Crime*, n.º 19, pp. 211–217. Editora Springer. Doi: 10.1007/s12117-016-9293-0.
- Ballin, E. H. (2010). Opening speech on the future of police and judicial cooperation in the european union. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 17–23). Netherlands: Martinus Publishers.
- Baqueiro, F. R. (2017). Cooperação jurídica internacional em matéria penal para a repressão ao crime organizado transnacional: a experiência europeia e as perspectivas Mercosulinas. *Ius Gentium*, vol. 8, n.º 2, pp. 166-204.
- Beken, V. B.; Janssens, J., Verpoest, K.; Balcaen, A. & Laenen, F. V. (2008). Crossing geographical, legal and moral boundaries: the Belgian cigarette black market. *Tobacco Control*, n.º 17, pp. 60–65. Doi:10.1136/tc.2007.022749.

- Block, L. (2008). Combating Organized Crime in Europe: Practicalities of Police Cooperation. In Neyroud, P. & Waddington, P. A. J. (Coord.), *Policing: A Journal of Policy and Practice*, vol. 2, n.º 1, pp.74–81.
- Block, L. (2010). EU Joint Investigation Teams: Political Ambitions and Police Practices. In Hufnagel, S., Bronit, S. & Harfield, C. (Coord.), *Cross-Border Law Enforcement Regional Law Enforcement Cooperation - European, Australian and Asia-Pacific Perspectives* (pp. 87-107). London: Routledge.
- Borgers, M. (2010). Functions and aims of harmonisation after the Lisbon Treaty: a European perspective. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 347–355). Netherlands: Martinus Publishers.
- Borges, F. (2012). Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais. In Gouveia, J. B. (coord.), *Estudos de Direito e Segurança (Vol. II)* (pp. 127-156). Coimbra: Almedina.
- Brandão, A. P. (2015). Política Comum de Segurança e Defesa: Europa a várias velocidades e/ou em desaceleração? *Janus*, pp. 110-111.
- Bravo, J. (2013). Para um modelo de segurança e controlo da criminalidade económico-financeira – um contributo judiciário. *Working Papers*, n.º 18. Observatório da Economia e Gestão de Fraude.
- Braz, J. (2009). Um novo paradigma metodológico na investigação do crime organizado. In Palma, M. F.; Dias, A. S. & Mendes, P. S. (Coord.), *2.º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 331-347). Coimbra: Almedina
- Braz, J. (2010). *Investigação criminal – a organização, o método e a prova: os novos desafios da nova criminalidade* (2.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Caeiro, P. (2017). Reconhecimento mútuo, harmonização e confiança mútua (primeiro esboço de uma revisão). In Santos, M; Monte, M. F. & Monteiro, F. C. (Coord.), *Os novos desafios da cooperação judiciária e policial na União Europeia e da implementação da Procuradoria Europeia* (pp. 173-202). Braga: Centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Callan, S. (2012). *Tributação e Comércio Ilegal de Tabaco*. Smoke free partnership. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 20 de fevereiro de 2018, em <http://www.sppneumologia.pt/uploads/files/comissoestrabalho/ct%20tabagismo/tabagismo6.pdf>.

- Carneiro, A. T.; Santos, M. & Pereira, A. A. (2013). A criminalidade violenta e grave associada ao meio urbano em especial, alguns apontamentos em torno do crime de associação criminosa no panorama jurídico português. *Latitude*, vol. 7, n.º 2, pp. 33-50.
- Carrapiço, H (2011). The Godfather goes to Brussels: a evolução do conceito de crime organizado no contexto da área de liberdade, segurança e justiça. *Relações Internacionais*, n.º 31, pp. 141-157.
- Carrapiço, H. (2006). O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências. *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, n.º 1. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional [IDN].
- Chaloupka, F., Straif, K. & Leon, M. (2011). Effectiveness of tax and price policies in tobacco control. *Tobacco Control*, 20 (3), pp. 235-238. Doi: 10.1136/tc.2010.039982
- Comissão Europeia [CE] (2010). *European Commission and Imperial Tobacco sign agreement to combat illicit trade in tobacco*. Acedido a 3 de fevereiro de 2017, em file:///C:/Users/User/Downloads/IP-10-1179_EN.pdf.
- Comissão Europeia [CE] (2017a). *Ficha informativa – perguntas frequentes sobre a Procuradoria Europeia*. Acedido a 3 de abril de 2018, em europa.eu/rapid/press-release_MEMO-17-1551_pt.pdf.
- Comissão Europeia [CE] (Sino ano). *Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen*. Acedido a 15 de fevereiro de 2018. Doi:10.2837/71557.
- Conceição, E. (2016). *O Futuro da União Europeia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Conselho da União Europeia (2014). *Estratégia de segurança interna da União Europeia: rumo a um modelo europeu de segurança*. Luxemburgo: Serviço das publicações da União Europeia. Doi:10.2860/91465.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia (Vol. I) – Apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cren, R. (2011). *Poursuites et sanctions en droit penal douanier*. Tese de doutoramento em Direito Privado, na especialidade de Direito Aduaneiro. Paris: Universidade Pantheon-Assas.
- Cruz, N. (2016). *As Mudanças Institucionais e Legais necessárias para a Investigação Económico-Financeira e Tributária na União Europeia – O Combate à*

- Criminalidade Organizada*. Projeto da tese de doutoramento em Direito e Segurança. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Davin, J. (2007). *A Criminalidade Organizada Transnacional: A cooperação judiciária e policial na UE*. Coimbra: Almedina.
- Dias, A. S. (2007). De que Direito penal precisamos nós europeus? Um olhar sobre algumas propostas recentes de constituição de um Direito penal comunitário. *Lusíada*, n.º 4/5, pp. 13-28. Lisboa.
- Dias, A. S. (2009). Criminalidade organizada e combate ao lucro ilícito. In Palma, M. F; Dias, A. S. & Mendes, P. S. (Coord.), *2.º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 23-48). Coimbra: Almedina.
- Dias, C. M. M. (2012). Estratégia: A Evolução do Conceito. In *Estratégia*, 2012, Vol. XXI, pp. 253-279.
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime [ENUDC] (2009). *Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal*. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque.
- European Parliamentary Research Service [EPRS] (2014). *EU action to reduce illicit trade in tobacco products*. Acedido a 3 de fevereiro de 2017, em <http://www.europarl.europa.eu/eplibrary/Action-de-l-UE-visant-a-reduire-le-commerce-illicite-du-tabac-EN.pdf>.
- Financial Action Task Force [FATF] (2012). *FATF report – illicit tobacco trade*. França: Paris. Acedido a 30 de dezembro de 2016, em <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Illicit%20Tobacco%20Trade.pdf>.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5.ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Garcia, F. P. (2010). *Da guerra e da estratégia: a nova polemologia*. Lisboa: Prefácio Editora.
- Gless, S. (2010). Police and Judicial Cooperation between the European Union Member States. Results and Prospects. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 25–48). Netherlands: Martinus Publishers.
- Gominho, L. (2016). Valoração da prova na criminalidade económico-financeira. In *Direito Penal e Processual Penal 2012-2015* (pp. 171-194). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

- Governo de Portugal [GP] (2013). *Relatório de atividades desenvolvidas: combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras em 2012*. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.
- Grabosky, P. (2000). The Prevention and Control of Economic Crime. In Kitada, M. (Ed.), *Resource Material Series*, n.º 55, pp. 44-53. Acedido a 3 de março de 2018, em http://www.unafei.or.jp/english/pdf/RS_No55/No55_00All.pdf.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (Sino ano). *Estratégia da Guarda 2020: uma Estratégia de Futuro*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.
- Guimarães, I. N. B. S. (2009). Agente provocador, agente infiltrado e o novo paradigma de processo penal. *Âmbito Jurídico*, vol. XII, n.º 66, pp. 1-5.
- Guimarães, V. (2015). *Infrações fiscais*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Henriques, A. J. G. C. N. (2016). *A obtenção intrusiva da prova e as novas tecnologias: A obtenção de prova por meio de GPS*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Direito Especialidade em Ciências Jurídicas. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Hermenegildo, R. S. (2006). Estado e Soberania: Que paradigma? *Revista Militar*, n.º 2451, pp. 389-427. Acedido a 15 de março de 2018, em <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/74>.
- Hermenegildo, R. S. (2016). Segurança Interna Europeia em Perspetiva: abordagem teórico-concetual e desafios prementes. *Revista de Direito e Segurança*, n.º 7, pp. 179-216.
- Hermenegildo, R. S. (2017). Uma matriz teórica da segurança interna da União Europeia. *Nação e Defesa*, n.º 146, pp. 106–133.
- Hermenegildo, R. S., Costa, J. A. F., Barrete, P. M. A., Silva, A. M., Queiroz, C. E. P. R. & Gonçalves, J. E. C. (2015). A Futura Estratégia de Segurança Interna da União Europeia (2015-2020) e o papel da Guarda Nacional Republicana. *Revista de Ciências Militares*, III (2), pp. 457-479. Acedido a 12 de outubro de 2017, em https://cidium.ium.pt/docs/artigos/Artigo_98.pdf.
- Imperial Tobacco (2016). *Fiscalidade do Tabaco*. Acedido a 12 janeiro de 2018, em <http://www.imperial-tobacco.pt/tabaco-e-regulacao-fiscalidade-do-tabaco.php>.
- Jesus, F. M. (2016). *Os meios de obtenção da prova em processo penal* (2.^a Ed.). Coimbra: Almedina.
- Joint Research Centre on Transnational Crime [Transcrime] (2015). *European Outlook on the Illicit Trade in Tobacco Products*. Trento: Transcrime – Università degli Studi di Trento.

- Joossens, L & Raw, M. (2012). From cigarette smuggling to illicit tobacco trade. *Tobacco Control*, n.º 21, pp. 230-234. Doi:10.1136/tobaccocontrol-2011-050205.
- Joossens, L.; Chaloupka, J. F.; Merriman, D. & Yurekli, A. (2000). Issues in the smuggling of tobacco products. *Tobacco Control in Developing Countries*, pp. 393-406. The World Bank and World Health Organization.
- Kaiafa-Gbandi, M. (2010). Harmonisation of Criminal Procedure on the Basis of Common Principles. The EU's Challenge for Rule-of-Law Transnational Crime Control. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 357–402). Netherlands: Martinus Publishers.
- Kapplinghaus, J. (2012). Joint Investigation Teams: Basic Ideas, Relevant Legal Instruments and First Experiences in Europe. *Resource Material Series*, n.º 73, pp. 29-33.
- Kaunert, C., Léonard, S. & Pawlak, P. (2012). *European Homeland Security: A European Strategy in the making?* New York: Routledge.
- KPMG The UK member firm [KPMG] (2017). *Project Sun: a study of the illicit cigarette market in the European Union, Norway and Switzerland. 2016 results*. The Royal United Services Institute for Defense and Security Studies (RUSI). Acedido a 26 de fevereiro de 2018, em <https://home.kpmg.com/uk/en/home/insights/2017/07/project-sun-2016-results-illicit-cigarette-market.html>.
- L'Hoiry, X. D. (2012). Tobacco Smuggling: A Review of the Literature. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, n.º 20, pp. 415–444. Martinus Publishers. Doi: 10.1163/157181712X667431.
- Lampe, K. V. (2005). Explaining the emergence of the cigarette black market in Germany. In Duyne, P. C. V.; Lampe, K. V.; Dijck, M. V. & Newell, J. L. (eds.), *The Organised Crime Economy: Managing Crime Markets in Europe*, pp. 209-229. The Netherlands: Wolf Legal Publishers.
- Lampe, K. V. (2014). The Illegal Cigarette Trade. In Natarajan, M. (ed.), *International Criminal Justice*, New York: Cambridge University Press, pp. 148-154. Doi: 10.1017/CBO9780511762116.025.
- Laureano, A. & Rento, A. (2013). A Iniciativa de Schengen como precursora da cooperação reforçada da União Europeia. *Leviathan*, n.º 7, pp. 134-157.
- Laureano, A. (2010). Dois institutos da cooperação judiciária em matéria Penal na União Europeia: reconhecimento mútuo de decisões penais e harmonização de legislações penais. *Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 7, n.º 7, pp. 283-308.

- Lavenex, S. (2010). Justice and Home Affairs: communitarization with hesitation. In Wallace, H.; Pollack, M. & Young, A. (2010), *Policy-making in the European Union* (pp. 457-477). Oxford: University Press.
- Leite, I. C. (2010). *Justiça e Assuntos Internos: um caso de governação supranacional na União Europeia?* Comunicação apresentada no V Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), Aveiro. Acedido a 1 de abril de 2017, em <https://core.ac.uk/download/pdf/61010173.pdf>.
- Lobo-Fernandes, L. (2006). da integração à governação europeia: Portugal, Europeização e o carácter multi-sistémico da UE. *Nação e Defesa*. n.º 115, 3.ª Série, pp. 143-165.
- Lopes, J. M. (2017). *Manual de gestão para a investigação criminal no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes*. Ministério dos Negócios Estrangeiros: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
- Loureiro, N. M. B. P. L. (2013). *A responsabilidade penal do agente encoberto*. Dissertação de Mestrado em Direito criminal. Universidade Católica Portuguesa: Escola de Direito do Porto.
- Lourenço, A. F. F. (2017). *O Papel da Unidade de Ação Fiscal no combate ao Crime Organizado*. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Luchtman, M. (2013). Choice of forum and the prosecution of cross-border crime in the European Union – What role for the legality principle? In M. Luchtman (Coord.), *Choice of forum in cooperation against EU financial crime – Freedom, security and justice and the protection of specific EU-interests*, pp. 3-61. The Hague: Eleven.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Marques, P. (2007). *Infrações tributárias (Vol. I)*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública. Direcção-Geral dos Impostos. Centro de Formação.
- Marques, R. C. (2016). A Direcção da Investigação Criminal na Criminalidade Tributária. *In Direito Penal e Processual Penal 2012-2015* (pp. 140-170). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Mendes, P. S. (2015). *Lições de Direito Processual Penal*. Coimbra: Almedina.
- Mesquita, P. D. (2010). *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*. Coimbra Editora.
- Militello, V. & Mangiaracina, A. (2010). The Future of Mutual Assistance Conventions in the European Union. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coord.), *The Future of Police*

- and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 169–187). Netherlands: Martinus Publishers.
- Miranda, L. (2013). A ação externa do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE. *Relações Internacionais*, n.º 40, pp. 97-109.
- Mitsilegas, V. (2009). EU Criminal Law (Vol. 17). In *Modern Studies in European Law*. Oxford and Portland: Hart Publishing.
- Mitsilegas, V. (2016). *EU Criminal Law after Lisbon. Rights, Trust and Transformation of Justice in Europe*. Oregon: Hart Publishing.
- Mitsilegas, V.; Bergström, M. & Konstadinides, T. (2016). *Research Handbook on EU Criminal Law*. Edward Elgar Publishing. Doi:10.4337/9781783473311.
- Monar, J. (2009). La mise en œuvre de l'espace de liberté, de sécurité et de justice: un défi pour l'Union Européenne et pour les Etats membres. *Revue française d'administration publique*, n.º 129, pp. 15-34. Doi: 10.3917/rfap.129.0015.
- Monar, J. (2013). Eurojust and the European Public Prosecutor Perspective: From Cooperation to Integration in EU Criminal Justice? *Perspectives on European Politics and Society*, vol. 14, n.º 3, pp. 339–356. Doi:10.1080/15705854.2013.817807.
- Monte, M. F. (2007). *Da Legitimação do Direito Penal Tributário em Particular, os Paradigmáticos Casos de Facturas Falsas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Murschetz, V. (2007). The Future of Criminal Law within the European Union: Union Law or Community Law Competence? *Victoria University of Wellington Law Review*, vol. 38, n.º 1, pp. 145-156.
- Murschetz, V. (2010). The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union. In Fijnaut, C. & Ouwerkerk, J. (Coor.), *The Future of Police and Judicial Cooperation in the European Union* (pp. 109–130). Netherlands: Martinus Publishers.
- Nabais, J. C. (2003). *Direito Fiscal* (2.ª Ed.) Coimbra: Almedina.
- Nabais, J. C. (2016). *Direito Fiscal* (9.ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Oliveira, M. M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (3.ª Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Organismo Europeu de Luta AntiFraude [OLAF] (2010). *Annual Report 2010*. European Anti-Fraud Office. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Doi:10.2784/18242.

- Organização Internacional de Polícia Criminal [Interpol] (2014). *La lucha contra el comercio ilícito de productos de tabaco: Guía para responsables políticos*. França: Oficina de Assuntos Jurídicos.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2014). Combating the illicit trade in tobacco products from a European perspective. *Regional Studies Series*, vol. 3.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2017). *WHO report on the global tobacco epidemic, 2017: monitoring tobacco use and prevention policies*. Genebra: World Health Organization. Acedido a 3 de março de 2018, em <http://www.who.int/iris/handle/10665/255874>.
- Paiva, C. (2012). *Das Infrações Fiscais à sua Perseguição Processual*. Coimbra: Almedina.
- Parente, D. A. A. (2013). *O espaço penal europeu - entre a comunitarização e a diferenciação*. Dissertação de mestrado em ciências jurídico-criminais. Coimbra: Faculdade de Direito de Coimbra.
- Piçarra, N. (2009). *A União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça: uma caracterização geral*. Acedido a 15 de abril de 2017, em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/np_MA_14109.pdf.
- Piçarra, N. (2010). *A política de fronteiras da União Europeia: Do arranque adiado à centralidade progressiva*. Acedido a 5 fevereiro de 2018, em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/np_ma_14223.pdf.
- Piçarra, N. (2014). Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e “método comunitário”: uma relação finalmente estabilizada pelo tratado de lisboa? In Sousa, C. U. (Coord.), *O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes*. Universidade Autónoma Editora, Lisboa (pp. 9-41).
- Popper, K. (2005). *The Logic of Scientific Discovery*. London and New York: Routledge.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2.^a Ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, D. S. (2017). *Métodos ocultos de investigação criminal em ambiente digital*. Coimbra: Almedina.
- Ramos, C. & Maior, P. V. (2007). Perspetivas teóricas sobre a integração europeia. *Relações Internacionais*, n.º 16, pp.103-116.

- Ramos, V. C. (2010). Direito penal europeu institucional: O quadro “pós-lisboa” - por mares nunca dantes navegados, edificar-se-á novo reino? In *I Curso Pós-graduado de Aperfeiçoamento sobre Direito Penal especial*. Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito de Lisboa (pp. 743-812).
- Rodrigues, A. M. (2003). A emergência de um Direito Penal Europeu: Questões urgentes de política criminal. *Estratégia*, n.º 18-19, pp. 6-11.
- Rodrigues, A. M. (2017). Direito Penal Europeu pós-lisboa – um Direito penal funcionalista? In Santos, M; Monte, M. F. & Monteiro, F. C. (Coord.), *Os novos desafios da cooperação judiciária e policial na União Europeia e da implementação da Procuradoria Europeia* (pp. 173-202). Braga: Centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, H. M. P. S. (2009). *As informações e investigação criminal na GNR*. Trabalho de Investigação Aplicada. Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança. Lisboa: Academia Militar.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serviço Europeu de polícia [Europol] (2017). *European Union serious and organised crime threat assessment (SOCTA): Crime in the age of technology*. Europol Police Office. Acedido a 26 de fevereiro de 2018, em <https://www.europol.europa.eu/socta/2017/>.
- Silva, G. M. da (2009). *Direito Penal Tributário - sobre as responsabilidades das sociedades e dos seus Administradores conexas com o Crime Tributário*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Silva, R. C. R. C. (2011). *Direito da União Europeia - As Origens da União Europeia*. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Acedido a 12 de fevereiro de 2018, em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jlcv_MA_12678.pdf.
- Sintra, A. (2010). Técnicas especiais de investigação criminal: fator segurança. Universidade Lusíada: *Política Internacional e Segurança*, n.º 4, pp. 171-191. Acedido a 30 março de 2017, em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1006/1/LPIS_n4_7.pdf.
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2017*. Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Acedido a 10 de abril de 2018, em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>.

- Sousa, C. U. (2001). O novo terceiro pilar da União Europeia. In *Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, pp. 867-915.
- Sousa, F. X. F.; Ferreira, J. A. B. & Agostinho, N. M. N. N. (2014). A Ameaça do Crime Organizado Transnacional em Portugal. *Revista de Ciências Militares*, vol. II (1), pp. 13-39. Acedido a 20 de fevereiro de 2017, em <https://www.ium.pt/cisdi/revista/Artigos/R3-1.pdf>.
- The Network of National Experts on Joint Investigations Teams (2017). *Equipas de Investigação Conjuntas – Guia Prático*. Acedido a 10 de abril de 2018, em <http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/JITs/JITs%20framework/JITs%20Practical%20Guide/JIT-GUIDE-2017-PT.pdf>.
- Trauner, F. & Servent, A. R. (2015). The communitarisation of the Area of Freedom, Security and Justice: has institutional change triggered policy change? *Les Cahiers européens de Sciences Po*, n.º 1.
- Triunfante, L. L. (2011). Cooperação Judicial em Matéria Penal: Objetivos, Dificuldades e o Modelo Português. *Julgar*, n.º 13, pp. 57-71. Coimbra: Coimbra Editora.
- Triunfante, L. L. (2013). *A cooperação judiciária Europeia em matéria penal: o espaço ibérico em particular*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Triunfante, L. L. (2016). Decisão Europeia de Investigação em matéria penal. *Revista do Ministério Público*, n.º 147, pp. 73-110.
- Triunfante, L. L. (2017). O controlo judiciário dos atos processuais e decisões da Procuradoria Europeia. Uma arquitetura disruptiva e resiliente? In Santos, M; Monte, M. F. & Monteiro, F. C. (Coord.), *Os novos desafios da cooperação judiciária e policial na União Europeia e da implementação da Procuradoria Europeia* (pp. 173-202). Braga: Centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Trogano, A. (2009). A investigação da criminalidade tributária organizada: relato de uma experiência. In Palma, M. F.; Dias, A. S. & Mendes, P. S. (Coord.), *2.º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 215-260). Coimbra: Almedina.
- União Europeia [UE] (2014). *Compreender as políticas da União Europeia: A união aduaneira da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Doi:10.2775/61804.
- Valente, M. M. G. (2015). Os meios ocultos de investigação criminal. In *21 seminário internacional de ciencias criminais*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

- Vázquez, F. M., Framis, A. G., Álvarez, J. L. G., Ilescas, S. R., Catena, A. M., Villarejo, J. D., Sahuquillo, M. T. C. & Sabater, S. F. (2015). *Investigación criminal: Principios, técnicas e aplicaciones*. Espanha: LID editorial.
- Vermeulen, G. (2006). EU conventions enhancing and updating traditional mechanisms for judicial cooperation in criminal matters. *Revue internationale de droit penal*, vol. 77, pp. 59-95. Doi: 10.3917/ridp.771.0059.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Zaharieva, R. (2017). The European Investigation Order and the Joint Investigation Team—which road to take. A practitioner's perspective. *ERA Forum*, vol. 18, n.º 3, pp 397–408. Doi: 10.1007/s12027-017-0483-2.

Legislação, Jurisprudência e outros documentos.

- Academia Militar [AM] - Direção de Ensino (2016). *Normas de Execução Permanente n.º 522/1ª*, de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2015). *Norma de Execução Permanente n.º 520/4ª*, de 11 de maio. Trabalho de Investigação Aplicada.
- American Psychological Association [APA] (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6.ª Ed.). Washington: APA.
- Assembleia da República [AR] (1999). Lei n.º 144/99, de 31 de agosto: Aprova a Lei da Cooperação Judiciária em matéria penal (5.ª versão). *Diário da República*, série I-A, n.º 203, 6012–6040.
- Assembleia da República [AR] (2001a). Lei n.º 15/2001 de 05 de junho: Aprova o Regime Geral das Infrações Tributárias (33.ª versão). *Diário da República*, série I-A, n.º 130, 3336–3427.
- Assembleia da República [AR] (2001b). Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto: Regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal (3.ª versão). *Diário da República*, série I-A, n.º 197, 5452–5453.
- Assembleia da República [AR] (2002). Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro: Estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira (8.ª versão). *Diário da República*, Série I-A, n.º 9, 204–207.

- Assembleia da República [AR] (2007a). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (2.ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 213, 8043–8051.
- Assembleia da República [AR] (2007b). Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho: procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem. *Diário da República*, Série I, n.º 124, 4164-(2) a 4164-(30).
- Assembleia da República [AR] (2008a). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal (4.ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 165, 6038–6042.
- Assembleia da República [AR] (2008b). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Aprova a Lei de Segurança Interna (4ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 167, 6135-6141.
- Assembleia da República [AR] (2008c). Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto: Aprova a orgânica da Polícia Judiciária (13ª versão). *Diário da República*, Série I, n.º 151, 5281-5289.
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro: Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa. *Diário da República*, Série I, n.º 179, 6319–6325.
- Assembleia da República [AR] (2011). Lei n.º 45/2011 de 24 de junho: Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Ativos. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 120, 3741-3744.
- Assembleia da República [AR] (2017a). Lei n.º 88/2017 de 21 de agosto: Aprova o regime jurídico da emissão, transmissão, reconhecimento e execução de decisões europeias de investigação em matéria penal. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 160, 4856-4870.
- Assembleia da República [AR] (2017b). Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto: Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal. *Diário da República*, Série I, n.º 162, 4924–4928.
- Assembleia Geral das Nações Unidas [ONU] (2000). *Resolução n.º 55/25*: United Nations Convention against Transnational Organized Crime. Acedido a 3 de março de 2018, em https://www.unodc.org/pdf/crime/a_res_55/res5525e.pdf.

- Comissão Europeia [CE] (1999). Decisão n.º 1999/352/CE, CECA, EURATOM: Decisão da Comissão, de 28 de abril de 1999, que institui o Organismo Europeu de Luta Antifraude. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 136, pp. 20 – 22.
- Comissão Europeia [CE] (2011). *Comunicação n.º 721 final*: Commission Anti-fraud Strategy – Action plan to fight against smuggling of cigarettes and alcohol along the EU Eastern border. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 24 de março de 2017, em https://ec.europa.eu/antifraud/sites/antifraud/files/docs/body/eastern_border_action_plan_en.pdf.
- Comissão Europeia [CE] (2013a). *Comunicação n.º 884 final/2*: Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 24 fevereiro de 2018, <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2013/PT/1-2013-884-PT-F2-1.Pdf>.
- Comissão Europeia [CE] (2013b). *Comunicação n.º 324 final*: Stepping up the fight against cigarette smuggling and other forms of illicit trade in tobacco products – A comprehensive EU Strategy. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 3 de março de 2017, em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0324&from=EN>.
- Comissão Europeia [CE] (2013c) *Comunicação n.º 884 final/4*: Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 1 de março de 2017, em <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2013/PT/1-2013-884-PT-F4-1.Pdf>.
- Comissão Europeia [CE] (2015). Regulamento Delegado n.º 2015/2446 da Comissão de 28 de julho de 2015 que completa o Regulamento n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, com regras pormenorizadas relativamente a determinadas disposições do Código Aduaneiro da União. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 343, pp. 1 –557.
- Comissão Europeia [CE] (2017b). *Comunicação n.º 235 final*: relatório intercalar sobre a aplicação da Comunicação da Comissão - Intensificar a luta contra o contrabando de cigarros e outras formas de comércio ilícito de produtos do tabaco – Uma estratégia global da UE. Bélgica: Bruxelas. Acedido a 24 de fevereiro de 2018, em <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2017/PT/COM-2017-235-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>.

- Conselho da União Europeia (1997). Regulamento n.º 515/97 do Conselho de 13 de março de 1997 relativo à assistência mútua entre as autoridades administrativas dos Estados-membros e à colaboração entre estas e a Comissão, tendo em vista assegurar a correcta aplicação das regulamentações aduaneira e agrícola. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 082, pp. 1-16.
- Conselho da União Europeia (2002a). Decisão n.º 2002/187/JAI: Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 63, pp. 1-13.
- Conselho da União Europeia (2002b). Decisão-Quadro n.º 2002/465/JAI: Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa às equipas de investigação conjuntas. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 162, pp. 1-3.
- Conselho da União Europeia (2002c). Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI: Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 190, pp. 1-20.
- Conselho da União Europeia (2007). Decisão n.º 2007/845/JAI do Conselho, de 6 de dezembro de 2007, relativa à cooperação entre os gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 332, pp. 103-105.
- Conselho da União Europeia (2008). Decisão n.º 2008/976/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, sobre a Rede Judiciária Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 348, pp. 130-134.
- Conselho da União Europeia (2011). Directiva n.º 2011/64/UE do Conselho, de 21 de junho de 2011, relativa à estrutura e taxas dos impostos especiais sobre o consumo de tabacos manufacturados. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 176, pp. 24-36.
- Conselho da União Europeia (2014). *Resolução n.º 15670/14 JAI 895*: Projeto de conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento de uma Estratégia de Segurança Interna da União Europeia renovada. Acedido a 12 de outubro de 2017, em <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=PT&f=ST%2015670%202014%20INIT>.

- Conselho da União Europeia (2017). Regulamento n.º 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 283, pp. 1-71.
- Conselho Europeu (1998). Convenção estabelecida com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, relativa à assistência mútua e à cooperação entre as administrações aduaneiras. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º C 024, pp. 2–22.
- Council of Europe (1990). Convention on Laundering, Search, Seizure and Confiscation of the Proceeds from Crime Strasbourg. *European Treaty Series*, n.º 141. Acedido a 23 de fevereiro de 2018, em <https://rm.coe.int/168007bd23>.
- Legifrance (2018a). *Code civil*. Version consolidée au 3 janvier 2018. Acedido em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>.
- Legifrance (2018b). *Code de procédure pénale*. Version consolidée au 22 avril 2018. Acedido a 23 de abril de 2018, em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006071154&dateTexte=29990101>.
- Legifrance (2018c). *Code des Douanes*. Version consolidée au 1 janvier 2018. Acedido a 20 de fevereiro de 2018, em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006071570>.
- Legifrance (2018d). *Code général des impôts*. Version consolidée au 15 avril 2018. Acedido a 23 de abril de 2018, em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006069577>.
- Legifrance (2018e). *Code penal*. Version consolidée au 15 avril 2018. Acedido em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070719>.
- Ministério da Justiça [MJ] (1987). Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Aprova o Código de Processo Penal (36.^a versão). *Diário da República*, Série I, n.º 40, 617–699.
- Ministério da Justiça [MJ] (2003). Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril: Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária. *Diário da República*, Série I-A, n.º 100, 2779–2780.

- Ministério da Justiça [MJ] (2008). Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro: Estabelece as competências das unidades da Polícia Judiciária e o regime remuneratório dos seus dirigentes (3ª versão). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 30, 1029-1037.
- Ministério das Finanças [MF] (2011). Portaria n.º 320-A/2011 de 30 de dezembro: Estabelece a estrutura nuclear da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e as competências das respetivas unidades orgânicas e fixa o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 250, 5538-(256) -5538-(272).
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010). Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho: aprova o Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo a Directiva n.º 2008/118/CE, do Conselho, de 16 de dezembro (19.ª versão). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 73, 2170–2198.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2013). Regulamento n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de outubro de 2013 que estabelece o Código Aduaneiro da União. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 269, pp. 1-101.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2014a). Diretiva n.º 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 130, pp. 1-36.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2014b). Diretiva n.º 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a Diretiva n.º 2001/37/CE. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 127, pp. 1-38.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2014c). Regulamento n.º 250/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, que cria um programa para a promoção de ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da União Europeia (programa Hercule III) e revoga a Decisão n.º 804/2004/CE. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 84, pp. 6-13.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2015). Regulamento n.º 2015/1525 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera o Regulamento n.º 515/97 do Conselho, relativo à assistência mútua entre as autoridades administrativas dos Estados-Membros e à colaboração entre estas e a

- Comissão, a fim de assegurar a correta aplicação das regulamentações aduaneira e agrícola. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 243, pp. 1-12.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2017). Diretiva n.º 2017/1371 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2017, relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 198, pp. 29-41.
- Parlamento Europeu e Conselho União Europeia (2016a). Regulamento n.º 1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que altera o Regulamento (UE) n.º 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 863/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho e a Decisão n.º 2005/267/CE do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 251, pp. 1-76.
- Parlamento Europeu e Conselho União Europeia (2016b). Regulamento n.º 794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões n.º 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, n.º 2009/935/JAI, n.º 2009/936/JAI e n.º 2009/968/JAI do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 135, pp. 53-114.
- Supremo Tribunal de Justiça [STJ] (2010). *Acórdão relativo ao processo n.º 156/00.2IDBRG.SI*. Acedido a 14 janeiro de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/-/32302659B68D4CC48025772100368CD3>.
- Tribunal Central Administrativo Sul [TCAS] (2011). *Acórdão n.º 04255/10*. Acedido a 20 de dezembro de 2017, em <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/0/717922be4ecb14e1802578490059ddf7?OpenDocument>.
- Tribunal da Relação de Évora [TRE] (2008). *Acórdão relativo ao processo n.º 2005/08-1*. Acedido a 10 de fevereiro de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/590ec3fbf20ce49980257de100574d24?OpenDocument>.
- Tribunal da Relação de Évora [TRE] (2015). *Acórdão relativo ao processo n.º 648/14.6GCFAR-A.El*. Acedido a 20 de fevereiro de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/2fbdd21285478f5f80257de10056ff7a?OpenDocument>.

- Tribunal da Relação de Lisboa [TRL] (2006). *Acórdão relativo ao processo n.º 9060/2006-3*. Acedido a 28 de abril de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5c86f077af3141488025728b003e0353>.
- Tribunal da Relação de Lisboa [TRL] (2011). *Acórdão relativo ao processo n.º 182/09.6JELSB.LI-5*. Acedido a 20 de fevereiro de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/e324710ede9b8ed8825788b00345015?OpenDocument>.
- Tribunal da Relação de Lisboa [TRL] (2016). *Acórdão relativo ao processo n.º 2903/11.8TACSC.LI-3*. Acedido a 10 de abril de 2018, em <https://jurisprudencia.pt/acordao/68528/>.
- Tribunal da Relação do Porto [TRE] (2013). *Acórdão relativo ao processo n.º 246/12.9TAOAZ-A.P1*. Acedido a 10 de abril de 2018, em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b0fa2aa7d8fa4ce780257b4900518387?OpenDocument>.
- União Europeia [UE] (2000). Acervo de Schengen: Convenção de aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de junho de 1985, entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 239, pp. 19-62.
- União Europeia [UE] (2012). *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º C 326: Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Acedido a 26 de fevereiro de 2018, em https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/c_32620121026pt.pdf.

GLOSSÁRIO

- AÇÕES ENCOBERTAS: Segundo o ENUDC (2009, p. 18), as ações encobertas “são levadas a cabo pela polícia em segredo e podem ir desde uma simples visita de compra a uma localidade, para funcionar como simples teste, até uma operação em grande escala envolvendo inúmeros agentes encobertos. Um agente encoberto precisa de disfarçar a sua identidade ou de assumir uma identidade fictícia, com o objetivo de conquistar a confiança de um indivíduo ou organização e ter acesso a informação secreta ou conquistar a confiança de indivíduos alvo com o intuito de aceder a informação ou provas”. “Os tipos de operações encobertas são todos os que se revelem legal e tecnicamente exequíveis, designadamente: *compras simuladas*, intervenção em meios e circuitos criminosos através da *prestação de serviços*, entregas controladas, papel de vítima potencial (...) bem como, fundamentalmente, a recolha pontual ou sistemática de informação criminal não acessível por outros meios” (Sintra, 2010, p. 187).

- AGENTE INFILTRADO: É um “polícia ou agente por si comandado - é aquele que se insinua nos meios em que se praticam crimes, com ocultação da sua qualidade, de modo a ganhar a confiança dos criminosos, com vista a obter informações e provas contra eles, mas sem os determinar à prática de infrações. Neste caso, o agente não suscita a infração, introduz-se na organização com o objetivo de descobrir e fazer punir o criminoso, não atuando para dar vida ao crime, antes contribuindo para a sua descoberta” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2011, *s/p*).

- AGENTE PROVOCADOR: De acordo com Tribunal da Relação de Lisboa (2011, *s/p*) o agente provocador “será o membro do órgão de polícia criminal ou alguém a seu mando que pela sua atuação enganosa sugere eficazmente ao autor a vontade de praticar o crime que antes não tinha representado e o leva a praticá-lo, quando sem essa intervenção a atividade delituosa não teria ocorrido. A vontade de delinquir surge ou é reforçada no autor, não por sua própria e livre decisão, mas como consequência da atividade de outra pessoa, o membro do órgão policial”.

- AMEAÇA: Tradicionalmente, é “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza” (Couto, 1988, p. 329).

Contudo, Garcia (2010, p. 231-232) afirma que este conceito não é suficientemente abrangente pois “não permite a inclusão das consideradas ameaças não tradicionais à segurança, como é o caso da SIDA”. Assim, Garcia (2010) adopta a definição de ameaça transnacional do relatório das Nações Unidas, *A More Secure World: Our Shared Responsibility* (2004, cit. in Garcia, 2010, p. 233) pois esta “admite uma concepção bastante ampla de ameaça, encarada como: Any event or process that leads to large-scale death or lessening of life chances and undermines States as the basic unit of the international system is a threat to international security”.

- **BOOTLEGGING:** Este tipo de contrabando envolve “the purchase of cigarettes and other tobacco products in low-tax jurisdictions in amounts that exceed the limits set by customs regulations for resale in hightax jurisdictions (...) Bootlegging is a relatively low-tech type of cigarette smuggling. It requires relatively little investment and is often organized by small gangs” (Joossens, Chaloupka, Merriman & Yurekli, 2000, pp. 397-398).

- **CHEAP WHITES:** São “cigarettes that are usually manufactured legally in one country/market but which the evidence suggests have been smuggled across borders during their transit to the destination market under review where they have limited or no legal distribution and are sold without payment of tax” (KPMG, 2017, p. 3). Segundo Joossens e Raw (2012, p. 231) “the European Commission uses the term illicit whites, which are defined as brands manufactured legitimately in one market, either taxed for local consumption or untaxed for export, and sold knowingly to traders who transport them to another country where the products are sold illegally without domestic duty paid”.

- **COOPERAÇÃO REFORÇADA:** Segundo Brandão (2015, p. 110-111) o Tratado de Lisboa consumou novas alterações entre as quais a “cooperação reforçada entre o mínimo de nove Estados-Membros”. De acordo com Triunfante (2011, p. 59-60), este “é um mecanismo de cooperação criado para impulsionar os objectivos da União, proteger os seus interesses e reforçar o processo de integração. Aparece como última ratio quando os objectivos perseguidos pela cooperação não podem ser alcançados pela União no seu conjunto num prazo razoável. Adoptou-se, por isso, uma forma de desbloqueio, baseada na vontade de pelo menos nove Estados, quando exista falta de acordo de algum Estado-Membro a um projecto de directiva as correspondentes suspensões e deliberações”. Contudo, o “mecanismo da cooperação reforçada apresenta igualmente (...) algumas desvantagens. Desde logo, a aplicação da cooperação reforçada gera uma Europa a duas velocidades (ou mesmo a várias velocidades)” (Laureano & Rento, 2013, p. 152).

- COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DE TABACO: Consiste em “any practice or conduct prohibited by law and which relates to production, shipment, receipt, possession, distribution, sale or purchase, including any practice or conduct intended to facilitate such activity” (OMS, 2003, *cit. in* Transcrime, 2015, p. 9).
- CONTRABANDO: Segundo a KPMG (2017, p. 3) são “genuine products that have been either bought in a low-tax country and which exceed legal borders limits or acquired without taxes for export purposes to be illegally re-sold (for financial profit) in a higher priced market”. Por sua vez, Jossens e Raw (2012, p. 231) definem-o como “the illegal trading of products across borders”.
- CONTRAFAÇÃO: Segundo Joossens e Raw (2012, p. 231) consiste na “production of manufactured products which bear a trademark without the consent of the owner of the trademark”. Podem ser “cigarettes that are illegally manufactured and sold by a party other than the original trademark owner” (KPMG, 2017, p. 3).
- COVER LOAD: De acordo com Beken *et al* (2008, p. 63) “a cover load can exist on paper only, which means that the documents accompanying the transport state that certain goods are stored in a truck or container, while in reality there are just cigarettes”.
- ELISÃO FISCAL: Consiste na participação em “legal activities to pay less tax or no taxes” (Jossens & Raw, 2012, p. 231).
- EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTA: Segundo Block (2010, p. 3) “the term joint investigation team is widely used around the world in reference to diverging forms of law enforcement investigative cooperation”. Mas de acordo com o guia prático das Rede da UE de Peritos Nacionais em EIC (2017, p. 4) uma “equipa de investigação conjunta é um instrumento de cooperação internacional assente num acordo entre autoridades competentes – tanto do foro judicial (juízes, procuradores, juízes de instrução...) como do foro da aplicação da lei – de dois ou mais Estados, criado por um período limitado e com um objetivo específico, a fim de realizar investigações penais num ou vários Estados envolvidos”.
- ESCUTAS TELEFÓNICAS: Segundo Lopes, (2017, p. 37) consiste na “captação de uma comunicação ou conversa reservada, mediante o emprego de instrumentos mecânicos ou eletrónicos, operada de modo clandestino por um sujeito externo aos interlocutores da comunicação”.
- ESTRATÉGIA: “É a ciência/arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que suscitam ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade/estrutura organizacional” (Dias, 2012, p. 278). Segundo António Horta Fernandes (2014, *cit. in* Hermenegildo, 2016, p. 188), “a

estratégia é o recurso à coação por parte de um ator contra outro (s) que se opõem (ou ameaça) a consecução dos seus objetivos. Já o recurso à força no interior de um Estado unitário, designa-se de segurança interna, não sendo um assunto estratégico, porque não cabe no âmbito da preparação e condução da hostilidade”.

- EVASÃO FISCAL: Consiste na participação em “illegal activities to pay less tax or no taxes” (Jossens & Raw, 2012, p. 231).

- FÓRUM REGIT ACTUM: O n.º 1 do art. 4.º da Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo de 2000 preconiza que o Estado requerido respeita as formalidades e procedimentos expressamente indicados pelo Estado requerente, excepto em dois casos: ou porque existe disposição em contrário na própria Convenção; ou quando as formalidades e procedimentos indicados pelo Estado requerente forem contrários aos princípios fundamentais de direito do Estado requerido. Nestes termos, desde que expressamente solicitado e desde que não se verifique nenhuma das mencionadas excepções, o tradicional princípio *locus regit actum*, cede lugar ao princípio *forum regit actum*, pelo que, “na prática, as diligências realizadas no Estado requerido, passam a ter efeito pleno e directo no Estado requerente, onde irão integrar o próprio processo no âmbito do qual foi solicitado o pedido de auxílio, tendo por finalidade evitar que a prova obtida no Estado requerido através de carta rogatória possa vir a não ser utilizada pelo tribunal do Estado requerente por não terem sido cumpridas as formalidades exigidas pela lei deste último” (Triunfante, 2013, p. 56).

- GRUPO CRIMINOSO ORGANIZADO: De acordo com a al. a) do art. 2º da Convenção de Palermo (Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional) é “a structured group of three or more persons, existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crimes or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit”. No entanto, Davin (2007, p. 99) considera a expressão “serious crimes” inadmissivelmente limitativa (pois a convenção considera crimes graves aqueles que são punidos com mais de quatro anos de prisão) e propõe a seguinte definição: “um grupo estruturado, estável e tendencialmente permanente ou vitalício que se dedica à prática de infrações visando obter benefícios financeiros ou materiais”. Segundo Davin (2007, p. 105) a associação criminosa distingue-se da criminalidade organizada pela ausência de um elemento essencial: a institucionalização do grupo, isto é, a organização.

- INFORMADOR: Segundo Sintra (2010, p. 184), “no conceito amplo de *informador* (...) cabem os colaboradores ou terceiros testemunhas, suspeitos, arguidos e outros sujeitos ou

participantes processuais, bem como quaisquer outras pessoas dotadas de conhecimento e aptas a facultar elementos úteis relacionados com a preparação ou execução de crimes”.

- INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: De acordo com o art. 1º da Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal) “a investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”. Já Lopes (2017, p. 14) define-a como sendo “a atividade que compreende o processo de deteção, recolha de indícios e provas que, nos termos da lei processual penal, visa averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, no âmbito de um processo judicial”.

- INVESTIGAÇÃO DISRUPTIVA: De acordo com o ENUDC (2009, p. 20), as técnicas de investigação disruptiva podem ser utilizadas quando “surgirem oportunidades para interromper ou dificultar as atividades de traficantes individuais ou de redes de tráfico. Exemplos de táticas que podem ser utilizadas incluem procedimentos criminais por outros crimes, apreensão de bens, confiscação de lucros, ou a criação de um ambiente hostil que resulte no desmantelamento da atividade de tráfico”.

- INVESTIGAÇÃO REATIVA: Segundo o ENUDC (2009, p. 21) “é aquela que é iniciada quando se recebe, inesperadamente, a informação de que foi cometido um crime e é necessária uma resposta imediata, tal como o resgate de uma vítima”.

- INVESTIGAÇÃO PRÓ-ATIVA: “É aquela que é começada pelos investigadores por sua própria iniciativa, frequentemente, como resultado das informações obtidas. Nestes casos, podem ser utilizadas várias técnicas e táticas para consolidação da prova antes de prosseguir para atividades como a detenção de suspeitos ou o resgate de vítimas. Em regra, utiliza meios de obtenção de prova mais avançados” (ENUDC, 2009, pp. 20-21).

- LARGE-SCALE SMUGGLING: De acordo com Joossens *et al* (2000, p. 398) é “the illegal transportation, distribution, and sale of large consignments of cigarettes and other tobacco products, generally avoiding all taxes. This type of smuggling usually involves millions of cigarettes that are smuggled over long distances, often involving large organized crime networks and sophisticated systems for distributing smuggled cigarettes at the local level”.

- MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA: Estes “são instrumentos de que se servem as autoridades judiciárias para investigar e recolher meios de prova; não são instrumentos de demonstração do thema probandi, são instrumentos para recolher no processo esses instrumentos [prova]” (Marques da Silva, 1999, *cit. in* Jesus, 2016, p. 179).

- MEIOS DE PROVA: São os instrumentos empregues para “demonstrar factos relevantes para a existência do crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou medida de segurança aplicáveis” (Mendes, 2004, *cit. in* Jesus, 2016, p. 83). Mendes (2015) afirma que a palavra prova é polissémica. Assim, “as provas – enquanto meios de prova – são os elementos com base nos quais os factos relevantes podem ser demonstrados” (Mendes, 2015, p. 173).
- ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA TRANSNACIONAL: “Aquela que é constituída por duas ou mais pessoas, agindo de forma concertada, com o objetivo de praticar crimes, em diversos países, violando a lei (criminal) nessas diferentes jurisdições” (Davin, 2007, p. 108).
- CRIME TRANSNACIONAL: O n.º 2 do art. 3.º da Convenção de Palermo determina que uma infração tem carácter transnacional quando esta é cometida: a) em mais de um Estado; b) num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direção ou controlo tenha lugar noutro Estado; c) num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou d) num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado.
- REGISTO DE VOZ E IMAGEM: Também designado de grandes escutas, inclui as “conversações via telefone, conversações ou comunicações transmitidas por qualquer meio técnico diferente do telefone, designadamente correio eletrónico ou outras formas de transmissão de dados por via telemática, nomeadamente telefones através da internet, bem como à interceção das comunicações entre presentes efetuadas por mecanismos eletrónicos de vigilância” (Lopes, 2017, p. 36).
- SEGURANÇA INTERNA: De acordo com o n.º 1 do art.º 1 da Lei 53/2008, de 29 de agosto “é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”. Ou seja, “esta é considerada de forma genérica como um conjunto de atividades desenvolvidas no seio de um Estado soberano, tendo em vista a manutenção da ordem e tranquilidade pública, o assegurar do cumprimento e do respeito pelas leis no interior de um Estado, a salvaguarda da legalidade democrática e o livre exercício de funções das instituições democráticas” (Hermenegildo, 2016, p. 188).
- SOBERANIA: Segundo Adriano Moreira (*cit. in* Hermenegildo, 2006, p. 392) é “um poder que não reconhece igual na ordem interna nem superior na ordem externa”. Era entendido como “aquele poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. Ela é a força de coesão, o

instrumento político imprescindível à República. Portanto, a soberania (...) é um poder absoluto, auto-suficiente, isto é, não se sujeita, de forma alguma, a outro poder (*summa potestas superiorem non recognoscens*). A soberania, conforme Bodin, seria ainda perpétua, transcendente, pois é exercida para sempre; indivisível, na medida em que na sua essência é una (...)” (Hermenegildo, 2006, p. 393). No entanto, estes “princípios invocados por Bodin (...) perderam na sua essência o verdadeiro sentido clássico. Com a integração na UE, estes princípios desatualizaram-se, já que a UE também (...) promulga leis, algumas (regulamentos) com aplicação direta e imediata nos seus Estados-Membros” (Hermenegildo, 2006, p. 393).

- **TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL:** Introduzidas em 2000 pela conhecida Convenção de Palermo, o seu conceito “engloba a atividade policial dissimulada, de natureza confidencial, ou até secreta, que é desenvolvida com a finalidade de obter fluxos de informação tratada (*intelligence*) respeitante a atividades de pessoas suspeitas e/ou de recolher material probatório resultante da sua participação em práticas delituosas, a nível individual e/ou no seio de grupos criminosos organizados, com destaque para as condutas que integram as definições legais de terrorismo, criminalidade violenta, especialmente violenta e altamente organizada, mediante recurso a adequados meios humanos e/ou técnicos. Consideram-se técnicas especiais de investigação criminal, nomeadamente: as ações encobertas, a gestão e o controlo de colaboradores, a proteção de testemunhas, as entregas controladas, o seguimento e a vigilância eletrónica, incluindo a interceção de comunicações” (Sintra, 2010, pp. 176-177).

- **TRACK AND TRACING SYSTEM:** Segundo o art. 1.º do Protocolo CQCT é “a systematic monitoring and re-creation by competent authorities or any other person acting on their behalf of the route or movement taken by items through the supply chain” (Transcrime, 2015, p. 9).

- **VIGILÂNCIA POR LOCALIZAÇÃO ELETRÓNICA (OU GEOLOCALIZAÇÃO):** “Esta técnica é utilizada frequentemente para localizar o movimento de veículos e envolve a colocação de um dispositivo de localização no veículo. Oferece a vantagem de (...) ser mais eficiente em termos de custos e de acarretar menos riscos (...) do que a vigilância móvel e poder ser utilizada em situações (...) perigosas ou sensíveis para a vigilância. As principais desvantagens dizem respeito à quantidade limitada de informação que é capaz de fornecer (apenas revela onde está um veículo, não o que está a acontecer dentro dele ou à sua volta)” (ENUDC, 2009, p. 25).

- VIGILÂNCIA: Consiste “na monitorização ou observação de um comportamento durante uma investigação. Geralmente, é feita diretamente ou à distância, por exemplo, mediante binóculos ou intercepção postal, ou por meios eletrónicos como escutas telefónicas” (ENUDC, 2009, p. 24).

APÊNDICES

APÊNDICE A – O CONTRABANDO E O COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DE TABACO

O “illicit tobacco trade products” é um fenómeno complexo e mais abrangente que o contrabando, pois manifesta-se sob quatro formas: o contrabando de pequena (*bootlegging*) e de larga escala (*smuggling*), a falsificação, i. e., contrafação; e as marcas brancas baratas (*cheap whites*) (Interpol, 2014, p. 9).

Há vinte anos, o principal tipo de comércio ilícito era o contrabando em larga escala de marcas de cigarros conhecidas, feito sobretudo através de contentores, por via marítima. Com o aparecimento de novas regulamentações fiscais, investigações e ações judiciais, as grandes empresas internacionais de tabaco modificaram as suas práticas de exportação, o que originou novos tipos de comércio ilícito, como a fabricação ilegal, incluindo a contrafação e o surgimento dos *cheap whites* (Joossens & Raw, 2012).

O CIPT afeta todas as regiões e países do mundo. Participar no CIPT é muito atrativo para os criminosos, pois a grande maioria dos produtos de tabaco são leves, pequenos e fáceis de transportar e esconder. Além disso, a sua elevada tributação, aliada a normas e sanções pouco dissuasoras, tornam-no numa atividade de baixo risco e altamente lucrativa (Interpol, 2014; *Financial Action Task Force* (FATF), 2012).

Segundo o *European Parliamentary Research Service* (EPRS), este fenómeno acarreta consequências negativas e prejudiciais para os países a vários níveis. Primeiro, afeta a saúde dos consumidores e as políticas públicas de saúde, pois além de tornar os produtos mais acessíveis e atrativos e não respeitam algumas regras de produção. Segundo, reduz as receitas estatais e gera concorrência desleal para as empresas legítimas. Por fim, fomenta outras formas de crime organizado e financia outras atividades criminosas, como o terrorismo (EPRS, 2014).

Dos fatores identificados pela Interpol (2014) e pela *Financial Action Task Force* para o crescimento deste fenómeno, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) considera que a elevada tributação dos produtos de tabaco é a principal. Tendo surgido com o objetivo de diminuir comportamentos socialmente não desejáveis, a política fiscal de tributação tem sido considerada a estratégia mais eficaz para reduzir o consumo de tabaco (Chaloupka, Straif & Leon, 2011). Contudo, a elevada tributação do tabaco na UE tem sido apontada

como uma das principais causas do contrabando de tabaco (Callan, 2012), pois os criminosos aproveitam as diferenças fiscais dos países para abastecer os consumidores que procuram produtos mais baratos ou produtos específicos que não estão disponíveis no seu país. Para Joossens e Raw (2012, p. 232), isto acontece pois o “illicit trade is an outcome of demand and supply”.

A tributação do tabaco é, também, a principal razão pela qual a UE (sobretudo no Reino Unido, Irlanda e França) sejam os principais países de destino. Segundo a OMS (2014), em 2012, 47% dos 25 Estados-Membros da UE que integravam a Organização Mundial de Saúde (OMS) tinham tributações correspondentes a mais de 75% do preço.

Quanto aos restantes países da UE, nomeadamente os países da Europa do Leste, estes também são considerados países de trânsito, pois funcionam como ponto de entrada no território aduaneiro da união, devido às fracas sanções associadas a estas condutas (Interpol, 2014).

Assim, dada a complexidade e o carácter mundial deste fenómeno, as soluções para abordar este problema devem ser de carácter mundial e devem ter como objeto a cooperação internacional e a harmonização de leis e regulamentos (Interpol, 2014).

APÊNDICE B – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEU E A UNIÃO ADUANEIRA

O processo de construção europeia começa após o *terminus* da segunda Guerra Mundial, em que a Europa se encontrava numa situação de grande insegurança. Com o objetivo de criar condições para uma paz duradoura, é assinado, em 1951, o Tratado que institui a primeira Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Assim, a França, Alemanha e Itália juntaram-se à Bélgica, aos Países Baixos e ao Luxemburgo, que já tinham estabelecido a união aduaneira do Benelux, que entraria em vigor em 1948 (Silva, 2011; UE, 2014).

Alguns anos depois, e após o fracasso da criação de uma Comunidade Europeia que abrangesse os domínios da defesa e da união política, os seis Estados-Membros da CECA optam por uma nova área de integração no domínio económico: a criação de um mercado único. Foi o seu presidente, Paul Henri Spaak, que começou a desenvolver a ideia de uma união aduaneira mais alargada. O seu relatório serviu, em grande parte, de base aos Tratados de Roma que instituíram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM). A CEE permitiria estabelecer uma união aduaneira entre todos os seus membros até ao final da década seguinte (UE, 2014).

A união aduaneira teve início em 1 de julho de 1968, data em que se aboliram os restantes direitos aduaneiros no comércio intracomunitário e se introduziu a pauta aduaneira comum para substituir os direitos aduaneiros nacionais no comércio com o resto do mundo. Mais tarde, em 1993, foram eliminados os controlos aduaneiros nas fronteiras internas, o que acabou com as longas filas de veículos comerciais nos pontos de passagem das fronteiras. Ao longo dos sucessivos alargamentos da UE, os novos Estados-Membros também aderiram à união aduaneira, conciliando as suas legislações nacionais com o atual Código Aduaneiro da União⁶⁹ (CAU) (antigo Código Aduaneiro Comunitário que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1994) (UE, 2014).

⁶⁹ Determina as normas e procedimentos gerais aplicáveis às mercadorias à entrada ou à retirada do território aduaneiro da União (art. 1.º do CAU), e é complementado pelo Ato Delegado do Código Aduaneiro da União (AD-CAU), pelo Ato de Execução do Código Aduaneiro da União (AE-CAU) e pelo Ato Delegado Medidas Transitórias do Código Aduaneiro da União (AD-CAU medidas transitórias).

Uma união aduaneira consiste na imposição, pelos seus membros, dos mesmos direitos sobre as mercadorias provenientes de países terceiros, importadas para o seu território, e a ausência de direitos aduaneiros nas fronteiras internas dos seus membros. Uma união aduaneira distingue-se de um acordo de comércio livre, na medida em que este último apenas elimina os direitos aduaneiros entre os países que o celebram. Não há, portanto, acordo no sentido de aplicar as mesmas taxas de direitos aduaneiros sobre os produtos provenientes de países terceiros, i. e., países não pertencentes à união aduaneira (UE, 2014).

Atualmente, as disposições relativas à livre circulação de mercadorias constam do TFUE, parte 3, título II. A união aduaneira é um dos poucos domínios de competência exclusiva da UE, pelo que esta tem total responsabilidade pela política aduaneira (al. a, n.º 1, art. 3.º TFUE). Não obstante, a correta aplicação da união aduaneira depende de estreitas parcerias com e entre as diversas autoridades dos Estados-Membros.

Em todo o território aduaneiro, os funcionários aduaneiros fiscalizam⁷⁰ a circulação de mercadorias nas fronteiras externas da União, i. e., nos pontos de passagem das fronteiras terrestres, nos portos e aeroportos. Para efetuar esses controlos aduaneiros⁷¹, têm sido utilizados equipamentos de inspeção não intrusivos que recorrem as tecnologias de raios x e gama, com o objetivo de reduzir o tempo necessário para a inspeção das remessas de carga: pois esta tecnologia permite obter uma imagem do conteúdo de um contentor sem que seja necessário descarregá-lo (UE, 2014).

Com isto, protegem-se os consumidores de produtos perigosos e de ameaças para a saúde, previnem-se acidentes e garante-se “uma primeira linha de defesa contra os riscos na cadeia de abastecimento, incluindo a luta contra a criminalidade organizada e o terrorismo” (UE, 2014, p. 3). As autoridades aduaneiras⁷² não procedem ao controlo de rotina da circulação das pessoas nem verificam os seus passaportes, pois esta função é exercida pelos guardas de fronteira ou pela polícia (UE, 2014).

Manter uma união aduaneira segura e eficiente exige um elevado nível de cooperação europeu e internacional. Por essa razão, as autoridades aduaneiras dos países da UE e de alguns países terceiros efetuam regularmente Operações Aduaneiras Conjuntas (OAC - *Joint Customs Operations*), que são ações coordenadas e orientadas de combate ao contrabando e à fraude em determinadas rotas comerciais. O *European Anti-Fraud Office* (Organismo Europeu de Luta Antifraude, OLAF) apoia estas operações através de análises estratégicas e

⁷⁰ Cfr. n.º 27 do art. 5.º do CAU.

⁷¹ Cfr. n.º 3 do art. 5.º do CAU.

⁷² Cfr. n.º 1 do art. 5.º do CAU.

de uma plataforma informática segura para o intercâmbio de informações em tempo real, bem como a mobilização de investigadores e analistas forenses. Por vezes, as operações envolvem o Europol, a Interpol e a Organização Mundial das Alfândegas (UE, 2014).

Portanto, as alfândegas colaboram com as autoridades competentes nacionais, europeias e internacionais para garantir a segurança dos cidadãos da UE e a proteção do ambiente. As autoridades e os funcionários aduaneiros são parceiros fundamentais do Europol na luta contra o crime organizado. Asseguram também a ligação com a Eurojust e o OLAF (UE, 2014).

O território aduaneiro da união encontra-se atualmente previsto no art. 4.º do CAU, e corresponde, simplificando, ao território dos seus 28 Estados-Membros⁷³, ao espaço aéreo dos Estados-Membros, às águas territoriais (até 12 milhas); e, às águas interiores.

Face ao exposto, verifica-se que a UE procedeu à integração aduaneira, pois o direito aduaneiro é fundamentalmente um direito supranacional, “sendo consequência da união aduaneira que (...) deu um salto qualitativo com (...) o Código Aduaneiro Comunitário (...) revogando assim as diversas legislações aduaneiras nacionais” (Nabais, 2003, p. 79).

Nabais (2016) distingue ainda, dentro do Direito fiscal europeu, o Direito fiscal europeu próprio do Direito fiscal europeu interestadual ou indireto. O primeiro disciplina os impostos cuja gestão e administração cabe, em primeira estância, à UE (e. g., impostos sobre os funcionários europeus), mas também aqueles em que os Estados-Membros ainda têm alguma competência normativa. São exemplos destes impostos: os impostos aduaneiros, concretizados na pauta aduaneira comum; os direitos niveladores agrícolas; e, a tributação compensadora e *antidumping* (Nabais, 2016).

Já o segundo, também designado de Direito de harmonização fiscal, prende-se com regras destinadas a harmonizar, no espaço da União, impostos que continuam a ser impostos nacionais. Este pode ser concretizado através da harmonização jurídica ou da harmonização política, e verifica-se, por exemplo, na tributação do consumo (Nabais, 2016), na qual se incluem os IEC e, dentro deste, o IT⁷⁴.

⁷³ Em vias de serem 27 após a finalização das negociações do *Brexit*.

⁷⁴ Cfr. art. 113.º do TFUE.

APÊNDICE C – HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

A harmonização de legislações, também conhecida como harmonização de Direitos, é uma vertente da integração jurídica e “traduz-se na mera criação de pontos-chave de semelhança ou igualdade entre vários Direitos, sem atingir, portanto, o estágio da unificação desses Direitos” (Laureano, 2010, p. 295).

Segundo Laureano (2010), esta técnica foi a solução encontrada para, ao longo do processo de integração europeia, se conseguir avançar em matérias relativamente às quais não era viável ou, em alguns casos, desejável, a passagem de um nível nacional de regulação para um nível integralmente supranacional ou, no caso da UE, integralmente comunitário (Laureano, 2010).

De facto, existem situações de inviabilidade prática com vista a implantar um movimento de unificação jurídica. Isto acontece em áreas onde as sensibilidades nacionais estão prontas ou predispostas a aceitar uma certa “abertura” ou “partilha” final de autoridade política, sem, todavia, abdicarem de marcar a individualização do percurso conducente àquela. Contudo, existem outras matérias, como o Direito penal, que se manifestam em situações de desejabilidade ou indesejabilidade, onde, a *contrario sensu*, não há predisposição ou vontade em aceitar uma partilha de autoridade (Laureano, 2010).

De acordo com Laureano (2010), o Direito nacional harmonizado, exige a conciliação dos preceitos comunitários que fundaram a harmonização, ou seja, uma norma nacional resultante da execução de uma diretiva deve ser interpretada à luz dessa diretiva (interpretação conforme). Por outro lado, este Direito não é livremente alterável nem revogável pelo Estado. Contrariamente ao Direito nacional “corrente”, em que o Estado cria e desfaz esse Direito segundo a sua vontade, o mesmo não se passa com o Direito nacional harmonizado. Sendo este elaborado no cumprimento do dever de execução de um ato comunitário, o Estado não tem o direito de alterar livremente essas normas de execução (pois iria desvincular-se da obrigação de obediência ao respetivo ato comunitário) (Laureano, 2010).

Face ao supramencionado, tudo se aplica ao chamado Direito penal europeu, o qual é, habitualmente, empregue para rotular a problemática da harmonização do Direito penal dos vários Estados-Membros da UE (Laureano, 2010).

A criação de um Direito penal europeu deve, segundo Ramos (2010) ser entendida no sentido amplo, englobando assim o Direito penal propriamente dito (Direito substantivo) e, também, o Direito processual penal (Direito adjetivo). Assim, “a harmonização das legislações penais *lato sensu* corporiza-se na harmonização das legislações processuais penais e na harmonização das legislações penais” (Laureano, 2010, p. 297).

Por fim, é de referir que esta ideia de um Direito penal europeu, considerada utópica (Laureano, 2010), tem um papel essencial na concretização de uma política criminal europeia, que poderá evitar que alguns Estados-Membros, menos severos na incriminação e punição de certas condutas, possam funcionar como uma base para os criminosos, funcionando como estímulo no sentimento comum de justiça dos cidadãos da UE (Rodrigues, 2003).

Finalmente, e no âmbito da cooperação judiciária, Caeiro (2017) concluiu que a harmonização do Direito penal substantivo tem pouco impacto no reconhecimento mútuo, pois está limitada pelo mecanismo das regras mínimas, ou seja, ao estabelecimento de um mínimo de conteúdo para as incriminações e de mínimos de pena para os crimes indicados no art. 83.º do TFUE. Já a harmonização do direito processual penal tem um papel relevantíssimo para o reconhecimento mútuo, pois o n.º 2 do art. 82º do TFUE, “vincula até a harmonização do Direito processual penal à [necessidade de] facilitar o reconhecimento mútuo de sentenças e decisões (...)” (Caeiro, 2017, p. 41). Para tal, a UE pode estabelecer regras mínimas que incidam sobre a admissibilidade mútua dos meios de prova, os direitos individuais em matéria penal, direitos das vítimas, e até, em outros elementos específicos do processo penal (Caeiro, 2017).

**APÊNDICE D – INVESTIGAÇÃO DO CRIME DE CONTRABANDO E DO
CRIME DE INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO DE TABACO PELA
UAF**

**Tabela n.º 1 - Investigação do crime de contrabando e do crime de introdução fraudulenta no consumo de tabaco
pela UAF entre 2011 e 2017**

Ano	N.º de processos crime investigados	N.º de suspeitos no início do inquérito*	Destino dos processos			Valor presumível da Fraude (em euros)
			Enviados para acusação	Arquivados	Alteração da infração ou transferidos	
2011	37 (6)	16 (1)	12	1	0	2.686.834, 40
2012	44 (13)	18 (2)	14	2	0	459.260, 20
2013	47 (15)	24 (1)	16	2	0	193.603, 47
2014	36 (10)	14 (1)	18	1	0	2.660.037, 88
2015	37 (6)	21	8	0	0	139.025, 45
2016	53 (14)	32 (3)	21	0	0	27.457.688, 04
2017	69 (15)	95 (2)	7	10	13	-
Total	323 (79) **	220 (10) ***	96	16	13	-
<p>*Este indicador reflete os suspeitos ou arguidos que são referenciados aquando da entrada do processo, pelo que é um valor meramente indicativo podendo ser efetivamente superior ao indicado. No ano de 2017, estes valores refletem os arguidos que foram efetivamente constituídos.</p> <p>**Entre parênteses está o n.º de inquéritos de contrabando (restantes correspondem a crimes de introdução fraudulenta no consumo).</p> <p>***Entre parênteses está o n.º de empresas (restantes são pessoas singulares).</p>						

Fonte: Dados da SIC da UAF (2018).

Tabela n.º 2 - Investigação da criminalidade tributária pela UAF entre 2011 e 2017

Ano	N.º de processos crime investigados	N.º de suspeitos no início do inquérito*	Destino dos processos			Valor presumível da Fraude (em euros) ***
			Enviados para acusação	Arquivados	Alteração da infração ou transferidos	
2011	66	38 (5)	23	1	1	-
2012	75	31 (3)	27	3	0	-
2013	83	44 (5)	30	4	0	-
2014	76	39 (9)	37	1	0	-
2015	38	52 (7)	14	0	1	-
2016	117	73 (15)	42	0	0	-
2017	280	123 (3)	13	19	17	-
Total	735	400 (47) **	186	28	19	-
<p>*Este indicador reflete os suspeitos ou arguidos que são referenciados aquando da entrada do processo, pelo que é um valor meramente indicativo podendo ser efetivamente superior ao indicado. No ano de 2017, estes valores refletem os arguidos que foram efetivamente constituídos.</p> <p>**Entre parênteses está o n.º de pessoas coletivas (restantes são pessoas singulares).</p> <p>***Indicador não foi disponibilizado.</p>						

Fonte: Dados da SIC da UAF (2018).

APÊNDICE E – MODELO DE ANÁLISE

Quadro n.º 2 - Modelo de análise

OBJETIVOS	PERGUNTAS	ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCETUAL	ANÁLISE DE RESULTADOS
OG: Analisar e comparar a investigação do contrabando de tabaco em França e Portugal.	QC: Quais são os elementos comuns e distintivos da investigação criminal tributária em Portugal e França, para combater o contrabando de tabaco no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	Hipóteses	<p>Capítulo 5 – Análise e Discussão de Resultados.</p> <p>Apresentação e análise das entrevistas semidiretivas realizadas em Portugal e em França, a entidades com experiência e elevados conhecimentos na investigação criminal do contrabando de tabaco, e relacionadas com a articulação nacional e internacional entre vários organismos envolvidos.</p> <p>Interpretação dos resultados obtidos face aos resultados e conclusões retiradas do enquadramento teórico e concetual apresentado.</p>
OE1. Descrever a evolução da cooperação policial e judiciária em matéria penal, inserida na definição do ELSJ.	QD1. Como evoluiu a cooperação policial e judiciária em matéria penal, ao longo do processo de integração europeia?	Capítulo 1 – O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.	
OE2. Compreender os principais mecanismos de cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal estabelecidas no ELSJ.	QD2. De que forma os mecanismos de cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal, estabelecidas no ELSJ, contribuem para a investigação do contrabando de tabaco?		
OE3. Identificar as principais formas de consecução do contrabando de tabaco e as suas atuais tendências.	QD3. Quais são os principais <i>modi operandi</i> no contrabando de tabaco e as suas novas tendências?	Capítulo 2 – A Criminalidade Tributária e o Contrabando de Tabaco. Capítulo 3 – A Investigação Criminal Tributária em Portugal e França.	
OE4. Caracterizar o quadro normativo penal e processual penal português e francês para a investigação do contrabando de tabaco.	QD4. Quais são as diferenças nas leis penais e processuais penais, em Portugal e França, relativamente ao contrabando?		
OE5: Identificar as possíveis mudanças institucionais e legais, a nível nacional e europeu, para melhorar a investigação do contrabando de tabaco.	QD5. Quais são as possíveis mudanças institucionais e legais necessárias, a nível nacional e europeu, para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?	Entrevistas	

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

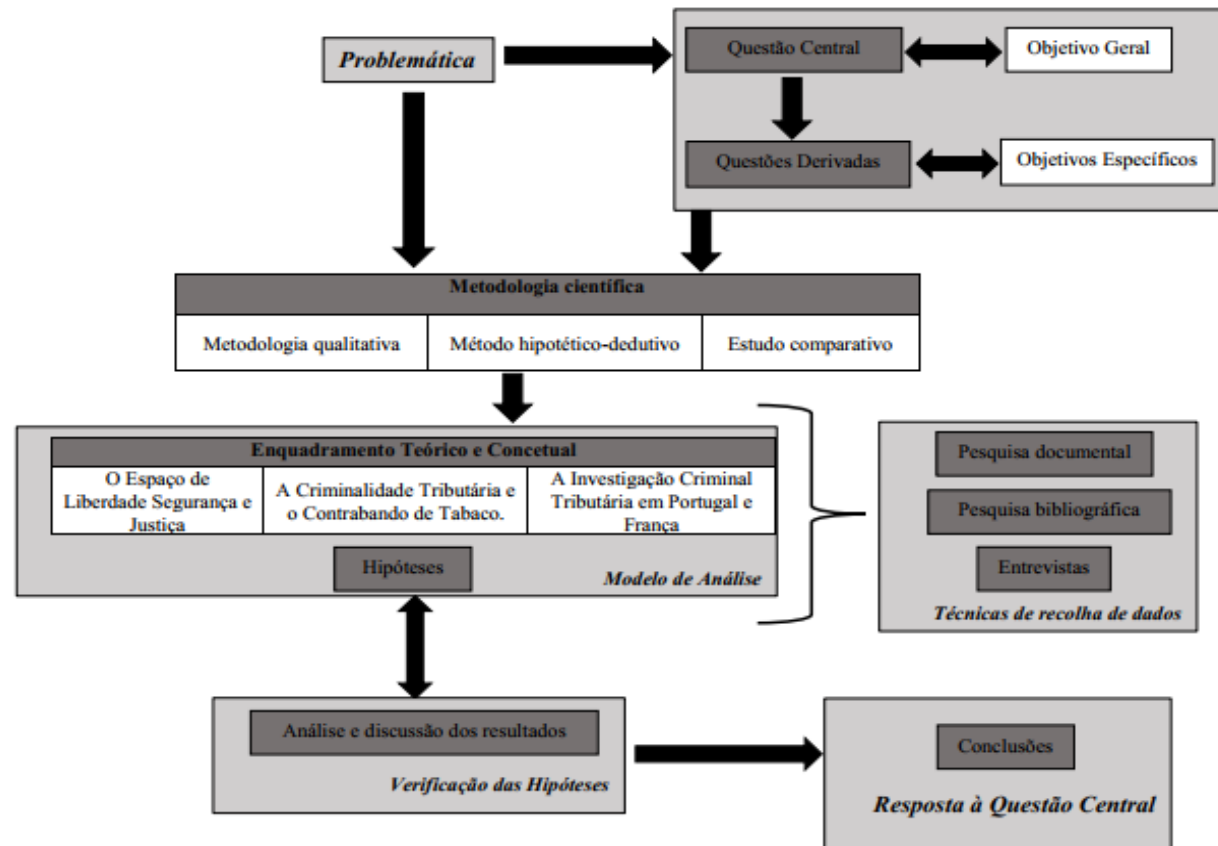


Figura n.º 3 - Desenho da investigação.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE G – INTERGOVERNAMENTALISMO E SUPRANACIONALISMO

Segundo Lobo Fernandes (2006, p. 143), o debate teórico e a incerteza conceptual continuam a marcar o modelo da UE, pois esta “provavelmente (...) representa uma forma não-convencional de soberania” ou “porventura por estar ainda na sua infância enquanto entidade” (Ramos & Maior, 2007, p. 113).

De facto, com a evolução da integração europeia, o enfoque teórico foi-se afastando da explicação do processo de integração para se centrar na compreensão da UE enquanto sistema e entidade política, passando-se dos estudos de integração europeia (Ramos & Maior, 2007) para o estudo da governação europeia, trazendo ao debate as Teorias da Governação Europeia (Lobo-Fernandes, 2006; Conceição, 2016).

Existe uma diversidade de teorias que visam explicar o processo de integração europeia, das quais se destacam as teorias clássicas: o funcionalismo, o neofuncionalismo, o federalismo e o transaccionalismo (Ramos & Maior, 2007). Não sendo passível, nem sendo objetivo deste trabalho, abordar todas estas teorias, serão analisadas, de forma resumida, as duas perspetivas teóricas contrastantes sobre as quais o debate tem, maioritariamente, recaído: o supranacionalismo e o intergovernamentalismo (Lobo-Fernandes, 2006).

A nível do processo de integração europeu em matéria de “segurança interna” o mesmo sucede, pois segundo Hermenegildo (2016) a evolução do ELSJ pode ser explicado através de três correntes principais: o Intergovernamentalismo, o Funcionalismo e o Multinível *governance*; e, também, através de outras correntes, vulgarmente designadas de “escolas de segurança”.

O Supranacionalismo, que se apoia na corrente neofuncionalista da integração regional, corresponde, de forma simples, à transferência progressiva de funções e de autoridade dos Estados para órgãos internacionais (Lobo-Fernandes, 2006). De facto, “a integração europeia foi o móbil para o reforço da transferência de poderes dos estados-membros para a entidade supranacional, dando passos para acentuar a dimensão da integração europeia” (Mattli, 1999, *cit. in* Ramos & Maior, 2007, p. 107)

Consequentemente, existe uma “perda”, ou melhor, “transferência” de soberania dos Estados soberanos para a respetiva organização internacional. À luz desta teoria, a integração

consiste num “processo utilitário, caracterizado por uma lógica de alastramento através do qual se verifica uma deslocação do *locus* de decisão dos Estados para instituições supranacionais centrais, resultando numa decomposição gradual das soberanias” (Lobo-Fernandes, 2006, p. 150). Isso significa, *grosso modo*, que a supranacionalidade sugere a centralização das decisões no nível comunitário, resultando numa nova comunidade política, colocada num nível acima das comunidades pré-existentes, cujas instituições centrais teriam a importante tarefa de guiar o processo de integração (Lobo-Fernandes, 2006).

A esta teoria está subjacente o conceito do efeito *spillover*, pois à medida que mais funções são atribuídas às instituições supranacionais, as responsabilidades e poderes destas tendem a aumentar e a aprofundar gerando mais integração (Lobo-Fernandes, 2006). Por essa razão, Lindberg (1963, *cit. in* Ramos & Maior, 2007, p. 105) escreveu o seguinte: “*Spillover* reporta-se a uma situação em que uma dada ação, relacionada com um objetivo específico, cria uma situação tal que o objetivo inicial só pode ser assegurado se se tomam medidas subsequentes e assim sucessivamente.” Assim, a integração europeia tinha uma idiossincrasia, pois era independente da vontade dos governos nacionais (Ramos & Maior, 2007).

No reverso da medalha, opõe-se ao supranacionalismo a corrente intergovernamental, também conhecido como cooperação intergovernamental, e cuja origem assenta na teoria realista das Relações Internacionais. Esta corrente baseia-se num modelo de cooperação interestatal, onde os interesses nacionais são o motor do processo de integração, o que forma uma entidade internacional e não supranacional. De acordo com Ramos e Maior (2007, p. 107) “são as preferências nacionais e o jogo de poder entre os Estados-Membros que explicam a dinâmica da integração europeia” pois apenas estes, ao nível dos seus governos, conseguem influenciar a evolução da integração europeia. Consequentemente, qualquer que seja a dimensão dos poderes atribuídos às instituições comunitárias a autoridade máxima permanecerá nos Estados soberanos (Estados-Membros), não havendo, assim, transferência de soberania para as instâncias centrais (Instituições da UE) (Lobo-Fernandes, 2006).

À luz desta corrente, a integração é o “resultado de negociações entre os Estados envolvidos (*interstate bargaining*) e a acumulação de poder pelas instituições comunitárias resulta apenas da vontade dos Estados em ceder ou delegar autoridade nessas instituições, quando os Estados não conseguem por si só maximizar autonomamente os seus interesses e objetivos nacionais” (Lobo-Fernandes, 2006, p. 152). Assim, Ramos e Maior (2007) afirmam que as instituições supranacionais, ao contrário do que acontece com a governação supranacional, não possuem autonomia, sendo, direta ou indiretamente, influenciadas pela

vontade política dos governos nacionais. Ou seja, “estão ao serviço dos interesses dos senhores supremos da UE, que são os Estados-Membros” (Ramos & Maior, 2007, p. 108).

Apesar destas perspetivas teóricas terem uma natureza oposta, Ramos e Maior (2007, p. 108) sugerem, pelo contrário, que estas “teorias são complementares”, dando como exemplo o processo de decisão da UE. Assim, “a integração europeia é uma báscula que oscila entre os limites do supranacional e do intergovernamental. (...) a UE está algures numa linha contínua que tem os seus limites marcados pelos pólos opostos do supranacional e do intergovernamental”; pois o processo de integração é evolutivo e dinâmico.

Na ótica de Ramos e Maior (2007), este movimento é retráctil, pois pode representar uma conquista intergovernamental para depois registar um avanço supranacional, e vice-versa. Destarte, Pitta e Cunha (2000, *cit. in* Piçarra, 2010, p. 2) afirma que “o que há de profundamente original na Comunidade Europeia (e hoje, mais ainda, na realidade mais ampla que é a União Europeia) é o seu carácter híbrido, a presença simultânea de elementos atinentes à visão supranacional e à de cooperação intergovernamental”.

Tendo em conta tudo o que acima se expõem, pode-se afirmar que o ELSJ “é a política setorial que melhor reflete o processo de integração europeia” (Hermenegildo, 2016, p. 181), pois a sua evolução decorreu, primeiramente, numa base de cooperação intergovernamental (fora do acervo comunitário), para, posteriormente, evoluir para uma política gradualmente comunitária ao longo das sucessivas alterações aos Tratados, desde Maastricht, até às alterações introduzidas no Tratado de Lisboa, que tornaram este um espaço comunitário (Hermenegildo, 2016, p. 181).

De facto, e na mesma linha de pensamento de Ramos e Maior (2007) relativamente ao processo de integração europeia, o mesmo sucedeu com o ELSJ, pois desde “a sua génese que a integração oscila entra a vertente intergovernamental e comunitária. Entre cooperação e integração, entre alargamento e aprofundamento, entre progressos e recuos, de facto e/ou de perceções” (Hermenegildo, 2016, p. 196)

Finalmente, e completando o *supra* mencionado, Piçarra (2009) argumenta que o ELSJ confirma a dualidade de bases jurídicas em que se baseia, e que relevam de lógicas contrastantes: de um lado, a supranacional ou comunitária, prevista pelo Tratado de Roma para as políticas de fronteiras, visto, asilo e imigração; e, de outro lado, a intergovernamental, para a cooperação policial, cooperação judiciária em matéria penal e a harmonização das leis dos Estados-Membros, constituindo o ELSJ uma das doze áreas de competência partilhada, tal como previsto na al. j) do n.º 2 do art. 4.º do TFUE.

APÊNDICE H – TIPOS, FORMAS E NÍVEIS DE COOPERAÇÃO NO ELSJ

De acordo com Vermeulen (2006), o auxílio judiciário mútuo não é a única forma tradicional de cooperação judiciária em matéria penal. No entanto, na prática diária, a sua importância para a aplicação da lei penal internacional e, em particular, para combater o COT, é muito mais significativa do que qualquer outra forma de cooperação judiciária, seja extradição, transferência de processo ou transferência da execução de sentenças.

Tradicionalmente, os níveis de cooperação relevantes para a assistência mútua em matéria penal entre os países europeus têm sido o Conselho Europeu, a União Económica do Benelux, a União Nórdica e os acordos bilaterais. Em meados dos anos 80, foram estabelecidos novos níveis de cooperação, quer através do Acordo Schengen, quer entre o Conselho Europeu e a UE (Vermeulen, 2006). Na mesma linha de pensamento, Gless (2010, p. 27) afirma que a cooperação na UE já não é a tradicional “cooperation between the EU Member States [mas sim] further specific cooperation within the European Union”. (e. g., o OLAF e Estados-Membros na luta contra às infrações PIF), bem como uma cooperação especial entre os Estados-Membros e Estados associados (e. g., Acordo Schengen). Além disso, o Europol e a Eurojust elevaram a cooperação para uma nova dimensão, graças ao estabelecimento de oficiais de ligação, que facilitou a cooperação quer através da troca de informações, quer através da resolução de problemas numa base *ad hoc* (Gless, 2010).

Assim sendo, Gless (2010) organiza a cooperação policial e judiciária na UE em diferentes formas e níveis, como se pode ver no quadro n.º 3.

Quadro n.º 3 - As várias formas, tipos e níveis de cooperação policial e judiciária no ELSJ

1. <i>Inter-State collaboration</i>
1.1. Cooperação tradicional, como os pedidos para assistência mútua relativa às informações ou detenções.
1.2. Cooperação baseada em redes de trabalho formais, como na Rede Judiciária Europeia, ou numa base <i>ad hoc</i> , como a rede de pontos de contacto criada para combater a corrupção.
1.3. Cooperação coativa, como o estabelecimento de EIC ou a organização de entregas controladas conjuntas.
1.4. Cooperação transfronteiriça, como as vigilâncias e perseguições transfronteiriças ou a partilha de informações transfronteiriça, sobretudo no combate ao crime transnacional.
1.4. Estabelecimento de Instituições partilhadas, como o Europol, ou de bases de dados partilhadas, como o SIS II.

1.5. Colaboração baseada no princípio do reconhecimento mútuo, que é evidente no Mandato de Detenção Europeu, no Mandato de Obtenção de Prova Europeu e em outras decisões europeias como a Decisão-Quadro relativa ao congelamento de ativos, propriedades, bens e provas.
2. Formal cooperation and institution-building
2.1. Cooperação horizontal entre as autoridades competentes dos vários Estados-Membros com pequenas instituições.
2.2. Cooperação vertical entre as autoridades competentes dos vários Estados-Membros e as agências Europeias com instituições independentes, como o OLAF.
2.3 – Cooperação vertical híbrida, isto é, a cooperação entre os Estados-Membros e agências Europeias especiais, como o Europol ou a Eurojust, que são geridas pelos Estados-Membros, mas que estão ao nível Europeu.
3. Legal Framework and Rule-Making Authority
3.1. Lei Internacional, num sentido tradicional, adotada pelos legisladores nacionais, especialmente as Convenções mais antigas sobre assistência mútua.
3.2. Leis da Comissão Europeia adotadas por Instituições da UE, ou seja, todos os regulamentos relativos à luta contra a fraude e infrações lesivas dos interesses financeiros da UE.
3.3. Leis da UE adotada por instituições Europeias, como a decisão do Conselho que transformou o Europol numa agência Europeia.
3.4. Leis nacionais enquanto base, incluindo todas as leis de assistência mútua em matéria penal.
3.5. Regulamentos <i>ad hoc</i> estabelecidos pelas autoridades competentes locais, como as decisões relativas ao estabelecimento das EIC.

Fonte: Adaptado de Gless (2010, pp. 29-32).

Apesar de faltar um padrão consistente, Gless (2010) reconhece que se evidenciam algumas tendências na colaboração transfronteiriça, na qual se pode facilmente distinguir dois lados: a cooperação tradicional e a cooperação vertical.

A cooperação tradicional, na qual não existem os modernos elementos de co-atividade ou transfronteiriços, pertence ao passado, e consiste, sobretudo, nas Convenções sobre o Auxílio Judiciário Mútuo de 1959 e de 2000 (Gless, 2010). Contudo, a criação do ELSJ levou a que a mera assistência mútua passasse para a ideia de criar um Espaço Judiciário Europeu, o que levou à cooperação vertical. Esta envolve as agências europeias, baseia-se nas leis da CE e segue o princípio do reconhecimento mútuo. Por fim, Gless (2010, p. 33) refere que “between traditional police and judicial cooperation between States and vertical cooperation within the EU, including collaboration between national authorities and EC agencies, is a grey area of cooperation”.

APÊNDICE I – PRINCÍPIO DO RECONHECIMENTO MÚTUO

Dentro do universo da cooperação policial e judiciária em matéria penal, Laureano (2010) identifica dois elementos fulcrais e indissolúvelmente relacionados: o reconhecimento mútuo de decisões judiciais penais e a harmonização de legislações penais.

O reconhecimento mútuo, passou, desde o Conselho Europeu de Tampere, a constituir a “pedra angular” da cooperação em matéria penal. Este princípio do reconhecimento mútuo de decisões judiciais tem sido rotulado, segundo Laureano (2010, p. 288), “como a quinta liberdade comunitária, atenta a circunstância de permitir uma livre circulação das decisões judiciais no espaço da União Europeia”.

De facto, este princípio tinha como propósito “to enhance the free movement of criminal investigations, prosecutions and sentences across the EU” (Murschetz, 2007, p. 149). Contudo, Caeiro (2017, p. 37) refere que esta “livre circulação das decisões judiciais em matéria penal é uma falácia”, pois esta expressão, que teve a sua origem no discurso do mercado interno, exprimia, precisamente, a defesa das liberdades individuais contra o poder estatal. Por sua vez, “reconhecer decisões no âmbito da cooperação judiciária significa, em regra, reconhecer pretensões estatais que limitam esses direitos” (Caeiro, 2017, p. 37).

De acordo com Laureano (2010), o reconhecimento de legislações permite que a legislação de um Estado, produza efeitos em outro Estado. Fala-se de reconhecimento pois, através deste princípio, um Estado aceita, ou seja, reconhece, como vinculantes para si próprio, o valor de disposições legislativas de um outro Estado.

Contrariamente ao que sucede com a harmonização de legislações, no reconhecimento mútuo “não se cria Direito nacional novo (...), o que acontece é que o Estado passa a atribuir força de lei interna a lei de outro Estado” (Laureano, 2010, p. 288). Além disso, este reconhecimento é mútuo, i. e., recíproco. Ou seja, se Portugal reconhece os atos jurídicos de Espanha, então Espanha também reconhece os atos jurídicos de Portugal (Laureano, 2010).

No entender de Laureano (2010), este princípio do reconhecimento mútuo assenta em duas ideias base: a de confiança mútua e a da equivalência. De um lado a confiança, pois ao reconhecer a decisão judiciária de outro Estado, o primeiro “confia em que os atos jurídicos reconhecidos são adequados à regulação da situação material em causa” (Laureano, 2010, p.

289). Na perspectiva de Ramos (2010), é esta confiança mútua que permite reconhecer como válidas, no ELSJ, as decisões judiciais, mesmo na ausência de harmonização. No entanto, Caeiro (2017) menciona que o reconhecimento mútuo depende da confiança mútua, e esta, por sua vez, consegue-se ou fortalece-se com a harmonização das leis. Do outro lado, a equivalência pois “ainda que um Estado trate certa matéria de forma diferente de outro Estado, os resultados são tais que se aceitam como equivalentes as decisões do próprio Estado”⁷⁵ (Fonseca-Herrero, 2006, *cit. in* Laureano, 2010, p. 290).

Apesar da mutabilidade do Direito penal europeu, Caeiro (2017, p. 35) argumenta que existem duas noções que parecem ter-se tornado “residentes permanentes” neste ramo jurídico e cuja substituição não se prevê num futuro breve: o reconhecimento mútuo e a harmonização. Estas noções continuarão a ser necessárias enquanto o Direito penal europeu tiver que interagir com os ordenamentos jurídico-penais nacionais.

Da mesma opinião partilha Borgers (2010, p. 350) ao afirmar que “It is not difficult to discern two ambitions relating to criminal law: mutual recognition of decisions in criminal matters and harmonisation of criminal legislation”. De facto, com o Tratado de Lisboa, tornou-se evidente que o reconhecimento mútuo e a harmonização andam de mãos dadas, pois o reconhecimento mútuo é base da cooperação judiciária, e esta cooperação abrange a harmonização das leis penais (Borgers, 2010). Neste sentido, Mitsilegas (2009, p. 545) afirma que “this spill-over logic, borrowed from the functioning of mutual recognition in the context of the internal market (...) was justified at the time as necessary to create mutual trust and thus facilitate the operation of mutual recognition in criminal matter”.

De acordo com Caeiro (2017), o reconhecimento mútuo representa o ponto de equilíbrio entre dois extremos: por um lado, as identidades e culturas jurídicas nacionais, e, por outro lado, um projeto comum de liberdade, segurança e justiça. Este mecanismo não seria necessário numa área não integrada (soberania nacional) nem tão pouco numa área totalmente unificada, que é o expoente máximo da integração em matéria penal. Assim, Caeiro (2017) afirma que esta foi a solução encontrada para que cada país, numa área tão sensível como o é a matéria penal, pudessem manter, em primeira estância, a sua lei penal intacta, e, simultaneamente, não se recusar a cooperar com base nas diferenças decorrentes da falta de harmonização. Assim, no que concerne ao princípio do reconhecimento mútuo, “trata-se somente de uma cooperação mais intensa, sujeita a um padrão comum” (Caeiro, 2017, p. 38).

⁷⁵ Tradução própria.

APÊNDICE J – OS LIMITES DA COMUNITARIZAÇÃO DO ANTIGO III PILAR

De acordo com Mitsilegas (2009) a comunitarização do antigo terceiro pilar continua com alguns elementos intergovernamentais. De facto, apesar do Tratado de Lisboa ter comunitarizado as formas de cooperação do ELSJ, levando, à primeira vista, a uma rendição total e sem condições ao método comunitário, isto não aconteceu, devido a algumas derrogações de sentido intergovernamental introduzidas pelo mesmo (Piçarra, 2014).

Segundo Mitsilegas (2009), o primeiro elemento, contido nos arts. 67.º e 82.º do TFUE, determina a obrigação de se ter em consideração as diferenças entre as tradições e sistemas jurídicos nacionais para a adoção de certas regras mínimas em matéria penal, o que, na ótica de Mitsilegas (2009), voltou a demonstrar a pouca vontade dos Estados-Membros em concederem à União competência total nesta matéria. O segundo elemento diz respeito à competência para a harmonização do processo penal, pois esta apenas é conferida à UE na medida necessária para facilitar o reconhecimento mútuo (Mitsilegas, 2009).

O terceiro elemento está espelhado na adoção de Diretivas. De facto, o Tratado de Lisboa prevê que a harmonização substantiva e adjetiva seja feita através de Diretivas. Ao contrário dos Regulamentos, estas não têm efeito direto e têm de ser transpostas para as legislações nacionais. Assim, tal como nas Decisões-Quadro, existe o risco de aplicação desigual (discricionariedade) no processo de transposição, bem como um risco de atraso. Isto tem sido um problema no que diz respeito ao estabelecimento de regras mínimas, nomeadamente, no que se refere às sanções dos crimes (Militello & Mangiaracina, 2010).

Por fim, o último elemento são o *emergency brake* e os *opt-out*. A possibilidade de não ter voto em matéria penal é considerada, pelo menos por alguns países, como uma limitação da sua soberania. Para satisfazer os seus interesses, o Tratado de Lisboa prevê dois instrumentos especiais para restringir o processo ordinário: o *emergency brake* e os *opt-outs*. O *emergency brake* pode ser acionado quando um Estado-Membro considera que uma Diretiva irá afetar os aspetos fundamentais do seu sistema judiciário criminal (Mitsilegas, 2009, p. 43). Contudo, existem países, nomeadamente, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido que reconhecerem que este mecanismo não era suficiente para garantir a proteção da sua soberania. Estes países têm *opt-out* em matéria penal, o que significa que eles estão apenas vinculados às disposições relativas em matéria penal que entenderem (Piçarra, 2014).

APÊNDICE K – INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE COMBATE À CRIMINALIDADE GRAVE E TRANSFRONTEIRIÇA

Quadro n.º 4 - Síntese dos principais instrumentos e mecanismos de cooperação policial e judiciária em matéria penal no ELSJ.

Identificação	Objetivos
Convenção de Estrasburgo (Conselho da Europa) de 8 de novembro 1990.	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais, deteção, congelamento e confiscação de ativos derivadas do objetivo geral de prossecução de uma política penal comum para a luta contra a criminalidade grave internacional que se centra na privação dos produtos do crime.
Acervo Schengen (1 de janeiro de 1995) (Capítulo I do Título III da CAAS, arts. 39.º a 47.º e 92.º a 101.º).	Prevê a supressão das fronteiras internas da UE. Para tal, foram criadas um conjunto de medidas compensatórias a fim de otimizar a coordenação e cooperação entre autoridades judiciárias e policiais. Entre estas medidas destacam-se os pedidos de assistência mútua para efeitos de prevenção e da investigação de factos puníveis; a intensificação da cooperação policial nas regiões transfronteiriças, com base em convénios bilaterais ⁷⁶ ; a vigilância transfronteiriça e as perseguições transfronteiriças ⁷⁷ ; a comunicação por iniciativa própria de informações com vista à repressão de crimes futuros, à prevenção de crimes ou à prevenção de ameaças contra a ordem e segurança públicas; e, o destacamento de oficiais de ligação. Ainda é de referir a criação do Sistema de Informação de Schengen (SIS) ⁷⁸ e da <i>External Border Practitioners Common Unit</i> ⁷⁹
Ação Comum n.º 98/428/JAI do Conselho (com base no art. K.3.º do Tratado de Maastricht) (art. 2.º e 3.º)	Cria a Rede Judiciária Europeia, que tinha como objetivo de facilitar a cooperação judiciária entre Estados-Membros. São implementados os “pontos de contactos” nacionais para estabelecer contactos adequados e ultrapassar dificuldades com cartas rogatórias. Promove reuniões periódicas dos representantes dos Estados-Membros, pode criar uma EIC e fornecer de forma permanente e atualizada um certo número de informações de base, designadamente, através de uma rede de telecomunicações adequada.

⁷⁶ Os acordos mais completos são os que instauraram estruturas de intercâmbio de informações e uma cooperação permanentes, sob a forma de comissariados comuns de polícia e de centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA) nas fronteiras internas.

⁷⁷ A primeira consiste na vigilância discreta de um suspeito e a segunda aplica-se no caso em que uma pessoa apanhada em flagrante delito escapa atravessando as fronteiras internas. Esta autorização de intervenção fora do território nacional é uma exceção, e está sujeita a garantias jurídicas e limitações.

⁷⁸ O SIS correspondeu às elevadas expectativas e que evoluiu para o SIS II, criado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 1987/2006, o que proporcionou mais funcionalidades e que entrou em funcionamento em abril de 2013.

⁷⁹ Corresponde à atual *European Border and Coast Guard Agency* (Frontex) (Regulamento n.º 2016/1624 do PE e Conselho Europeu).

Apêndices

Convenção de Nápoles II - 18 dezembro de 1998 (arts. 1.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12.º, 19.º, 22.º e 24.º) – aplicável desde 2009.	Estabelecimento de canais de assistência mútua e cooperação entre Autoridades Aduaneiras dos Estados-Membros para detetar, prevenir, investigar e reprimir as infrações das legislações aduaneiras nacionais e comunitárias. Os principais objetivos eram criar Unidades Centrais Nacionais com oficiais de contacto; estabelecer formalidades dos pedidos de apoio; garantir o apoio mútuo das administrações aduaneiras no caso de perseguição e vigilâncias transfronteiriças, investigações secretas, EIC e entregas vigiadas (entregas controladas).
Ato do Conselho de 26 de julho de 1995 e Convenção elaborada com base no art. K.3.º do Tratado de Maastricht com reestruturação através da Decisão do Conselho 2009/371/JAI.	Estabelecimento do Europol com vista a facilitar o intercâmbio de informações, recolher e analisar essas informações e coordenar as operações entre os Estados-Membros; comunicar imediatamente, através das unidades nacionais ⁸⁰ , aos serviços competentes dos Estados-Membros as informações que lhes digam respeito e as ligações entre factos delituosos que tenha estabelecido; manter um registo informatizado de informações em bases de dados; facilitar as investigações nos Estados-Membros; e, assistir os Estados-Membros na formação das autoridades competentes. Atualmente, é uma agência da UE com competências em matérias ligadas à criminalidade organizada, entre as quais o comércio ilícito de tabaco. As suas funções, resultantes das competências a nível operacional, incluem a participação em EIC (Triunfante, 2011).
Regulamento (CE) n.º 515/97, de 13 de março com base no art. K.3.º do Tratado de Maastricht.	Previu as condições em que as autoridades administrativas dos Estados-Membros responsáveis pela execução das regulamentações aduaneira e agrícola colaboram entre si, bem como com a CE, para assegurar o cumprimento dessas regulamentações. Prevê e regula, também, um Sistema de Informação Aduaneiro (SIA). Este sistema consiste em duas bases de dados, uma para as ações da UE e outra para as ações intergovernamentais. Visa prestar assistência na prevenção, investigação e repressão de infrações graves à legislação nacional através da rápida divulgação de informações, aumentando a eficácia dos processos de cooperação e controlo das administrações aduaneiras.
Decisão n.º 1999/352/CE, CECA, EURATOM, de 28 abril com base no art. 325.º do TFUE.	Estabelecimento do OLAF para a investigação administrativa de factos lesivos dos interesses financeiros da UE nos demais Estados-Membros ou que incidem sobre instituições europeias e seus funcionários. É o único organismo da UE mandatado para detetar e inquirir sobre a utilização fraudulenta de fundos da UE. Atualmente, as suas investigações centram-se, particularmente, na fraude e corrupção, mas também em qualquer ilícito económico-financeiro relativo a todas as despesas da UE, mas também quanto a certas receitas, principalmente direitos aduaneiros. O OLAF investiga os casos de fraude que lesam o orçamento da UE, a corrupção e as faltas graves nas instituições europeias e contribui para a estratégia da Comissão Europeia em matéria de luta contra a fraude. O OLAF, em cooperação com as autoridades aduaneiras dos países da UE, bem como de alguns países terceiros, realiza, regularmente, Operações Aduaneiras Conjuntas – OAC com controlos específicos a nível europeu. Estas operações são ações coordenadas e específicas, de duração limitada, com o objetivo de combater o contrabando de mercadorias sensíveis e a fraude em determinadas áreas de risco e/ou em rotas comerciais identificadas. O OLAF também presta o apoio necessário aos países relevantes para realizar ações coordenadas, nomeadamente, através de uma infraestrutura técnica permanente,

⁸⁰ Em Portugal, o funcionamento da Unidade Nacional Europol compete à PJ. Este é constituída por vários oficiais de ligação permanente, entre os quais da GNR (art. 2.º da LOIC). Contudo, existe a possibilidade de os Estados-Membros autorizarem contactos diretos entre os serviços policiais e o Europol (Sousa, 2005).

	análise estratégica de <i>IT Tools</i> (Ferramentas de Tecnologias de Informações) e tecnologias de comunicações estratégicas bem como, através de apoio administrativo e financeiro. Como se pode verificar no relatório anual de 2016 do OLAF, este tem sido preponderante para o combate ao tráfico e ao CIPT.
Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo (2000/C379/02 de 20 de maio) ⁸¹ (arts.º 1.º, 3.º, 7.º, 10.º a 14.º e 18.º).	Estabelecimento de canais vinculativos de auxílio judiciário mútuo em matéria penal materializado em pedidos de auxílio para a realização de diligências em outro território. Visa garantir o intercâmbio espontâneo de informações (sem necessidade de um pedido de auxílio judiciário mútuo); efetivar investigações encobertas (mediante agentes infiltrados); entregas vigiadas (âmbito de aplicação mais vasto que o art. 73.º da CAAS); pedidos de interceção de telecomunicações (transmissão imediata ou gravação e posterior transmissão); constituir EIC (estabelecer as condições em que devem ser criadas e o modo como desempenharão as suas funções); permite o recurso a buscas e apreensões para obter provas. Pedidos para a realização de audições (arguidos, peritos e testemunhas) por videoconferência e a audição de testemunhas e peritos por conferência telefónica.
Decisão do Conselho 2002/187/JAI de 28 fevereiro ⁸² (arts. 3.º e 14.º) e art. 85.º TFUE.	Constituição da Eurojust, cuja missão consiste em apoiar a coordenação e a cooperação judiciárias entre as autoridades nacionais na luta contra o terrorismo e as formas graves de criminalidade organizada que envolvam mais que um país da UE. Decide qual das partes está em melhor posição para dar início a uma investigação. Para isso pode iniciar uma investigação ou instaurar um procedimento penal por factos precisos e estabelecer coordenação entre ambos. Tem ainda poder para criar uma EIC e disponibilizar peritos; fornecer todas as informações necessárias e transmitir pedidos de auxílio judiciário. Pode cooperar com a Rede Judiciária Europeia, OLAF, Europol e outros parceiros externos; transmitir pedidos de auxílio judiciário mútuo. É composta por um representante de cada Estado-Membro, que podem ser procuradores, juízes ou oficiais de polícia, com prerrogativas idênticas de acordo com o sistema jurídico em questão.
Mandado de Detenção Europeu (MDE) (Decisão-Quadro n.º 2002/584/JAI de junho de 2002).	Possibilidade de emitir um MDE, que é uma decisão judiciária emitida por um Estado-Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado-Membro duma pessoa procurada para efeitos de procedimento penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade. Este pode ser emitido por factos puníveis, pela lei do Estado-Membro de emissão, com pena ou medida de segurança privativas de liberdade de duração máxima não inferior a 12 meses ou, quando tiver sido decretada uma pena ou aplicada uma medida de segurança, por sanções de duração não inferior a quatro meses. Isto permitiu acabar com os longos processos de extradição. A lei n.º 65/2003 aprova o MDE em cumprimento a essa decisão e no catálogo de crimes previsto no n.º 2 do art. 2.º, que não exige a dupla incriminação, refere-se a crimes como a participação em organização criminosa e a fraude.
Decisão-Quadro n.º 2002/465/JAI de 13 de junho.	Estabelece as regras relativas à criação e funcionamento das EIC. A Convenção Europeia de auxílio judiciário mútuo em matéria penal já previa a criação de EIC, no entanto, devido ao ritmo lento da ratificação, foi adotada esta decisão que deixou de produzir efeitos com a entrada em vigor da Convenção, em agosto de 2005. Determina as autoridades competentes de dois ou mais Estados-Membros podem criar, através de um acordo comum, uma EIC para um objetivo específico e por um período limitado, que poderá ser prolongado, para efetuar investigações criminais num ou em vários dos Estados-Membros que criarem a equipa. Estas só podem ser criadas quando, no âmbito das investigações de um Estado-Membro sobre infrações penais, houver necessidade de

⁸¹ Completa a aplicação da Convenção de 1959 e o respetivo protocolo de 1978.

⁸² Modificada pela Decisão n.º 2003/659/JAI de 18 de junho 2003 e pela Decisão n.º 2009/426/JAI de 16 de dezembro 2008, ambas do Conselho.

Apêndices

	realizar investigações difíceis e complexas com implicações noutros Estados-Membros; ou, quando vários Estados-Membros realizarem investigações sobre infrações penais que, por força das circunstâncias subjacentes, tornem indispensável uma ação coordenada e concertada nos Estados-Membros envolvidos.
Decisão do Conselho n.º 2007/845/JAI 6 de dezembro.	Determina que cada Estado-Membro cria ou designa um Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), para facilitar a deteção e identificação dos produtos e outros bens relacionados com um crime suscetível de ser objeto de uma ordem de congelamento, apreensão ou perda emitida por uma autoridade judiciária competente no decurso de um processo penal ou, tanto quanto possível ao abrigo da legislação nacional do Estado-Membro em causa, durante um processo civil. Os GRA nacionais ⁸³ representam uma forma de cooperação e partilha de informação através do Europol Secure Information Exchange Network Application (SIENA), reconhecendo o Camden Asset Recovery Inter-Agency Network (CARIN) como parceiro. A sua ação centra-se no congelamento e confiscação de ativos originados em ilícitos criminais quando os valores ultrapassam os 100.000 €. Posteriormente, realiza a inspeção, administração, proteção e manutenção das propriedades congeladas ou restritas.
Regulamento (UE) n.º 952/2013 de 9 de outubro.	Estabelece o CAU. Determina as normas e procedimentos gerais aplicáveis às mercadorias à entrada ou à retirada do território aduaneiro da União. Prevê a adoção de medidas por parte das autoridades aduaneiras para proteger os interesses financeiros da União e dos seus Estados-Membros; e, proteger a União contra o comércio desleal e ilegal. Introduce sistemas informáticos para as administrações aduaneiras e os operadores, que garantem procedimentos simples e rápidos de desalfandegamento e, ao mesmo tempo, asseguram que todas as verificações e os controlos necessários sejam efetuados.
Diretiva n.º 2014/41/UE de 3 de abril (arts. 1.º a 3.º, 29.º e 30.º)	Cria a DEI ⁸⁴ , que é uma decisão judicial emitida ou validada por uma autoridade judiciária de um Estado-Membro (Estado de emissão) para que sejam executadas noutro Estado-Membro (Estado de execução) uma ou várias medidas de investigação específicas, tendo em vista a obtenção de elementos de prova. Pode ser requerida por suspeitos, arguidos ou advogados. A DEI pode ser emitida para processos penais instaurados por uma autoridade judiciária relativamente a uma infração penal ao abrigo do direito interno do Estado de emissão. Pode ser emitida uma DEI para solicitar ao Estado de execução que preste assistência ao Estado de emissão na realização de “investigações encobertas” e interceção de telecomunicações. As medidas de investigação devem ser executadas com a mesma celeridade e grau de prioridade aplicáveis em casos nacionais semelhantes e com a maior brevidade (máximo de 30 dias para decidir reconhecer e executar o pedido e de 90 dias para a execução efetiva).
Diretiva n.º 2017/1371 do PE e do conselho de 5 de julho.	Estabelece regras mínimas para a definição de infrações e de sanções penais no que diz respeito ao combate à fraude e a outras atividades ilícitas lesivas dos interesses financeiros da União, tendo em vista o reforço da proteção contra as infrações penais que afetam esses interesses financeiros. No art. 3.º apresenta um conjunto de atos que constituem fraude lesiva dos interesses financeiros e no art. 4.º outras infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União (nomeadamente, branqueamento de capitais, corrupção ativa e passiva e apropriação ilegítima). Além destes, a diretiva também se aplica as receitas

⁸³ A Lei n.º 45/2011 de 24 de junho, cria o GRA na dependência da Polícia Judiciária (PJ), ficando este com atribuições de investigação análogas às dos órgãos de polícia criminal. A sua missão é identificar, localizar e apreender bens ou produtos relacionados com crimes, a nível interno e internacional, e a sua competência é proceder à investigação financeira ou patrimonial por determinação do MP.

⁸⁴ Entrou em vigor a 22 de maio de 2017. Transposta para o ordenamento jurídico português através da Lei n.º 88/2017 de 21 de agosto.

	<p>provenientes dos recursos próprios do IVA, mas apenas em caso de infração grave ao sistema comum do IVA (os atos ou omissões intencionais definidas no art. 3.º, n.º 2, alínea d), estejam relacionados com o território de dois ou mais Estados-Membros da União e envolvam prejuízos totais de, pelo menos, 10.000.000 €. Determina que estas infrações devem ser punidas com pena máxima que preveja a prisão. Caso estejam em causa valores superiores a 100.000 €, a pena de prisão deve ter, no mínimo, quatro anos. Já se os prejuízos ou montantes em falta forem inferiores a 10.000 €, os Estados-Membros podem dispor sanções que não sejam sanções penais.</p> <p>No leque de infrações é difícil enquadrar o contrabando de tabaco.</p>
<p>Regulamento (UE) n.º 2017/1939 do conselho de 12 de outubro (com base no art. 86.º do TFUE)⁸⁵.</p>	<p>Institui uma Procuradoria Europeia, com base numa cooperação reforçada de vinte Estados-Membros (nos quais se incluiu França e Portugal), e estabelece normas relativas ao seu funcionamento. Determina que esta é um órgão independente e indivisível da União e funciona como entidade única com estrutura descentralizada. Tem como funções: investigar, instaurar a ação penal e deduzir acusação e sustentá-la na instrução e no julgamento contra os autores e seus cúmplices nas infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União previstas na Diretiva (UE) 2017/1371⁸⁶ e previstas no seu regulamento. O art. 31.º (investigações transfronteiriças) admite a possibilidade de os Procuradores Europeus Delegados atuam em estreita cooperação e assistem-se e consultam-se mutuamente no âmbito dos processos transfronteiriços. Caso uma medida tenha de ser tomada num Estado-Membro que não o Estado-Membro do Procurador Europeu Delegado competente, este último decide adotar a medida necessária e atribui a sua execução a um Procurador Europeu Delegado localizado no Estado-Membro onde a medida deve ser executada. Para isso, a Procuradoria Europeia faz as investigações e pratica os atos próprios da ação penal, exercendo a ação pública perante os órgãos jurisdicionais competentes dos Estados-Membros até que o processo seja encerrado. Prevê uma relação estreita com a Eurojust e o OLAF, baseada na cooperação mútua, e uma relação estreita com o Europol.</p> <p>Prevê-se que entre em funcionamento até 2021.</p>

Fonte: Elaboração própria.

⁸⁵ Entrou em vigor a 1 de novembro de 2017.

⁸⁶ Entrou em vigor a 25 de julho de 2017. Ainda sujeita a transposição pelos Estados-Membros.

APÊNDICE L - A COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA NA PRÁTICA

Muitos são os autores que defendem que a cooperação policial e judiciária não tem saído do papel (Ballin, 2010; Gless, 2010; Block, 2010; Murschetz, 2010). Segundo Gless (2010) as soluções da UE elaboradas no papel normalmente encontram uma saída informal na prática, sendo exemplo disso a constituição das EIC.

Perante a evolução da cooperação policial e judiciária em matéria penal da UE, Gless (2010, p. 33) afirma mesmo que “what we see is a mess, chaos rather than order”. Infelizmente, apenas alguns dos instrumentos desenvolvidos no quadro jurídico da UE são usados com sucesso. Para que um sistema legal como a cooperação policial e judiciária em matéria penal funcione, este precisa de métodos, estrutura e coerência. Precisa de um conceito de coordenação objetivo e claro (Gless 2010).

Da mesma opinião partilha Monar (2013, p. 349), pois “while some real progress has been achieved the absence of a more integrated cross-border criminal justice system continues to reduce the effectiveness of cross-border cooperation”.

Gless (2010) aponta vários problemas para a ineficiente e incoerente cooperação policial e judiciária em matéria penal. O primeiro é “the variety and mix of instruments in police and judicial cooperation” (Gless, 2010, p. 34), que levou a uma situação de fragmentação e de ineficiência. De facto, na prática, as autoridades policiais locais são frequentemente solicitadas a escolher entre os vários instrumentos legais em casos individuais. Da mesma opinião partilham Militello e Mangiaracina (2010, p. 129), que referem que o principal problema da cooperação judiciária é o excesso de instrumentos jurídicos e a sobreposição dos mesmos, pois “the old instruments will not be abandoned”.

Outro problema identificado são os diferentes sistemas legais que continuam a coexistir, o que origina o risco de inconsistência, lacunas e sobreposições, que são evidenciadas ao nível prático e operacional (Militello & Mangiaracina, 2010). Neste sentido, Militello e Mangiaracina (2010, p. 182) referem que a adoção de Diretivas no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal para colmatar este problema traz alguns problemas, pois “with directives, as with framework decisions, there is the risk of uneven application by Member States in the process of transposing (...) Furthermore, with directives, there is the risk of delay”.

De acordo com Gless (2010), outro grande obstáculo é a proteção dos direitos fundamentais das pessoas (quer vítimas, suspeitos ou arguidos), e que tem sido um tópico muito discutido. De facto, o grande problema da cooperação policial e judiciária em matéria penal tem sido garantir a estabilidade da balança “between effective police cooperation and the necessary respect for individual rights” (Murschetz, 2010, p. 113).

Além dos obstáculos já mencionados, Gless (2010) menciona a ausência de *accountability*, quer democrática, quer judiciária. Enquanto não existirem competências claras e divisões de poder explícitas entre os legisladores nacionais e europeus e os decisores políticos, a responsabilidade democrática continuará a ser um problema. Por sua vez, a falta de responsabilização judiciária, ou seja, a deficiência nas jurisdições para a responsabilização dos tribunais e para a revisão judiciária, traz problemas em relação às instituições híbridas do antigo Terceiro Pilar (e. g., o OLAF), uma vez que não fazem parte dos quadros jurídicos quer nacionais quer da UE, e o Tribunal de Justiça Europeu tem jurisdição muito limitada em relação a esta área híbrida (Gless, 2010).

Por sua vez, Monar (2013, p. 346) refere que a falta de divulgação bem como a falta de informação e conhecimento sobre os instrumentos e mecanismos de cooperação, impedem um uso mais geral e mais eficaz no âmbito da cooperação policial e judiciária.

Relativamente à cooperação policial, Block (2008, p. 75) afirmou que “police cooperation is insufficient or lacking” (Block, 2008, p. 75), em particular, a extensão da informação transfronteiriça e a partilha de informações.

Várias dificuldades foram apontadas por Block (2008) para a cooperação policial transfronteiriça. A primeira é a complexidade logística que esta exige e os custos associados. A segunda é a existência de sistemas jurídicos e tradições divergentes e a dependência das autoridades judiciárias. Além destas, as diferenças culturais e linguísticas, bem como as diferenças nas estruturas policiais e nos princípios dos Estados-Membros em relação às investigações criminais também têm sido obstáculos consideráveis e que tornam a cooperação policial internacional ainda mais complexa (Block, 2010).

Relativamente às diferenças jurídicas entre os Estados-Membros, algumas delas estão profundamente enraizadas nos diferentes sistemas jurídicos e, portanto, não podem ser facilmente harmonizadas, podem resultar na atribuição de papéis e poderes de investigação a diferentes atores. Segundo Block (2010, p. 96) isto pode causar problemas de comunicação e dificuldades em identificar e alinhar a comunicação das autoridades competentes, pelo facto de não existir uma linguagem comum.

Além disso, as diferenças na admissibilidade de provas obtidas através do uso de TEIC, como as ações encobertas, podem obstruir a cooperação policial em investigações criminais. Isto acontece, sobretudo, quando são obtidas provas através dos chamados informantes ou nas escutas telefônicas (Block, 2010). De acordo com Block (2010), os agentes encobertos são admissíveis no Reino Unido e na Alemanha, mas não o são na Holanda. Já as escutas telefônicas são admissíveis na Holanda, mas não o são no Reino Unido, nem na Suécia. Logo, “such differences form formidable obstructions in relation to the use of a certain covert techniques across borders” (Block, 2010, p. 97).

Outro exemplo que Block (2010) dá acerca das diferenças legais que impedem o bom funcionamento da cooperação é a existência de regras divergentes de divulgação, isto é, das regras que determinam: se, quando, quais e para quem as informações das investigações devem ou podem ser divulgadas. Isto está, sobretudo, relacionado com a divulgação de informações na fase de julgamento e na fase de investigação.

Quanto às diferenças organizacionais nas estruturas policiais, Block (2010) refere que estas estão mais relacionadas às competências, ou seja, ao facto de determinadas diligências poderem ser executadas por diferentes agências de aplicação da lei consoante as suas jurisdições. Outro aspeto organizacional que dificulta a cooperação transfronteiriça em investigações criminais “is the limited availability of resources for investigations. This causes the agencies to prioritise their national workload” (Block, 2010, p. 98).

Intimamente relacionado a este aspeto “are the often pre-set performance targets”, ou seja, objetivos e metas institucionais predefinidas, que diminuem a flexibilidade das autoridades para aceitar solicitações inesperadas de cooperação. De facto, “it can be expected that law enforcement agencies will prioritise the activities and output by which their performance is measured and generally cross-border cooperation is not include in police performance targets” (Hewitt & Holmes, 2002, *cit. in* Block, 2010, p. 98).

Por último, autoridades competentes, muitas vezes estruturadas de forma funcional, usam critérios de seleção de casos decorrentes de suas metas de desempenho específicas, o que resulta em dificuldades para lidar com grupos criminosos organizados que mudam frequentemente o tipo de mercadoria e os seus *modi operandi*. Somente se as diferentes autoridades reunirem as suas informações é que a extensão das operações criminosas se tornará visível (Block, 2008).

Relativamente às diferenças culturais, estas são um obstáculo, pois refletem-se em diferentes padrões de policiamento e em “different ideas of what constitutes good and

effective policing” (Block, 2010, p. 98). Por fim, “simple linguistic barriers continue to hamper cross-border police cooperation” (Block, 2010, p. 98).

Já num âmbito mais político, Block (2008) refere que a capacidade de investigação policial para combater o crime grave e organizado não é infinita, em particular os recursos humanos, materiais e financeiros, portanto, os pedidos de cooperação do exterior têm que competir com as prioridades nacionais e locais para obter uma concentração de esforços e capacidade. Contudo, até na cooperação policial internacional bem-sucedida, os interesses nacionais permanecem primordiais (Block, 2008).

Assim, pode-se concluir que “police cooperation in combating organized crime is a dynamic and complex field of activities in which many different factors could cause success or failure” (Block, 2008, p. 81).

Murschetz (2010) admite que o paradigma não deverá mudar rapidamente, já que o Tratado de Lisboa a aborda de forma muito ténue nos arts. 87.º a 89.º, sem oferecer grande orientação, o que não permitirá a sua reorganização, pois “the specific provisions concerning police cooperation do not provide for revolutionary changes” (Murschetz, 2010, p. 116).

Assim, Murschetz (2010) argumenta que é necessário melhorar a cooperação policial operacional, que tem sido insuficiente pelo facto de se basear, maioritariamente, em acordos bilaterais ou acordos multilaterais *ad hoc*, e não ao nível da UE.

Segundo Murschetz (2010), as EIC e outros mecanismos de cooperação nem sempre são adequadas em casos transnacionais, sendo necessário a simplificação dos regulamentos e formalidades para as investigações criminais transnacionais. Além disso, também é preciso que as novas tecnologias, como as informações de satélites, wireless ou cartões créditos sejam usados de forma mais eficiente. A melhoria da cooperação policial requer uma formação policial normalizada comum, uma cooperação mais estreita nas zonas transfronteiriças, através da criação de um maior número de CCPA e da simplificação das regras de investigação no território de outro Estado-Membro. Os CCPA são considerados instituições de sucesso que facilitam a cooperação transfronteiriça regional através do intercâmbio de informações e da coordenação de operações conjuntas (Murschetz, 2010).

De acordo com Murschetz (2010) para combater a crescente ameaça da criminalidade organizada transnacional é necessária uma eficiente cooperação entre polícias, o que até tem sido facilitado com a evolução do quadro jurídico da UE. De facto, para Murschetz (2019) a implementação do Acervo Schengen, o Tratado de Prüm, o estabelecimento do Europol e da CEPOL potenciaram a cooperação, sobretudo graças à melhoria da recolha e partilha de informações através de bases de dados.

No entanto, Block (2008) refere que são necessários mais contactos diretos entre os agentes da polícia, pois estes constituem a espinha dorsal da cooperação policial operacional na Europa. Para Block (2008, p. 75) “the main advantages of working via direct contacts: Speed, trust and simply knowing that matters will be organized as agreed”. Assim, os contactos pessoais e diretos são um elemento crucial para o sucesso da cooperação policial.

De acordo com Block (2008), outro grande fator de sucesso da cooperação policial para combater o COT são os *Liaison Officers*, i. e., os oficiais de ligação. Estes são pessoas estacionados em outra jurisdição territorial onde não têm nenhum poder formal, mas são responsáveis por manter contatos e agir como intermediários entre sua agência e as agências de *law enforcement* do país anfitrião. O seu contributo é ainda maior nos casos em que, devido à complexidade, sensibilidade ou urgência da situação, é necessário um apoio mais ativo do que uma simples troca de informações. Para Bigo (2000, *cit. in* Block, 2008, p. 77) os oficiais de ligação são uma interface humana “between the various national police forces and argues that they have a crucial role for policing in Europe, because it is them who manage the flow of information between their respective agencies”.

De acordo com Ballin (2010), a melhoria da cooperação policial e judiciária em matéria penal em cada fase - prevenção, investigação, acusação e execução – passa por examinar onde estão os maiores benefícios da cooperação através da utilização de mecanismos de avaliação existentes, cujo resultado de tais avaliações facilitará escolhas e decisões em relação à necessidade de novas e suplementares políticas e legislações.

O sucesso das políticas depende da confiança (Ballin, 2010) e esta baseia-se na solidariedade (Gless, 2010). E uma cooperação europeia equitativa e eficiente ajudará a reforçar essa confiança. A harmonização, a uniformização de práticas e o uso de processos e critérios comuns ajudarão a aumentar a confiança e a fortalecer a *practical cooperation*, que também pode ser melhorada com mais partilha de conhecimentos e discernimento ou “simply by meeting one another” (Ballin, 2010, p. 21). É muito importante investir em encontros de *law enforcement authorities*, pois permitem trocar conhecimentos e partilhar boas práticas sobre diferentes sistemas legais. Além disso, “we also need to invest in direct communication between European law enforcement authorities” (Ballin, 2010, p. 22).

A cooperação entre os vários países é uma parte vital do combate ao COT, e na qual a “capacity building (...) can play an important role” (Ballin, 2010, p. 22).

Finalmente, Block (2010), Murschetz (2010) e Zaharieva (2017) admitem que devem ser feitos mais esforços para realizar mais EIC, pois são um instrumento que traz inúmeras vantagens.

Assim, apresenta-se no quadro n.º 5, uma síntese dos problemas e obstáculos à cooperação policial e judiciária para o combate aos crimes graves de dimensão transfronteiriça, bem como as possíveis soluções para a sua melhoria.

Quadro n.º 5 - Problemas e soluções para a cooperação policial e judiciária

Problemas, obstáculos e dificuldades	Possíveis soluções
1. Variedade e excesso de instrumentos; 2. Adoção de Diretivas; 3. Diferentes jurídicas (competências e atores) e dos sistemas legais (inconsistência, lacunas, sobreposições); 4. Direitos Fundamentais dos cidadãos; 5. Falta de <i>accountability</i> ; 6. Complexidade logística e custos; 7. Controlo e dependência judiciária; 8. Diferenças linguísticas e culturais (padrões de policiamento); 9. Diferenças estruturais; 10. Divergência na divulgação e informação; 11. Objetivos e metas institucionais pré-definidas; 11. Limitação de recursos humanos, materiais e financeiros; 12. Interesses Nacionais.	1. Acordos ao nível da UE (e não apenas bilaterais ou multilaterais); 2. Simplificação de regulamentos e formalidade; 3. Utilização de novas tecnologias; 4. Formação conjunta e uniformizada; 5. Criação de mais CCPA; 6. Clarificação de conceitos e de coordenação; 7. Mais troca e partilha de informação; 8. Mais contactos diretos e informais; 9. Mais oficiais de ligação; 10. Mais utilização das EIC; 11. Confiança e solidariedade; 12. Avaliação dos instrumentos; 13. Uniformização de práticas e harmonização de critérios; 14. <i>Capacity building</i> (recursos humanos, materiais e financeiros); 15. Mais reuniões e encontros (partilha de conhecimentos e discernimento).

Fonte: Adaptado de Block (2008; 2010); Gless (2010); Militello & Mangiaracina (2010); Ballin (2010); Murschetz (2010); e, Zaharieva (2017).

APÊNDICE M – AS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTAS

Apesar de as EIC terem sido introduzidas em 1997, com o Tratado de Amesterdão, e terem ganho previsão legal em 2000, na Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo em matéria penal de 2000, estas apareceram pela primeira vez no debate político da UE num documento apresentado em 1994 pela Delegação Alemã ao Grupo de Trabalho de Cooperação Aduaneira (Block, 2010). O documento pretendia a revisão e atualização da Convenção de Nápoles de 1967 sobre assistência mútua entre autoridades aduaneiras e o seu conteúdo foi baseado em sugestões das autoridades aduaneiras germânicas para uma nova Convenção. Uma destas sugestões foi a criação de equipas conjuntas. A sugestão reapareceu no primeiro esboço da Convenção de Nápoles II, transmitida pela Alemanha, a qual apresentou as EIC como um método adicional de cooperação para além da assistência mútua tradicional (Block, 2010, p. 91).

Apesar de terem sido concebidas como apenas mais um instrumento de cooperação, as expectativas que geraram para fortalecer a cooperação policial na Europa levaram a uma aceleração da sua implementação, sobretudo após o atentado de 11 de setembro de 2001. Assim, em 2002, a Decisão-Quadro específica para as EIC fez com que "that JITs have a double legal basis in EU law" (Zaharieva, 2017, p. 1) O conceito de EIC na UE é entendido como uma equipa constituída por representantes das autoridades policiais e judiciárias de diferentes Estados-Membros e, quando necessário, de outras organizações como o Europol e a Eurojust. Com base num acordo, investigam em conjunto casos de criminalidade transfronteiriça e internacional. As equipas são multinacionais e multidisciplinares (polícias, alfândegas, procuradores, etc), são criadas para um único propósito dentro de um prazo limitado (Block, 2008) e executam atividades de acordo com a lei do Estado-Membro na qual esta opera (Block, 2010).

Segundo Block (2010) as EIC, tal como previstas na Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo de 2000, contêm três características inovadoras. A primeira, foi a possibilidade de as autoridades de um Estado-Membro poderem estar presentes nas diligências efetuadas em outro Estado. A segunda, foi que todas as informações e provas obtidas durante a operação pudessem ser totalmente partilhadas pelos países participantes. A terceira, diz respeito à que um membro destacado possa solicitar às suas próprias autoridades nacionais que tomem as

medidas de investigação exigidas pela EIC. Outra grande vantagem das EIC, é que estas permitem reduzir o tempo das investigações para cerca de metade, aceleram a partilha de informações e eliminaram a necessidade de enviar cartas rogatórias para trocar informação ou elementos de prova (Block, 2010).

De acordo com Block (2010), a introdução das EIC enquanto ferramenta para a cooperação policial na UE baseou-se no pressuposto de que os métodos tradicionais de cooperação policial transfronteiriça em investigações criminais através das cartas rogatórias, geralmente baseada na Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo de 1959, era desatualizada e insuficiente.

Para Block (2010, p. 95) as EIC permitiram uma cooperação estreita em tempo real, pois as polícias podiam agora criar uma chamada “parallel investigation”. Isso significa que duas (ou mais) equipas de investigação visam, simultaneamente, as mesmas atividades ou estruturas criminosas sob coordenação internacional nos países participantes.

Contudo, apesar das suas vantagens e do esforço contínuo para promover as EIC na UE, poucas foram estabelecidas até ao momento. Em julho de 2007, apenas 21 EIC tinham sido constituídas. Em 2010, quase uma década após a implementação das EIC, “the strategy does not seem to find much popularity with police and less than approximately 40 JITs have so far been operational. This number represents na almost negligible percentage of all cross-border criminal investigations in the EU” (Block, 2010, p. 88).

No quadro n.º 6, apresentam-se as 38 EIC constituídas até 2010, juntamente com os países participantes e com o respetivo objetivo.

Quadro n.º 6 - Equipas de Investigação Conjuntas constituídas até 2010

Países participantes	Data	Objetivo
França e Espanha (total de 12).	Setembro 2004 até 2010.	Terrorismo da ETA, terrorismo Islâmico e tráfico de estupefacientes.
Holanda e Reino Unido.	Janeiro 2005.	Tráfico de cocaína e homicídio.
França e Lituânia.	Fevereiro 2005.	Falsificação de cartões bancários.
França e Bélgica (4).	2006 até 2010.	Terrorismo islâmico, recrutamento jihadista, tráfico cocaína e crime organizado.
França e Holanda.	Sem informação.	Sem informação.
Alemanha e Eslováquia.	2006.	Tráfico de heroína.
Holanda e Bélgica (3).	2006, 2007 e 2009.	Furto de veículos, tráfico de droga e <i>carjacking</i> .
França e Alemanha (2).	Fevereiro 2007 e agosto 2007.	Terrorismo e roubo de ATM.

França e Roménia.	2007.	Crime organizado (burlas).
Espanha e Portugal.	Outubro 2007.	Terrorismo ETA.
Finlândia, Suécia, Estónia e Lituânia (7).	Várias datas.	Vários.
Alemanha e Bulgária.	2008.	Contrafação de dinheiro.
Reino Unido e Roménia.	2008.	Tráfico de seres humanos.
Alemanha e Holanda.	2008.	Tráfico de heroína.

Fonte: Adaptado de Block (2010, p. 103).

Block (2010) admite que a França teve um papel muito importante, pois esta já tinha participado num total de 21 EIC juntamente com sete Estados-Membros diferentes, muito devido aos acordos bilaterais. Embora as EIC tenham sido especialmente destinadas a ser um instrumento multilateral, todas as EIC estabelecidas até essa data eram bilaterais e, na sua maioria, estabelecidas entre países vizinhos (Block, 2010). Face ao exposto no quadro n.º 6, pode-se verificar que, até 2010, nenhuma EIC tinha sido constituída para uma investigação de contrabando de tabaco.

Segundo Block (2008, p. 80) ainda é cedo para confirmar se as EIC proporcionam melhores resultados do que as investigações paralelas, mas sem dúvida que “good personal contacts, the ability to bridge cultural differences, a common interest, and a good knowledge of the legal system of the cooperation partner were crucial elements to make a JIT work”. Tal como Zaharieva (2017, p. 3) refere, “the application of the JIT tool implies a common investigative interest”.

De acordo com Kapplinghaus (2012, p. 33), embora os instrumentos básicos para a criação de EIC tenham sido adotados há alguns anos, “putting the idea into action is still in its childhood”. Contudo, “recently, a growing acceptance of JITs can be recognized (Kapplinghaus, 2012, p. 33). Para alcançar resultados positivos consistentes, a consciência da necessidade de progressivos instrumentos de intensificação da cooperação judiciária e policial deve crescer e as reservas, baseadas em sentimentos de soberania nacional, devem diminuir. Se os parceiros na cooperação internacional tiverem confiança uns nos outros e estiverem prontos para novas ideias e iniciativas, o sucesso dos EIC é apenas uma questão de tempo (Kapplinghaus, 2012).

Em 2017, Zaharieva (2017, p. 1) afirmava que “it took around ten years for practitioners to realise the potential of joint investigation teams”. De facto, só após as tentativas de constituição das EIC, a implementação das mesmas na prática e com o

cometimento de alguns erros é que os Estados-Membros foram percebendo o potencial e as vantagens das EIC (Zaharieva, 2017).

Uma das vantagens de uma EIC, segundo Zaharieva (2017), é que esta permite fazer ajustes rápidos às necessidades da investigação, que são discutidos num ambiente informal e realizados sem a necessidade de uma troca de cartas que exigem muitos formalismos. O único formalismo que pode ser requerido corresponde a um formalismo que é exigido pela lei interna do Estado onde esta opera (e. g., possível autorização judiciária). Além disso, por serem um instrumento multilateral, as EIC “easily accommodates more than two parties (...) [and] JITs offer more flexible options for involving non-EU states in the investigative activities” (Zaharieva, 2017, p. 4).

Outra vantagem das EIC, é que esta, enquanto ferramenta de recolha de provas, oferecem muito mais possibilidades para o envolvimento, em atividades operacionais, dos membros da equipa de outros Estados-Membros que não aquele em que a equipa opera, ou seja, de membros destacados. Acresce ainda que “it is asserted that seconded members shall have, as a minimum, the right to be present while investigative measures are taken” (Zaharieva, 2017, p. 7).

Outro argumento a favor, é que apesar dos elevados custos associados ao funcionamento de uma EIC, para tradução e interpretação, viagens e alojamento dos membros destacados, tráfego de dados e comunicações, atualmente, estas são financeiramente apoiadas pelo Europol ou pela Eurojust.

Finalmente, as EIC, devido à sua natureza, estabelecem um ambiente investigativo comum e canalizam os esforços das diferentes autoridades para alcançar um propósito comum, sendo que as “JIT operations are carried out swiftly due to the direct communication within the team and the possibility to exchange information in real time” (Zaharieva, 2017, p. 11).

Infelizmente, apesar de todas estas vantagens e “even though JITs are rather popular in some EU states, the formalities associated with them or the lack of (positive) experience in some others leads to reluctance to use them” (Zaharieva, 2017, p. 11).

APÊNDICE N – AÇÕES E MEDIDAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA COMBATER O CONTRABANDO DE TABACO

Quadro n.º 7 - Principais medidas e ações tomadas pela União Europeia para combater o contrabando de tabaco

Identificação	Objetivos e medidas
Ato do Conselho de 18 de dezembro de 1997 que estabelece, com base no artigo K.3 do Tratado de Maastricht, a Convenção relativa à assistência mútua e à cooperação entre as administrações aduaneiras (Convenção de Nápoles II) (arts. 1.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12.º, 19.º, 22.º e 24.º). Aplicável desde 2009.	<p>Substitui e reforça a Convenção de Nápoles original celebrada em 1967. Estabelece canais de assistência mútua e cooperação entre Autoridades Aduaneiras e outras autoridades competentes dos Estados-Membros para detetar, prevenir, investigar e reprimir às infrações às legislações aduaneiras nacionais e comunitárias. Os principais objetivos eram criar Unidades Centrais Nacionais com oficiais de contacto; estabelecer formalidades dos pedidos de apoio; garantir o apoio mútuo das administrações aduaneiras no caso de perseguições e vigilâncias transfronteiriças, ações encobertas, EIC e entregas controladas.</p> <p>Em conformidade com a Convenção de Nápoles II, as autoridades competentes dos Estados-Membros podem, dentro dos limites da sua legislação nacional e sem efetuar um pedido formal, trocar informações sobre infrações penais, aduaneiras ou administrativas. Esta nova regra pretendia - entre outras coisas - facilitar o intercâmbio de informações obtidas durante ou antes do encerramento de investigações, a menos que isso fosse contrário à legislação interna do Estado-Membro que fornece as informações (Vermeulen, 2006).</p>
Diretiva n.º 2011/64/UE do conselho de 21 de junho de 2011.	Fixa princípios gerais para a harmonização da estrutura e das taxas dos impostos especiais de consumo a que os Estados-Membros sujeitam os tabacos manufacturados. Relativamente aos cigarros, determina que tanto os que são fabricados na União como os que são importados de países terceiros são sujeitos a um imposto especial <i>ad valorem</i> , calculado sobre o preço máximo de venda a retalho, incluindo os direitos aduaneiros, e a um imposto especial específico calculado por unidade de produto. Contudo, os Estados-Membros podem excluir os direitos aduaneiros da base de cálculo do imposto especial <i>ad valorem</i> cobrado sobre os cigarros.
Diretiva n.º 2014/40/UE do PE e do Conselho de 3 de abril de 2014.	Tem por objetivo a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a Diretiva 2001/37/CE. Incluiu, por exemplo, disposições sobre certos aspetos da rotulagem e embalagem de produtos do tabaco, e sobre as vendas à distância transfronteiriças. Visa assegurar a cadeia de abastecimento com base num <i>Track and Trace system</i> à escala da UE e em elementos de segurança invioláveis a nível das embalagens individuais. Determina que os cigarros produzidos no, ou para o mercado único da UE, serão objeto de localização e seguimento a partir de maio de 2019.

Acordos de cooperação com as empresas internacionais de tabaco ⁸⁷ .	São administrados pelo OLAF e têm como objetivo reduzir o contrabando de produtos autênticos, através de medidas que visam controlar o sistema de distribuição; criar um sistema de seguimento e localização, para permitir que as autoridades rastreiem de forma independente os cigarros contrabandeados de volta ao empreiteiro que os comprou. Exige pagamentos dos impostos perdidos no caso de apreensões superiores a 50.000 cigarros; e, determina que as vendas devem corresponder à procura, para evitar o excesso de oferta consequente desvio.
Comunicação n.º 376 final da CE de 24 junho de 2011.	Estabeleceu um <i>Action plan to fight against smuggling of cigarettes and alcohol along the EU Eastern border</i> , em apoio à sua estratégia contra a fraude que afeta o orçamento da UE. As principais medidas incluíam: financiamento para equipamentos técnicos (<i>scanners</i> de raio-x, dispositivos de visão noturna e <i>sniffer dogs</i>); treinos e <i>workshops</i> (realização de seminários sobre fraude, contrabando); Arranjos bilaterais ou multilaterais de cooperação administrativa com países vizinhos da fronteira externa Este (através do OLAF); <i>Joint Customs Operations</i> (JCO) (a realizar na fronteira externa Este); melhorar a troca de informações (através de um sistema seguro de mensagens e de várias bases de dados); negociações com Rússia, Ucrânia e Moldávia para acordos de cooperação aduaneira; aproximação gradual do imposto do tabaco, apoiar a OMS de forma a que o Protocolo CQCT seja adotado por todos os Estados-Membros; entre outras.
Comunicação n.º 324 final da CE de 6 junho de 2013.	Prevê uma <i>Comprehensive EU Strategy - Stepping up the fight against cigarette smuggling and other forms of illicit trade in tobacco products</i> . Inclui ações destinadas: a diminuir os incentivos do contrabando (simplificando a aplicação das regras de tributação dos IEC para diminuir a variação de preços dos produtos de tabaco entre Estados-Membros, e introduzir novas regras comuns para limitar a evasão fiscal); assegurar a cadeia de abastecimento (assinando e ratificando o Protocolo para a eliminação do CIPT por parte dos Estados-Membros); fornecer apoio técnico e financeiro adicional aos Estados-Membros (através de análises de risco e partilha de informação analítica, aquisição de ferramentas de IT); reforçar a cooperação entre autoridades aduaneiras e policiais bem como com organismo europeus, em particular OLAF e Europol (reforçando as competências do OLAF e Europol e incentivando o recurso às OAC; através da partilha de experiências e boas práticas e realização de treinos); e, fortalecer as sanções (através da aproximação das definições de infrações aduaneiras e das sanções penais e não penais).
Regulamento n.º 250/2014 de 26 de fevereiro da UE.	Estabelece o programa <i>Hercule III</i> , para promover atividades no âmbito da proteção dos interesses financeiros da UE. O seu objetivo específico é prevenir e combater a fraude, a corrupção e quaisquer outras atividades ilegais que afetem os interesses financeiros da União, incluindo o contrabando de tabaco. O programa contribui para o aumento da cooperação internacional e da coordenação entre as autoridades dos Estados-Membros, a CE e o OLAF. Além disso, este programa financia todas as ações tomadas no âmbito da <i>comprehensive EU strategy</i> o que permite: facilitar a criação de EIC e operações transfronteiriças; apoiar a capacidade dos Estados-Membros para armazenar e destruir cigarros apreendidos; reforçar a troca de pessoal; aumentar a partilha de informações; adquirir equipamentos especializados e tecnicamente avançados

⁸⁷ *Philip Morris International*, em 2004 (expirou em 2016 e ainda não foi renovado); *Japan Tobacco International*, em 2007; *British American Tobacco* e *Imperial Tobacco*, ambos em 2010.

Apêndices

	e ferramentas de tecnologia da informação para investigações (e. g. scanners de raios-x); e, organizar formações específicas, <i>workshops</i> de treino em análise de risco e conferências. O programa Hercule III dispõe de um orçamento de 104,9 milhões de euros para o período 2014-2020.
Comunicação (2013) n.º 884 final/2	Proposta de Diretiva do PE e do conselho relativa ao quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções. Esta proposta estabelece um quadro jurídico comum para o tratamento das infrações e sanções aduaneiras, colmatando as diferenças entre os vários regimes jurídicos através de uma plataforma comum de regras e, por conseguinte, contribuindo para a igualdade de tratamento entre operadores económicos na UE, bem como para a proteção eficaz dos interesses financeiros da União e para a aplicação da lei em matéria aduaneira. Estabelece, igualmente, uma escala comum de sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas relacionadas com as infrações e circunstâncias pertinentes, que devem ser tidas em consideração pelas autoridades competentes dos Estados-Membros para determinarem o tipo e grau das sanções aplicáveis às infrações à legislação aduaneira, que contribuam para a adaptação da sanção à situação específica. Para além das várias infrações alvo de harmonização substantiva para os operadores económicos, existem ainda outras infrações como: a subtração das mercadorias introduzidas no território aduaneiro da União à fiscalização aduaneira sem a autorização das autoridades aduaneiras ou a introdução ou saída das mercadorias do território aduaneiro da União, sem as apresentar às autoridades aduaneiras. Refere-se apenas às infrações aduaneiras relativas ao CAU e as sanções não penais. Esta Diretiva ainda está a ser objeto de negociações no Conselho e no PE.
Regulamento (UE) n.º 2015/1525 do PE e do conselho de 9 de setembro de 2015 (altera o Regulamento (CE) n.º 515/97 do Conselho).	Reforçou os seus instrumentos de investigação para detetar fraudes dos direitos aduaneiros e dos IEC. Permite aos investigadores comparar os movimentos de contentores físicos com os dados relativos à importação e trânsito, bem como os dados relativos à exportação de produtos sujeitos a IEC, nomeadamente cigarros. Determina que as informações, nomeadamente documentos, cópias autenticadas de documentos, certificados, todos os atos ou decisões emanadas das autoridades administrativas, relatórios e outros elementos de informação, obtidas por agentes da autoridade requerida e transmitidas à autoridade requerentes podem constituir elementos de prova admissíveis como se tivessem sido obtidas no Estado-Membro em que corre um processo administrativo ou judiciário. Prevê a criação de um repertório de mensagens sobre a situação dos contentores (“repertório CSM”) e a criação de um repertório (“repertório de importação, exportação e trânsito”). Além disso, determina que o acesso direto aos dados do SIA fica reservado exclusivamente às autoridades nacionais designadas por cada Estado-Membro e aos serviços designados pela Comissão. Essas autoridades nacionais são autoridades aduaneiras, mas podem incluir também outras autoridades com competência nos termos das disposições legislativas, regulamentares e processuais do Estado-Membro em causa.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE O – AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM PORTUGAL

Com a Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, que entrou em vigor em 5 de julho desse mesmo ano, foi aprovado o RGIT, e foi revogado o Regime Jurídico da Infrações Fiscais Não Aduaneiras, aprovado pelo Decreto Lei n.º 20-A/90, de 15 de janeiro (Marques, 2016).

Este diploma permitiu a unificação do Direito penal tributário, pois integrou-se no mesmo as infrações aduaneiras, fiscais e contra a segurança social, daí falar-se em infrações tributárias (Paiva, 2012). Além disso, o diploma permitiu o agravamento do regime sancionatório (Guimarães, 2015). De facto, o RGIT não só manteve a pena de prisão enquanto pena principal, como também a reforçou, pois enquanto que no RIJFNA a pena de prisão podia ir até aos cinco anos, agora, com o disposto no n.º 1 do art. 12.º do RGIT, esta pode ir até aos oito anos (Nabais, 2003).

De acordo com Nabais (2003), esta evolução do Direito penal tributário resultou de uma progressiva alteração da perceção social sobre a evasão fiscal. De uma atividade “de luvas brancas” ou “de cavalheiros” (Nabais, 2003, p. 433), por vezes legitimada por uma espécie de consideração ou respeito popular pela inteligência e capacidade de evitar a tributação estatal, a sua real danosidade sócio-económica foi entendida como fonte de injustiça e desigualdade.

Segundo o n.º 2 do art. 2.º do RGIT, as infrações tributárias dividem-se em crimes tributários e contraordenações tributárias. Quanto aos crimes, estes são organizados em quatro capítulos, em função de quatro matérias distintas: crimes tributários comuns (arts. 87.º a 91.º), crimes aduaneiros (arts. 92.º a 102.º), crimes fiscais (arts. 103.º a 105.º) e crimes contra a segurança social (arts. 106.º e 107.º) (Nabais, 2003, p. 430).

Guimarães (2015) explica que os crimes tributários comuns são “comuns” porque podem existir em relação a qualquer uma das expressões da prestação tributária, ou seja, aos impostos, incluindo os direitos aduaneiros, aos direitos niveladores agrícolas, às taxas e demais tributos fiscais ou parafiscais cobrados pelas administrações tributárias ou da Segurança Social.

Quanto aos crimes aduaneiros, estes estão relacionados com a tributação aduaneira, feita em função de uma pauta aduaneira comum, a qual elenca os produtos e o imposto aplicável e devido pela sua importação (Guimarães, 2015). É nesta categoria de crimes que se enquadram o contrabando (art. 92.º do RGIT) e a IFC (art. 96.º do RGIT).

Os crimes fiscais, por sua vez, são os que resultam da violação de deveres fiscais conexos com o pagamento de impostos. E, por último, os crimes contra a segurança social, como o nome indica, resultam na não entrega ou pagamento total ou parcial, ou o recebimento indevido de prestações devidas à segurança social ou recebimento indevido de prestações desta entidade (Guimarães, 2015).

Por sua vez, as contra-ordenações podem ser: aduaneiras (arts. 108.º a 112.º) ou fiscais (arts. 113.º a 129.º). Segundo Guimarães (2015), as contraordenações tributárias podem ser agrupadas em três grupos. No primeiro, estão aquelas que têm os mesmos requisitos dos crimes, cujo montante da prestação devida é inferior ao montante fixado na lei para o crime. É o caso, e. g., do descaminho (art. 108.º do RGIT) com o crime de contrabando, ou da introdução irregular no consumo (art. 109.º) com o crime de IFC (Guimarães, 2015).

No segundo grupo, constam as contraordenações que resultam do incumprimento de deveres de declaração, cooperação e cuidado; e, por fim, aquelas onde existe culpa no cumprimento do dever de cuidado ou cooperação; e, outras que não se incluem nos outros dois grupos e que podem ir desde a impressão de documentos por tipografias não autorizadas à violação da obrigação de possuir e movimentar contas bancárias (Guimarães, 2015).

Segundo Nabais (2016), o Estado social português, ao qual compete a satisfação das necessidades coletivas da sociedade, necessita de obter receitas que, na sua maioria, dependem da cobrança de impostos, o que origina um Estado cada vez mais fiscal. Perante as possíveis ameaças ao sistema tributário⁸⁸, o Direito penal tributário veio tutelar o sistema tributário enquanto bem jurídico (Silva, 2009). Todavia, Nabais (2003) defende que o bem jurídico protegido não é apenas o erário público, mas também os valores da verdade e lealdade fiscal.

O Direito penal tributário integra assim o Direito penal secundário, pois tutela bens jurídicos coletivos ou supraindividuais. O Direito penal secundário é constituído, de *grosso modo*, pelo Direito penal tributário, do ambiente, entre outros (Monte, 2007).

Assim, a criminalidade tributária pode ser entendida como a prática de crimes tributários que tem em vista a obtenção de benefícios económicos ou financeiros, através do não pagamento dos tributos devidos. Na perspetiva de Cruz (2016) isto resulta na deterioração do princípio da igualdade e do princípio da justiça fiscal, prejudica a concorrência empresarial, provoca a erosão das receitas aduaneiras e fiscais, e menospreza

⁸⁸ O sistema tributário, enquanto conjunto dos tributos (impostos, taxas, tarifas, entre outros), engloba o sistema fiscal, que é o conjunto dos impostos (Nabais, 2016).

o cumprimento das regras de cidadania (Tribunal Central Administrativo Sul, 2011). Isto gera um ciclo vicioso (Cruz, 2016) que provoca a deslocação da carga fiscal das pessoas que não pagam, para os contribuintes cumpridores, o que resulta no agravamento da carga fiscal para estes (Nabais, 2003).

Finalmente, cabe aqui referir que o RGIT estabeleceu um prazo-regra mais alargado para o processo penal tributário do que para o processo penal comum (oito meses em vez de seis)⁸⁹, o que revela a consideração tida face à especial complexidade da análise dos fenómenos criminais tributários. Contudo, Marques (2007) defende que este não é adequado, pois é frequentemente pedida a prorrogação dos prazos ao MP, que tem o dever de decidir de forma célere. Apesar de poder existir a prorrogação do prazo com base no n.º 2 do art. 276.º do CPP, este não se aplica ao crime de contrabando, nem ao crime de IFC, pois não integra a definição normativa de criminalidade violenta ou altamente organizada⁹⁰, nem se encontram no catálogo de crimes aí previsto (Marques, 2007).

Em França, por exemplo, a duração do inquérito não está prevista por lei. Presume-se apenas que esta deve ter uma duração razoável. Esta duração pode ser prorrogada caso os investigadores façam um requerimento devidamente fundamentado. No entanto, ao fim de seis meses, os OPJ devem demonstrar os resultados obtidos durante esse período ao *Procureur de la République*. Assim que este dirige o inquérito, deve fixar um prazo que também pode ser prorrogado (Cren, 2011).

⁸⁹ Cfr. n.º 1 do art. 42.º do RGIT e n.º 1 do art. 276.º do Código de Processo Penal (CPP).

⁹⁰ Cfr. al. j) e m) do art. 1º do CPP, respetivamente.

APÊNDICE P – CONTRABANDO DE TABACO NO DIREITO PENAL SUBSTANTIVO PORTUGUÊS E FRANCÊS

Quadro n.º 8 - Tipificação do contrabando em Portugal e França.

Portugal	
Contrabando - art. 92.º do RGIT	<p>1 - Quem, por qualquer meio:</p> <p>a) Importar ou exportar ou, por qualquer modo, introduzir ou retirar mercadorias do território nacional sem as apresentar às estâncias aduaneiras ou recintos diretamente fiscalizados pela autoridade aduaneira para cumprimento das formalidades de despacho ou para pagamento da prestação tributária aduaneira legalmente devida;</p> <p>b) Ocultar ou subtrair quaisquer mercadorias à ação da administração aduaneira no interior das estâncias aduaneiras ou recintos diretamente fiscalizados pela administração aduaneira ou sujeitos ao seu controlo;</p> <p>c) Retirar do território nacional objetos de considerável interesse histórico ou artístico sem as autorizações impostas por lei;</p> <p>d) Obter, mediante falsas declarações ou qualquer outro meio fraudulento, o despacho aduaneiro de quaisquer mercadorias ou um benefício ou vantagem fiscal;</p> <p>e) Omitir, à entrada ou saída do território nacional, a declaração de dinheiro líquido, tal como definido na legislação comunitária e nacional, quando esse montante seja superior a (euro) 300 000 e não seja, de imediato, justificada a sua origem e destino.</p>
Contrabando de circulação - art. 93.º do RGIT	<p>1 - Quem, por qualquer meio, colocar ou detiver em circulação, no interior do território nacional, mercadorias em violação das leis aduaneiras relativas à circulação interna ou comunitária de mercadorias, sem o processamento das competentes guias ou outros documentos legalmente exigíveis ou sem a aplicação de selos, marcas ou outros sinais legalmente prescritos.</p>
Contrabando de mercadorias de circulação condicionada em embarcações - art. 94.º do RGIT	<p>Quem, a bordo de embarcações de arqueação não superior a 750 t, detiver mercadorias de circulação condicionada destinadas a comércio, com exceção de pescado, é punido com prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.</p>
Fraude no transporte de mercadorias em regime suspensivo - art.º 95 do RGIT	<p>1 - Quem, por qualquer meio, no decurso do transporte de mercadorias em regime suspensivo:</p> <p>a) Subtrair ou substituir mercadorias transportadas em tal regime;</p> <p>b) Alterar ou tornar ineficazes os meios de selagem, de segurança ou de identificação aduaneira, com o fim de subtrair ou de substituir mercadorias;</p> <p>c) Não observar os itinerários fixados, com o fim de se furtar à fiscalização;</p> <p>d) Não apresentar as mercadorias nas estâncias aduaneiras de destino;</p>

Apêndices

Introdução Fraudulenta no consumo - art. 96.º do RGIT	<p>1 - Quem, com intenção de se subtrair ao pagamento dos impostos especiais sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos e energéticos ou tabaco:</p> <p>a) Introduzir no consumo produtos tributáveis sem o cumprimento das formalidades legalmente exigidas;</p> <p>b) Produzir, receber, armazenar, expedir, transportar, detiver ou consumir produtos tributáveis, em regime suspensivo, sem o cumprimento das formalidades legalmente exigidas;</p> <p>c) Receber, armazenar, expedir, transportar, detiver ou consumir produtos tributáveis, já introduzidos no consumo noutra Estado membro, sem o cumprimento das formalidades legalmente exigidas;</p> <p>d) Introduzir no consumo, comercializar, detiver ou consumir produtos tributáveis com violação das normas nacionais ou europeias aplicáveis em matéria de marcação, coloração, desnaturação ou selagem;</p> <p>e) Introduzir no consumo, detiver ou consumir produtos tributáveis destinados a consumo noutra parcela do território nacional ou com fiscalidade diferenciada;</p> <p>f) Obter, mediante falsas declarações ou qualquer outro meio fraudulento, um benefício ou vantagem fiscal;</p>
Punição - arts. 92.º, 93.º, 95.º e 96.º do RGIT	É punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias, se o valor da prestação tributária em falta for superior a (euro) 15 000 ou, não havendo lugar a prestação tributária, se os produtos objeto da infração forem de valor líquido de imposto superior a (euro) 50 000 ou ainda, quando inferiores a estes valores e com a intenção de os iludir, as condutas que lhe estão associadas sejam praticadas de forma organizada ou assumam dimensão internacional.
Qualificação – art. 97.º do RGIT	<p>São punidos com pena de prisão de um a cinco anos para as pessoas singulares e com pena de multa de 240 a 1200 dias para as pessoas coletivas, quando se verifique qualquer das seguintes circunstâncias:</p> <p>a) A mercadoria objeto da infração for de importação ou de exportação proibida ou condicionada em cumprimento de medidas restritivas internacionais;</p> <p>b) A mercadoria objeto da infração tiver valor superior a (euro) 100 000;</p> <p>c) Tiverem sido cometidos com uso de armas, ou com o emprego de violência, ou por duas ou mais pessoas;</p> <p>d) Tiverem sido praticados com corrupção de qualquer funcionário ou agente do Estado;</p> <p>e) O autor ou cúmplice do crime for funcionário da administração tributária ou agente de órgão de polícia criminal;</p> <p>f) Quando em águas territoriais tiver havido transbordo de mercadorias contrabandeadas;</p> <p>g) Quando a mercadoria objeto da infração estiver tipificada no anexo à I Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção.</p>
França	
<i>Contrebande</i> - art. 414º do CD	“(…) tout fait de contrebande ainsi que tout fait d'importation ou d'exportation sans déclaration lorsque ces infractions se rapportent à des marchandises de la catégorie de celles qui sont prohibées au sens du présent code ou aux produits du tabac manufacturé (...)”
Punição - art. 414.º do CD	“Sont passibles d'un emprisonnement de trois ans, de la confiscation de l'objet de fraude, de la confiscation des moyens de transport, de la confiscation des objets servant à masquer la fraude, de la confiscation des biens et avoirs qui sont le produit direct ou indirect de l'infraction et d'une amende comprise entre une et deux fois la valeur de l'objet de fraude.”
Qualificação - art. 414.º do CD	<p>“La peine d'emprisonnement est portée à une durée maximale de cinq ans et l'amende peut aller jusqu'à trois fois la valeur de l'objet de fraude lorsque les faits de contrebande, d'importation ou d'exportation portent sur des biens à double usage, civil et militaire, dont la circulation est soumise à restriction par la réglementation européenne.”</p> <p>“La peine d'emprisonnement est portée à une durée de dix ans et l'amende peut aller jusqu'à dix fois la valeur de l'objet de la fraude soit lorsque les faits de contrebande, d'importation ou d'exportation portent sur des marchandises dangereuses pour la santé, la moralité ou la sécurité publiques, dont la liste est fixée par arrêté du ministre chargé des douanes, soit lorsqu'ils sont commis en bande organisée.”</p>

<p><i>Contrebande</i> – art. 417.º a 422.º do CD</p>	<p>“1. La contrebande s'entend des importations ou exportations en dehors des bureaux ainsi que de toute violation des dispositions légales ou réglementaires relatives à la détention et au transport des marchandises à l'intérieur du territoire douanier.</p> <p>2. Constituent, en particulier, des faits de contrebande :</p> <p>a) La violation des articles 75,76-2,78-1,81-1 et 83 ;</p> <p>b) les versements frauduleux ou embarquements frauduleux effectués soit dans l'enceinte des ports, soit sur les côtes, à l'exception des débarquements frauduleux visés à l'article 427-1 ci-après ;</p> <p>c) les soustractions ou substitutions en cours de transport de marchandises expédiées sous un régime suspensif, l'inobservation sans motif légitime des itinéraires et horaires fixés, les manoeuvres ayant pour but ou pour résultat d'altérer ou de rendre inefficaces les moyens de scellement, de sûreté ou d'identification et, d'une manière générale, toute fraude douanière relative au transport de marchandises expédiées sous régime suspensif ;</p> <p>d) la violation des dispositions, soit législatives, soit réglementaires, portant prohibition d'exportation ou de réexportation ou bien subordonnant l'exportation ou la réexportation au paiement des droits ou taxes ou à l'accomplissement de formalités particulières lorsque la fraude a été faite ou tentée en dehors des bureaux et qu'elle n'est pas spécialement réprimée par une autre disposition du présent code.</p> <p>3. Sont assimilées à des actes de contrebande les importations ou exportations sans déclaration lorsque les marchandises passant par un bureau de douane sont soustraites à la visite du service des douanes par dissimulation dans des cachettes spécialement aménagées ou dans des cavités ou espaces vides qui ne sont pas normalement destinés au logement des marchandises.”</p> <p>Art. 75.º - “Toutes les marchandises importées par les frontières terrestres doivent être aussitôt conduites au plus prochain bureau de douane par la route la plus directe désignée par arrêté du préfet”.</p> <p>Art. 76-2.º - “Les marchandises ne peuvent circuler sans autorisation du service des douanes sur les routes directes desservant les bureaux d'importance secondaire, pendant les heures de leur fermeture.”</p> <p>Art. 78-1.º - “Les aéronefs qui effectuent un parcours international doivent, pour franchir la frontière, suivre la route aérienne qui leur est imposée. Ils ne peuvent se poser que sur les aéroports douaniers”.</p> <p>Art. 81-1.º - “Sont interdits tous déchargements et jets de marchandises en cours de route”.</p> <p>Art. 83-1.º. “Les marchandises destinées à être exportées doivent être conduites à un bureau de douane ou dans les lieux désignés par le service des douanes.; 2. Sur les frontières terrestres, il est interdit aux transporteurs de prendre aucun chemin tendant à contourner ou à éviter les bureaux de douane.”</p> <p>Art. 421.º - “Les animaux de la catégorie de ceux qui sont prohibés à l'entrée sont réputés avoir été importés en fraude et les animaux de la catégorie de ceux dont la saisie est prohibée ou assujettie à des droits sont réputés faire l'objet d'une tentative d'exportation en contrebande dans tous les cas d'infraction ci-après indiqués”</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE Q – A INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO E OS PRODUTOS SUJEITOS A IMPOSTO ESPECIAL SOBRE O CONSUMO

Como já foi mencionado, existe alguma dificuldade em distinguir o crime de contrabando e o crime de IFC, sendo que uma das características que os diferenciam, é a proveniência da mercadoria, ou seja, se esta entra no território nacional vinda de um Estado-Membro ou se esta entra vindo de um país terceiro.

No entanto, existe outra diferença a ter em consideração entre o crime de contrabando e o crime de IFC: o tipo de mercadorias. De facto, o contrabando de tabaco pode-se aplicar a qualquer tipo de mercadoria ou produtos, desde que estejam em causa direitos aduaneiros, estabelecidos com base numa pauta aduaneira comum, a qual elenca os produtos e o imposto aplicável e devido pela sua importação (Guimarães, 2015). Por sua vez, para além destes direitos aduaneiros, a IFC aplica-se, exclusivamente, aos produtos e mercadorias sujeitas aos IEC, bem como ao imposto sobre veículos⁹¹ devido quando os veículos são introduzidos no consumo vindo de outro país.

O código dos impostos especiais sobre o consumo (CIEC) (Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho) determina, no seu art. 1.º, que este estabelece o regime dos IEC, considerando-se como tais: o imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes; o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos; e, o IT. Assim, os produtos de tabaco sujeitos ao IT são os que constam do art. 101.º do CIEC, que determina a incidência objetiva do IT.

Desta forma, os produtos de tabaco sobre os quais incidem o IT são: o tabaco manufacturado, considerando-se como tal os seguintes produtos: os charutos e as cigarrilhas; os cigarros; os tabacos de fumar, compreendendo o tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar e os restantes tabacos de fumar (incluiu as folhas de tabaco destinadas a venda ao público), com exclusão do tabaco para cachimbo de água (e. g., shisha); o tabaco para cachimbo de água; o rapé; o tabaco de mascar; o tabaco aquecido; o líquido contendo nicotina, em recipientes utilizados para a carga e recarga de cigarros eletrónicos; entre outros previsto nesse mesmo artigo.

Para além disso, a produção, armazenamento e comercialização destes produtos está sujeito à certas regras e condicionalismos. A formalização da introdução no consumo deve

⁹¹ Código do imposto sobre veículos previsto na Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho.

seguir as regras do art. 10.º do CIEC. Quanto à circulação nacional e intracomunitária em regime de suspensão⁹²: a produção, transformação e detenção deve respeitar as regras do art. 21.º do CIEC; e, a circulação segue as regras gerais do art. 35.º do CIEC bem como as formalidades do art. 36.º do CIEC. Relativamente à circulação intracomunitária de bens já introduzidos no consumo, estas devem cumprir as regras dos arts. 60.º a 65.º do CIEC.

Especificando o caso do tabaco, este é, ainda, sujeito a regras específicas de introdução no consumo (art. 106.º do CIEC); a regras especiais de produção (art. 107.º do CIEC); e, a condições de comercialização, que incluem estampilhas fiscais e dizeres específicos (art. 108.º, 109.º e 110.º do CIEC). As folhas de tabaco destinadas a venda ao público, o rapé, o tabaco de mascar, o tabaco aquecido e o líquido contendo nicotina seguem, também, regras especiais previstas no art. 115.º do CIEC.

Por fim, é de salientar que a circulação em regime de suspensão pode igualmente ser efetuada ao abrigo de um procedimento ou regime aduaneiro suspensivo nos termos previstos e regulados no CAU. O n.º 16 do art. 5.º do CAU prevê os tipos de regimes aduaneiros, que são: a introdução em livre prática; os regimes especiais; e, a exportação.

De facto, o art. 210.º do CAU refere que as mercadorias podem ser sujeitas a qualquer uma das categorias de regimes especiais: o regime de trânsito (inclui o trânsito externo e interno); o regime de armazenamento (que inclui o entreposto aduaneiro e as zonas francas); o regime de utilização específica (que inclui a importação temporária e o destino especial); e o regime de aperfeiçoamento (que inclui o aperfeiçoamento ativo e passivo).

O regime de trânsito externo encontra-se previsto no art. 226.º do CAU e aplica-se às mercadorias não-UE⁹³, que podem circular de um ponto para outro do território aduaneiro da União, sem serem sujeitas, e. g., a direitos de importação. Quanto ao regime de trânsito interno, o art. 227.º do CAU determina que as mercadorias UE⁹⁴ podem circular entre dois pontos situados no território aduaneiro da União, atravessando um país ou um território situado fora desse território aduaneiro, sem que seja alterado o respetivo estatuto aduaneiro.

De um modo geral, a produção e armazenamento de produtos sujeitos a IEC, incluindo os produtos de tabaco em regime de suspensão de imposto, depende da prévia

⁹² Segundo o n.º 2 do art. 21.º do CIEC, “entende-se por regime de suspensão do imposto o regime fiscal aplicável à produção, transformação, detenção e circulação dos produtos sujeitos a impostos especiais de consumo não abrangidos por um procedimento ou regime aduaneiro suspensivo, em que é suspensa a cobrança dos referidos impostos”.

⁹³ Cfr. n.º 23 do art. 5.º do CAU.

⁹⁴ Cfr. n.º 24 do art. 5.º do CAU.

constituição de um entreposto fiscal⁹⁵ (n.º 1 do art. 21.º do CIEC), o qual detém a prerrogativa, no respeito de várias condições, de deter, produzir, transformar, armazenar e transportar esses produtos em suspensão de imposto, isto é, sem a liquidação e pagamento do IEC (no caso do tabaco o IT) devido.

A introdução no consumo, prevista no art.º 9 do CIEC (ou a introdução em livre prática mencionada no CAU), dos produtos de tabaco sujeitos a IT, corresponde, *grosso modo*, ao momento em que, regular ou irregularmente, estes produtos saem do conceito de suspensão de imposto, ou seja, quando ocorre o facto gerador (n.º 1 e 3 do art. 5.º do CIEC) que obriga à liquidação e pagamento dos tributos devidos.

Assim, a IFC corresponde à introdução no consumo destes produtos sujeitos a IEC sem o respeito dos condicionalismos de produção, armazenamento e comercialização, ou seja, a não declaração, liquidação e pagamento do IEC devido (neste caso, do IT).

Finalmente, é necessário ter em conta que as condutas susceptíveis de se enquadrarem no crime de IFC poderão, como já foi explicado, ficar-se pela contraordenação, que, neste caso, corresponderá à contraordenação de introdução irregular no consumo prevista no art. 109.º do RGIT. Assim, segundo o n.º 1 do mesmo artigo, consideram-se introdução irregular no consumo “os factos descritos no artigo 96.º, que não constituam crime em razão do valor da prestação tributária ou da mercadoria objeto da infração, ou, independentemente destes valores, sempre que forem praticados a título de negligência”.

⁹⁵ “Entende-se por entreposto fiscal o local onde são produzidos, transformados, armazenados, recebidos ou expedidos pelo depositário autorizado, no exercício da sua profissão, produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto, nas condições estabelecidas no presente Código e demais legislação complementar” (n.º 1 do art. 24.º do CIEC).

APÊNDICE R – A GEOLOCALIZAÇÃO E AS COMPRAS SIMULADAS EM PORTUGAL

Apesar de a geolocalização não ter previsão legal expressa em Portugal, esta já tem sido alvo de bastante doutrina e jurisprudência que, segundo Ramalho (2017, p. 217) se dividem, fundamentalmente, em três grupos.

No primeiro, estão aqueles que entendem que o uso de um aparelho vulgarmente conhecido por *GPS tracker* para localização de pessoas e de veículos suspeitos carece de habilitação legal expressa por se tratar de uma intromissão na vida privada do suspeito. Neste grupo, enquadra-se o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (2016), no qual se argumenta que:

“XVIII – (...) dada a ausência de lei que legitime a sua utilização, delimite os crimes que a admitem, estabeleça o procedimento a adoptar e fixe a competência para autorizar o seu uso e controlar todo o procedimento que tiver lugar.

XIX - A resposta a esta questão deve ser negativa, em primeiro lugar porque um aparelho de geolocalização, no caso, um “GPS tracker”, é um meio oculto de investigação que, por isso mesmo, só poderia ser admitido se existisse lei que o consagrasse como um meio de obtenção de prova legítimo e regulasse todos os referidos aspectos do seu regime.

XX - Não se compreenderia que a localização celular de um telemóvel estivesse sujeita aos apertados limites traçados pelos artigos 252.º-A e 189.º, n.º 2, do Código de Processo Penal e a geolocalização através de meios muito mais precisos fosse admitida sem qualquer limitação e sem controlo”.

No segundo grupo, estão “aqueles que entendem que é necessária previsão legal expressa, mas que, na sua ausência, deverá aplicar-se analogicamente o art. 187.º do CPP [localização celular]” (Ramalho, 2017, p. 218). É o caso do acórdão do Tribunal da Relação do Porto (2013), que refere que “a localização através da tecnologia GPS (Global Positioning System) está sujeita a autorização judicial, aplicando-se, por interpretação analógica, o disposto no artigo 187.º do Código de Processo Penal”.

Por fim, no terceiro grupo, estão aqueles que “entendem que inexiste qualquer intromissão na vida privada do suspeito, pelo que se trata de um método oculto atípico, admissível ao abrigo do disposto no art. 125.º do CPP” (Ramalho, 2017, p. 218). É exemplo disto o acórdão do Tribunal da Relação de Évora (2008), no qual é mencionado que “não carece de prévia autorização judicial o uso, pelos órgãos de polícia criminal, de localizadores de GPS colocados em veículos utilizados por pessoas investigadas em inquérito (e pelo tempo tido por necessário pelo órgão de polícia criminal encarregue do mesmo)”.

De acordo com Henriques (2016, p. 77) “o GPS, quando usado para recolha de prova (...) constitui, em princípio, um meio intrusivo de obtenção de prova”: Por sua vez, os meios intrusivos de prova ou meios ocultos de obtenção de prova ou meios ocultos de investigação criminal, são especiais, pois utilizam “meios ou métodos que são uma intrusão no tempo e no espaço das pessoas visadas e mesmo, muitas vezes, de pessoas terceiras, sem que tenham qualquer conhecimento e se apercebam da intrusão a que estão a ser submetidas” (Valente, 2015, p. 28).

A geolocalização é, assim, considerada como um meio de obtenção de prova atípico (Ramalho, 2017; Henriques, 2016) pois, apesar de não estar tipificado e regulamentado na legislação, em processo-crime, “são admissíveis todas as provas que não forem proibidas por lei”, como estabelece expressamente o art. 125.º do CPP. Assim, isto “significa que não apenas os meios de prova tipificados na lei são admitidos, mas também o são aqueles que, sendo atípicos, não forem proibidos” (Silva, *cit. in* Henriques, 2016, p. 78).

Quanto às compras simuladas, também estas têm sido alvo de doutrina e jurisprudência, apesar de não estarem expressamente previstas e regulamentadas em lei. De acordo com Sintra (2010, p. 187) estas podem ser executadas no âmbito das ações encobertas, pois “os tipos de operações encobertas são todos os que se revelem legal e tecnicamente exequíveis, designadamente: compras simuladas, intervenção em meios e circuitos criminosos através da prestação de serviços, entregas controladas (...)”. No entanto, há que ter em atenção que a figura do agente encoberto é diferente da figura do agente infiltrado ou do agente provocador (ver Glossário).

Assim, a operação policial encoberta, cujo regime consta da Lei n.º 101/2001:

- “é considerada uma técnica especial que consiste na actuação de funcionário(s) de investigação criminal, ou de terceiro(s) sob controlo da P.J., que:
- devidamente autorizado(s) e enquadrado(s);
 - dissimulando a sua qualidade e/ou identidade;
 - conservando a aparência de alguém que integra o meio criminal;
 - se insinua(m) junto de suspeitos ou autores de actividades criminosas;
 - com a finalidade única de coligir informações ou recolher provas;
 - sem contudo os determinar à prática de novas infracções⁹⁶” (Sintra, 2010, p. 186).

Relativamente ao sublinhado, Gonçalves, Alves e Valente (2001, *cit. in* Guimarães, 2009, p. 2) referem que:

“(...) a figura do agente infiltrado é, pois, substancialmente diferente da do agente provocador. O agente provocador cria o próprio crime e o criminoso, porque induz o suspeito à prática de actos ilícitos, instigando-o e alimentando o crime, agindo, nomeadamente, como comprador ou fornecedor de bens ou serviços

⁹⁶ Sublinhado do autor.

ilícitos. O agente infiltrado, por sua vez, através da sua actuação limita-se, apenas, a obter a confiança do suspeito(s), tornando-se, aparentemente, num deles para (...) ter acesso a informações, planos, processos, confidências que (...) constituirão as provas necessárias à condenação”.

Desta forma, parece que o agente infiltrado e o agente encoberto podem realizar compras simuladas, mas não podem impulsionar o crime, sob pena de entrarem na figura de do agente provocador.

Também tem havido alguma jurisprudência sobre as compras simuladas, nomeadamente, em matéria de tráfico de estupefacientes. No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (2006, p. 3) é mencionado que:

“C) (...) é essencial (...) apurar face à matéria de facto provada, se a actuação do agente da PJ e do seu colaborador integram a figura do agente provocador ou do agente infiltrado/encoberto e quais as consequências que daí resultam, que são completamente distintas. Até porque um potencial comprador tanto pode ser um agente provocador como um agente infiltrado/encoberto”.

Por fim, segundo (Loureiro, 2013, p. 36) “em Portugal, a jurisprudência tem quase sempre decidido pela não existência de provocação em tais situações, mesmo quando o arguido não detinha a droga e a teve que obter de outrem (casos em que dificilmente se poderá dizer que o suspeito já se tinha decidido pelo cometimento daquele concreto crime)”.

APÊNDICE S – MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

O tratamento das respostas das entrevistas varia consoante se tratem de questões fechadas ou abertas. Tendo-se optado por questões abertas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo estabelecida por Sarmiento (2013), que consiste numa “técnica sistemática e replicável, que classifica e reduz o número de palavras de texto, em categorias de conteúdo, utilizando uma metodologia científica com regras de codificação” (Sarmiento, 2013, p. 53).

Após efetuar-se a transcrição das entrevistas, procedeu-se à leitura reflexiva das entrevistas que “é crucial para uma boa análise de conteúdo” (Sarmiento, 2013, p. 52), e é composta por dois momentos: uma leitura vertical e uma leitura horizontal. A primeira consiste em ler cada uma das entrevistas na íntegra, por ordem. Isto permite “compreender a substância e o sentido dos discursos, de modo a identificar o sistema de categorias a usar no tratamento” (Sarmiento, 2013, p. 52). Na segunda, leu-se a resposta da primeira questão em todas as entrevistas, passando depois para a segunda questão, e assim sucessivamente. Isto permite “codificar as respostas, ou seja, evidenciar, classificar, agregar e categorizar as respostas” (Sarmiento, 2013, p. 52).

Com a leitura horizontal inicia-se a análise categorial propriamente dita, através da classificação e categorização dos dados, em categorias, subcategorias e unidades de registo (UR). Esta categorização consiste na extração e diferenciação de segmentos ou fragmentos do texto, que constituem as unidades de contexto (UC). Dentro das UC, foram identificados e realçados⁹⁷ segmentos representativos de uma característica ou atributo, formalizando as UR, que são semelhantes e comparáveis, e que, no seu conjunto, constituem uma subcategoria (Sarmiento, 2013).

De seguida, elaboraram-se as matrizes das unidades de contexto e de registo por questão e construíram-se as matrizes de análise de conteúdo por questão, de forma a organizar e analisar, qualitativamente e quantitativamente, os dados de forma eficiente, através das unidades de enumeração (UnE) (Sarmiento, 2013).

Por fim, discutem-se os resultados obtidos através da análise das respostas, que são confrontados com a análise do Enquadramento Teórico e Concetual (Capítulos 2 a 4).

⁹⁷ Devido à quantidade de UR definidas, preferiu-se fazer o realce das mesmas a *bolt* e não à sublinhado ou cor, como sugere Sarmiento (2013, p. 54).

APÊNDICE T – GUIÃO DAS ENTREVISTAS DE TIPO A (GA)



ACADEMIA MILITAR

**A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA NO ESPAÇO DE
LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA: O MODELO PORTUGUÊS E
FRANCÊS NA INVESTIGAÇÃO DO CONTRABANDO DE TABACO.**

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Thomas Joel Mendes

Orientador: Major de Infantaria da GNR Reinaldo Saraiva Hermenegildo (Doutor)

Coorientador: Tenente de Infantaria da GNR Nelson Macedo da Cruz

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O presente estudo, subordinado ao tema “A investigação criminal tributária no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: O modelo Português e Francês na investigação do contrabando de tabaco” surge no âmbito da elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar, que tem como objetivo a obtenção do grau académico de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Neste pretexto, esta investigação foca-se na análise e comparação da investigação criminal tributária realizada, em Portugal e em França, pelos vários organismos competentes, no caso do crime de contrabando de tabaco. Deste modo, pretende-se averiguar quais são os elementos comuns e distintivos da investigação criminal tributária realizada em ambos os países, particularmente, no caso do crime de contrabando de tabaco.

Desta forma, surge a necessidade de realizar diversas entrevistas com o intuito de recolher informações. As entrevistas devem ser dirigidas aos elementos dos vários organismos competentes, em França e em Portugal, que tenham experiência e conhecimento de causa sobre a matéria. Perante a complexidade das investigações deste crime, que releva uma natureza organizada e transnacional, apenas uma cooperação interinstitucional nacional e internacional eficaz entre os vários organismos envolvidas permite uma investigação criminal eficiente, pelo que também se revela necessário entrevistar entidades que desempenhem funções nos organismos europeus que estejam diretamente relacionados com a coordenação e atuação destas unidades, no âmbito da investigação deste fenómeno.

Face ao exposto, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista sobre o tema em questão, uma vez que o seu contributo é muito importante para alcançar os objetivos propostos na investigação em decurso.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

Thomas Joel Mendes

Aspirante de Infantaria da GNR

1. ENQUADRAMENTO

O objetivo da criação de um mercado interno levou à abolição das fronteiras entre os Estados-Membros e, conseqüentemente, à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. No entanto, esta mobilidade entre fronteiras, aliada à globalização e à evolução das tecnologias permitiu, de igual forma, a expansão de vários tipos de criminalidade, entre as quais a criminalidade organizada transnacional e a criminalidade económica (Laureano, 2010).

De entre estes fenómenos criminosos, destaca-se o comércio ilícito de produtos de tabaco, que se manifesta de quatro formas: contrabando de pequena escala, contrabando de larga escala, a falsificação ou contrafação, e a produção de marcas brancas ilegais (*cheap whites*). Devido aos efeitos negativos do contrabando de tabaco, este tornou-se “a global problem, which needs a global response” (Joosens & Raw, 2012, p. 230), pelo que as soluções para abordar este problema devem ser de caráter mundial e, fundamentalmente, devem ter por objeto a cooperação internacional e a harmonização de leis e regulamentos (Interpol, 2014).

Assim, desde a criação do terceiro pilar da Justiça e Assuntos Interno, a UE foi-se munindo de várias ferramentas jurídicas no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal. De facto, um dos objetivos da cooperação policial passa por estabelecer técnicas comuns de investigação, e, o principal objetivo da cooperação judiciária em matéria penal visa aproximar as legislações substantivas e processuais penais dos Estados-Membros, nomeadamente, quanto a admissibilidade dos meios de prova e a definição das sanções (Borges, 2012).

Desta forma, o presente estudo visa analisar e comparar a investigação do crime de contrabando de tabaco, em Portugal e em França, para perceber quais são as suas diferenças e as suas semelhanças, resultantes dos ordenamentos jurídicos em que se inserem. Assim, é fundamental proceder à recolha de informação junto de elementos que tenham competência e experiência na investigação dos crimes aduaneiros de contrabando e introdução fraudulenta no consumo de tabaco, nomeadamente, elementos da Unidade de Ação Fiscal, Autoridade Tributária e Polícia Judiciária, bem como a procuradores do Ministério Público e representante nacionais nas agências e organismos europeus.

O guião da entrevista que se segue aborda diversas matérias como, por exemplo, os instrumentos jurídicos emanados pela UE para combater a criminalidade grave de dimensão transfronteiriça e, em específico, o contrabando de tabaco; o modelo de investigação

criminal tributária português; as competências dos vários organismos nacionais envolvidos na investigação do crime de contrabando; a evolução e tendências do contrabando em Portugal; a adequabilidade da legislação substantiva e processual penal portuguesa; os meios de obtenção de prova e as técnicas especiais de investigação criminal legalmente admissíveis; e, finalmente, a cooperação policial e judiciária a nível nacional e a nível regional.

2. BIBLIOGRAFIA

- Borges, F. (2012). Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais. In Gouveia, J. B. (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, pp. 127-156. Coimbra: Almedina.
- Joossens, L. & Raw, M. (2012). From cigarette smuggling to illicit tobacco trade. *Tobacco Control*, n.º 21, pp. 230-234. Doi:10.1136/tobaccocontrol-2011-050205.
- Laureano, A. (2010). Dois institutos da cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: reconhecimento mútuo de decisões penais e harmonização de legislações penais. *Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 7, n.º 7, pp. 283-308.
- Organização Internacional de Polícia Criminal [Interpol] (2014). *La lucha contra el comercio ilícito de productos de tabaco: Guía para responsables políticos*. França: Oficina de Assuntos Jurídicos.

3. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

3.1. Nome:		3.5. Função:	
3.2. Idade:		3.6. Local:	
3.2. Habilitações Literárias:		3.7. Data:	
3.4. Cargo/Posto:		3.8. Hora de Início e Fim:	

4. ENTREVISTA

As suas respostas às seguintes questões são fundamentais para atingir os objetivos da presente investigação, como tal, é fundamental que as mesmas sejam o mais completas

possível. Todas as respostas servirão apenas como objeto de estudo para a investigação pelo que lhe é solicitada a sua autorização para proceder à gravação, com vista à sua transcrição e apensação. Caso seja necessário, as respostas serão classificadas.

Se pretender, as respostas ser-lhe-ão facultadas, antes do seu tratamento, de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a. Se o desejar, também o trabalho final poderá ser-lhe facultado na íntegra assim que tiver sido aprovado.

1. Na sua opinião, qual é a importância da harmonização das legislações penais e processuais penais na UE para a investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?
2. Na sua opinião, qual o contributo dos instrumentos jurídicos e mecanismos de cooperação criadas no âmbito da cooperação aduaneira, policial e judiciária em matéria penal da UE para a investigação do contrabando de tabaco?
3. Na sua perspetiva, considera que estes instrumentos e mecanismos de cooperação são adequados para garantir uma eficiente investigação criminal tributária, em particular, do contrabando de tabaco? Porquê?
4. Tendo em conta a sua experiência, de que forma se expressa a articulação, a nível nacional, entre os vários atores competentes para a investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?
5. Como se expressa a articulação, a nível europeu, com os atores europeus e de outros países envolvidos na investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?
6. Tendo em conta a sua experiência, na prática, como ocorre o contrabando de tabaco? Quais são as suas tendências?
7. De que forma se materializa a investigação do contrabando de tabaco? Na sua opinião, quais são três meios de obtenção de prova ou técnicas especiais de investigação criminal mais importantes para esta investigação?
8. Na sua perspetiva, considera que o quadro normativo penal e processual penal português se adequam às especificidades e complexidade da investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?
9. Na sua opinião, que medidas legislativas, a nível nacional, são necessárias para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?

APÊNDICE U – GUIÃO DAS ENTREVISTAS DE TIPO B (GB)



ACADÉMIE MILITAIRE

**L'ENQUÊTE PÉNALE DOUANIÈRE DANS L'ESPACE DE LIBERTÉ,
SÉCURITÉ ET JUSTICE: LE MODÈLE PORTUGUAIS ET FRANÇAIS
POUR L'ENQUÊTE DU DÉLIT DE CONTREBANDE DE TABAC.**

Auteur: Aspirant élève de Infanterie da la Gendarmerie portugaise (GNR) Thomas
Joel Mendes

Conseiller: Majeur de Infanterie da la Gendarmerie portugaise (GNR) Reinaldo
Saraiva Hermenegildo (Doctor)

Coconseiller: Lieutenant de Infanterie da Gendarmerie portugaise (GNR) Nelson
Macedo da Cruz

Mémoire de fin d'études en Sciences Militaires, dans la spécialité de Sécurité

Rapport Scientifique Final sur le Travail de Recherche Appliquée

Lisbonne, Mai de 2018

LETTRE DE PRÉSENTATION

Cette recherche survient dans le cadre de l'élaboration de mon mémoire de fin d'études, qui s'intègre dans le cycle d'études de master em Sciences Militaires, dans la spécialité de sécurité (2013-2018). Ce rapport scientifique correspond au final du parcours académique de l'étudiant, assumant ainsi une énorme importance au niveau de la formation mais aussi pour l'image et prestige de la propre institution d'enseignement.

Le présent mémoire de fin d'études est basé sur le thème: *“L'Enquête Pénale Douanière dans l'Espace de Liberté, Sécurité, et de Justice: le modèle portugais et français dans l'enquête du délit douanier de contrebande de tabac”*. Sous ce prétexte, cette recherche se concentre sur l'analyse et la comparaison des enquêtes pénales douanières menées au Portugal et en France par les différentes organismes compétents en matière du délit douanier de contrebande de tabac. Ainsi, l'intention est de découvrir quels sont les similitudes et différences de l'enquête pénales douanières réalisée dans les deux pays, en particulier dans le cas de la contrebande de tabac.

Ce mémoire se traduit en une étude comparative, et tenant compte du fait que les modèles d'enquête pénale douanières adoptés en France et au Portugal sont différents, il est nécessaire de mener des entrevues (interview) avec les entités des organismes chargées de l'enquête de ce délit, surtout les inspecteurs de la Douane qui ont de l'expérience et des connaissances en la matière. Ce n'est qu'alors qu'il sera possible d'obtenir suffisamment d'information pour comparer les deux modèles, d'identifier leurs potentialités et leurs vulnérabilités, et découvrir leurs similitudes et leurs différences.

A la lumière de ce qui précède, je prie Votre Excellence de m'accorder une entrevue sur le sujet en question, car votre contribution est très importante pour atteindre les objectifs proposés au cours de ce mémoire.

Merci pour votre collaboration et votre disponibilité

Cordialement,

Thomas Joel Mendes

Aspirant de infanterie de la GNR

1. CONTEXTE

L'objectif de la création d'un marché unique dans l'Europe a abouti les frontières entre les États-Membres et, par conséquent, à permit la libre circulation des personnes, des biens, des services et des capitaux. Cependant, cette mobilité transfrontalière, associée à la mondialisation et à l'évolution des technologies, a également permis la propagation de divers types de criminalité, y compris la criminalité transnationale organisée et la criminalité économique (Laureano, 2010).

Parmi ces phénomènes criminelles figure le commerce illicite des produits du tabac, qui se manifeste sous quatre formes: la contrebande à petite échelle, la contrebande de grande échelle, la contrefaçon et la production de marques illégales (*cheap whites*). En raison des effets négatifs de la contrebande du tabac, cela est devenu “a global problem, which needs a global response” (Joossens & Raw, 2012, p. 230), et les solutions pour résoudre ce problème doivent être de nature mondial et, surtout, devrait se concentrer sur la coopération internationale et l'harmonisation des lois et règlements (Interpol, 2014).

En effet, depuis la création du troisième pilier de la Justice et des Affaires Intérieures, l'UE a établie un certain nombre d'outils juridiques dans le domaine de la coopération policière et judiciaire en matière pénale. L'un des objectifs de la coopération policière est d'établir des techniques d'enquête communes et l'objectif principal de la coopération judiciaire en matière pénale est de rapprocher le droit pénal et le droit procédural pénal des États-Membres, notamment en ce qui concerne l'admissibilité des preuves et la définition des sanctions (Borges, 2012).

Ainsi, ce mémoire de fin d'études vise à étudier les enquêtes du délits de contrebande de tabac em Portugal et en France, afin de comprendre leurs différences et leurs similitudes, résultant des systèmes juridiques dans lesquels ils inséré. Donc, il est essentiel de recueillir des informations auprès de ceux qui ont la compétence et l'expérience nécessaires pour enquêter sur le délit douanier de contrebande de tabac, à savoir les inspecteurs de la Douanes.

Le questionnaire utilisé pendant ces entrevues abordera divers sujets comme: les mesures prises par l'UE pour lutter contre la contrebande de tabac; le modèle d'enquêtes pénale douanières français; les compétences des diverses entités et forces chargées de l'enquête de la contrebande ainsi que la coopération entre celles-ci; les nouvelles tendances et modi operandi des délinquant; les procédures et les actes d'enquêtes utilisées contre ce délit; le cadre juridique français, ainsi que les actes d'enquêtes légalement admissible et les techniques spécial d'investigation utilisée; d'autres; et finalement, de la

coopération policière et judiciaire au niveau international avec les forces nationales d'autres pays et avec d'autres organismes européens.

2. BIBLIOGRAPHIE

- Borges, F. (2012). Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais. In Gouveia, J. B. (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, pp. 127-156. Coimbra: Almedina.
- Joossens, L. & Raw, M. (2012). From cigarette smuggling to illicit tobacco trade. *Tobacco Control*, n.º 21, pp. 230-234. Doi:10.1136/tobaccocontrol-2011-050205.
- Laureano, A. (2010). Dois institutos da cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: reconhecimento mútuo de decisões penais e harmonização de legislações penais. *Direitos Fundamentais e Democracia*, vol. 7, n.º 7, pp. 283-308.
- Organização Internacional de Polícia Criminal [Interpol] (2014). *La lucha contra el comercio ilícito de productos de tabaco: Guía para responsables políticos*. França: Oficina de Assuntos Jurídicos.

3. IDENTIFICATION DE LA PERSONNE INTERROGÉE

3.1. Nom:		3.6. Fonction:	
3.3. Age:		3.7. Local:	
3.4. Qualifications éducatives:		3.8. Date:	
3.5. Grade:		3.9. Heure de début et de fin:	

4. ENTREVUES

Votre réponses aux questions suivantes sont essentiel pour atteindre les objectifs de ce mémoire, il est donc très important qu'elles soient les plus complètes possible. Toutes les réponses serviront uniquement d'objet d'étude pour cette recherche et je vous prie de me autoriser à procéder à l'enregistrement, en vue de leur transcription et de leur traitement. Ce nécessaire, les réponses seront classée.

Si vous le souhaitez, vos réponses seront renvoyer, avant sont traitement et analyse, afin de sauvegarder les intérêts de votre Excellence. Si vous le souhaitez, le travail final peut également être mis à votre disposition, dès qu'il a été approuvé.

1. À votre avis, qu'elle est l'importance de l'harmonisation du droit pénale dans l'UE pour les enquêtes pénales douanières, en particulier dans le cas de la contrebande de tabac? Pourquoi?
2. Selon vous, quelle est la contribution de ces outils juridiques et de coopération européen pour les enquêtes pénales douanières dans l'ELSJ, surtout pour l'enquête de contrebande de tabac?
3. À votre avis, considérez-vous que les instruments de coopération mis en place au niveau de l'ELSJ sont appropriés pour assurer une enquête pénale efficace, en particulier de la contrebande de tabac? Pourquoi?
4. Comment s'exprime l'articulation/ coopération/au niveau national entre les organismes chargés d'enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?
5. Comment s'exprime l'articulation/coopération européenne entre les agences et organismes européens, les organismes d'autres pays compétents pour enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?
6. Compte tenu de votre expérience pratique, dans la pratique, comment le contrebande de tabac se produit-elle? Quelles sont les nouvelles tendances?
7. Comment se matérialise l'enquête pénale du délit de contrebande de tabac? À votre avis, quels sont les 3 actes d'enquêtes et tactiques et techniques policières, plus importantes pour enquêter la contrebande de tabac?
8. À votre avis, estimez-vous que le cadre juridique pénale et de procédure pénale et douanier français est appropriées aux spécificités et à la complexité de ces l'enquête?

APÊNDICE V – SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DADOS TÉCNICOS DAS ENTREVISTAS

Apresenta-se no quadro n.º 9 a constituição da amostra e, de seguida, a identificação dos entrevistados e os dados técnicos relativos às entrevistas.

Quadro n.º 9 – Composição e caracterização da amostra

Código	Identificação dos Entrevistados				Modo
	Nome	Organização	Cargo/Posto	Função	
Entrevistas de Tipo A					
E1	Nelson Cruz	UAF/GNR	Tenente	Adjunto (Adj.) do Comandante (Cmdt.) de DAF ⁹⁸	Presencial
E2	Luís Garcia	UAF/GNR	Major	Cmdt. DAF	Presencial
E3	Manuela Marta	UNCC/PJ	Coordenadora de Investigação Criminal		Presencial (Grupal)
E4	Luís Toscano		Inspetor-Chefe	Chefia	
E5	Ricardo Grácio	UAF/GNR	Capitão	Adj. Cmdt DP	Presencial
E6	Eurico Nogueira	UAF/GNR	Capitão	Cmdt. DP	Presencial
E7	André Esteves	UAF/GNR	Tenente	Cmdt. DAF ⁹⁹	Presencial
E8	Ismael Salvador	UAF/GNR	Tenente	Adj. Cmdt. DAF ¹⁰⁰	Presencial
E9	Luís Triunfante	Eurojust	Juiz de Direito	Perito Nacional Destacado	Correio Eletrónico
E10	Licínio Nunes	UAF/GNR	Major	Cmdt. DAF	Presencial
E11	Amândio Marques	DIC/GNR	Coronel	Diretor DIC	Presencial
E12	João Santos	UAF/GNR	Tenente	Cmdt. SDF	Presencial
E13	Paulo Nogueira	UAF/GNR	Major	Cmdt. DAF	Presencial
E14	Ricardo Amaro	UAF/GNR	Tenente	Adj. Cmdt. DAF ¹⁰¹	Presencial
E15	Henrique Correia	PJ/Diretoria Norte	Coordenador de Investigação Criminal		Presencial
E16	Daniel Gomes	CG/GNR	Capitão	Chefe DJD	Presencial
E17	Maria João Gil	DIAP/MP	Procuradora-Adjunta		Presencial
E18	Antonieta Borges	DIAP/MP	Procuradora da República	Coordenadora	Presencial
E19	Paulo Messias	UAF/GNR	Tenente-Coronel	2.º Cmdt da UAF	Presencial

⁹⁸ E Cmdt. do Subdestacamento de Fiscalização (SDF) do DAF de Évora.

⁹⁹ Cmdt. em suplência.

¹⁰⁰ E Cmdt. do 2.º SDF do DAF de Lisboa.

¹⁰¹ E Cmdt. do 1.º SDF do DAF do Porto.

E20	José Guerra	Eurojust	Procurador da República	Adj. do membro nacional destacado	Correio Eletrónico
E21	Armando Pereira	UAF/GNR	Coronel	Cmdt. da UAF	Presencial
Entrevistas de Tipo B					
E22	Amélie Dieudé	DRD/DNRED	Chefe da DRD		Presencial (Grupal)
E23	Daniel Gonzalez		Adj. da Chefe da DRD		
E24	Gaëlle Maglioli	DSAO/ DNRED	Analista do <i>Groupe Tabac Cigarettes</i>		
E25	Jérôme Labonne		Analista do <i>Groupe Tabac Cigarettes</i>		
E26	François Passerieu	DED/DNRED	Investigador da DED		Presencial (Grupal)
E27	Jérôme Jimenez		Investigador da DED		
E28	Pascal Piquot	SNDJ	Adjunto de Relações Internacionais		Presencial (Grupal)
E29	Véronique Fraval		Inspetora de Relações Internacionais		
E30	Céline Gouyer	SNDJ	Chefe da Unidade Local de Paris		Presencial

Fonte: Elaboração própria.

Lista dos Entrevistados das Entrevistas do Tipo A e Dados Técnicos¹⁰² das Entrevistas

Entrevistado 1: Nelson Macedo Da Cruz

Idade: 27

Data: 23 de março de 2018

Hora de início: 09h08

Hora do fim: 10h08

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal (DAF) de Évora

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 2: Luís Miguel Da Costa Garcia

Idade: 38

Data: 23 de março de 2018

Hora de início: 10h13

Hora do fim: 10h53

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal de Évora

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 3: Manuela Maria Almeida Simões Marta

Idade: 55

Data: 26 de março de 2018

¹⁰² Salvaguarda-se que a transcrição completa das entrevistas se encontra na posse do autor e dos entrevistados, porém, por questões de extensão, as mesmas não se encontram presentes neste RCFTIA. São observáveis os seus resumos na análise das respostas às entrevistas do GA no Apêndice Y.

Hora de início: 10h08

Hora do fim: 11h08

Unidade/Local: PJ – Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC)

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 4: Luís Manuel Correia Toscano

Idade: 48

Data: 26 de março de 2018

Hora de início: 10h08

Hora do fim: 11h08

Unidade/Local: PJ – Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC)

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 5: Ricardo Jorge Pereira Sampaio De Andrade Grácio

Idade: 29

Data: 26 de março de 2018

Hora de início: 14h28

Hora do fim: 15h20

Unidade/Local: Destacamento de Pesquisa (DP) da UAF.

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 6: Eurico Gabriel Sintra Nogueira

Idade: 33

Data: 26 de março de 2018

Hora de início: 16h01

Hora do fim: 16h57

Unidade/Local: Destacamento de Pesquisa da UAF.

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 7: Ismael de Jesus Salvador

Idade: 28

Data: 26 de março de 2018

Hora de início: 17h10

Hora do fim: 17h32

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal de Lisboa.

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 8: André Valente Filipe Esteves

Idade: 28

Data: 26 de março de 2018

Hora de início: 17h53

Hora do fim: 18h55

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal de Lisboa

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 9: Luís de Lemos Triunfante

Idade: 40

Data: 27 de março de 2018

Unidade/Local: Juiz de Direito/Perito nacional destacado no Gabinete Português na Eurojust.

Utilização de gravador: Não (Realizada via correio eletrónico).

Entrevistado 10: Licínio Branco Nunes

Idade: 39

Data: 28 de março de 2018

Hora de início: 11h32

Hora do fim: 13h34

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal de Faro (Olhão)

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 11: Amândio Manuel de Jesus Marques

Idade: 52

Data: 29 de março de 2018

Hora de início: 10h26

Hora do fim: 11h04

Unidade/Local: Direção Investigação Criminal da GNR

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 12: João Manuel Esteves Dos Santos

Idade: 28

Data: 29 de março de 2018

Hora de início: 18h05

Hora do fim: 18h56

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal do Porto

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 13: Paulo Joaquim Babo Nogueira

Idade: 38

Data: 2 de abril de 2018

Hora de início: 10h10

Hora do fim: 11h15

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal do Porto

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 14: Ricardo Manuel Ferreira Amaro

Idade: 31

Data: 2 de abril de 2018

Hora de início: 12h05

Hora do fim: 13h02

Unidade/Local: Destacamento de Ação Fiscal do Porto

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 15: Henrique Manuel Silva Correia

Idade: 55

Data: 2 de abril de 2018

Hora de início: 15h10

Hora do fim: 16h00

Unidade/Local: Diretoria do Norte da PJ - Secção Regional de Investigação do Branqueamento e Infrações Tributárias

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 16: Daniel Filipe Roque Gomes

Idade: 36

Data: 4 de abril de 2018

Hora de início: 09h44

Hora do fim: 10h29

Unidade/Local: Direção de Justiça e Disciplina (DJD) – Comando Geral (CG) da GNR

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 17: Maria João Mendes Machado Gil

Idade: 36

Data: 4 de abril de 2018

Hora de início: 14h16

Hora do fim: 15h10

Unidade/Local: Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa – 3ª Secção

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 18: Maria Antonieta Carrasco Serrano Ramos Borges

Idade: 57

Data: 4 de abril de 2018

Hora de início: 15h31

Hora do fim: 16h11

Unidade/Local: Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa – 3ª Secção

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 19: Paulo Jorge Correia Eusébio Messias

Idade: 52

Data: 6 de abril de 2018

Hora de início: 14h30

Hora do fim: 16h15

Unidade/Local: Comando da Unidade de Ação Fiscal

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 20: José Eduardo Guerra

Idade: 56

Data: 7 de abril de 2018

Unidade/Local: Adjunto do Membro Nacional de Portugal na Eurojust

Utilização de gravador: Não (realizada por Correio Eletrónico)

Entrevistado 21: Armando Magalhães Pereira

Idade: 53

Data: 19 de abril de 2018

Hora de início: 17h28

Hora do fim: 18h41

Unidade/Local: Comando da Unidade de Ação Fiscal

Utilização de gravador: Sim

Lista dos Entrevistados das Entrevistas do Tipo B e Dados Técnicos¹⁰³ das Entrevistas

Entrevistado 22: Amélie Dieudé

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 10h42

Hora do fim: 12h04

Unidade/Local: *Division du Renseignement Douanier (DRD)– Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

Utilização de gravador: Não (Não foi autorizado)

Entrevistado 23: Daniel Gonzalez

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 10h42

Hora do fim: 12h04

Unidade/Local: *Division du Renseignement Douanier (DRD) - Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

Utilização de gravador: Não (Não foi autorizado)

Entrevistado 24: Gaëlle Maglioli

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 10h42

Hora do fim: 12h04

Unidade/Local: *Groupe Tabac Cigarettes - Division de Soutien et Analyse Opérationels (DSAO) – Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

Utilização de gravador: Não (Não foi autorizado)

Entrevistado 25: Jérôme Labonne

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 10h42

Hora do fim: 12h04

Unidade/Local: *Groupe Tabac Cigarettes - Division de Soutien et Analyse Opérationels (DSAO) – Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

¹⁰³ Salva-guarde-se que a transcrição completa das entrevistas se encontra na posse do autor e dos entrevistados, porém, por questões de extensão, as mesmas não se encontram presentes neste RCFTIA. São observáveis os seus resumos na análise das respostas às entrevistas do GB no Apêndice Z.

Utilização de gravador: Não (Não foi autorizado)

Entrevistado 26: François Passerieu

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 13h56

Hora do fim: 16h36

Unidade/Local: *Deuxième Division de la Direction des Enquêtes Douanières (DED) - Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 27: Jérôme Jimenez

Data: 16 de abril de 2018

Hora de início: 13h56

Hora do fim: 16h36

Unidade/Local: *Deuxième Division de la Direction des enquêtes Douanières (DED) - Direction Nationale du Renseignements et Enquêtes Douanières (DNRED)*

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 28: Pascal Piquot

Data: 17 de abril de 2018

Hora de início: 09h44

Hora do fim: 12h06

Unidade/Local: *Adjoint aux Relations Internationales - Service National de Douane Judiciaire (SNDJ)*

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 29: Véronique Clement Fraval

Data: 17 de abril de 2018

Hora de início: 09h44

Hora do fim: 12h06

Unidade/Local: *Inspecteur de Relations Internationales - Service National de Douane Judiciaire (SNDJ)*

Utilização de gravador: Sim

Entrevistado 30: Céline Gouyer

Data: 17 de abril de 2018

Hora de início: 13h56

Hora do fim: 16h36

Unidade/Local: *Résponsable de L'Unité Locale de Paris - Service National de Douane Judiciaire (SNDJ)*

Utilização de gravador: Sim

APÊNDICE W – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS AO GA

Quadro n.º 10 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do GA

Questão da Entrevista	Categoria	Subcategoria	UR
Questão n.º 1	Importância da harmonização do Direito penal na UE	Importante	1.1
		Confiança mútua	1.2
		Base/linguagem comum	1.3
		Admissibilidade da prova/proteção jurídica equitativa	1.4
		Eficácia processual	1.5
		<i>Forum shopping</i>	1.6
		Investigação transnacional	1.7
Questão n.º 2	Contributo dos mecanismos de cooperação da UE	Troca de informação	2.1
		Investigação conjunta/paralela	2.2
		Atuação concertada	2.3
		Conhecimento dos fenómenos criminais	2.4
Questão n.º 3	Adequabilidade dos mecanismos de cooperação da UE	Adequados	3.1
		Excesso de mecanismos	3.2
		Suficientes	3.3
		Pouca aplicação prática	3.4
		Renitência	3.5
		Falta de divulgação	3.6
		Morosidade/Informação em tempo real	3.7
		Insuficientes	3.8
		Ineficientes	3.9
		Desadequados	3.10
		Acesso restrito	3.11
		Excesso de burocracia/formalidades	3.12
Questão n.º 4	Articulação entre atores nacionais	Competição/concorrência	4.1.1
		Objetivos institucionais	4.1.2
		Equipas mistas	4.1.3
		Troca de informação	4.1.4
		Protocolos	4.1.5
		Cooperação	4.1.6
		Peritagens	4.1.7
		Contactos informais	4.1.8
	Melhoria da articulação/cooperação nacional	Gabinete supraministerial	4.2.1
		Sinergias e cooperação	4.2.2
		Especialização	4.2.3
		Estratégia conjunta	4.2.4

		<i>Capacity building</i>	4.2.5
		Elementos de ligação	4.2.6
		Revisão dos protocolos	4.2.7
		<i>Lessons Learned</i>	4.2.8
		Prevenção	4.2.9
Questão n.º 5	Articulação entre atores europeus	Contactos informais	5.1.1
		Troca de informações	5.1.2
		Investigação conjunta/paralela	5.1.3
		Financiamento	5.1.4
		Oficiais de ligação	5.1.5
		Acordos bilaterais/CCPA	5.1.6
		Peritos destacados	5.1.7
	Melhoria da articulação/cooperação europeia	Oficiais de ligação	5.2.1
		Procuradoria Europeia	5.2.2
		Harmonização penal	5.2.3
		Harmonização fiscal	5.2.4
		<i>Track & Trace system</i>	5.2.5
		CP e CPP único	5.2.6
		Polícia tributária comum	5.2.7
		Reforçar agências europeias	5.2.8
Questão n.º 6	Modi operandi e atuais tendências do contrabando	<i>Cheap Whites</i>	6.1
		Produção no território aduaneiro/IFC	6.2
		Regimes especiais da UE	6.3
		País de trânsito	6.4
		País de destino	6.5
		Folha de tabaco	6.6
		Interface legal-ilegal	6.7
		Ligação com outros crimes	6.8
		<i>Fret Express</i> e Internet	6.9
		<i>Little and often approach</i>	6.10
Questão n.º 7	Materialização da investigação do contrabando	Pró-ativa	7.1.1
		Reativa	7.1.2
		Alocação de recursos	7.1.3
		Prevenção	7.1.4
		Multidisciplinar	7.1.5
		Longas	7.1.6
	Os três MOP e TEIC mais importantes	Escutas telefónicas	7.2.1
		Prova digital	7.2.2
		Seguimentos e vigilâncias	7.2.3
		Quebra de segredo	7.2.4
		Registo de voz e imagem	7.2.5
		Apreensões	7.2.6
		Buscas	7.2.7

		Ações encobertas	7.2.8
		Prova testemunhal	7.2.9
		Equipas de Investigação Conjuntas	7.2.10
Questão n.º 8	Adequabilidade do quadro normativo	Adequado	8.1
		Desadequado	8.2
		Aplicação	8.3
		Crimes de catálogo	8.4
		Crimes Vs Contraordenação	8.5
		Moldura penal reduzida	8.6
		Desproporção de meios	8.7
		Controlo judiciário	8.8
Questão n.º 9	Medidas legais nacionais	Aumento da moldura penal	9.1
		Integrar crimes aduaneiros no contrabando	9.2
		IFC como crime de catálogo	9.3
		Reorganização de competências	9.4
		Perda de bens/Recuperação de ativos	9.5
		Sensibilização social	9.6
		Secretismo	9.7

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE X – CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS AO GB

Quadro n.º 11 - Codificação alfanumérica das respostas às entrevistas do GB

Questão da Entrevista	Categoria	Subcategoria	UR
Questão n.º 1	Importância da harmonização do Direito penal na UE	Importante	1.1
		Confiança mútua	1.2
		Base/linguagem comum	1.3
		Admissibilidade da prova/proteção jurídica equitativa	1.4
		Eficácia processual	1.5
		<i>Forum shopping</i>	1.6
Questão n.º 2	Contributo dos mecanismos de cooperação da UE	Troca de informação	2.1
		Investigação conjunta/paralela	2.2
		Atuação concertada	2.3
		Conhecimento dos fenómenos criminais	2.4
Questão n.º 3	Adequabilidade dos mecanismos de cooperação da UE	Adequados	3.1
		Excesso de mecanismos	3.2
		Suficientes	3.3
		Pouca aplicação prática	3.4
		Renitência	3.5
		Falta de divulgação	3.6
		Morosidade/Informação em tempo real	3.7
Questão n.º 4	Articulação entre atores nacionais	Autonomia	4.1.1
		Troca de informação	4.1.2
		Elementos de ligação	4.1.3
		Gabinete supraministerial	4.1.4
		Protocolos	4.1.5
		Cooperação	4.1.6
		Recuperação de Ativos/Informação Financeira	4.1.7
		Peritagens	4.1.8
		Contactos informais	4.1.9
	Melhoria da articulação/cooperação nacional	Especialização	4.2.1
		<i>Capacity Building</i>	4.2.2
		<i>Border Force</i>	4.2.3
		Prevenção	4.2.4
Questão n.º 5	Articulação entre atores europeus	Contactos informais	5.1.1
		Troca de informações	5.1.2
		Equipas de Investigação Conjuntas	5.1.3
		Financiamento	5.1.4
		<i>Attachés Douaniers</i>	5.1.5

		Acordos bilaterais/CCPA	5.1.6
		Peritos destacados	5.1.7
		Assistência Administrativa Mútua	5.1.8
		<i>Analysis Project Smoke</i>	5.1.9
	Melhoria da articulação/cooperação europeia	Oficiais de ligação	5.2.1
		Procuradoria Europeia	5.2.2
		Harmonização penal	5.2.3
		Harmonização fiscal	5.2.4
Questão n.º 6	<i>Modi operandi</i> e atuais tendências do contrabando	<i>Cheap Whites</i>	6.1
		Produção no território aduaneiro	6.2
		Regimes especiais da UE	6.3
		País de trânsito	6.4
		País de destino	6.5
		Shisha	6.6
		Aumento exponencial	6.7
		Interface legal-ilegal	6.8
		Ligação com outros crimes	6.9
		<i>Fret Express</i> e postal	6.10
		<i>Little and often approach</i>	6.11
Questão n.º 7	Materialização da investigação do contrabando	Pró-ativa	7.1.1
		Reativa	7.1.2
		Alocação de recursos	7.1.3
		Prevenção	7.1.4
		Multidisciplinar	7.1.5
		Longas	7.1.6
	Os três MOP e TEIC mais importantes	Escutas telefónicas	7.2.1
		Prova digital	7.2.2
		Seguimentos e vigilâncias	7.2.3
		Quebra de segredo	7.2.4
		Registo de voz e imagem	7.2.5
		Apreensões	7.2.6
Questão n.º 8	Adequabilidade do quadro normativo	Adequado	8.1
		Dissuasor	8.2
		Aplicação	8.3
		<i>Droit de Transactions</i>	8.4
		Repressivo	8.5
		Moldura penal reduzida	8.6

APÊNDICE Y – ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO GA

Quadro n.º 12 - Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às entrevistas do GA

Entre- vistado	Questão n.º 1 - Na sua opinião, qual é a importância da harmonização das legislações penais e processuais penais na UE para a investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?	UR
	UC	
E1	“(…) por isso que essa harmonização é muito importante e que ainda não acontece”.	1.1
	“(…) é essencial para garantir a confiança mútua que é a base do reconhecimento mútuo”; “o reconhecimento mútuo por si só, sem a harmonização das legislações à cabeça não tem efeitos”.	1.2
	“A harmonização surge aqui como um passo muito importante para fazermos essa investigação transnacional ”; “a nível da investigação, haveria oportunidade de investigarmos em conjunto e haver maior proximidade com outros investigadores, o que iria aumentar a eficácia/possibilidades das investigações”.	1.7
	“(…) para termos todos os mesmos parâmetros legais, (…) os mesmos procedimentos legais, a mesma linguagem (…)”.	1.3
	“(…) a própria admissibilidade da prova em si fica em causa ”; “Agora tem de se reconhecer, e é quase no automático. (…) Nem sequer podemos olhar para o modo como foi obtida”, “(…) que o reconhecimento mútuo em si coloca em causa a defesa e a garantias dos direitos do arguido. (…) o reconhecimento mútuo leva a que quando um regime um pouco menos restrito, ou menos garantístico (...), venham a ser aplicados, há uma certa incerteza”.	1.4
	“(…) isto está relacionado com aquilo a que se chama forum shopping , ou seja, os criminosos escolhem como ponto de entrada no território aduaneiro os Estados-Membros onde as sanções são mais baixas, por serem menos dissuasoras, correndo assim menos riscos”.	1.6
E2	“(…) a uniformização europeia é sem dúvida muito importante ”.	1.1
	“ Não há possibilidade de investigar fora do nosso país , e por vezes isso seria muito útil”.	1.7
E3 E4	“A harmonização das legislações é importante ”.	1.1
	“(…) tendo as mesmas tipificações e as mesmas medidas da pena, ganhem um efeito dissuasor para os criminosos da nossa área”.	1.6
	“Se houvesse uma harmonização (...) todos iríamos estar ao mesmo nível de aplicação (...) o direito penal não é igual, não é homogêneo na europa”.	1.3
E5	“Acho extraordinariamente importante ”.	1.1
	“(…) à investigação criminal e à ação penal, que (...) poderão tornar-se ineficientes na resposta a determinados fenómenos criminais mais organizados”.	1.5
E6	“(…) a harmonização das legislações penais e processuais penais na UE assume-se como uma matéria da maior relevância ”.	1.1
	“o controlo de suspeitos fora de território nacional ; o controlo de transações de mercadorias, permitindo aferir sobre os seus fluxos reais; a realização simultânea de diligências de produção de prova e a recolha de importantes elementos de prova que se encontrem fisicamente fora do território nacional .”	1.7
	“(…) a falta dessa harmonização é potenciadora de ineficácia investigatória ”.	1.5
	“(…) diferentes normas substantivas e processuais poderão suscitar questões relacionadas com o princípio da reciprocidade que obstaculizem a realização de determinadas diligências ”.	1.2
	“ A falta de harmonização propicia ainda em alguns casos opacidade à conduta criminal (...) sempre que os agentes do crime recorram aos (...) países com regimes (...) claramente mais favoráveis”, “a falta de harmonização legal (...) podendo uma mesma conduta num determinado Estado-Membro constituir a prática de crime e noutro	1.6

	constituir contraordenação ou nem sequer ser punível a qualquer título (heterogeneidade dos regimes)".	
	"(...) contribuem para a adoção de uma linguagem comum por parte dos diversos operadores do sistema de justiça".	1.3
E7	"A harmonização das legislações seria uma boa medida".	1.1
	"(...) proporcionaria uma uniformização de procedimentos e uma linguagem comum ".	1.3
	"Ao diminuirmos as diferenças entre as legislações dos vários Estados-Membros, facilitamos a cooperação entre os mesmos, pois gera-se confiança ".	1.2
E8	"(...) a harmonização penal (...) é muito importante ".	1.1
	"(...) para evitar a opacidade das condutas (...) uma conduta (...) deveria ter exatamente a mesma moldura penal por forma a evitar que estes crimes sejam cometidos em diferentes partes do território aduaneiro".	1.6
	"(...) se existissem os mesmos mecanismos de obtenção de prova em toda a UE (...) Isto evitaria a ineficácia processual ".	1.5
	"(...) e permitiria adotar uma base comum ".	1.3
	"(...) seria possível fazer uma única investigação em vários territórios ".	1.7
E9	"(...) conferindo um certo grau de igualdade (...) visava criar confiança mútua entre (...) Estados-Membros, que é a base do reconhecimento mútuo e (...) a chave para uma melhor e maior cooperação".	1.2
	"A admissibilidade das provas prende-se, sobretudo, com os direitos fundamentais dos cidadãos, pelo que (...) existiria o mesmo grau de proteção jurídica na UE ".	1.4
	"(...) ajuda a combater a criminalidade transfronteiriça, pois os infratores não podem beneficiar das diferenças nas penalizações ".	1.6
E10	"(...) que se investigasse a nível transnacional , ou seja, uma única investigação em vários países".	1.7
	"Além disso (...) nós temos uma lei muito protetora da identidade pessoal , pelo que a maior parte dos pedidos que recebemos dos outros Estados levam negativa, porque vão contra os direitos, liberdades e garantia dos cidadãos ".	1.4
	"Isto leva a uma tremenda ineficácia processual ".	1.5
	"Isto permitiria que todos se regessem pelas mesmas regras, os mesmos padrões e parâmetros e levaria a uma linguagem comum ".	1.3
E11	"A importância é muita ".	1.1
	"(...) que evitamos estar a investigar uma conduta que num país é crime e no outro é CO ".	1.3
	"(...) iria ter um efeito mais dissuasor , pois assim os criminosos já não teriam como pontos de entradas os países (...) onde há menos controlo e onde as punições são menos graves ."	1.6
E12	"É extremamente importante ".	1.1
E13	"É muito importante ".	1.1
	"(...) há, por parte dos criminosos, um aproveitamento das fragilidades dos vários países (...) se formos mais severos ao nível das punições eles vão passar a atuar em países onde (...) as sanções e as punições para aquelas condutas são mais leves ",	1.6
	"(...) para que todos falemos a mesma linguagem ".	1.3
E14	"Como cada país tem os seus próprios procedimentos, funcionaria quase como uma linguagem comum ".	1.3
	"(...) A harmonização é, sem dúvida, importante ".	1.1
	"(...) alcançar uma maior eficácia e acima tudo uma maior eficiência no funcionamento da justiça a nível europeu".	1.5
	"(...) o que se tem assistido é que os indivíduos se têm aproveitado da própria fragilidade do sistema europeu para (...) alcançar os seus intentos criminosos".	1.6
	"(...) nem todos os país e crimes admitem escutas telefónicas em todos os países, e isso cria um entrava a algumas medidas e alguns meios de obtenção de prova".	1.4
E15	"É (...) fundamental que exista harmonização penal e processual penal ".	1.1

	“(…) prevenir a opacidade das condutas , pois em alguns países uma conduta é crime e em outros países pode ser uma contraordenação ou nem sequer ser uma infração”.	1.6
	“(…) poderíamos estar a realizar em Portugal atos processuais que em outros países não são possíveis ou admissíveis, e vice-versa ”.	1.4
E16	“A harmonização das legislações penais e processuais penais é muito importante ”.	1.1
	“Isto está relacionado com muita coisa que está por trás, sobretudo os direitos e deveres dos cidadãos ”.	1.4
E17	“(…) em Inglaterra não se encontra previsto legalmente a possibilidade de efetuar escutas telefônicas, as quais não podem, por isso, ser utilizadas como MOP, circunstância que dificulta as investigações ”.	1.4
	“(…) poderia impedir que os criminosos escolhessem os países com as legislações mais favoráveis para entrarem no território europeu”.	1.6
E18	“A importância é muita ”.	1.1
	“Determinada conduta que é exatamente igual em todos os países é punida de formas bastante distinta e isso faz com que os criminosos tentem entrar ou atuar naqueles países onde as legislações lhes são mais favoráveis e onde não precisam de assumir tantos riscos”.	1.6
E19	“De facto, num mundo ideal , se houvesse essa harmonização (...) isso era ótimo para todos! Mas isso é o mundo ideal”.	1.1
	“(…) os esforços policiais para o combate a este tipo de ilícito vão melhorar, pois as pessoas vão falar a mesma linguagem e depois os países porque vão praticar a mesma legislação, as mesmas regras e parâmetros ”.	1.3
	“(…) existem pessoas que não estão de boa fé e que tem como objetivo encontrar e aproveitar as falhas e as lacunas dessa construção ”.	1.6
E20	“(…) confiança recíproca entre os Estados-Membros da UE contribuiu claramente para o reforço da eficácia dos mecanismos de cooperação”.	1.2
	“(…) o estabelecimento de regras comuns trará sempre um enorme valor ”.	1.3
	“(…) porque facilitará a circulação de provas entre os Estados envolvidos”.	1.4
	“(…) facilitará o encontrar de soluções jurídicas adequadas a todos os sistemas jurídicos em confronto ”.	1.5
E21	“A importância de haver uma harmonização penal, obviamente, prende-se com a relevância que esta pode ter no combate a este tipo de ilícito”.	1.1
	“(…) uma uniformidade no combate , nomeadamente no recurso a determinados meios de obtenção de prova, que diferenciam de país para país, pois uns são mais permissivos e outros menos permissivos ”, “(…) a harmonização penal e processual penal garantiriam uma proteção jurídica equivalente para todos os cidadãos da UE”.	1.4
	“(…) para que não haja “refúgios”, isto é, para que os criminosos se possam abrigar e fugirem para as jurisdições de outros países mais vantajosos para eles”.	1.6
Questão n.º 2 - Na sua opinião, qual o contributo dos instrumentos jurídicos e mecanismos de cooperação criadas no âmbito da cooperação aduaneira, policial e judiciária em matéria penal da UE para a investigação do contrabando de tabaco?		
E1	“As restantes são baseadas em acesso e partilha de informação ”, “O Europol é mais uma agência para tratamento e análise de informação que apoia os Estados-Membros tendo em conta as suas necessidades informacionais”.	2.1
E2	“Para além da troca de informações ”.	2.1
	“(…) possibilidade de fazer uma investigação conjunta ”.	2.2
E3 E4	“(…) muitas das operações solicitadas a nível europeu são efetuadas, nomeadamente, através de seguimentos e vigilâncias transfronteiriças ”.	2.2
E5	“(…) no que diz respeito à troca e partilha de informação ”, “(…) tem sido uma boa plataforma de análise e troca de informação”.	2.1
	“(…) na articulação operacional para detetar infrações”.	2.3
E6	“Por outro, possibilitam uma atuação concertada por via da coordenação ”.	2.3
	“(…) para um melhor conhecimento sobre os fenómenos criminais ”	2.4
	“(…) troca de informações entre (...) entidades de diferentes Estados-Membros”.	2.1
E7		
E8	“(…) quando se trata de uma rede internacional (...) não podemos investigar em outro país, mas podemos passar a investigação para esse país ou pedir que eles realizem algumas diligências ”.	2.2

E9	“(…) troca de informações policiais”.	2.1
	“(…) potenciar a cooperação policial e judiciária, garantindo uma atuação concertada entre os vários intervenientes”.	2.3
	“A DEI (a Lei de transposição nacional n.º 88/2017, de 21 de agosto) desempenhará um papel crucial na obtenção e recolha da prova no estrangeiro ”, “contribuindo para uma maior efetividade e celeridade na obtenção de prova”.	2.2
	“As EIC permitem realizar investigações conjuntas em vários territórios ”.	2.2
E10	“(…) existe alguma facilidade na troca de informação ”.	2.1
E11	“(…) e trocar informação ”, “(…) também é possível pedir essa informação”.	2.1
	“(…) permite que haja uma atuação concertada perante uma conduta ”.	2.3
E12	“(…) as EIC são muito importantes pois permitem levar a guerra para outra magnitude ”.	2.2
	“(…) os mecanismos de partilha de informação ”.	2.1
	“(…) ter várias investigações separadas a correr em paralelo sobre os mesmos factos e as mesmas pessoas”.	2.2
E13	“(…) através de troca de informações ”.	2.1
	“Isto possibilita que atuemos como um todo de forma a sermos mais eficientes ”.	2.3
	“(…) que haja um conhecimento dos crimes e das formas como são cometidos ”, “ análise dos fenómenos criminais ”.	2.4
	“(…) um verdadeiro trabalho conjunto , um trabalho em equipa que visa um objetivo comum”.	2.2
E14	“(…) a principal ferramenta (…) que nós utilizamos são as EIC, que já estão protocoladas”, “vem definir os termos e os moldes em que podem realmente ser efetuada uma investigação conjunta ”.	2.2
	“(…) permitem uma atuação mais concertada (…) visam, sobretudo, uma conjugação de esforços no terreno ”.	2.3
E15	“(…) baseiam-se na troca e partilha de informações ”.	2.1
E16	“(…) estas ferramentas vão-nos permitir trabalhar em conjunto com outras polícias”.	2.2
	“(…) também vamos conseguir carrear prova de todos os países ”, “vai permitir recolher mais informação e mais prova”.	
E17		
E18		
E19	“(…) ajudam, sobretudo ao nível da troca e partilha de informação ”.	2.1
E20	“(…) importante no que respeita às equipas de investigação conjuntas ”, “quando envolvidas em investigações paralelas ou coincidentes, se coordenem entre si ”.	2.2
E21	“De certa forma, os mecanismos existentes permitem uma atuação concertada ”.	2.3
	“(…) a lógica no seu combate tem de ser na mesma proporção (…) não se combate o crime organizado transnacional (…) através de instrumentos que funcionem numa lógica nacional . Isto tem de passar (…) pelos mecanismos de cooperação judiciária internacional e de cooperação policial”.	2.2
Questão n.º 3 – Na sua perspetiva, considera que estes instrumentos e mecanismos de cooperação são adequados para garantir uma eficiente investigação criminal tributária, em particular, do contrabando de tabaco? Porquê?		
E1	“(…) ainda não são suficientes nem adequados para garantir uma eficiente investigação criminal tributária”, “ não fornece uma base suficiente e torna as investigações muito difíceis porque os procedimentos são distintos nos vários Estados-Membros da UE”	3.8
		3.10
	“(…) Convenção Nápoles II. No entanto, a dificuldade (…) é que só pode ser utilizada entre autoridades aduaneiras . (…) outras unidades com competência de investigação tributária, como a UAF, não a podem utilizar, pois não são consideradas nessa convenção”, “Já as Operações Aduaneiras Conjuntas são especificamente para as alfândegas , pelo que nunca participamos em nenhuma”, “Eles são criados, mas só um número restrito de entidades tem acesso ”.	3.11
	“O que acontece nas outras formas de cooperação é uma morosidade associada , pois são formas de cooperação vertical”.	3.7

	“Todo este processo envolve sempre muito tempo , passa por muitas etapas e é altamente burocratizado ”, “a mensagem inicial (...) ao passar por muitas mãos até ao final sofre muitas distorções e muitas interferências e não chega ao destino com aquilo que se pretende.”	3.12
	“(...) muitas vezes a autoridade judiciária não está tão sensível à aquilo que se pretende, e ao passar a mensagem distorce-se tudo”, “(...) há as chamadas equipas de investigação conjuntas (...) mas as autoridades competentes continuam ainda muito renitentes à utilização desta forma de cooperação”.	3.5
	“(...) é muito rara ser utilizada ou posta em prática ”.	3.4
	“A investigação necessita de informação rápida : hoje preciso daquela informação, e se calhar amanhã já me é inútil tê-la”. “Não tornam as investigações muito mais fáceis e ainda não permitem recolher prova em tempo útil em toda a UE ”.	3.7
	“(...) nunca ouvi falar das OAC, isso deve ser especificamente para as alfândegas ”.	3.11
E2	“(...) é tudo muito bonito, mas depois a operacionalização dessas ferramentas (...) Não é por estar num regulamento europeu que se faz no dia a dia ”.	3.4
	“(...) as EIC (...) ainda se estão a iniciar, é uma coisa muito recente na prática ”.	3.4
	“(...) quase sempre há um delay muito grande entre o tempo que se pede e o que é executado”, “(...) troca de informação em tempo real ”, “Se existisse uma verdadeira troca de informação, eficiente, no dia a dia”.	3.7
	“(...) os instrumentos de cooperação existentes são adequados e suficientes ”.	3.3
		3.1
E3	“É preciso é que sejam aplicados na prática , pelas partes”, “A implementação destas ferramentas demora muito a ser posta em prática ”.	3.4
E4	“(...) um pedido formal, que podia demorar meses ”, “(...) por vezes demorava anos a responder ou, inclusive, a não responder de todo”.	3.7
	“Essencial seria o acesso direto à informação, nomeadamente ao SAI, atualmente apenas acessível pelas alfândegas ”.	3.11
E5	“Na minha opinião, são adequados e necessários (...) sobretudo quando são utilizados oportunamente”.	3.1
	“(...) visam a eficácia e a eficiência, mas ainda não são eficientes . Ainda estamos a caminhar para esse estado final.”.	3.9
	“instrumentos de cooperação existentes afigram-se quantitativamente suficientes ”.	3.3
	“(...) mas nem sempre são eficazes e dificilmente são eficientes ”.	3.9
E6	“(...) verdade é que os timings da atividade investigatória correspondem preferencialmente aos da atuação criminosa (...) por força da normal tramitação dos instrumentos de cooperação, normalmente morosa ”, “(...) obstaculizam a realização das diligências de recolha de prova (...) em tempo oportuno .”	3.7
	“(...) o que está em causa não é a validade dos instrumentos existentes, mas os constrangimentos resultantes da sua aplicação ”	3.4
E7	“(...) cada entidade tem métodos de trabalho distintos e acesso a coisas diferentes por inerência da sua génese ”.	3.11
	“As medidas existem, as criadas são boas”, “ Resumindo, são adequadas ”.	3.1
	“ Não conseguimos ter isto numa base preventiva (...) numa ação em tempo real ”.	3.7
E8	“A Convenção de Nápoles, apesar de ser um instrumento apenas vocacionado para as autoridades aduaneiras , pelos menos em Portugal”, “(...) a alfândega tem acesso a informações que nós, UAF, enquanto unidade com competência específica de fiscalização e investigação tributária em todo o território nacional não temos”.	3.11
E9		
	“(...) envia uma carta rogatória, que demora até obter resposta ou que, às vezes, nem sequer obtém resposta, ou que as vezes são recusadas ”, “(...) mas depois temos tempos muito demorados”.	3.7
E10	“(...) o grande problema é elas funcionarem”, “(...) tornam-se muito complicadas de por em prática , pois as coisas ainda não estão mecanizadas”.	3.4
	“A convenção de Nápoles (...) dá para mexer em muita coisa (...) agora ela só pode ser feita por autoridades aduaneiras ou entidades com competência a nível aduaneira. E aqui em Portugal, ao contrário de alguns países, só a AT tem acesso ”.	.11

	“Foi encontrado um mecanismo para “tapar” cada problema encontrado, e não se construiu nada de raiz. Será que há necessidade de haver tantos mecanismos? ”.	3.2
	“Quando queremos cooperação queremos que as coisas sejam feitas de forma rápida, quase no automático ”.	3.7
E11	“(…) acho que são adequados e necessários ”.	3.1
	“(…) o que leva sempre algum tempo ”.	3.7
	“(…) claro que queríamos sempre mais ”	3.8
	“(…) de forma a conseguir atuar em tempo real ”.	3.7
E12	“(…) no que se refere à investigação criminal nenhum mecanismo é adequado ”.	3.10
	“(…) tens muita coisa em muito lado ”.	3.3
	“(…) quando aparecem coisas novas (…) gera sempre entraves (…) medo ou atrito à mudança, e quando mete entidades estrangeiras ou de fora (…) pior ainda. ”.	3.5
	“(…) cartas rogatórias, que demoravam imenso tempo até obter resposta ”.	3.7
E13	“(…) tem havido pouca constituição de EICs, pelo menos aqui em Portugal ”, “há mecanismos que não estão muito disponíveis e outros que ainda são pouco aplicados na prática ”, “(…) eles existem, estão previstos, mas são poucas vezes postos em prática ”.	3.4
	“(…) não temos conseguido por isso em prática com eficiência ”.	3.9
	“(…) as respostas chegam com muito atraso e muitas vezes incompletas , e a informação se não for pertinente e em tempo útil as vezes mais vale nem a ter”, “ Ainda não é possível , mesmo com estes mecanismos todos, haver acesso a informação em tempo útil ou em tempo real ”.	3.7
	“(…) o problema não é tanto na existência ou não de mecanismos formais (…) mas no olear destes mecanismos formais ”.	3.12
E14	“Não. Não são suficientes ”.	3.8
	“(…) se quer que seja sincero, eu ainda não participei em nenhuma EIC , e o problema é mesmo colocar estas ferramentas em prática”, “(…) é importante (…) que estes sejam postos pratica , isto é, que se torne vulgar a sua utilização”.	3.4
	“(…) estamos a falar de tempo medio de espera entre 30 a 90 dias , o que não se coaduna com as necessidades da investigação. Estas investigações precisam de informação quase em tempo real”, “(…) apesar de todas as ferramentas existentes ainda não existe nenhuma que permite o acesso à informação em tempo real ”.	3.7
	“E todas estas ferramentas que existem atualmente ainda são muito burocráticas ”, “Além disso, são muito burocratizadas ”.	3.12
	“(…) a Convenção de Nápoles II é muito importante (…) e nós não temos acesso à ela, só pertence as alfandegas , pelo menos aqui em Portugal”.	3.11
	“(…) apesar não me ter chegado ao conhecimento a sua existência . Ou seja, criar os mecanismos, mas depois não haver uma divulgação deles para aqueles que vão ser os intervenientes nesse procedimento”.	3.6
E15	“(…) são necessários e suficientes , e penso que são adequados ”.	3.1
	“Há é alguma renitência por parte das autoridades judiciais em os usar ”.	3.3
E16	“Os mecanismos podem existir, mas se (…) não arranjarmos maneira de os acionar, a sua eficácia é quase nenhuma ”.	3.5
	“Os mecanismos existem, mas depois não são usados , ou melhor, não são aproveitados como deveriam ser”.	3.9
	“Eles são necessários, e adequados também ”.	3.4
	“Mas há uma série de informações a que nós nem temos acesso e que vão, por vezes, diretas para a PJ, pois eles têm um POC na Europol”, “O problema é que há muitas entidades com muitas competências, umas muito semelhantes, outras divergentes”.	3.1
	“ Não há acesso à informação em tempo real (…) deveríamos ter mas é muito difícil”.	3.11
E17	“(…) as coisas são sempre muito demoradas ”.	3.7
	“(…) que há muitas formalidades ”, “reduzir as formalidades e a burocracia ao máximo”.	3.12
	“(…) acho que são adequados e necessários ”.	3.1

E18	“(…) já existem muitos e muitos mecanismos que (…) são claramente adequados”.	3.3
	“É preciso é que sejam aplicados ”; “ Sinceramente, ainda não tive nenhum processo que envolvesse uma EIC ”.	3.4
E19	“(…) as ferramentas existentes são adequadas ”.	3.1
	“(…) as ferramentas existentes (…) e suficientes ”.	3.3
	“É que a informação , para ser útil, tem de ser em tempo oportuno. Se chega a quem de direito fora do tempo, perda a sua pertinência por completo ”.	3.7
	“Mas essa troca, o canal, não é direta, ou seja, o contacto não vai de polícia a polícia. A informação passa por muita gente”, “(…) são feitos, pelo que os formalismos são obrigatórios ”.	3.12
E20	“(…) os instrumentos existentes são adequados ”.	3.1
	“ O ELSJ é um espaço em construção. Nessa medida, os instrumentos existentes (…) são, por definição, insuficientes ”.	3.8
E21	“(…) obviamente que ainda há alguns países , e é o grande problema da UE, que não aceitem os mesmos mecanismos ”.	3.5
	“(…) e não respondem com a mesma celeridade ”, “(…) no sentido que a investigação criminal tributária se faça de forma mais pró-ativa, ou seja, em tempo real. Para ser eficaz é preciso ter informação em tempo real ”.	3.7
Questão n.º 4 – Tendo em conta a sua experiência, de que forma se expressa a articulação, a nível nacional, entre os vários atores competentes para a investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?		
E1	“(…) a nível de competição institucional dentro do Estado-Membro. A maior parte das vezes querem evitar passar a informação . Não há uma ideia de investigação nacional (…) de todos investigarem em prol do mesmo”, “atualmente há muita competição , e a competição a este nível, não sendo saudável, não é nada proveitosa”, “(…) o que se verifica é que a UAF e a PJ são (…) concorrentes , ou seja, não nos complementamos”, “ A AT (…) está a tentar assumir-se como uma terceira força ”.	4.1.1
	“tentamos sempre (…) formar equipas mistas de investigação , em que chamamos sempre a AT (…) que no caso do contrabando nos apoia com a DSAFA ”.	4.1.3
	“A cooperação com a AT também é feita de forma informal , mas (…) cada vez mais eles cortaram o acesso à informação através de contactos informais ”.	4.1.8
	“Há protocolos estabelecidos que visam, basicamente, a agilização da formação das equipas mistas (…) e da partilha de informação”.	4.1.5
	“(…) são avaliados em função do número de acusações e arquivamentos que fazem. Por isso, quanto mais rápido for a investigação, mais elevada é a pontuação”.	4.1.2
	“Mas a maior parte dos procuradores tem imensa dificuldade nos crimes aduaneiros e tributários. Há pouca especialização nessa área ainda”.	4.2.3
	“(…) deveríamos estar todos sob a mesma cúpula . Tudo o que diz respeito à investigação de crimes aduaneiros deveria estar sob a direção do Ministério das Finanças”.	4.2.1
	“É preciso é sinergia e cooperação ”.	4.2.2
	“(…) estratégia conjunta e concertada entre os vários atores”.	4.2.4
	“(…) precisamos cada vez mais de investimento a nível de aquisição de equipamento”.	4.2.5
E2	“ É uma competitividade , as vezes saudável, às vezes menos saudável”, “Há sim, tentativas de atropelarem-se uns aos outros ”, “A PJ, por sua vez, tem competência concorrencial connosco”.	4.1.1
	“(…) quando as partes se complementam, essa cooperação existe ”.	4.1.6
	“(…) criam-se equipas mistas (…) e essa cooperação acaba por existir”.	4.1.3
	“ Existe um protocolo perfeitamente estabelecido entre a UAF e a AT (…)”.	4.1.5
	“(…) a AT e a UAF funcionam de forma complementar. Eles vêm o processo com peritos”, “ nomeiam-se peritos para os processos ”.	4.1.7
	“(…) deveria ser criada especialização do MP para a área aduaneira e tributária”.	4.2.3
E3	“(…) possibilidade legal de constituir equipas mistas (…) com a AT (DSAFA ou DSIFAE) dependendo se é crime aduaneiro ou fiscal”.	4.1.3
E4	“Há também um protocolo estabelecido entre a PJ e a AT, a título de cooperação”.	4.1.5

	“Como existe uma situação “concorrencial” entre ambas , a nível de competência, nunca investigam juntos”.	4.1.1
	“(…) poder-se-ia pensar numa coordenação centralizada das entidades que investigam este tipo de crime, pois somos entidades dependentes de diferentes ministérios, de diferentes estruturas (...) Criar uma comissão entre as entidades envolvidas onde se falasse abertamente”.	4.2.1
	“(…) definir estratégias conjuntas e objetivos comuns ”.	4.2.4
	“Deveria haver elementos de ligação entre os vários OPC ”.	4.2.6
	“É também preciso repensar em mais e melhores meios para a investigação do contrabando em Portugal”.	4.2.5
E5	“(…) apuramento dos valores de fraude pela AT ou a realização de peritagens”.	4.1.7
	“Informações: assentando na partilha de elementos detidos pelos diversos organismos”.	4.1.4
	“Existem ainda protocolos entre as entidades , como entre a AT e a UAF”.	4.1.5
	“Pode haver recurso a contacto informal para aferir da disponibilidade dos serviços”.	4.1.8
	“(…) os protocolos, que podem ser mais ambiciosos ”.	4.2.7
	“(…) para criar mais sinergias ”,	4.2.2
	“Seria bom ter um oficial de ligação na UIF ”.	4.2.6
	“(…) o combate a criminalidade organizada carece de especialização , que ainda é pouco a nível nacional”.	4.2.3
E6	“(…) a cooperação assume uma vertente interna e externa ”	4.1.6
	“(…) relação com a AT, que se materializa muitas vezes em equipas mistas de investigação ”.	4.1.3
	“(…) também numa frequente troca de informações , esta última que ocorre também com a PJ”.	4.1.4
	“(…) elementos em número suficiente e em moldes que seja viável a sua especialização”, “mais efetivos e melhor qualificados” .	4.2.3
	“(…) aumentar as ligações e sinergias com as outras entidades competentes”.	4.2.2
	“A melhoria (...) assenta (...) capacitação das estruturas com elementos em número suficiente ”. “(...) é o da capacitação das entidades competentes para o combate ao fenómeno (ex: afetação de efetivos que possam vir a ser especializados nesta área)”, “A melhoria (...) passa pela capacitação da estrutura com mais e melhores recursos ”.	4.2.5
E7	“Sem dúvida que este contacto, digamos que informal, continua a ser a única forma de proporcionar uma articulação mais eficiente”.	4.1.8
	“(…) por outro lado, cada uma delas tem metas e objetivos próprios a atingir”.	4.1.2
	“(…) uma formação mais especializada , por exemplo a questão da contabilidade”.	4.2.2
	“(…) o aumento do número de funcionários com especialização na área da investigação tributária, em particular do contrabando do tabaco, seria benéfico e agilizaria o trabalho”.	4.2.5
	“(…) essa mesma entidade não consegue estar em todas as linhas da frente e, por isso, é tão importante a cooperação entre elas ”.	4.2.2
E8	“(…) cada um tende a concentrar a informação no seu organismo ”, “mas não o querem fazer pois querem estar ao mesmo nível na investigação ”.	4.1.1
	“(…) veio permitir a criar de equipas mistas , em regra da UAF ou PJ com a AT”.	4.1.3
	“Há a possibilidade de a AT apoiar com peritos ”.	4.1.7
	“(…) Outro problema é a questão dos objetivos, há objetivos a cumprir e segundo os quais as pessoas são avaliadas dentro da própria instituição”.	4.1.2
	“Deveria haver oficiais de ligação entre as entidades envolvidas , de forma a que as nossas investigações decorressem de uma forma mais célere”.	4.2.6
	“(…) entrada na UIF (oficial de ligação – representação) ”.	
	“(…) mais especialização nesta área, também ”, “muitas vezes o MP não está sensibilizado, não tem uma especialização própria só para esta área”.	4.2.3

E9	“Desenvolver e dotar as forças policiais (...) com os meios humanos e financeiros para fazer face à criminalidade organizada”.	4.2.5
E10	“Com a PJ, não há cooperação, é concorrência. Com a AT também é complicado, e cada vez mais, principalmente depois da agregação das duas direções ”, “(...) cada vez que damos ou pedimos uma informação, eles atacam-na”, “Mas não há (...) uma grande colaboração entre as forças. É concorrência ”.	4.1.1
	“Eles têm perdido muita gente, eles também têm numero para fazer ”.	4.1.2
	“Com as finanças tem corrido (...) bem (...) graças a um protocolo que foi estabelecido”.	4.1.5
	“(...) no terreno basicamente é através da constituição de equipas mistas ”.	4.1.3
	“Isto era tudo muito mais fácil se todas as forças competentes estivessem na mesma alçada ”.	4.2.1
	“(...) não tenho aqui, no Algarve, ninguém do MP que seja especializado nesta área fiscal e aduaneira”, “(...) na seção central especializada do DIAP em Lisboa há apenas 3 pessoas”.	4.2.3
E11	“(...) acaba, em regra, por criar equipas mistas de investigação ”.	4.1.3
	“(...) e pela AT, que fornece peritos e técnicos ”.	4.1.7
	“(...) que a GNR tem um protocolo estabelecido com a AT”.	4.1.5
	“(...) É que de facto, às vezes acontece este tipo de conflito, devido à competência concorrencial ”.	4.1.1
	“(...) um gabinete para o contrabando de (...) tabaco . Uma espécie de grupo que reunisse periodicamente com todas as entidades”.	4.2.1
	“(...) ligação entre as entidades através de oficiais de ligação , de forma a garantir uma representação permanente”.	4.2.6
	“(...) a criação de laços e sinergias e um entrosamento entre as mesmas”.	4.2.2
	“(...) importante haver mais e melhor especialização ”, “(...) se não tivermos especialização nunca iremos a bom porto”.	4.2.3
	“(...) bem como mais pessoal, pois todos nós somos poucos para fazer face a este tipo de criminalidade ”, “Por mais equipamentos e recursos humanos que tenhamos, serão sempre preciso mais”.	4.2.5
E12	“Basicamente são 3 entidades concorrenciais (...) ”.	4.1.1
	“(...) equipas mistas são muito positivas ”.	4.1.3
	“ Partilha de informação e equipas mistas , basicamente é isto”.	4.1.4
	“(...) ter uma relação mais estreita”, “ Mais abertura para partilha de informação, mais estreitamento de laços ”.	4.2.2
	“(...) oficiais de ligação entre as (...) instituições (...) cria relações e entrosamento”.	4.2.6
	“É preciso mais formação e especialização ”, “O idílico seria haver secções especializadas do MP para isto”.	4.2.3
	“É preciso investimento em meios e pessoal ”.	4.2.5
E13	“Com a PJ não há muita cooperação (...) , porque basicamente somos concorrentes na área tributária ”.	4.1.1
	“Além da troca de informações ”.	4.1.4
	“(...) trabalham juntos através das equipas mistas ”.	4.1.3
	“Também existem protocolos ”.	4.1.5
	“(...) protocolos (...) ainda não foram aplicados em toda a sua extensão (...) Se forem aplicados em toda a sua extensão (...) teríamos acesso direto e não teríamos de pedir através de formalidades ”.	4.2.7
	“(...) mais informalidade do que aquela que existe”, “ Deveria haver troca de informação de forma mais expedita do que a existe ”.	4.2.2
	“(...) é preciso haver mais pessoal (...) é essencial adquirir mais meios materiais e mais equipamentos técnicos”.	4.2.5
	“(...) nesta área a especialização deve ser sempre trabalhada, sempre melhorada”.	4.2.3

E14	“(…) não podemos deixar de ver que tanto a PJ como a DSAFA ou DSAFAE são concorrentes ”, “Nós temos de ter acesso a informação e não nos pode ser vedado o acesso a ela”.	4.1.1
	“(…) temos equipas mistas com pessoal da AT, em que existe alguma cooperação”.	4.1.3
	“Também existe cooperação quando enviamos para eles uma a solicitação de uma nota de contagem de direitos ou impostos sobre uma determinada mercadoria”.	4.1.7
	“É preciso haver uma maior proximidade ”.	4.2.2
	“A melhor forma de ser melhorada é serem estabelecidos mais protocolos de troca de informação”.	4.2.7
E15	“(…) temos tido colaboração de outros OPC competentes, como a UAF e a AT”.	4.1.6
	“(…) passa, sobretudo, pela troca e partilha de informação ”.	4.1.4
	“(…) pela constituição de equipas mistas ”.	4.1.3
	“Também há apoio da AT para realizar perícias ”.	4.1.7
	“(…) colaboração pode ser feita de duas formas: através de contactos informais ou através de contactos formais ”.	4.1.8
	“(…) existem protocolos assinados , no nosso caso com a AT, através do DL n.º 93/2003”.	4.1.5
	“Muitas vezes somos confrontados pela AT com recusas, e isto não deveria acontecer e não se compreende ”, “(…) se as entidades com competência nesta matéria não andassem a ocultar informação”.	4.1.1
	“ Entendimento e bom senso é o suficiente para que tudo funcione”.	4.2.2
E16	“ As equipas mistas são (…) a única forma de combater o crime económico organizado ”.	4.1.3
	“ Os protocolos que estão estabelecidos ”.	4.1.5
	“Há (…) contactos informais , há uma (…) reuniões que são feitas periodicamente”.	4.1.8
	“(…) que há trocas de informações de parte a parte isso há”.	4.1.4
	“E da mesma forma deveria ter um oficial de ligação na UIF (PJ) ”, “Este GRA tem ligação com todas as entidades, mas não tem lá ninguém da GNR , e deveria ter, como é óbvio”.	4.2.6
	“ Os protocolos (…) vieram ajudar, no entanto, talvez fosse importante simplificar um pouco mais”.	4.2.7
	“(…) ainda não há uma série de lições apreendidas , e deveria haver”.	4.2.8
	“Também é importante haver mais especialização nesta área ”.	4.2.3
	“(…) é preciso mais pessoal e mais meios”, “ Tem se se fortalecer as entidades. Tem de haver mais pessoas a investigar o crime económico, quer na PJ, que são muito poucos, quer na AT e quer na UAF ”.	4.2.5
	“Concordo que deve haver “uma cabeça uma sentença”, mas teria de ser um gabinete supraministerial (…) poderia ser um gabinete na dependência direta do primeiro ministro ”.	4.2.1
E17	“(…) Da minha experiência com as equipas mistas , sobretudo com a PJ”.	4.1.3
	“(…) seja nomeado um alguém da AT para fazer o cálculo do imposto em falta”.	4.1.7
	“(…) os OPC, penso que são muitos estanques , e isso deve-se muito devido às rivalidades que existem ”.	4.1.1
	“(…) deveria haver mais especialização nesta área , por aqui nós também somos poucos a trabalhar nesta área”.	4.2.3
E18	“(…) a articulação e cooperação tem funcionado bem ”.	4.1.6
	“(…) pedidos administrativos a nível das informações funcionam , normalmente, bem e de forma rápida”.	4.1.4
	“(…) as equipas mistas têm funcionado muito bem entre a UAF e a AT”.	4.1.3
	“(…) estabelecer um conjunto de lições apreendidas no fim de cada inquérito realizado (…) de forma a criar know-how e uniformização de métodos ou de procedimentos a nível interno ”.	4.2.8
	“(…) é necessário capacitar as entidades com mais gente ”, “(…) reforçar as entidades com meios humanos e materiais ”.	4.2.5
	“(…) mais especialização . Especialização significa mais conhecimento e mais dedicação em determinada área, e isso é muito importante”.	4.2.3

E19	“A cooperação não existe, não funciona ”, “(...) é preciso mais gente e mais cooperação”, “ Há muita renitência em cooperar e fornecer informação ”.	4.1.1
	“(...) constituir equipas mistas ”.	4.1.3
	“Os protocolos existem , servem para alguma coisa”.	4.1.5
	“É preciso uma cooperação aberta, franca, sem renitências ”.	4.2.2
	“(...) acho que todos nós somos poucos para combater este ilícito, e para combater a sua transnacionalidade é preciso mais gente ”, “É lógico que é preciso mais pessoal e mais equipamentos”.	4.2.5
	“A UAF pode ter um papel importantíssimo na parte da prevenção ”, “ apostar na prevenção ”.	4.2.9
E20		
E21	“(...) as competências legais, neste âmbito, são competências concorrenciais , ou seja, há polícias a investigar o mesmo tipo de ilícito”, “(...) a competência legal está mais ou menos definida, apesar de ainda haver alguma sobreposição ”.	4.1.1
	“(...) mas a relação com a AT é satisfatória, temos as equipas mistas e um protocolo estabelecido ”.	4.1.5
	“A AT é o nosso parceiro direto e as equipas mistas são o exemplo disso ”.	4.1.3
	“(...) a informação circula já de forma razoável entre as várias polícias”.	4.1.4
	“(...) em que fosse possível falar abertamente e articular informação sobre fenómenos criminais”.	4.2.2
	“(...) e definir estratégias conjuntas ”.	4.2.4
	“Os recursos são sempre finitos, mas nesta situação em particular, há necessidade de haver mais recursos humanos, materiais e financeiros ”.	4.2.5
	“(...) é preciso haver uma maior capacidade a nível preventivo e de fiscalização ”.	4.2.9
Questão n.º 5 – Como se expressa a articulação, a nível europeu, com os atores europeus e de outros países envolvidos na investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?		
E1	“(...) sem a Procuradoria Europeia ainda “a funcionar”, é tudo feito de forma informal ”.	5.1.1
	“ Partilha e troca de informações ”.	5.1.2
	“ Fazemos processo cá, eles fazem processos lá . As vezes investigamos todos a mesma coisa”.	5.1.3
	“O próprio contrabando nasce da falta de harmonização . (...) se as taxas, se os impostos e direitos aduaneiros e os IEC fossem igual em todos os países, não haveria contrabando (...) não havia lucro”.	5.2.4
	“O sistema de localização e seguimento é bom pois permite verificar se o tabaco foi devidamente inserido na cadeia legal de abastecimento”	5.2.5
	“Sempre toda a gente a seguir o mesmo Código Penal e o mesmo Código Processual Penal para aquele crime que é transnacional”, “ CP e CPP único ”.	5.2.6
	“O que eu defendo (...) é a definição de uma entidade ou organismo com competência específica de investigação a nível europeu com um catálogo próprio, com um código penal e processual único para crimes transnacionais (...) a UE assumir-se como uma plataforma única, mas restringida apenas aos crimes transnacionais, “(...) a criação de uma Procuradoria Europeia com competência de investigação transnacional, para a investigação de crimes transnacionais ”, “(...) criavam-se equipas específicas de investigação transnacional (...). Seria tudo mais rápido e eficiente”.	5.2.2
E2	“Existe também financiamento (para software de análise de risco, equipamentos)”.	5.1.4
	“A nível da troca de informações (...) através das alfândegas ou (...) da Europol, através do PUC-CPI”.	5.1.2
	“(...) não temos oficial de ligação no OLAF e isso seria extremamente útil , pois agiliza as investigações e cria sinergias que de outra forma não se conseguem criar”.	5.2.1
E3	“(...) as deslocações e outras despesas são patrocinadas e financiadas pela Europol , que tem verbas disponíveis para o efeito.”	5.1.4
E4	“(...) através dos canais de troca de informação ”.	5.1.2

	“(…) através de oficiais de ligação , que temos na Europol e no OLAF”.	5.1.5
	“ Enquanto houver valores de compra direta de tabaco tão díspares e elevados na Europa, haverá sempre motivação para o contrabando de tabaco”	5.2.4
E5	“(…) os fundos europeus que se destinam a promover determinados setores , nomeadamente o <i>Hercule III Programme</i> ”, “(…) o progresso técnico da UAF ao longo dos últimos 20 anos deve-se muito ao financiamento europeu proveniente da Comissão Europeia e do OLAF”.	5.1.4
	“(…) a própria partilha de informação entre os OPC nacionais e os organismos europeus tem sido bem-sucedida”.	5.1.2
	“(…) os CCPA (…) deveriam ser repensados e atualizados ”.	5.1.6
	“ É necessário haver oficiais de ligação em todos os organismos europeus ”.	5.2.1
	“ A solução passa pelo próprio projeto europeu , pela integração progressiva de diferentes vertentes dos Estados, sobretudo a justiça”, “ A Procuradoria Europeia é um projeto ambicioso, pelo que falta ver se vai ultrapassar os vários desafios”.	5.2.2
E6	“(…) a harmonização legislativa nas áreas de maior criticidade (….) como é o caso da tributação de produtos sujeitos a imposto do tabaco ”.	5.2.4
	“(…) assume particular importância o alargamento do número de elementos de ligação nos vários organismos existentes para efeitos de cooperação, relevando-se neste contexto a insuficiência de oficiais de ligação e peritos permanentes”.	5.2.1
E7	“mais do que a própria moldura penal que certamente (….) tem influência, a questão da disparidade entre o valor do imposto associado ao produto (….) está na origem do problema , e que só pode ser resolvido se houver mais harmonização fiscal ”.	5.2.4
E8	“Basicamente (….) é através dos CCPA (…) para tentar obter informações”.	5.1.6
	“Aqui os mecanismos de financiamento , em particular o OLAF e o Programa Hercule III, são muito importantes”, “Tem-se gasto imenso dinheiro em mecanismos de controlo de contentores e de meios terrestres ”.	5.1.4
	“(…) a criação de POC e nomeação de oficiais de ligação ”.	5.2.1
	“(…) um regulamento que permita uma investigação transnacional a nível Europeu e criar uma instituição central como a Procuradoria Europeia”, “(…) atribuição à Procuradoria Europeia de competência para a investigação transnacional para qualquer crime com dimensão transfronteiriça ”.	5.2.2
	“ Harmonizar as definições dos ilícitos e das sanções na UE ”.	5.2.3
E9	“ Desenvolver e dotar as agências europeias já existentes com os meios humanos e financeiros para fazer face à criminalidade organizada”.	5.2.8
	“ Destaco o papel interventivo dos peritos nacionais destacados ”.	5.1.7
	“(…) pela via da harmonização substantiva quer por via da cooperação judiciária e policial internacional em matéria penal”.	5.2.3
E10	“Já os países que têm acordos bilaterais a cooperação funciona de forma muito melhor ”	5.1.6
	“Existem (….) organismos europeus que, direta ou indiretamente, acabam por financiar não a investigação em si, mas sobretudo o controlo, a fiscalização ”.	5.1.4
	“É por isso que seria bom ter oficiais de ligação e representação nos vários organismos”.	5.2.1
	“Era muito importante que existisse harmonização das legislações fiscais e tributárias em toda a Europa e aproximação do preço do tabaco. Se isto acontecesse, muito provavelmente deixaria de existir contrabando ”.	5.2.4
	“Deveria haver uma espécie de polícia tributária comum (….) que agregasse elementos das várias forças nacionais competentes”.	5.2.7
	“Era bom existir um Ministério Público comum ”, “(…) depender de uma cabeça central comum, de uma espécie de MP europeu ”.	5.2.2
	“(…) situação de haver legislação há mais ”, “ Devia de haver um código penal e processual com pés e cabeça . Tentar condensar toda a legislação comunitária em um único documento e tentar simplificar”.	5.2.6
E11	“(…) com organismos europeus e congéneres é tudo através de contactos diretos ”.	5.1.1
	“Os CCPA vieram melhorar a troca de informação ”.	5.1.6
	“(…) o ideal é correrem duas investigações: uma em Portugal e outra em Espanha, de forma paralela ”.	5.1.3

	“(…) através de oficiais de ligação (…) sobretudo nos organismos europeus que intervêm no combate a estes crimes”.	5.2.1
	“(…) Era importante haver harmonização das legislações penais ”.	5.2.3
	“(…) haver a harmonização dos impostos e preços do tabaco em toda a UE ”.	5.2.4
E12	“Os CCPA vieram agilizar a troca de informação”.	5.1.2
	“(…) mas é (…) muito bilateral , só entre países que têm fronteiras físicas entre si”.	5.1.6
	“(…) oficiais de ligação em todo lado . Desde Europol, OLAF, até Interpol”.	5.2.1
	“Basicamente (…) uma espécie de MP europeu (…) permita realizar uma única investigação nesses países (…) permite ter apenas uma cabeça, uma só entidade a dirigir a investigação”.	5.2.2
	“(…) haver harmonização penal ”.	5.2.3
E13	“(…) uma verdadeira harmonização dos impostos e dos preços do tabaco na UE”.	5.2.4
	“(…) bilaterais, sobretudo entre Portugal e Espanha , através do CCPA”.	5.1.6
	“(…) há algum apoio com financiamento , mas já houve mais”.	5.1.4
	“(…) Há bastantes contactos informais , sobretudo com a <i>Guardia Civil</i> ”.	5.1.1
	“(…) oficiais de ligação , que devem estar colocados em locais chave”.	5.2.1
	“(…) um sistema tributário exatamente igual ou até integrado ao nível da UE, numa ótica de federalização”, “harmonização de todo o sistema tributário”.	5.2.4
	“(…) harmonização penal também , pois a pressão de prevenção e investigação deveria de ser igual em toda a europa”.	5.2.3
	“A Procuradoria Europeia é, se calhar, aquilo a que um dia pode ser o embrião de um futuro Ministério Público Europeu”, “(…) é essencial haver uma Procuradoria Europeia (…) que consiga validá-las judicialmente”.	5.2.2
E14	“(…) temos alguma facilidade e proximidade com os espanhóis, através dos oficiais de ligação e CCPA ”.	5.1.5
	“É preciso haver aquele contacto informal , por exemplo, através de oficiais de ligação”, “Era muito importante haver oficiais de ligação na Europol e no OLAF”.	5.2.1
	“É preciso haver mais harmonização quer das legislações tributárias ”.	5.2.4
	“(…) harmonização (..) das legislações penais , sobretudo dos meios de obtenção de prova”.	5.2.3
E15	“A troca de informação é fundamental”.	5.1.2
	“ Também temos oficiais de ligação na Europol, não tantos como seriam precisos, mas temos ”.	5.1.5
	“Era fundamental haver mais harmonização da legislação tributária, ao nível dos IEC e dos preços do tabaco ”.	5.2.4
	“(…) haver mais harmonização (..) da legislação penal na UE ”.	5.2.3
E16	“(…) a GNR, deveria ter, pelo menos, um oficial de ligação na Europol, na Interpol e, através da UAF, no OLAF”.	5.2.1
	“A UAF tem uma série de projetos que estão a ser desenhados há algum tempo para serem financiados pelo OLAF ”.	5.1.4
	“(…) estas entidades internacionais ajuda muito na partilha de informação ”.	5.1.2
	“Os acordos bilaterais facilitam muito ”.	5.1.6
	“(…) o sistema fiscal europeu que não existe, deveria existir . A tributação deveria ser igual em todos os países da Europa, sobretudo ao nível dos IEC”.	5.2.4
E17	“Já recebi contactos diretos por parte de um procurador”, “(…) este tipo de contacto menos formal torna tudo muito mais fácil ”.	5.1.1
	“(…) existe ainda a possibilidade de contactar os representantes portugueses colocados no Eurojust ”.	5.1.7
E18	“(…) tem funcionado bem é a troca de informações ”.	5.1.2
	“(…) o Ministério Público também tem 2 ou 3 peritos nacionais destacados que representam Portugal no Eurojust”.	5.1.7
	“(…) é mesmo esperar para ver como vai funcionar a Procuradoria Europeia . Penso que o futuro da investigação dos crimes transnacionais passa por aqui”.	5.2.2
	“(…) haver mais harmonização das legislações penais e processuais penais ”.	5.2.3

E19	“(…) O Ministério Público está próximo da Eurojust, pois tem lá representantes e faz-se representar por peritos destacados”.	5.1.7
	“Há um canal formal e um canal informal ”.	5.1.1
	“(…) que há alguma troca de informação ”.	5.1.2
	“Mas sim, esporadicamente vamos tendo algum financiamento , algum apoio”.	5.1.4
	“Se tivéssemos oficiais de ligação nessas instituições, através de um simples telefonema ou email, teríamos acesso a informação privilegiada ”, “Deveríamos implementar uma rede de oficiais de ligação por esses organismos”.	5.2.1
	“(…) reduzir as assimetrias de conceitos, as assimetrias fiscais e legais , de forma a que quando falemos de um conceito, este conceito seja igual em todos os países”.	5.2.3
	“Também é importante a implementação do Tracking & Tracing System e que está para breve”.	5.2.5
E20	“A Europol recolhe e dissemina informação de natureza policial entre as polícias”.	5.1.2
	“(…) quando envolvidas em investigações paralelas ou coincidentes , se coordenem entre si e estabeleçam estratégias conjuntas de investigação”.	5.1.3
	“(…) é feita através dos representantes nacionais destacados ”.	5.1.7
E21	“(…) existem vários países a investigar os mesmos factos e os mesmos suspeitos , pois permite juntar os vários investigadores”.	5.1.3
	“A nível de cooperação é claro que os CCPA ajudam ”, “(…) com a Espanha, temos um protocolo de cooperação ”.	5.1.6
	“Além disso, temos um oficial de ligação da Guardia Civil cá e um oficial nosso na Guardia Civil ”, “(…) e temos oficiais de ligação também em França”.	5.1.5
	“(…) tem permitido que haja um intercâmbio de informação maior ”.	5.1.2
	“Há algum financiamento comunitário , decorrente, por exemplo, do Programa Horizon e do Programa Hercule (…), e já obtivemos, aqui na UAF, algum financiamento proveniente desse tipo de fundos”.	5.1.4
	“a UAF, deveríamos ter uma ligação mais próxima ao OLAF (…), deveríamos lá ter um oficial de ligação, bem como no Europol ”.	5.2.1
	“(…) não sei se já ouviu falar do IBM, mas tem havido uma preocupação em integrar, ao nível das fronteiras externas , as várias entidades, meios, estratégias, quer sejam polícias ou alfândegas ”.	5.2.7
	“Este sistema de track & trace pode vir a ajudar ”.	5.2.5
	“(…) se houvesse uma maior harmonização das taxas de tabaco , não iria compensar fazer contrabando de tabaco”.	5.2.4
	Questão n.º 6 – Tendo em conta a sua experiência, na prática, como ocorre o contrabando de tabaco? Quais são as suas tendências?	
E1	“(…) existem vários países do Leste que produzem uma elevada quantidade de tabaco que está a ser colocado no mercado negro”, “Há autênticas fábricas clandestinas, sobretudo na Polónia ”.	6.2
	“(…) em Portugal, tendo em conta a nossa legislação, o contrabando tem vindo a decair e a crescer cada vez mais a introdução fraudulenta no consumo ”. “O tabaco cada vez mais é produzido diretamente em território aduaneiro”	
	“(…) a entrar contentores nos portos, que têm como destino os países nórdicos e o Reino Unido ”.	6.4
	“(…) também temos muito consumo cá, não só de folha de tabaco ”.	6.6 6.5
	“(…) mas também de cigarros, contrafeitos ou de marcas brancas ”.	6.1
	“o que se verifica muito no contrabando é a utilização dos regimes aduaneiros. Especialmente o regime T1 , que é o regime de trânsito interno da UE”.	6.3
	“Já não há muitas tentativas de transportar grandes quantidades de tabaco , com recurso a camiões, mas antes quantidades reduzidas (…), sistemáticos”.	6.10
E2	“(…) das empresas fachada (…), homens que têm de corromper funcionários”.	6.7
	“(…) quando se trata de produtos em regime suspensivo e depois do seu desaparecimento e a falta de controlo”.	6.3
E3 E4	“Portugal é maioritariamente um país de entrada para a circulação do tabaco até outros países europeus”.	6.4

	“(…) o contrabando e a droga encontram-se muito relacionados, ou com outro tipo de crimes. Um exemplo disso foi a detenção, há alguns anos, do n.º 2, na altura, na hierarquia do IRA ”.	6.8
	“Outro problema, ora emergente, tem sido o aparecimento e desmantelamento de fábricas clandestinas dentro na UE, sobretudo na Europa de Leste ”.	6.2
	“(…) tem-se presenciado a cada vez mais existir contrabando de folha de tabaco ”.	6.6
E5	“(…) recorrem à falsificação documental, à informação privilegiada , inclusivamente através da corrupção de funcionários , bem como a instrumentalização de pessoas singulares (e.g. homens de palha/testas de ferro) e de pessoas coletivas (e.g. empresas fachada/sociedades fictícias).”	6.7
	“(…) ou recurso à plantação de tabaco já no interior da união ”.	6.2
E6	“(…) em que a mercadoria, seja tabaco contrafeito, seja <i>cheap whites</i> , sejam produtos originais ”.	6.1
	“(…) privilegiando-se o recurso ao regime de trânsito T1 ”.	6.3
	“(…) uma nova técnica, que consiste no transporte e distribuição sistemática de remessas mais pequenas ”.	6.10
	“Um desses exemplos em Portugal é o fenómeno da folha de tabaco ”.	6.6
	“(…) contrabando técnico por contentores tem como destino os países de elevada tributação ”.	6.4
	“(…) depois há o contrabando por via terrestre e por via aérea que se destinam a consumo cá ”.	6.5
	“(…) operadores autorizados/entrepósitos fiscais (...) criam esquemas de comercialização marginal, utilizando abusivamente o estatuto aduaneiro de que são detentores”.	6.7
	“(…) consiste no transporte e distribuição sistemática de remessas mais pequenas ”.	6.10
	“(…) optado mais recentemente por uma forma mais simples de maximizar os lucros, produzindo tabaco dentro do espaço da união e introduzindo-o irregularmente no consumo ”.	6.2
E7	“Atualmente, (...) a internet é uma ferramenta facilitadora para a execução de contrabando”.	6.9
	“E depois existe outra questão que são as transportadoras via terrestre ”.	
	“(…) que se destina ao nosso mercado, mas não só, também há consumo de tabaco proveniente de Angola e dos países de Leste ”.	6.5
	“Depois é a tal questão das quantidades. Cada vez mais as pessoas trazem tabaco em menores quantidades, mas fazem-no com mais frequência ”.	6.10
	“(…) os infratores utilizam (...) truques para anularem a sua identidade, testas de ferro ou empresas de fachada , o que dificulta o trabalho do investigador”.	6.7
	“(…) temos assistido muito nas transportadoras, é o transporte de folha de tabaco ”.	6.6
E8	“(…) a facilidade com que se pode encomendar produtos por internet também tem sido um problema crescente”, “(...) que se verifica através da fiscalização às transportadoras ”.	6.9
	“(…) faça com mais frequência e em menores quantidades , o que gera mais dificuldades para as nossas investigações”.	6.10
	“(…) porque o nome é fictício, o número telemóvel é falso. Há recursos a testas de ferro e a empresas de fachada. ”	6.7
	“(…) aqui em Portugal, cada vez mais contrabando de folha de tabaco ”.	6.6
	“Cada vez mais (...) aparecimento de novas marcas brancas ”.	6.1
	“(…) tem vindo sobretudo de Angola e da Europa de Leste ”.	6.2
	“(…) associado a outras condutas criminosas, como a falsificação de documentos, branqueamento de capitais e, por vezes, o terrorismo ”.	6.8
E9		
E10	“ Envolve muitos outros crimes, como o branqueamento de capitais (...) a corrupção e a associação criminosa. ”	6.8
	“Agora o que existe é mais a introdução fraudulenta no consumo (...) existe uma massa de produção de tabaco muito elevada nos países de Leste da UE ”.	6.2

	“Em termos de evolução do contrabando, aqui em Portugal, temos a folha de tabaco ”, “(...) a folha de tabaco vem sobretudo de Espanha”.	6.6
E11	“(...) sair dos locais de produção autorizados e depois ser desviado do fim a que se destina ou ser logo produzido fora de locais autorizados”.	6.7
	“ Atualmente Portugal não é apenas um país de trânsito, mas é também um país de destino ”.	6.4
		6.5
	“O fenómeno da folha de tabaco aconteceu desde a sua tributação ”.	6.6
	“O que tem acontecido é que há cada vez mais IFC ”.	6.2
E12	“Envolve todo o tipo de produtos, desde produtos originais, até produtos contrafeitos ou os chamados cheap whites ”.	6.1
	“(...) tem havido cada vez mais introdução fraudulenta no consumo , com produção e introdução no consumo dentro do próprio território da UE”.	6.2
	“Em Portugal temos muito o fenómeno da folha de tabaco ”.	6.6
	“Cada vez mais se refugiam nesse limite, com quantidades mais pequenas ”.	6.10
	“(...) e o recurso à internet ”.	6.9
	“(...) envolve o recurso a testas de ferro (...) ou sociedades fictícias ”.	6.7
E13	“Aqui em Portugal (...) é o fenómeno do contrabando de folha de tabaco proveniente de Espanha”.	6.6
	“(...) o tabaco manufaturado ou vem por terra, pela Europa fora (...) para a sua produção e comercialização”.	6.2
	“(...) sendo Portugal, principalmente, um país de trânsito ”.	6.4
	“ Já não se apanham grandes quantidades de tabaco em circulação (...) “Hoje em dia (...) assenta muito no pipeline (...) a tendência é vender-se ou contrabandear-se (...) em poucas quantidades, mas em muitas expedições ”.	6.10
	“(...) transporte (...) de folha de tabaco pelas transportadoras com uma naturalidade tremenda”.	6.6
	“(...) contactos diretos efetuados por internet (...) facilita a capacidade de expedição e de angariar clientes”.	6.9
	“(...) isto (...) leva-nos a outros crimes intimamente ligados, como a associação criminosa ou o branqueamento de capitais ”.	6.8
E14	“(...) em termos de contrabando puro não temos assistido muito a isto. Na sua grande maioria temos encontrado é IFC ”.	6.2
	“(...) quer fosse para terem como destino Portugal ou para funcionar apenas como país de trânsito ”.	6.4
		6.5
	“(...) muita disseminação de produtos como a folha de tabaco e tabaco triturado”.	6.6
	“Na maioria dos casos já não há uma importação de grandes quantidades. Verifica-se (...) a utilização de viaturas ligeiras a trabalhar sempre na margem do crime e da contraordenação ”.	6.10
	“Também têm aparecido muitas marcas brancas , e isto dificulta a nossa ação”.	6.1
E15	“A nova tendência é sobretudo a folha de tabaco e o recurso à internet ”.	6.9
	“(...) tabaco proveniente do resto da Europa pela fronteira terrestre ”.	6.2
	“A internet tem possibilitado o número de expedições a nível internacional”.	6.9
E16	“(...) recurso a testas de ferro e a empresas de fachada e (...) por vezes (...) à <i>Offshores</i> (paraísos fiscais)”.	6.7
	“(...) com fundos falsos ou manifesto de carga diferente ”.	6.7
E17	“Tenho a ideia que Portugal é sobretudo um país de passagem ”.	6.4
	“(...) utilizam sociedades de fachada , adquiridas poucos meses antes e nas quais indicam como gerente um testa de ferro ”.	6.7
E18		
E19	“Está provado que o contrabando de tabaco, face aos lucros que gera, está associado ao financiamento do terrorismo ”.	6.8
	“Passamos do tabaco puramente contrafeito (...) para o contrabando de Cheap Whites ”.	6.1
	“(...) algumas marcas de cigarros são produzidas em território Europeu ”, “Estas fábricas estão sediadas sobretudo nos países de Leste”.	6.2

	“declarar, <i>através de entrepostos fiscais situados na UE</i> , a exportação do tabaco por contentor para outros continentes”.	6.3
	“(…) tendência com maior expressão (...) é o fenómeno da folha de tabaco ”.	6.6
E20		
	“(…) os grupos criminosos (...) começaram a atuar dentro do nosso país, e, atualmente, temos consumo de tabaco de contrabando em Portugal ”.	6.5
	“Desde 2014, temos tido o problema da folha de tabaco , proveniente de Espanha”.	6.6
	“(…) temos tido uma tendência futura e preocupante, que é o comércio eletrónico, a venda por internet ”.	6.9
E21	“As quantidades, normalmente, são pequenas quantidades, mas permite efetuar muitas entregas para vários pontos do país”.	6.10
	“(…) há menos produtos contrafeitos, mas há mais <i>Cheap Whites</i> ”.	6.1
	“(…) e o tabaco produzido legalmente e as vezes importado legalmente, mas depois faz-se a tal simulação de negócios com recurso a firmas fictícias e com os <i>cover loads</i> ”.	6.7
	“(…) o tabaco entra no território da UE (...) em regime de suspensão de imposto , (...) mas depois (...) o tabaco é subtraído e o contentor seguia sem o tabaco”.	6.3
Questão n.º 7 – De que forma se materializa a investigação do contrabando de tabaco? Na sua opinião, quais são três meios de obtenção de prova ou técnicas especiais de investigação criminal mais importantes para esta investigação?		
	“O contrabando tem de ser sempre uma investigação pró-ativa ”, “a pró-ativa é aquela que nos garante mais e melhores resultados ”.	7.1.1
	“No entanto (...) é aquela que precisa de mais recursos, que gera mais desgaste no pessoal, ou seja, é mais intensa ”	7.1.3
E1	“(…) a investigação depende sempre da fiscalização . As principais investigações iniciam-se com base em informações recolhidas através da fiscalização”.	7.1.4
	“(…) juntando a vertente policial da UAF e a vertente informacional e técnica da AT ”	7.1.5
	“(…) mais importantes são as escutas telefónicas ”	7.2.1
	“A recolha da prova em suporte digital é, também, muito importante”	7.2.2
	“(…) as buscas também são fundamentais”	7.2.7
	“É uma investigação clássica, normal, com muita análise documental e muita troca de informação ”	7.1.5
E2	“A fiscalização, a ação preventiva, também pode funcionar como um complemento ou então funciona como forma de iniciar uma investigação ”.	7.1.4
	“(…) e a quebra de segredo e sigilo ”.	7.2.4
	“Depois disso é fazer seguimentos e vigilâncias ”.	7.2.3
	“As equipas mistas permitem um complemento, uma multidisciplinidade , pois alia a vertente policial e operativa da PJ/UAF com a vertente técnica e informativa da AT”.	7.1.5
E3 E4	“através de seguimentos e vigilâncias ”	7.2.3
	“(…) das interceções telefónicas ”.	7.2.1
	“A utilização de agentes encobertos ”	7.2.8
	“(…) abrange a alocação de meios e recursos nas situações da vida (dia-a-dia) que se revestem de particular relevância”, “(...) o combate à criminalidade organizada exige sempre muitos recursos ”.	7.1.3
	“(…) inspeção de contentores pela AT, fiscalização de mercadorias ”.	7.1.4
	“A investigação reativa : que se desencadeia com a aquisição da notícia do crime (e.g. através de apreensões no decurso de uma fiscalização rodoviária)”.	7.1.2
E5	“ Investigação pró-ativa : que diz respeito a um modelo que se inicia com a atividade de processamento e tratamento de informações interno da unidade que reúne um conjunto de elementos”.	7.1.1
	“A estrutura de investigação é bastante completa (...) dispondo de uma estrutura de análise que permite definir linhas de orientação das investigações, de núcleos de apoio operativos responsáveis pelo desenvolvimento das diligências no terreno ”.	7.1.5
	“ Registo de voz e de imagem ”.	7.2.5
	“(…) interceção de comunicações eletrónicas ”.	7.2.2

	“Prova (...) testemunhal”.	7.2.9
E6	“materializa-se na afetação de recursos humanos e materiais especializados e de alto nível técnico”	7.1.3
	“(…) numa abordagem multidisciplinar, contínua e intensa”.	7.1.5
	“Independentemente de se poder reagir e passar de uma investigação reativa para uma pró-ativa (...)”.	7.1.2
	“(…) a experiência mostra que as investigações pró-ativas são aquelas que realmente permitem um dismantelamento em larga escala de toda uma organização criminosa”.	7.1.1
	“(…) recolha de prova em suporte eletrónico”.	7.2.2
	“(…) a seguir a prova testemunhal resultante da observação direta dos OPC”.	7.2.9
	“(…) as interações de comunicações (...) que viabilizam a observação direta através do conhecimento tempestivo”.	7.2.1
E7	“Relativamente ao nível de investigação é do tipo pró-ativa, sem dúvida”.	7.1.1
	“Este tipo de investigação é complicada, demorada”.	7.1.6
	“(…) exige um grande número de recursos quer humanos quer materiais”, “(…) é necessário uma disponibilidade e uma flexibilidade de horário de 24h por parte dos investigadores”.	7.1.3
	“A prevenção e a fiscalização neste tipo de investigação pode ser uma vantagem se funcionar como uma forma de dissuasão”.	7.1.4
	“(…) a questão das escutas telefónicas é importante”.	7.2.1
	“(…) as buscas”.	7.2.7
	“(…) e o registo de voz e imagem”.	7.2.5
E8	“É sobretudo uma investigação pró-ativa”.	7.1.1
	“(…) investigações complexas, que exigem muitos recursos humanos e materiais”.	7.1.3
	“(…) investigações longas, na sua maioria”.	7.1.6
	“(…) exigem uma abordagem multidisciplinar e abrangente”.	7.1.5
	“(…) é importante ter as equipas de fiscalização, para confrontar o que foi introduzido nos sistemas eletrónicos com o que está a realmente a ser transportado”.	7.1.4
E9	“Equipas de investigação conjuntas (artigo 145.º-A da Lei n.º 144/99, de 31.08)”.	7.2.10
	“Registo de voz e imagem (art.º 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11.01)”.	7.2.5
	“Ações encobertas, cujo regime está previsto na Lei n.º 101/2001, de 25.08”.	7.2.8
E10	“Numa primeira fase é mais reativa”.	7.1.2
	“(…) mas depois acaba por ser mais pró-ativa”.	7.1.1
	“(…) tens muitas horas de investigação no terreno, muitas horas de investigação detrás de um computador e muitas horas de investigação sentado a analisar papel.”	7.1.5
	“Depois há investigações que nascem de fiscalização, mas é muito raro”.	7.1.4
	“Se for bem-feita são três anos de investigação (...)”.	7.1.6
	“(…) são o registo de voz e imagem”.	7.2.5
	“(…) as buscas”.	7.2.7
	“(…) e a quebra de segredo e de sigilo bancário e fiscal”.	7.2.4
E11	“Tem que ser uma investigação pró-ativa, e a proatividade tem a ver com acompanharmos as situações em tempo real (...)”.	7.1.1
	“Exige muitos recursos”.	7.1.3
	“Habitualmente são investigações longas”.	7.1.6
	“(…) registo de voz e imagem”.	7.2.5
	“(…) (inserida nas escutas telefónicas)”.	7.2.1
	“Seguimentos e vigilâncias”.	7.2.3
E12	“Isto é sempre uma investigação pró-ativa. Reativa nunca”.	7.1.1
	“(…) fazemos sempre recurso de todos os meios disponíveis”.	7.1.3
	“(…) investigação muito longa (...) Só para ter acesso a informação que precisas demoras muito tempo”.	7.1.6
	“(…) a nossa experiencia de terreno, a nossa capacidade operativa (...) mas a parte de tratamento de dados, a vertente mais técnica, é acrescentada pela AT”.	7.1.5

	“Para mim é a quebra de segredo”.	7.2.4
	“A recolha de prova em suporte eletrónico também”.	7.2.2
	“Depois (...) o registo de som e imagem”.	7.2.5
E13	“São investigações complexas e bastante longas”.	7.1.6
	“É uma investigação mais de acompanhamento”.	7.1.1
	“(…) uma vertente mais operacional, mais operativa, e (...) uma vertente mais técnica e documental (...) é uma simbiose muito grande”.	7.1.5
	“(…) exigem a afetação de muitos recursos, e esta é uma fragilidade”.	7.1.3
	“(…) importância da recolha da prova em suporte digital”.	7.2.2
	“(…) buscas”.	7.2.7
	“(…) apreensões”.	7.2.6
E14	“(…) são detentores de um grande <i>Know-How</i> ao nível de conhecimento técnico da área tributária, já que nós somos detentores de um <i>Know-How</i> mais operacional”.	7.1.5
	“Relatórios de Diligência Externa são essenciais. Ou seja, a prova testemunhal”.	7.2.9
	“(…) depois as interceções de telecomunicações”.	7.2.1
	“Depois vem as fiscalizações e as apreensões, ou seja, a disrupção”.	7.2.6
	“São investigações que demoram muito tempo”	7.1.6
E15	“(…) que exigem muito esforço no terreno (...) as vezes é preciso andar quase 24h sobre 24 trás destes indivíduos”.	7.2.3
	“Digamos que é uma investigação que é menos reativa e muito mais pró-ativa, trabalhar em tempo real, com as situações a acontecer”.	7.1.1
	“É uma investigação multidisciplinar”.	7.1.5
	“É uma investigação longa”, “Não se pode esperar resultados imediatos”.	7.1.6
	“O recurso às ações encobertas é fundamental”.	7.2.8
E16	“(…) recurso das interceções de comunicações eletrónicas”.	7.2.2
	“(…) nas equipas mistas multidisciplinares”.	7.1.5
	“São pró-ativas porque nós temos de procurar a informação”.	7.1.1
	“São reativas a partir do momento em que temos interceções telefónicas”.	7.1.2
	“(…) os militares do NAO têm de fazer um grande esforço, tendo de ficar quase 24h/24h a trabalhar no terreno”, “(...) investigações de contrabando tabaco, normalmente, são muito exigentes”.	7.1.3
	“(…) fazer interceções ou tirar identificações de indivíduos ou fazer apreensões, que são tarefa dos subdestacamentos de fiscalização”.	7.1.4
17	“(…) a apreensão física do objeto do crime, ou seja, o tabaco”.	7.2.6
	“(…) mais eficazes são o registo de som e imagem”.	7.2.5
	“(…) as escutas telefónicas”.	7.2.1
E18	“(…) a quebra do sigilo bancário e fiscal”.	7.2.4
	“(…) ocupa-se da parte policial (...) que incluiu buscas, seguimentos e outras diligências, e (...) ocupa-se da parte que incluiu análise financeira e contabilística, ou seja, da parte mais técnica e documental”.	7.1.5
	“Normalmente tentamos ser mais pró-ativos”, “(...) é preciso ser pró-ativo para confirmar se o esquema envolve uma rede organizada”.	7.1.1
	“(…) as escutas telefónicas”.	7.2.1
	“(…) os seguimentos e vigilâncias”.	7.2.3
E19	“(…) as ações encobertas”.	7.2.8
	“Este tipo de investigação tem de ser pró-ativa. Temos de nos aproximar sempre do momento da prática realização do crime e não esperar que este aconteça”.	7.1.1
	“(…) informação e seu tratamento não vem substituir, de todo, o trabalho operativo, o trabalho no terreno (...). Mas que a informação e a análise documental vêm, de facto, orientar o esforço no terreno”, “Assenta em muita análise documental e onde o trabalho no terreno é primordial”.	7.1.5

	“Em média um processo deste não é de 3 ou 4 meses. Demora 2, 3 anos, o tempo que for necessário ”.	7.1.6
	“E é um empenhamento extremo (...) É preciso muita disponibilidade, muita dedicação e esforço (...) isto desgasta ”.	7.1.3
	“(...) o trabalho operativo – seguimentos e vigilâncias ”.	7.2.3
	“(...) escutas telefónicas ”.	7.2.1
	“Outro fator muito importante é a apreensão do tabaco. É a prova em si ”.	7.2.6
E20	“As Equipas de Investigação Conjuntas (art. 145.º-A da Lei n.º 144/99)”.	7.2.10
	“ O Registo de voz e imagem (art.º 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11.01)”.	7.2.5
	“As Ações encobertas , cujo regime está previsto na Lei n.º 101/2001, de 25.08)”.	7.2.8
E21	“Aquilo que privilegiamos é uma investigação mais pró-ativa , com uma componente operativa muito forte ”, “(...) é preciso um trabalho duro, contínuo, de terreno”.	7.1.1
	“Tendo uma componente diária de fiscalização , isto proporciona uma maior deteção de infrações o que permite inputs recíprocos quer da prevenção para a fiscalização e vice-versa ”.	7.1.4
	“(...) a investigação da criminalidade tributária complexa exige muitos recursos, muito empenhamento”, Os recursos que se alocam são imensos ”.	7.1.3
	“(...) investigações demoradas. Mas temos como referência (...) em média, é possível, excelente e viável ter uma acusação (...) ao final de 2 anos ”.	7.1.6
	“É preciso ter recursos de vários níveis, pessoal (...) a trabalhar na análise financeira e nas transcrições das escutas telefónicas, ter uma vertente operativa ”.	7.1.5
	“(...) interceções telefónicas ”.	7.2.1
Questão n.º 8 - Na sua perspetiva, considera que o quadro normativo penal e processual penal português se adequam às especificidades e complexidade da investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?		
E1	“O quadro normativo é desadequado ”.	8.2
	“A moldura penal é muito baixa nos crimes aduaneiros em geral”, “Quadro normativo penal é pouco gravoso, pouco severo , pelo que esse tipo de crimes ainda compensa largamente ”, “(...) isso causa vários problemas desde a aceitação social, até à benevolência penal ”	8.6
	“Assim abríramos mais portas (...) para a lei n.º 5/2002, que permite a utilização de outros meios de obtenção de prova muito importantes (...) Se houver um crime de introdução fraudulenta no consumo não podemos usar esses meios de obtenção de prova”, “ ao nível dos crimes de catálogo , em que apenas o crime de contrabando está no catálogo de crimes das escutas, das interceções telefónicas e da lei n.º 5/2002”	8.4
	“A lei em si está bem-feita, mas depois na prática não é bem a mesma coisa ”.	8.3
	“(...) não implicarem grandes prejuízos, aqui acabam por nunca atingir a margem necessária para ser crime ”.	8.5
	“A nível da tipificação sim, penso que está bem ”, “As regras estão definidas por isso é só segui-las”.	8.1
E2	“É um crime com moldura penal baixa, o que favorece o crime ”, “As sanções são baixas, pelo que o crime compensa ”.	8.6
	“(...) o transporte de tabaco em quantidade que não chegue a um crime pode (...) dar um lucro de 2000 a 3000 euros a quem o está a fazer (...)”	8.5
E3 E4	“(...) em Portugal, do ponto de vista da moldura penal deveria ser superior àquela que existe, pois torna o país mais vulnerável a esse tipo de ilícito; se a pena fosse superior teria um efeito mais dissuasor ”, “A moldura penal é muito baixa para este tipo de crime e para a estrutura criminosa que o suporta”.	8.6
	“E de <i>per si</i> , por via aérea não é crime, em regra, pois a quantidade de tabaco nunca atinge o valor da prestação tributária para ser crime ”.	8.5
E5	“As molduras penais podem estar desatualizadas tendo em conta a gravidade do fenómeno”, “(...) um tipo criminal que (...) pode revestir-se de alguns incentivos para a sua prática, nomeadamente, todo o enquadramento normativo relativamente à repressão e dissuasão ”.	8.6
E6	“(...) o que está em causa são os constrangimentos decorrentes da sua aplicação e não propriamente a sua adequação ”.	8.3

	“(…) continua a haver uma desproporção de meios avassaladora entre quem investiga e promove a ação penal, e quem conduz a ação criminosa”.	8.7
	“(…) resultam também de haver algum desequilíbrio no sistema ”.	8.8
	“(…) já que na maior parte das vezes essas quantidades nunca ultrapassam o limite definido por lei para ser considerado crime ”.	8.5
E7	“Na minha opinião, acho que sim, que se adequa ”.	8.1
	“(…) a moldura penal é muito pequena ”, “Este crime tem uma moldura penal tão pequena que acaba por “compensar” a execução destas práticas”.	8.6
	“ Isto é um problema , pois assim é muito difícil imputar o crime de contrabando ou introdução fraudulenta no consumo, por causa do montante que distingue os dois ”.	8.5
E8	“ O quadro normativo penal é desadequado ”.	8.2
	“Primeiro, porque a moldura penal é reduzida ”.	8.6
	“(…) segundo, porque no caso da introdução fraudulenta no consumo impossibilita o recurso a certos meios de obtenção de prova e o recurso ao GRA (grupo de recuperação de ativos – para arresto de bens e congelamento de contas), pois não é um crime de catálogo ”.	8.4
	“(…) exigem um controlo judiciário muito apertado ”.	8.8
	“(…) acho que existe uma desproporcionalidade de meios entre quem investiga e quem comete o crime ”.	8.7
E9		
E10	“(…) quadros legais estão adequados, mas há algumas falhas ”.	8.1
		8.2
	“A partir do momento em que há suspeita do cometimento do crime, não deveria ser necessário haver autorização da Autoridade Judiciária para aplicar certos meios de obtenção de prova. Temos uma lei demasiado protecionista ”.	8.8
	“Moldura penal na minha opinião está bem, mas as sanções acessórias é que são muito ligeiras”, “ A nossa sanção acessória do crime tributária é curta ”.	8.6
E11	“ São adequados ”.	8.1
	“ Molduras penais baixas , por isso se tenta imputar a associação criminosa e o contrabando qualificado”.	8.6
	“(…) o adversário que combatemos também tem recursos, e tem uma vantagem sobre nós: não tem limitações orçamentais e não tem falta de recursos humanos ”.	8.7
E12	“De maneira nenhuma ”.	8.2
	“ A moldura penal é muito fraca ”.	8.6
	“(…) a harmonização fiscal é que define se é crime ou contraordenação (pelo menos em Portugal, com os 15.000 euros)”, “ O limite entre crime e CO é muito alto. “Facilidade com que o crime passa para CO é muito forte ”.	8.5
E13	“Eu penso que não. Penso que existem algumas dificuldades ”.	8.2
	“(…) a maior das fragilidades é a aplicação da lei e não a sua elaboração”.	8.3
	“(…) ferramentas jurídicas que só estão disponíveis para crimes com moldura penal superior a 5 anos e (...) se aplicam a determinados crimes de catálogo ”.	8.6
	“E isto é um problema (...) se não atingir o valor de 15000 euros da prestação tributária em falta que é exigida para ser crime, é apenas contraordenação (...) O foco do crime deveria estar na conduta, e não num valor concreto da prestação tributária em falta ”.	8.5
E14	“ Se estivermos a falar de contrabando sim, se estivermos a falar de IFC não, não se adequa ”.	8.2
	“(…) os indivíduos trazem quantidades de forma a que a prestação tributária em falta seja sempre inferior a 15000, para ser sempre contraordenação”, “ Nós não deveríamos punir a quantidade ou o montante da fraude ao IEC apurado. Deveríamos sim punir a conduta ”.	8.5
E15	“Tirando a parte da moldura penal, penso que o quadro normativo se adequa ”.	8.1
	“(…) as penas são quase irrisórias ”.	8.6
E16	“ Se as autoridades judiciárias cumprirem aquilo que está escrito a 100%, se não houver um poder discricionário (...) não será necessário mexer na legislação”.	8.3

E17	“Acho que sim, que está adequado ”.	8.1
	“Não podemos esquecer que quanto mais leis e meios nós temos, os criminosos arranjam sempre forma de estar um passo a frente e de os contornar”.	8.7
	“Também não vale a pena aumentar as penas se aquelas que já estão previstas nem sequer são aplicadas ”.	8.3
E18	“(…) as penas previstas na legislação penal portuguesa são muito baixas ”, “(…) as penas são absolutamente miseráveis ”.	8.6
	“Depois é a questão da diferença entre o crime e a contraordenação . Isto deveria ser repensado, pois os criminosos tentam trazer quantidades que fiquem sempre abaixo do valor exigido para que seja crime”.	8.5
E19	“O quadro legislativo é suficiente e adequado, mas tem uma falha: é a nossa organização ”.	8.1
	“O grande problema, na minha perspetiva, é em termos de definição substantiva”, “O crime de contrabando está consagrado como crime de catálogo e permite o recurso a determinados meios de obtenção de prova. Já o crime de introdução fraudulenta no consumo não está nesse catálogo ”.	8.4
E20	“(…) o quadro normativo penal e processual penal português responde adequadamente às especificidades e à complexidade da investigação (...) do contrabando de tabaco”.	8.1
E21	“O contrabando (...) sendo um crime de catálogo previsto na Lei n.º 5/2002, também se pode recorrer ao mecanismo da perda alargada. Pode é ficar de lado se for um caso de Introdução Fraudulenta no Consumo ”.	8.4
	“Especificando o caso do contrabando de tabaco, penso que está adequado (...) por ser um crime de catálogo ”.	8.2
	“(…) acho que, mesmo 5 anos , para este tipo de criminalidade que tem várias consequências, pois afeta não apenas as receitas dos Estados, acaba por ser pouco ”.	8.1
	“Eu acho que o problema é mais de prática ”.	8.6
	“(…) aparentemente, quem faz a comercialização do tabaco protege-se (...) o limite de 15.000 euros para a relevância criminal ou contraordenacional ”.	8.3
Questão n.º 9 - Na sua opinião, que medidas legislativas, a nível nacional, são necessárias para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?		
E1	“As pessoas em geral têm pouca censurabilidade em relação a esse crime ”, “Deveria haver uma interiorização da gravidade dos bens jurídicos em questão”.	8.5
	“Faz mais sentido tal como no caso francês integrar a IFC no crime de contrabando . Penso que não faz muito sentido estar a dividir”.	9.6
	“ Há muitos meios de obtenção de prova (...) que devem de ser secretos”.	9.2
E2		9.7
E3 E4	“O secretismo (...) quando o processo se torna público e os intervenientes/arguidos têm conhecimento dos meios utilizados para a obtenção de prova , em momento posterior, em caso de reincidência, vão tentar corrigir os erros e as falhas que levaram à sua deteção e condenação. ”	9.7
	“O que poderia tornar o crime dissuasor seria o aumento da moldura penal. ”	9.1
E5		
E6	“(…) há a questão do confisco dos bens , que penso que será (...) uma mais-valia no combate ao fenómeno, e que contribui para o dismantelamento da capacidade organizativa dos grupos. (...) se lhes retirarmos esses recursos, tiramos-lhes essa capacidade organizativa o que lhes retira a capacidade de cometer esse crime ”.	9.5
	“Enquanto as condutas criminais ligadas à área do IT tiverem uma diminuta reprovação social o seu eficaz combate vai estar sempre comprometido ”, “Isto é um trabalho que tem de ser feito (...) o de consciencializar as pessoas para a importância do Estado se munir das ferramentas adequadas para fazer face a fenómenos graves”.	9.6
	“Considero que tornar o crime de IFC um crime de catálogo seria benéfico de alguma forma”.	9.3
	“O sistema também poderá tirar vantagem se autonomizarmos as ditas competências concorrenciais entre as várias entidades”, “eventualmente, poder repensar algumas competências , de forma a permitir a tal especialização e poder rentabilizar aquilo que são as características mais vincadas das várias polícias”.	9.4

E7	“(…) é fruto da forma como as pessoas encaram este tipo de crimes (….) uma maior consciencialização da gravidade deste tipo de crimes ”.	9.6
	“Se houvesse um aumento dessa moldura penal seria uma boa forma de tentar que as pessoas não cometessem este tipo de ilícito”.	9.1
	“(…) tornar o crime de introdução fraudulenta do consumo um crime catálogo à semelhança do contrabando, uma vez que estão intimamente relacionados ”.	9.3
E8	“(…) aumentar as sanções ”.	9.1
	“(…) introduzir o crime de introdução fraudulenta no consumo no catálogo de crimes das escutas e da lei n.º 5/2002”.	9.3
	“(…) tentar consciencializar as pessoas, com ações de sensibilização , a começar nas escolas”, “(…) sensibilizar as autoridades judiciais para a gravidade deste tipo de crimes”.	9.6
E9		
E10	“(…) a perda alargada, ou confisco de bens , apesar de começar a ser aplicado, ainda é muito difícil de se aplicar, há algum receio de a por em prática ”.	9.5
	“A LOIC também devia de ser alterada , porque não tem cabimento nenhum da forma como está e da forma como as competências estão repartidas ”.	9.4
	“ Também fazia todo o sentido a IFC ser inserida no catálogo de crimes das escutas e da lei n.º 5/2002”.	9.3
	“(…) sentimento que este causa à população, que é um sentimento de descriminalização ”, “ Haver ações de consciencialização social ”.	9.6
E11	“(…) pelo que faria todo o sentido integrar a IFC no catálogo de crimes para as escutas telefónicas e da lei 5/2002”.	9.3
	“(…) A longo prazo seria bom efetuar ações de sensibilização dos cidadãos , porque (….) é um problema recorrente a falta de reprovção social ”.	9.6
E12	“A perda alargada cá é uma coisa ainda muito embrionária , e em outros países já é mais batido”.	9.5
	“Se tivérmos todo o pessoal sensibilizado ou vocacionado para a temática, seria melhor”, “(…) é preciso mais sensibilização, quer dos cidadãos, quer do MP ”.	9.6
	“Era muito bom se o crime de introdução fraudulenta no consumo fosse inserido no catálogo de crimes das escutas e da lei n.º 5/2002”.	9.3
	“As penas destes crimes deveriam ser superiores ”.	9.1
E13	“(…) o GRA é essencial para a recuperação desses ativos que foram obtidos pelo crime, e a perda alargada também (…). Se retirarmos as vantagens incongruentes, retiramos a capacidade de os criminosos atuarem e retiramos a sua motivação principal”.	9.5
	“(…) agravamento da moldura penal , permitia que as decisões e as sanções fossem mais dissuasoras e permitia a utilização de outras ferramentas”.	9.1
	“O contrabando consta no catálogo de crimes da lei 5/2002 e a IFC não , e não faz sentido nenhum, deveria estar , pois a génese do crime é a mesma, e ainda por cima, a moldura penal dos crimes é idêntica”.	9.3
	“Falta a censurabilidade do crime tributário em geral, tanto censurabilidade penal como a social, pois a penal deriva da social . É preciso haver sensibilização das pessoas e uma maior criminalização destes ilícitos”.	9.6
E14	“O que não faz sentido (….) haver três polícias diferentes com competência para a investigação do contrabando e de crimes tributários (….) faria sentido seria haver uma única policia tributária que estivesse em estreita ligação com a AT ”.	9.4
	“(…) a introdução fraudulenta no consumo tem que ser alterada. Deveria ser um crime de catálogo como o contrabando ou então ser integrado no crime de contrabando”.	9.3
	“A moldura penal tem de ser aumentada ”.	9.1
	“É preciso haver ações de sensibilização junto das escolas, junto dos pais, junto da sociedade em geral, e explicar os malefícios do consumo de tabaco”.	9.6
E15	“Na minha opinião, estes (….) crimes deveriam ser mais duramente penalizados ”.	9.1
	“(…) todos os crimes aduaneiros poderiam estar incluídos no crime de contrabando, até porque, na sua génese, os crimes são idênticos ”, “(…) não faz qualquer sentido haver tantas tipificações de crimes aduaneiros”.	9.2
E16	“(…) alvos são profissionais, já tiveram outras investigações, já se defenderam em tribunal, e já tiveram acesso ao nosso modus operandi em termos de investigação,	9.7

	acaba por ser um pouco mais difícil”, “a história diz-nos que hoje o que é proibido amanhã é totalmente permitido, bem como o contrário: o que hoje é totalmente permitido, amanhã é proibido”.	
	“É preciso haver mais sensibilização social, partindo logo do governo”.	9.6
E17	“(…) incluir (…) a introdução fraudulenta no consumo, no catálogo de crimes das escutas telefónicas e da lei n.º 5/2002”.	9.3
	“(…) realização de ações de sensibilização social, fazer perceber às pessoas que o problema não é a venda do tabaco, mas sim a falta do pagamento (...) do imposto”.	9.6
E18	“(…) incluir a introdução fraudulenta no consumo no catálogo de crimes previstos quer nas escutas telefónicas, quer na lei n.º 5/2002.	9.3
	“A nível nacional seria bom aumentar as penas”.	9.1
E19	“(…) de facto, devido à sua gravidade, o contrabando deveria ter uma moldura penal maior”.	9.1
	“Cada vez mais se deve usar o GRA e a investigação patrimonial/financeira para tornar o combate a esta tipologia de crimes muito mais eficaz”.	9.5
	“Deveria haver uma harmonização dos conceitos ou então, para ser mais simples, introduzir a introdução fraudulenta no consumo nos crimes de catálogo das escutas e da lei n.º 5/2002”.	9.3
E20	“Novos instrumentos, mais sofisticados, na área da apreensão e perda de bens poderão ser necessários”.	9.5
E21	“A outra vertente que poderia falar seria a investigação patrimonial e financeira, ou seja, o acesso as contas bancárias (…) que hoje é fundamental, a nível europeu, que estes mecanismos funcionem”, “(…) a estratégia passa pela investigação patrimonial e financeira, que é algo muito recente, mas muito eficaz, nomeadamente com a intervenção do GRA”, “Temos de demonstrar que o crime não compensa, promover a perda de bens e o arresto de contas bancária”.	9.5
	“Penso que se justificaria haver uma pena mais gravosa, para mostrar que este crime não é um crime qualquer”.	9.1
	“(…) por ser um crime de catálogo. Já a introdução fraudulenta no consumo não está, e penso que poderia estar e, até mesmo, que deveria estar”.	9.3

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE Z – ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO GB

Quadro n.º 13 - Matriz das unidades de contexto e de registo das respostas às entrevistas do GB

Entre- vistado	Questão n.º 1 – À votre avis, qu'elle est l'importance de l'harmonisation du droit dans l'UE pour les enquêtes pénales douanières, en particulier dans le cas de la contrebande de tabac? Pourquoi?	UR
	UC	
E22 E23 E24 E25	“(…) l'harmonisation du droit pénal dans l'UE est très importante ”.	1.1
	“(…) empêchera les délinquant de tirer parti des faiblesses sur le territoire de l'UE, et d'entrer dans des pays avec des lois plus favorables ”.	1.6
	“(…) tout le monde suive les mêmes règles, les mêmes paramètres , parce que nous travaillerions de la même manière”.	1.3
	“Cela créerait de meilleurs liens et de meilleures relations entre les différents États-Membres”.	1.2
	“(…) quand cela n'arrive pas, crée des difficultés , surtout pour certain actes d'enquêtes que dans des pays sont autorisés et d'autres pas”.	1.5
E26 E27	“(…) est d'une importance considérable pour les enquêtes de contrebande”.	1.1
	“(…) permet de coopérer plus étroitement avec n'importe quel État-Membre”.	1.2
	“(…) les délinquant ne pourraient pas choisir le pays avec les peines les plus légères, soit pour entrer dans (...) de l'Union, soit pour se réfugier ”.	1.6
	“(…) garantirait un niveau de protection juridique équivalent à tous les citoyens de l'UE”.	1.4
E28 E29	“(…) l'harmonisation du droit pénal dans l'UE est fondamentale ”.	1.1
	“(…) moins seront les différences, ce qui créera une confiance entre les pays”.	1.2
	“(…) ne permettons pas que certains actes restent impunis et nous ne permettons pas aux criminels de profiter des pays où les peines sont les plus faibles ”.	1.6
	“(…) droits et garanties des citoyens et des défenseurs, qui seront les mêmes partout dans l'UE”.	1.4
E30	“(…) L'importance de l'harmonisation pénale européenne est très importante ”.	1.1
	“(…) empêche la création de sanctuaires où des groupes organisés et des réseaux peuvent être mis en place”.	1.6
	“(…) un moyen de renforcer la confiance entre les autorités judiciaires des différents États-Membres”.	1.2
Questão n.º 2 - Selon vous, quelle est la contribution de ces outils juridiques et de coopération européen pour les enquêtes pénales fiscales et douanières dans l'ELSJ, surtout pour l'enquête de contrebande de tabac?		
E22 E23 E24 E25	“(…) combinant les efforts des différents pays concernés comme, par exemple, les équipes communes d'enquêtes ou des enquêtes paralele ”.	2.2
	“(…) les canaux d'échange d'informations ”.	2.1
	“(…) garantissent (...) une certaine uniformité et une action concertée ”.	2.3
E26 E27	“(…) les différents mécanismes d'échanges d'informations ”.	2.1
	“(…) aux différents pays d'échanger des expériences et des bonnes pratiques , ce qui leur permet d'actualiser leurs connaissances sur la délinquance ”.	2.4
	“(…) permis de mener des enquêtes parallèles ”.	2.2
E28 E29	“(…) soit en partageant des informations ”.	2.1
	“(…) permettent de (...) créer des enquêtes transfrontalières (...) en utilisant les décision d'enquête européenne ou en utilisant des équipes communes d'enquêtes”.	2.2
	“(…) ils assure une plus grande uniformité et une action concertée ”.	2.3

	“(…) meilleure compréhension des phénomènes criminels , soit par le partage d'informations et d'expériences”.	2.4
E30	“(…) permettent une action concertée des autorités des différents pays concernés”.	2.3
	“(…) s'appuient en particulier pour obtenir des informations ”.	2.1
	“(…) permettent également l'obtention de preuves et l'exécution de procédures en dehors du territoire nationale ”.	2.2
Questão n.º 3 - À votre avis, considérez-vous que les instruments de coopération mis en place au niveau de l'ELSJ sont appropriés pour assurer une enquête pénale efficace, en particulier de la contrebande de tabac? Pourquoi?		
E22	“Ces mécanismes sont appropriés ”.	3.1
E23 E24 E25	“Je pense même qu'ils sont trop nombreux ”.	3.2
E26 E27	“(…) ces mécanismes sont nécessaires et suffisants ”.	3.3
	“(…) aussi qu'ils sont appropriés ”.	3.1
	“(…) certains pays n'utilisent toujours pas ces mécanismes parce qu'ils semblent avoir peur ou (…) ne sont tout simplement pas conscients de leur importance”.	3.5
E28 E29	“(…) qu'ils pourraient être plus s'ils étaient vraiment mis en pratique ”.	3.4
	“(…) d'autres pays simplement parce qu'ils ne répondent pas à nos demandes ”.	3.5
	“(…) qu'il n'y a pas assez de divulgation des mécanismes”.	3.6
E30	“Oui (…) ils sont appropriés ”.	3.1
	“(…) aussi qu'ils sont en bon nombres ”.	3.3
	“(…) le gros problème reste l'utilisation pratique de ces mécanismes”.	3.4
	“(…) il n'y a toujours pas de possibilité d'obtenir des informations en temps réel ”.	3.7
Questão n.º 4 – À la lumière de votre expérience, comment s'exprime l'articulation/coopération au niveau national entre les organismes chargés d'enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?		
E22 E23 E24 E25	“Disons que la Douanes dispose de tous les éléments nécessaires pour enquêter”, “En règle générale, nous agissons de manière autonome ”.	4.1.1
	“(…) l'analyse et du traitement (intégration, enrichissement et diffusion) de l'information ”, “permet l'accès aux bases de données du ministère de l'Intérieur”.	4.1.2
	“Chacune des forces connaît bien ses compétences”, “(…) donc ont coopère très bien avec le police et la gendarmerie”, “(…) qu'il existe de bonnes synergies ”.	4.1.6
	“Nous avons aussi le SPND (Police Nationale Détaché Service)”, “(…) un représentant de la Douanes dans chaque GIR (Groupe d'Intervention Régionale), entités policieres pluridisciplinaires françaises”.	4.1.3
	“Nous sommes présents au Conseil Nationale du Renseignements (CND) , un organisme de coordination des service de renseignements des différents ministères (Ministère de la Défense, Affaires étrangères, de l'Intérieur et de l'Économie et Budget)”, “Siègent au conseil national du renseignement, sous la présidence du président de la République, le Premier ministre”.	4.1.4
	“(…) aussi établi des protocoles de coopération avec certains sites”.	4.1.5
	“(…) Dernièrement, nous avons également travaillé très bien avec l'AGRASC (l'Agence de gestion et de recouvrement des avoirs , saisis et confisques)”.	4.1.7
	“(…) plus de personnes, de moyens et d'équipements ”.	4.2.2
E26 E27	“(…) qu'ils créent un Office Centraux pour les infractions douanières”.	4.2.1
	“(…) l'échange d'informations entre les différents services de police et de renseignements”.	4.1.2
	“Dans la première étape, nous agissons de manière autonome ”.	4.1.1
	“(…) et qu'il n'y a pas de rivalité ou de concurrence ”, “Il n'y a pas de concurrence ou de compétition institutionnelle, nous travaillons tous dans le même but”.	4.1.6

	“(…) nous avons ici au DNRED le Service de Police National Détaché , qui est composé de officiers de police judiciaire”, “(…) avons également les Groupe d'Intervention Régionaux, qui sont des groupes multidisciplinaires ”.	4.1.3
	“(…) notre présence du Conseil National du Renseignement (CNR) , qui (…) réunit des membres de plusieurs entités policières et administratives représentant les différents ministères ”.	4.1.4
	“Plusieurs protocoles de coopération ont été signés avec d'autres entités, telles que la Direction Nationale d'Enquêtes Fiscales (...), la Direction Générale de la Concurrence, de la Consommation et de la Répression des Fraudes, certains sites internet (...) avec la Direction Générale des Finances Publiques”.	4.1.5
	“ La spécialisation est également nécessaire dans ces domaines, et il serait utile qu'un Office Centraux pour les infractions douanières, y compris la contrebande de tabac, soit créé”.	4.2.1
	“(…) le meilleur modèle que je connais dans l'UE est le modèle britannique . Le fait que la douane est une force frontalière (Border Force)”.	4.2.3
E28 E29	“(…) de multiples actions de coopération avec d'autres administrations nationales”.	4.1.6
	“(…) un protocole de coopération a été signé”.	4.1.5
	“(…) but de renforcer l'échange d'informations avec ses services d'enquête”.	4.1.2
	“(…) sont mis en place aux frontières nationales ou avec les groupes d'intervention régionaux ”, “(…) Service de Police Nationale Détachée , (...) qui nous soutiennent et nous accompagnent dans certains actes d'enquêtes (perquisitions)”.	4.1.3
	“(…) avec la cellule de renseignement financier TRACFIN (FIU) , avec lequel nous avons un protocole”, ““(…) des relations étroites avec AGRASC dans le cadre de deux partenariats”, “(…) avons des attachés douaniers dans AGRASC, GIR, CODAF ”.	4.1.7
	“(…) soutien et de l'analyse du réseau commun des laboratoires , où le laboratoire de Marseille fait des expertise aux produits de tabac”.	4.1.8
	“(…) permet d'établir des contacts informels et de créer des liens”.	4.1.9
	“(…) Ce qui serait bien, c'était d'avoir plus de gens et plus de moyens ”.	4.2.2
	“(…) La prévention est essentielle car c'est le meilleur moyen de détecter les infractions”.	4.2.4
E30	“(…) implique une coopération qui est très efficace”, “(…) la police ou de la gendarmerie il y a beaucoup de coopération. Il n'y a pas de concurrence ou de tension entre ces forces”.	4.1.6
	“(…) le laboratoire de Marseille , car c'est là que l'expertise est exercée sur les produits du tabac”.	4.1.8
	“(…) Dans ces cas nous sommes autonomes , et nous n'avons qu'à informer Parquet”.	4.1.1
	“(…) également le soutien du Service de Police Nationale Détachée , dans l'accomplissement de quelques diligences”, “(…) nous avons nos attachés douaniers nationaux (...) à l'AGRASC, au GIR ”.	4.1.3
	“(…) Dans le domaine des enquêtes et de la prévention, nous avons signé des protocoles de coopération avec différentes entités nationales”.	4.1.5
	“(…) avec la cellule de renseignement financier TRACFIN (notre FIU)”, “(…) manquer de faire référence à l' Agence de gestion du recouvrement des avoirs saisis et confisques (...) Nous avons deux protocoles avec cette agence”.	4.1.7
	“(…) organisme interministériel sous la dépendance du premier ministre”.	4.1.4
	“(…) est de renforcer les différentes structures avec plus de ressources humaines et matérielles”.	4.2.2
	“(…) nous devons encourager la prévention ”.	4.2.4
Questão n.º 5 - Comment s'exprime l'articulation/coopération européenne entre les agences et organismes européens, les organismes d'autres pays compétents pour enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?		
E22 E23	“(…) notre réseau de attachés douaniers est fondamental”.	5.1.5
	“(…) permet des contacts plus directs et une relation plus étroite”.	5.1.1
	“(…) facilite l' accès à l'information et coordination”.	5.1.2

E24 E25	“(…) travers le continent et 4 experts , ce qui permet de couvrir 78 pays”.	5.1.7
	“(…) au niveau de l' échange d'informations , nous utilisons également le CCPD ”.	5.1.6
	“(…) coordination pour l' assistance administrative mutuelle internationale ”.	5.1.8
	“(…) l'année dernière nous avons fait une équipes communes d'enquêtes avec la Roumanie”.	5.1.3
	“(…) encore trop tôt pour parler de ce nouveau Parquet Européen , mais je ne doute pas que ce sera un outil très importante”.	5.2.2
	“(…) qu'il y a besoin d'un plus grand réseau de officiers de liaison entre tous les pays”.	5.2.1
E26 E27	“(…) Les attachés douaniers présents dans les services de certains États-Membres ainsi que dans l'OLAF et Europol”.	5.1.5
	“(…) permet de créer des contacts informels qui accélèrent l'ensemble”.	5.1.1
	“(…) chaque année ons reçois des fonds européens pour acquérir de nouvelles technologies.”.	5.1.4
	“Les équipes communes d'enquêtes sont très importants”.	5.1.3
	“(…) soutien aussi sur les Centre de Coopération Policière et Douanière ”.	5.1.6
	“(…) au canal international d'assistance mutuelle administrative (AAMI) pour obtenir des informations”.	5.1.8
	“Plus qu'une harmonisation des sanctions , ce qui serait très importante”.	5.2.3
	“(…) il faut une véritable harmonisation des taxes et des prix sur le tabac”.	5.2.4
E28 E29	“(…) Nous avons actuellement 3 équipes communes d'enquêtes en cours ”.	5.1.3
	“(…) recours au Centre de Coopération Policière et Douanière pour l'échange d'informations”.	5.1.6
	“(…) la capacité d'Europol pour l' analyse de l'information et la coordination ”.	5.1.2
	“(…) contribué à l'alimentation de plusieurs Analysis Projects (dossiers d'analyse thématique), dans lesquels je souligne l'AP SMOKE pour la contrebande de tabac”.	5.1.9
	“(…) demande le réseau des attachés douaniers à l'étranger ”.	5.1.5
	“(…) des contacts informels et plus directs”.	5.1.1
	“(…) des attachés douaniers et 4 experts à Europol et à l'OLAF ”.	5.1.7
	“(…) utilisons (...) la (...) Convention Naples II pour obtenir des informations”.	5.1.8
	“(…) un soutien de l'OLAF (...) financement , qui provient principalement du programme Hercule III ”.	5.1.4
	“(…) améliorées en élargissant le réseau des attachés douaniers et des officiers de liaison ”.	5.2.1
	“(…) voir comment le Parquet Européen fonctionnera réellement, mais je pense que cela peut aider dans (...) l'investigations des crimes transnationaux”.	5.2.2
	“(…) Au niveau européen on a besoin, surtout, c'est d'une véritable harmonisation fiscale ”.	5.2.4
	“ L'harmonisation pénale est également importante , mais l'harmonisation des taxes sur le tabac dans l'UE est essentielle”.	5.2.3
E30	“(…) participons également dans les équipes communes d'enquêtes ”.	5.1.3
	“(…) le canal international d'assistance administrative mutuelle (AAMI) ”.	5.1.8
	“(…) Les centre de coopération policières et douanières nous permet d'avoir accès à des informations”.	5.1.6
	“(…) grâce à sa capacité à analyser, traiter et diffuser l'information ”.	5.1.2
	“(…) aux dossiers d'analyse thématique d'Europol en particulier le SMOKE AP pour la contrebande de tabac”.	5.1.9
	“(…) je pense que nous avons 19 attachés douaniers dans différents pays ”.	5.1.5
	“(…) et 4 experts à Europol et à l'OLAF ”.	5.1.7
	“(…) soutien monétaire de l'UE , notamment de l'OLAF”.	5.1.4
	“(…) nécessaire d'élargir le réseau des officiers de liaison et des attachés douaniers ”.	5.2.1

	“(…) la seule solution pour mettre fin au contrebande de tabac c’est l’harmonisation fiscale ”.	5.2.4
Questão n.º 6 - Compte tenu de votre expérience pratique, dans la pratique, comment le contrebande de tabac se produit-elle? Quelles sont les nouvelles tendances?		
E22 E23 E24 E25	“(…) quelques années nous étions un pays de passage principalement au Royaume-Uni, nous sommes maintenant aussi un pays de consommation ”.	6.4
	“(…) plus en plus de tabac des pays de l’Est, dans lesquels il est produit ”.	6.5
	“(…) nous avons aussi quelques Cheap Whites , principalement de Biélorussie, mais aussi de Belgique (marque The Turner)”.	6.2
	“(…) très affectés par la contrebande de tabac narguilé , qui est le tabac de Shisha”.	6.1
	“(…) Même si les ventes sur Internet ont été interdites en 2009, et l’achat également en 2015, la vérité est qu’il existe encore des cas d’achat et de vente sur Internet ”.	6.6
	“(…) surtout dans la contrebande par conteneurs, il y a encore l’usage de faux documents et de fauses entreprises ”.	6.10
	“(…) la contrebande va augmenter en France dans les prochaines années (…) et l’objectif du gouvernement est que le prix atteigne 10 euros en 2020 ”.	6.9
E26 E27	“Actuellement, nous sommes un pays de transit et un pays de consommation ”.	6.7
	“Mais la tendance principale, de nos jours, est le tabac narguilé (Shisha) ”.	6.4
	“(…) aussi remarqué, récemment, c’est l’utilisation de plus petites quantités , mais avec des distributions plus fréquentes ”.	6.5
	“Nous avons trouvé du tabac contrefait et des cheap white ”.	6.6
	“(…) continue à exister dans Fret Express et les sociétés postales ”.	6.11
	“(…) l’utilisation des fausses entreprises et l’utilisation d’éclaireurs ”.	6.1
	“(…) la contrebande augmentera dans les prochaines années ”.	6.10
E28 E29	“(…) de tabac qui vient des pays de l’Est, où ils sont produits ”.	6.8
	“(…) et, plus récemment, des Cheap Whites ”.	6.2
	“(…) Une grande partie de ce tabac, en particulier des cigarettes de marques connues, est destinée au Royaume-Uni ”.	6.1
	“(…) également du tabac introduit ici pour la consommation ”.	6.4
	“(…) en particulier le tabac narguilé ”.	6.5
	“(…) De plus en plus (…) font des fréquent, systémiques, avec des voitures ou des camionnettes, mais avec de petites quantités ”.	6.6
	“(…) Malgré la vente et achat du tabac en ligne être interdit, il y en a encore ”.	6.11
	“(…) des cas dans lesquels le conteneur est arrivé en régime suspensif , et le conteneur est sorti avec un autre type de marchandise et le tabac a disparu”.	6.10
	“(…) le contrebande augmentera au cours des prochaines années , surtout avec l’augmentation des (…) prix d’un paquet de cigarettes à 10 euros ”.	6.3
E30	“(…) Nous continuons à saisir beaucoup de tabac destiné au Royaume-Uni , notamment dans la région du Pas-de-Calais”.	6.7
	“(…) nous consommons beaucoup de tabac narguilé ”.	6.4
	“(…) des Cheap Whites à bas prix qui arrivant de Serbie et de Pologne”.	6.5
	“(…) En ce moment il y a beaucoup de production à l’intérieur de L’UE ”.	6.6
	“(…) des stratagèmes frauduleux liés au système de transit externe de l’EU ”.	6.1
	“(…) se fait en utilisant des voitures ou des mini-fourgonnettes , qui effectuent de nombreux transports mais en plus petites quantités ”.	6.2
	“(…) le contrebande va continuer à augmenter dans les années prochaines ”.	6.3
	“(…) le contrebande va continuer à augmenter dans les années prochaines ”.	6.10
Questão n.º 7 - Comment se matérialise l’enquête pénale du délit de contrebande de tabac? À votre avis, quels sont les 3 actes d’enquêtes et techniques spéciales d’investigations, plus importantes pour enquêter la contrebande de tabac?		
	“L’enquête de contrebande de tabac doit être proactive ”.	7.1.1
	“(…) rechercher l’infraction à travers les inspections et les opérations effectuées jour après jour”.	7.1.4

E22 E23 E24 E25	“Par exemple, l'année dernière, nous avons terminé une enquête qui a durée presque trois ans (...) ”.	7.1.6
	“(…) enquêtes qui nécessitent beaucoup de ressources ”.	7.1.3
	“(…) beaucoup de travail de rue et (...) d'analyse documentaire et d'information ”.	7.1.5
	“(…) les surveillance ”.	7.2.3
	“(…) la preuve informatique ”.	7.2.2
	“(…) les interceptions de télécommunications ”.	7.2.1
E26 E27	“(…) Il s'agit d'une enquête proactive , au moins pour la plupart”.	7.1.1
	“Elle peut aussi être réactif ”.	7.1.2
	“(…) nous détectons une infraction dans un acte d'inspection ”.	7.1.4
	“(…) avec beaucoup de travaux opérationnels , mais aussi avec beaucoup d'analyse de documents et d'informations”.	7.1.5
	“(…) beaucoup de ressources , de nombreuses personnes travaillent simultanément et beaucoup d'équipement ”.	7.1.3
	“(…) les réquisitions ”.	7.2.4
	“(…) les surveillances ”.	7.2.3
E28 E29	“(…) la preuve informatique ”.	7.2.2
	“L'enquête sur la contrebande de tabac est principalement proactive ”.	7.2.1
	“(…) mais elle peut aussi être réactive ”.	7.1.2
	“La prévention est toujours associée à l'investigation , car elle est parfois le point de départ de l'ouverture d'une enquête”.	7.1.4
	“En général c'est enquête sont longues , car il est nécessaire d'analyser une énorme quantité d'informations”.	7.1.6
	“(…) ce sont des enquêtes difficiles, qui causent de la fatigue , car il est nécessaire de suivre à temps entiers”.	7.1.3
	“(…) preuves informatiques ”.	7.2.2
	“(…) captation de son et images ”.	7.2.5
E30	“(…) surveillance ”.	7.2.3
	“(…) l'enquête de contrebande (...) est, en général, proactive ”.	7.1.1
	“(…) possibilité de visiter les personnes, les lieux, les véhicules et marchandises”.	7.1.4
	“(…) un réseau organisé, nous prenons toujours beaucoup de temps ”.	7.1.6
	“(…) des gens sur le terrain, des gens pour analyser des documents et des informations, des gens pour contacter les autorités d'autres pays”.	7.1.5
	“(…) les écoutes téléphoniques ”.	7.2.1
	“(…) les réquisitions ”.	7.2.4
E22 E23 E24 E25	“(…) les saisies ”.	7.2.6
	Questão n.º 8 - À votre avis, votre avis, estimez-vous que le cadre juridique pénale et de procédure penale et douanier français est appropriées aux spécificités et à la complexité de ces l'enquête?	
	“(…) que le droit pénal français est appropriés ”.	8.1
	“(…) la peine d'emprisonnement peut aller jusqu'à 10 ans, ce qui est très dissuasif ”.	8.2
E26 E27	“Bien sûr, tout cela est une question d'applicabilité ”.	8.3
	“ Le pouvoir de transactions est, pour nous, très bon (...) une ammandes douanières”.	8.4
	“(…) le cadre réglementaire est approprié ”.	8.1
	“La peine de prison peut aller jusqu'à 10 ans si une bande organisé est impliqué, et c'est déjà une pénalité très élevée ”.	8.2
E28 E29	“(…) perçus comme une police des marchandise dotée de pouvoirs uniques et uniques qu'aucun autre policier n'a”.	8.5
	“(…) Le pouvoir de transiger est aussi très important (...) paient une amende douanières et les taxes qu'ils devraient payer, (...) afin d'éviter de surcharger les tribunaux”.	8.4
E28 E29	“(…) que la législation est appropriés ”.	8.1
	“(…) Ils faut qu'elle soit appliqué . Il est difficile de voir les délinquants a êtres condamnés a plus de 3 ans de prison”.	8.3

	“(…) Le régime pénal douanier est encorre vu comme un régime très répressif, et la Douanes aussi ”.	8.5
	“(…) Le fait que nous puissions transiger avec les délinquants (…) est également utile”.	8.4
E30	“Oui, le cadre réglementaire est bien ajusté ”.	8.1
	“(…) nous avons des pouvoirs qu'aucune autre police n'a , et nous continuons à être perçus comme une police très répressive ”.	8.5
	“Le pouvoir de transactions et aussi très efficaces , les personnes prefere payers qu’êtres en risce d’êtres condamnés”.	8.4
	“(…) la peine d'emprisonnement peut être plus élevées . C'est vrais qu’elle peut aller jusqu'à 10, mais 3 ans comme base c’est très bas”.	8.6

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE AA – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO GA

Os dados obtidos na QE n.º 1: “Na sua opinião, qual é a importância da harmonização das legislações penais e processuais penais na UE para a investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?” com base quadro n.º 14, revelam que 80,9% dos entrevistados consideram que a harmonização do Direito penal na UE é importante para a investigação do contrabando de tabaco. E19 chega mesmo a designá-lo de “mundo ideal”. A principal razão apontada pelos entrevistados, apesar de não estar diretamente relacionado com a investigação em si, foi o facto de esta harmonização impedir o *fórum shopping*. Tal como refere E6 “a falta de harmonização propicia (...) opacidade à conduta criminal (...) sempre que os agentes do crime recorram aos (...) países com regimes (...) claramente mais favoráveis”.

De seguida, com percentagens semelhantes, surgem a possibilidade de investigar através de uma base comum (46,7%) associada à questão da admissibilidade das provas e da proteção jurídica dos cidadãos (42,8%). Neste sentido, E7 afirma que a harmonização “(...) proporcionaria uma uniformização de procedimentos e uma linguagem comum”. Além disso, segundo E1, sendo o contrabando “um crime (...) eminentemente transnacional (...) a própria admissibilidade da prova em si fica em causa [pois] o reconhecimento mútuo em si coloca em causa a defesa e as garantias dos direitos do arguido (...) leva a que quando regimes um pouco menos restritos, ou menos garantístico desses direitos, venham a ser aplicados esses regimes, haja uma certa incerteza” (E1). Ou seja, como refere E6, “a falta dessa harmonização é potenciadora de ineficácia investigatória” (28,5%).

Assim, E1 afirma que “a harmonização é essencial para garantir a confiança mútua que é a base do reconhecimento mútuo”, pois, segundo E20, a “(...) confiança recíproca entre os Estados-Membros da UE contribuiu claramente para o reforço da eficácia dos mecanismos de cooperação”, que se baseiam no princípio do reconhecimento mútuo. Em menor percentagem surge a investigação transnacional (19%), pois E2 refere que “não há possibilidade de investigar fora do nosso país, e por vezes isso seria muito útil”. O E1 afirma que isto está “relacionado com aquilo a que se chama princípio da territorialidade”. A questão da soberania também foi mencionada, tendo E10 afirmado que “enquanto não formos os Estados Unidos da Europa, nunca vai ser possível”.

Apêndices

Quadro n.º 14 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 1 do GA

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados																					UnE	Resultado (%)
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21			
	Questão n.º 1																								
Importância da harmonização do Direito penal	Importante	1.1	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	17	17/21 (80,9%)	
	Confiança mútua	1.2	X				X	X		X											X		5	5/21 (23,8%)	
	Base comum	1.3	X		X		X	X	X			X		X	X					X	X		10	10/21 (47,6%)	
	Admissibilidade da prova/Proteção jurídica	1.4	X							X	X				X	X	X	X			X	X	9	9/21 (42,8%)	
	Eficácia processual	1.5				X	X		X		X				X						X		6	6/21 (28,5%)	
	Forum shopping	1.6	X	X	X				X	X		X		X	X	X		X	X	X		X	13	13/21 (61,8%)	
	Investigação transnacional	1.7	X				X		X		X												4	4/21 (19%)	

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

As respostas à QE n.º 2: “Na sua opinião, qual o contributo dos instrumentos jurídicos e mecanismos de cooperação criadas no âmbito da cooperação aduaneira, policial e judiciária em matéria penal da UE para a investigação do contrabando de tabaco?”, espelhadas no quadro n.º 15, foram pouco extensas, mas bastante comuns, com 68,4% dos entrevistados a identificarem como principal contributo dos mecanismos de cooperação a troca de informações. De seguida, 52,6% dos entrevistados referiram a possibilidade de se efetuarem investigações conjuntas ou paralelas entre vários países, e 36,8% dos entrevistados referiu que estes mecanismos permitem uma atuação concertada das forças nacionais competentes de diversos Estados-Membros perante um determinado fenómeno criminal. Por fim, dois dos entrevistados referiram que também contribuem para “(...) que haja um conhecimento dos crimes e das formas como são cometidos (...) uma análise dos fenómenos criminais” (E13).

De facto, E19 refere que estes mecanismos “ajudam, sobretudo ao nível da troca e partilha de informação”. Segundo E6 estas “possibilitam uma atuação concertada por via da coordenação” em particular “quando envolvidas em investigações paralelas ou coincidentes” (E20), já que, segundo E12, podem existir “várias investigações separadas a correr em paralelo sobre os mesmos factos e as mesmas pessoas”. O E9 destaca, ainda, a importância das EIC, pois estas “permitem realizar investigações conjuntas em vários territórios”, e da DEI que “desempenhará um papel crucial na obtenção e recolha da prova no estrangeiro (...) contribuindo para uma maior efetividade e celeridade na obtenção de prova”. Assim, E16 afirma que “estas ferramentas vão-nos permitir trabalhar em conjunto com outras polícias” e também vão “permitir recolher mais informação e mais prova [pois] vamos conseguir carrear prova de todos os países”.

Apêndices

Quadro n.º 15 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 2 do GA

Categorias	Subcatego- rias	UR	Entrevistados																			UnE	Resultado (%)	
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			21
	Questão n.º 2																							
Contributo dos mecanismos de cooperação	Troca de informações	2.1	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X				X			13	13/19 (68,4%)
	Investigação conjunta ou paralela	2.2		X	X			X	X	X			X				X				X	X	10	10/19 (52,6%)
	Atuação concertada	2.3				X	X			X		X		X	X							X	7	7/19 (36,8%)
	Conheci- mento dos fenómenos criminais	2.4					X							X									2	2/19 (10,5%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Nas respostas à QE n.º 3: “Na sua perspetiva, considera que estes instrumentos e mecanismos de cooperação são adequados para garantir uma eficiente investigação criminal tributária, em particular, do contrabando de tabaco? Porquê?”, tendo em conta o quadro n.º 16, foi possível observar uma grande dispersão das respostas e algumas opostas. De facto, 45% dos entrevistados consideram estes mecanismos adequados, enquanto que 15% consideram que são desadequados. Além disso, 30% dos entrevistados consideram que estes são suficientes, havendo até quem considere que sejam excessivos, enquanto que 20% os consideram insuficientes e, até mesmo, ineficientes. O E12 admite mesmo que “no que se refere à investigação criminal nenhum mecanismo é adequado”.

As razões identificadas foram muitas, mas a principal, com 70%, foi a morosidade associada a estes mecanismos de cooperação pois, segundo E13, “ainda não é possível, mesmo com estes mecanismos todos, haver acesso a informação em tempo útil ou em tempo real”, pois, os mecanismos que “existem atualmente ainda são muito burocratizados” , menciona E14. No mesmo sentido, E14 refere que “(...) estamos a falar de tempo médio de espera entre 30 a 90 dias, o que não se coaduna com as necessidades da investigação” o que, segundo o E1, não permite “recolher prova em tempo útil em toda a UE”.

Além disso, 40% dos entrevistados referem que o problema é a aplicação prática destes mecanismos, quer pela renitência no seu uso, quer pela falta de divulgação dos mesmos. De facto, E13 refere que “há mecanismos que não estão muito disponíveis e outros que ainda são pouco aplicados na prática” havendo, segundo E15, “alguma renitência por parte das autoridades judiciais em os usar”. Um exemplo bastante referido foram as EIC, chegando E18 a admitir que “sinceramente, ainda não tive nenhum processo que envolvesse uma EIC”, e E14 a afirmar que “ainda não participei em nenhuma EIC”. Na perspetiva de E14, isto acontece, pois, estes mecanismos não são suficientemente divulgados.

Outro problema identificado (35%), foi que “só um número restrito de entidades tem acesso” (E1) a certos mecanismos, chegando E7 a afirmar que “cada entidade tem (...) acesso a coisas diferentes por inerência da sua génese”. Exemplo disso é a Convenção de Nápoles II que, segundo E10, “dá para mexer em muita coisa (...) e [que] aqui em Portugal, ao contrário de alguns países, só a AT tem acesso”.

Apêndices

Quadro n.º 16 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 3 do GA

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados																					UnE	Resultado (%)
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21			
	Questão n.º 3																								
Adequabilidade dos mecanismos de cooperação	Adequados	3.1			X	X			X			X				X	X		X	X	X		9	9/20 (45%)	
	Excesso de mecanismos	3.2									X												1	1/20 (5%)	
	Suficientes	3.3			X		X						X			X			X	X			6	6/20 (30%)	
	Pouca aplicação prática	3.4	X	X			X				X			X	X		X		X				8	8/21 (40%)	
	Renitência	3.5	X										X			X						X	4	4/20 (20%)	
	Falta de divulgação	3.6													X								1	1/20 (5%)	
	Morosidade/ Informação em tempo real	3.7	X	X	X		X		X		X	X	X	X	X		X	X		X		X	14	14/20 (70%)	
	Insuficientes	3.8	X									X			X						X		4	4/20 (20%)	
	Ineficientes	3.9				X	X								X			X					4	4/20 (20%)	
	Desadequados	3.10	X					X					X										3	3/20 (15%)	
	Acesso restrito	3.11	X	X	X				X		X				X		X						7	7/20 (35%)	
	Excesso de burocracia e formalidades	3.12	X											X	X			X		X			5	5/20 (25%)	

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Na sequência das respostas à QE n.º 4: “Tendo em conta a sua experiência, de que forma se expressa a articulação, a nível nacional, entre os vários atores envolvidos na investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?” verificou-se que, visualizando o quadro n.º 17, para a grande maioria (84,2%), a investigação do contrabando materializa-se em equipas mistas de investigação entre a UAF ou PJ com a DSAFA, que são, segundo E16 “a única forma de combater o crime económico organizado” e nas quais, na ótica do E14, “existe alguma cooperação”. O E1 refere que estas são “utilizadas numa fase em que os processos estão mais adiantados, através da coordenação do MP”. O E1 afirma ainda que “não há cooperação operativa entre os OPC e MP. Este apenas dirige a investigação”. Já E21 refere que a articulação funciona “porque há uma entidade, o MP que, apesar de não se perceber a sua relevância, coordena muito bem as investigações, e que o faz de forma muito eficaz”.

De facto, 68,4% dos entrevistados referem que existe competição e competência institucional. O E19 afirma mesmo que “a cooperação não existe, não funciona (...) há muita renitência em cooperar”. Isto deve-se sobretudo a dois fatores: primeiro, “as competências legais, neste âmbito, são competências concorrenciais” (E21) e, segundo, cada “uma delas tem metas e objetivos próprios a atingir” (E7). Isto leva a que hajam “muitos problemas relacionados com a partilha de informação” (E1), apesar de haver algumas “trocas de informações de parte a parte” (E16). Além disso, 57,9% dos entrevistados referem os protocolos que, segundo E1, “visam, basicamente, a agilização da formação das equipas mistas (...) e da partilha de informação”.

Contundo, segundo E14, também existe cooperação na realização de perícias na sequência de “uma solicitação de uma nota de contagem de direitos ou impostos sobre uma determinada mercadoria”. Além disso, 21,1% dos entrevistados refere o recurso a contactos informais, que servem, segundo E5 “para aferir da disponibilidade dos serviços, mas que exigirão sempre a formalização de procedimentos, podendo preceder os procedimentos formais”.

Apêndices

Quadro n.º 17 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 4 do GA

Categorias	Subcate- gorias	UR	Entrevistados																			UnE	Resultado (%)	
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			21
	Questão n.º 4																							
Articulação entre atores nacionais	Competi-ção/ Concorrên- cia	4.1.1	X	X	X				X		X	X	X	X	X		X		X		X	13	13/19 (68,4%)	
	Objetivos institucio- nais	4.1.2	X					X	X		X											4	4/19 (21,1%)	
	Equipas mistas	4.1.3	X	X	X		X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	16	16/19 (84,2%)	
	Troca de informação	4.1.4				X	X					X	X		X	X		X			X	7	7/19 (36,8%)	
	Protocolos	4.1.5	X	X	X	X					X	X		X		X	X			X		X	11	11/19 (57,9%)
	Coopera-ção	4.1.6		X			X									X			X				4	4/19 (21,1%)
	Peritagens	4.1.7				X			X			X			X	X		X					6	6/19 (31,6%)
	Contactos informais	4.1.8	X			X		X									X						4	4/19 (21,1%)
Melhoria da articulação nacional	Gabinete suprami- nisterial	4.2.1	X		X						X	X					X					5	5/20 (25%)	
	Sinergias e cooperação	4.2.2	X			X	X	X				X	X		X	X				X		X	10	10/20 (50%)
	Especiali- zação	4.2.3		X		X	X		X		X	X	X				X	X	X			X	11	11/20 (55%)
	Estratégia conjunta	4.2.4	X		X																	X	3	3/20 (15%)
	Capacity building	4.2.5	X		X	X	X	X		X		X	X	X			X		X	X		X	13	12/20 (60%)
	Elementos de ligação	4.2.6			X	X			X				X	X			X						6	6/20 (30%)
	Revisão dos protocolos	4.2.7				X								X	X		X						4	4/20 (20%)
	Lessons learned	4.2.8															X		X				2	2/20 (10%)
	Prevenção	4.2.9																		X		X	2	2/20 (10%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Quanto às formas de melhorar essa cooperação, segundo os entrevistados, esta passa pela capacitação das entidades com melhores meios e mais recursos (60%), sobretudo na afetação de efetivos que possam vir a ser especializados nesta área (55%), pois segundo E16 “nota-se que esta área não é uma aposta do Estado”. Outras propostas são a definição de estratégias conjuntas (15%), a revisão dos protocolos (20%) ou a criação de uma rede de elementos de ligação (30%) entre or vários organismos. Contudo, metade dos entrevistados admitem que a melhoria da articulação depende de uma maior e melhor cooperação entre os vários atores interveniente e da criação de sinergias. Neste sentido, E15 refere que “entendimento e bom senso é o suficiente para que tudo funcione”.

Por sua vez, E16 afirma que:

“(...) a articulação ou o trabalho conjunto tem vindo a aumentar, mas ainda não é o ideal (...) e vejo várias fragilidades. A primeira é que temos 3 ministérios diferentes nas quais dependem 3 forças diferentes com competência para investigar: o MJ com a PJ, o MF com a AT e o MAI com a UAF. Logo aqui, temos 3 forças com acesso a 3 tipos de informações diferentes”

Deste modo, E10 refere que seria “muito mais fácil se todas as forças competentes estivessem na mesma alçada”. Assim, E16 sugere a criação de “um gabinete na dependência direta do primeiro ministro” pois “havendo 3 ministérios diferentes envolvidos, nenhum deles querera perder essa valência”. Sugerem, assim, a criação de um gabinete supraministerial.

Na resposta à QE n.º 5: “Como se expressa a articulação, a nível europeu, com os atores europeus e de outros países envolvidos na investigação do contrabando de tabaco? De que forma essa articulação/cooperação pode ser melhorada?”, como se verifica no quadro n.º 18, a maioria dos entrevistados referiu a troca e partilha de informações, realizada, sobretudo, através dos oficiais de ligação da PJ no Europol, dos peritos nacionais destacados do MP no Eurojust e dos oficiais de ligação da GNR nas suas congéneres; através de alguns contactos informais, que “tornam tudo mais fácil” (E17); e, através dos CCPA e dos acordos bilaterais, sobretudo com Espanha, que “facilitam muito” (E16). Segundo E18, o financiamento “em particular o OLAF e o Programa Hercule III, são muito importantes (...) tem-se gasto imenso dinheiro em mecanismos de controlo de contentores e de meios terrestres”, no entanto, segundo E19, “há outras fronteiras que estão a criar mais problemas e mais preocupação, nomeadamente a fronteira Este, e é por isso que estão a direccionar o financiamento para aquela zona”. A

constituição de EIC e o estabelecimento de investigações paralelas foi timidamente abordada (19%).

Nas formas de melhorar essa cooperação, teve maior preponderância “o alargamento do número de elementos de ligação nos vários organismos existentes para efeitos de cooperação, relevando-se neste contexto a insuficiência de oficiais de ligação e peritos permanentes” (E6) chegando um elemento da PJ (E15) a afirmar que “temos oficiais de ligação no Europol, [mas] não tantos como seriam precisos” e E16 a afirmar que “a GNR, deveria ter, pelo menos, um oficial de ligação na Europol, na Interpol e, através da UAF, no OLAF (...) pois através de um simples telefonema ou email, teríamos acesso a informação privilegiada”.

De forma quase equivalente os entrevistados referiram a necessidade de existir maior harmonização das legislações penais (42,8), mas sobretudo das legislações fiscais (52,3%), pois “o contrabando nasce da falta de harmonização” (E1) e “enquanto houver valores de compra direta de tabaco tão díspares e elevados na Europa, haverá sempre motivação para o contrabando de tabaco” (E3 e E4). Quanto à Procuradoria Europeia, 33,3% admite estar expectante para ver como esta vai funcionar, podendo vir a ser o futuro MP Europeu.

Surgem, ainda, propostas mais arrojadas, como a necessidade de reforçar as agências europeias (4,7%) ou a criação de uma polícia tributária comum (9,5%) e o estabelecimento de um CP e de um CPP único (9,5%). Três entrevistados também mencionaram os benefícios que o futuro sistema de *track and trace* poderá trazer.

É ainda importante mencionar E19, segundo o qual “é preciso potenciar a cooperação internacional. E isto significa potenciar a cooperação a nível nacional, pois não se pode separar uma da outra (...) Só existe uma na medida em que existe a outra”. Por fim, E11 defende que é necessário começar a “pensar como uma comunidade, pois continuamos a pensar como Estados isolados. Seria haver um sentimento europeísta”. Contudo, E21 refere que “há uma evolução muito positiva em relação ao que se passava há, por exemplo, 3 ou 4 anos”.

Apêndices

Quadro n.º 18 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 5 do GA

Categorias	Subcate- gorias	UR	Entrevistados																			UnE	Resultado (%)	
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			21
	Questão n.º 5																							
Articulação entre atores europeus	Contactos informais	5.1.1	X									X		X				X		X			5	5/21 (23,8%)
	Troca de informa- ções	5.1.2	X	X	X	X						X			X	X		X	X	X	X		11	11/21 (52,3%)
	Investiga- ção paralela	5.1.3	X									X								X	X		4	4/21 (19%)
	Financia- mento	5.1.4		X	X	X			X		X			X					X		X		8	8/21 (38,1%)
	Oficiais de ligação	5.1.5			X										X	X						X	4	4/21 (19%)
	Acordos bilaterais/CC PA	5.1.6				X			X		X	X	X	X			X					X	7	7/21 (33,3%)
	Peritos destacados	5.1.7								X								X	X	X	X		5	5/21 (23,8%)
Melhoria da articulação europeia	Oficiais de ligação	5.2.1		X		X	X		X		X	X	X	X	X		X			X		X	12	12/21 (57,1%)
	Procurado-ria Europeia	5.2.2	X			X			X		X		X	X					X				7	7/21 (33,3%)
	Harmonizaçã o penal	5.2.3							X	X		X	X	X	X			X	X				9	9/21 (42,8%)
	Harmonizaçã o fiscal	5.2.4	X		X		X	X			X	X		X	X	X	X					X	11	11/21 (52,3%)
	Track & Trace system	5.2.5	X																X			X	3	3/21 (14,3%)
	CP e CPP único	5.2.6	X								X												2	2/21 (9,5%)
	Polícia tributária comum	5.2.7									X											X	2	2/21 (9,5%)
	Reforçar agências europeias	5.2.8								X													1	1/21 (4,7%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Analisando as respostas à QE n.º 6: “Tendo em conta a sua experiência, na prática, como ocorre o contrabando de tabaco? Quais são as suas tendências?”, expressas no quadro n.º 19, surge uma grande variedade de subcategorias, na qual sobressaiu a progressiva e cada vez mais preocupante produção de tabaco no interior do território aduaneiro (61,1%) e o contrabando de folha de tabaco em território nacional (66,7%). Neste sentido, E3 e E4 afirmam que um “problema, ora emergente, tem sido o aparecimento e desmantelamento de fábricas clandestinas dentro na UE, sobretudo na Europa de Leste”, e que leva E1 a afirmar que “em Portugal, tendo em conta a nossa legislação, o contrabando tem vindo a decair e a crescer cada vez mais a introdução fraudulenta no consumo”.

O E19 afirma que é “preciso distinguir aquilo que acontecia há 15 anos atrás [pois] o contrabando de desembarque pela costa tem vindo a perder expressão”. Facilmente se compreende que “são múltiplos os *modi operandi* a que as organizações criminosas recorrem, para facilitar a introdução do tabaco de forma ilícita no mercado interno da UE” (E5), podendo o contrabando “ocorrer por via aérea, por via terrestre ou por via marítima” (E16). Através das respostas obtidas, verifica-se que “atualmente Portugal não é apenas um país de trânsito, mas é também um país de destino” (E11), pois além de funcionar como uma plataforma de trânsito, sobretudo para os contentores que seguem para o norte da Europa, “também temos muito consumo cá” (E1), sendo que “desde 2014, temos tido o problema da folha de tabaco, proveniente de Espanha” (E21). Além disso, “passamos do tabaco puramente contrafeito (...) para o contrabando de *cheap whites*” (E19).

O E21 refere ainda que “temos tido uma tendência futura e preocupante, que é o comércio eletrónico, a venda por internet” e “que se verifica através da fiscalização às transportadoras” (E8). Por fim, segundo E13, “a tendência é vender-se ou contrabandear-se tabaco (...) em poucas quantidades, mas em muitas expedições”. A interface legal-illegal também foi mencionada, pois os indivíduos “(...) recorrem à falsificação documental, à informação privilegiada, inclusivamente através da corrupção de funcionários, bem como a instrumentalização de pessoas singulares (e.g. homens de palha/testas de ferro) e de pessoas coletivas (e.g. empresas fachada/sociedades fictícias)”. O E1 refere também que “se verifica muito (...) a utilização dos regimes aduaneiros (...) especialmente o regime T1”. Também foi referida a ligação a outros tipos criminais, como a associação criminosa, o branqueamento de capitais e o terrorismo. Por fim, segundo E19, “aquela rede que era tradicional e hierarquizada já acabou. Agora são redes transnacionais e flexíveis, constituída por vários elementos dispersos por vários países”, e isto também gera dificuldades nas investigações.

Quadro n.º 19 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 6 do GA

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados																					UnE	Resultado (%)
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21			
	Questão n.º 6																								
Modi operandi e atuais tendências do contrabando	Cheap Whites	6.1	X				X		X				X		X					X		X	7	7/18 (38,9%)	
	Produção no interior da UE	6.2	X		X	X			X		X	X	X	X	X	X				X			11	11/18 (61,1%)	
	Regimes especiais	6.3	X	X			X												X		X	5	5/18 (27,8%)		
	País de trânsito	6.4	X		X		X					X		X	X			X				7	7/18 (38,9%)		
	País de destino	6.5	X				X	X				X			X						X	6	6/18 (33,3%)		
	Folha de tabaco	6.6	X		X		X	X	X		X	X	X	X	X					X		X	12	12/18 (66,7%)	
	Interface legal-ilegal	6.7		X		X		X	X			X	X			X	X	X				X	10	10/18 (55,6%)	
	Ligação com outros crimes	6.8			X				X		X												3	3/18 (16,7%)	
	Fret express e Internet	6.9						X	X				X	X	X	X						X	7	7/18 (38,9%)	
	Little and often approach	6.10					X	X	X				X		X							X	6	6/18 (33,3%)	

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Relativamente aos dados obtidos na resposta à QE n.º 7: “De que forma se materializa a investigação do contrabando de tabaco? Na sua opinião, quais são três meios de obtenção de prova ou técnicas especiais de investigação criminal mais importantes para esta investigação?”, atentando ao quadro n.º 20, estas foram bastante consentâneas, com 77,8% dos entrevistados a referirem que se trata de uma investigação pró-ativa e 83,3% a mencionarem que esta é multidisciplinar.

Deste modo, E5 refere que “independentemente de se poder reagir e passar de uma investigação reativa para uma pró-ativa, a experiência mostra que as investigações pró-ativas são aquelas que realmente permitem um desmantelamento em larga escala de toda uma organização criminosa, em todas as suas vertentes” e, segundo o E11, “a proatividade tem a ver com acompanharmos as situações em tempo real”. Numa parte mais final, segundo o E13, “esta materializa-se, em regra, ainda que não obrigatoriamente, em buscas, apreensões e, eventualmente, detenções”. Apesar de se privilegiar “uma componente operativa muito forte” (E21), “as equipas mistas permitem um complemento, uma multidisciplinidade” (E3 e E4).

A prevenção aparece aqui muito associada à investigação (44,4%), pois “proporciona uma maior deteção de infrações o que permite inputs recíprocos quer da prevenção para a fiscalização e vice-versa” (E21) e “as principais investigações iniciam-se com base em informações recolhidas através da fiscalização” (E1). Segundo 61,1% dos entrevistados, estas também são bastante duradouras, sendo que a referência do MP é que “em média, é possível, excelente e viável ter uma acusação (...) ao final de 2 anos” (E21). Estas também exigem muitos recursos (66,7%) e tornam-se desgastantes, pois “exigem muito esforço no terreno (...) as vezes é preciso andar quase 24h sobre 24h atrás destes indivíduos” (E14).

Quanto aos MOP e TEIC, esta revelou ser uma “pergunta difícil”, segundo E12, no entanto, a escolha baseou-se, sobretudo, nas “referidas metodologias de investigação proativas (...) que são empenhados contemporaneamente (em tempo real) com os factos em investigação” (E6), nomeadamente, as escutas telefónicas (47,6%), o registo de voz e imagem (38,1%) e, de igual forma, a prova digital e os seguimentos e vigilâncias (28,6%).

Parece relevante referir a “prova documental e testemunhal (não isoladamente considerada, mas quando comparada com os demais MOP aquilo que o OPC testemunha *in locu* tem um valor insubstituível” (E5) e “a apreensão física do objeto do crime” (E16) que “é a prova em si” (E19).

Apêndices

Quadro n.º 20 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 7 do GA

Categorias	Subcate- gorias	UR	Entrevistados																			UnE	Resultado (%)	
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			21
	Questão n.º 7																							
Materiali- zação da investigação do contrabando	Pró-ativa	7.1.1	X			X	X	X	X		X	X	X	X		X	X		X	X		X	14	14/18 (77,8%)
	Reativa	7.1.2				X	X				X						X						4	4/18 (22,2%)
	Alocação de recursos	7.1.3	X			X	X	X	X			X	X	X	X		X			X		X	12	12/18 (66,7%)
	Prevenção	7.1.4	X	X		X		X	X		X						X					X	8	8/18 (44,4%)
	Multidis- ciplinar	7.1.5	X	X	X	X	X		X		X		X	X	X	X	X		X	X		X	15	15/18 (83,3%)
	Longas	7.1.6						X	X		X	X	X	X	X	X				X		X	11	11/18 (61,11%)
MOP e TEIC mais importantes	Escutas telefônicas	7.2.1	X		X		X	X				X			X			X	X	X		X	10	10/21 (47,6%)
	Prova digital	7.2.2	X			X	X						X	X		X							6	6/21 (28,6%)
	Seguimen-tos e vigilâncias	7.2.3		X	X							X							X	X			5	6/21 (28,6%)
	Quebra de segredo	7.2.4		X							X		X					X					4	4/21 (19%)
	Registo de voz e imagem	7.2.5				X		X		X	X	X	X					X			X		8	8/21 (38,1%)
	Apreen-sões	7.2.6												X	X		X			X			4	4/21 (19%)
	Buscas	7.2.7	X					X			X			X									4	4/21 (19%)
	Ações encobertas	7.2.8			X					X						X			X		X		5	5/21 (23,8%)
	Prova testemu-nhal	7.2.9				X	X								X								3	3/21 (14,3%)
	EIC	7.2.10								X											X		2	2/21 (14,3%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Analisando as respostas à QE n.º 8: “Na sua perspetiva, considera que o quadro normativo penal e processual penal português se adequam às especificidades e complexidade da investigação criminal tributária, nomeadamente, do contrabando de tabaco? Porquê?”, expressas na quadro n.º 21, pode-se concluir que as respostas foram menos consensuais do que a anterior, havendo 45% dos entrevistados a considerar o quadro normativo português é adequado e 35% a considerar que este é desadequado. Já E10 refere que “os quadros legais estão adequados, mas há algumas falhas”. A principal falha identificada é a baixa moldura penal (70%). Segundo E1, o “quadro normativo penal é pouco gravoso, pouco severo, pelo que esse tipo de crimes ainda compensa largamente” o que “causa vários problemas desde a aceitação social, até à benevolência penal”. Por essa razão “se tenta imputar a associação criminosa e o contrabando qualificado” (E5), mas E21 refere que “mesmo 5 anos, para este tipo de criminalidade que tem várias consequências, pois afeta não apenas as receitas dos Estados, acaba por ser pouco”. O E10 refere, também, que a “sanção acessória do crime tributária é curta”. Neste sentido, E3 e E4 argumentam que “se a pena fosse superior teria um efeito mais dissuasor”. Noutro ponto de vista, E17 refere que “não vale a pena aumentar as penas se aquelas que já estão previstas nem sequer são aplicadas”.

A segunda falha apontada foi a diferenciação entre o crime de contrabando e a contraordenação de descaminho (50%). Este tem sido um problema, sendo uma das novas tendências do contrabando (QE n.º 6), pois, segundo E21, “aparentemente, quem faz a comercialização do tabaco protege-se (...) com o limite de 15.000 euros para a relevância criminal ou contraordenacional”. Também E18 menciona que “a (...) diferença entre o crime e a contraordenação (...) deveria ser repensada, pois os criminosos tentam trazer quantidades que fiquem sempre abaixo do valor exigido para que seja crime”.

Outra falha apontada é o facto de a IFC não ser um crime de catálogo (20%) o que “impossibilita o recurso a certos meios de obtenção de prova e o recurso ao GRA” (E8). Isto leva E14 a afirmar que “se estivermos a falar de IFC não, [o quadro normativo] não se adequa”. O E6 afirma ainda que “continua a haver uma desproporção de meios avassaladora entre quem investiga e promove a ação penal, e quem conduz a ação criminosa. Os recursos e meios destas organizações tendem em alguns casos quase para o infinito”. Por fim, 10% consideram que existe demasiado controlo judiciário pois, segundo E10, “temos uma lei demasiado protecionista”.

Quadro n.º 21 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 8 do GA

Categorias	Subcatego- rias	UR	Entrevistados																				UnE	Resultado (%)
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21		
	Questão n.º 8																							
Adequabilid ade do quadro normativo	Adequado	8.1		X				X			X	X				X		X		X	X	X	9	9/20 (45%)
	Desadequa- do	8.2	X						X		X		X	X	X							X	7	7/20 (35%)
	Aplicação	8.3	X				X						X			X	X					X	6	6/20 (30%)
	Crimes de catálogo	8.4	X						X					X						X		X	4	4/20 (20%)
	Crime Vs Contraorde- nação	8.5	X	X	X		X	X					X	X	X				X			X	10	10/20 (50%)
	Moldura penal reduzida	8.6	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X			X			X	14	14/20 (70%)
	Despropor- ção de meios	8.7					X		X			X						X					4	4/20 (20%)
	Controlo judiciário	8.8							X		X												2	2/20 (10%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Analisando as respostas à QE n.º 9: “Na sua opinião, que medidas legislativas, a nível nacional, são necessárias para melhorar a investigação do contrabando de tabaco?”, intimamente ligada à QE n.º 8, visualizando o quadro n.º 22, estas aparecem pouco dispersas. Para a grande maioria (66,8%), seria necessário tornar o crime de IFC um crime de catálogo. O E15 vai mais longe e refere que “todos os crimes aduaneiros poderiam estar incluídos no crime de contrabando, até porque, na sua génese, os crimes são idênticos”.

O E1 refere que “assim abriríamos mais portas (...) para a lei n.º 5/2002, que permite a utilização de outros meios de obtenção de prova muito importantes”. Já E6 entende que isso seria importante não porque:

“(...) o facto de não constar nesse catálogo obstaculize a sua investigação, na medida em que a maior parte das vezes estes fenómenos praticados de uma forma mais intensa acabam por ser indiciadas de outros crimes, como a associação criminosa, que já constam desse catálogo, mas essencialmente na medida que a lei n.º 5/2002 para além dos MOP aí previstos traz a possibilidade à justiça de promover o desmantelamento da capacidade organizativa das organizações criminosas por via do confisco dos bens”.

Neste sentido, 38,9% dos entrevistados referem que “cada vez mais se deve usar o GRA e a investigação patrimonial/financeira para tornar o combate a esta tipologia de crimes muito mais eficaz” (E19) pois este permite “demonstrar que o crime não compensa” (E21) uma vez que ao “retirarmos as vantagens incongruentes, retiramos a capacidade de os criminosos atuarem e retiramos a sua motivação principal” (E13).

Além disso, 55,6% dos entrevistados referem que é necessário um aumento da moldura penal, pois “se a pena fosse superior teria um efeito mais dissuasor” (E3 e E4). Além disso, 61,1% referem que é necessário haver ações de sensibilização social, pois “enquanto as condutas criminais (...) tiverem uma diminuta reprovação social o seu eficaz combate vai estar sempre comprometido” (E6). Assim, E13 admite que “falta a censurabilidade do crime tributário em geral, tanto censurabilidade penal como a social, pois a penal deriva da social. É preciso haver sensibilização das pessoas e uma maior criminalização destes ilícitos”.

O secretismo (16,7%) também é mencionado, levando E1 a afirmar que “há muitos meios de obtenção de prova (...) que devem de ser secretos”, já que “quando o processo se torna público e os intervenientes/arguidos têm conhecimento dos meios utilizados para a obtenção de prova, em momento posterior, em caso de reincidência, vão tentar corrigir os erros e as falhas que levaram à sua deteção e condenação” (E3 e E4). Por fim, 16,7% defendem a necessidade de serem reorganizadas as competências das entidades que investigam o contrabando. O E10 afirma mesmo que “a LOIC (...) devia de ser alterada,

porque não tem cabimento nenhum da forma como está e da forma como as competências estão repartidas”. Neste sentido, E6 refere que:

“(…) mesmo dentro das próprias polícias (...) eventualmente, poder repensar algumas competências, de forma a permitir a tal especialização e poder rentabilizar aquilo que são as características mais vincadas das várias polícias, potenciando as atribuições para as quais se encontram mais vocacionadas e capacitadas”.

Finalmente, observa-se que nenhum entrevistado apresentou propostas para aquele que foi um dos principais problemas identificados (na QE n.º 8): a diferenciação, i. e., o limite que distingue o crime da respetiva contraordenação (50%).

Quadro n.º 22 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 9 do GA

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados																					UnE	Resultado (%)
			1	2	3 e 4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21			
	Questão n.º 9																								
Medidas legais nacionais	Aumento da moldura penal	9.1			X			X	X				X	X	X	X			X	X		X	10	10/18 (55,6%)	
	Integração dos crimes aduaneiros no contrabando	9.2	X												X								2	2/18 (11,1%)	
	IFC como crime de catálogo	9.3					X	X	X		X	X	X	X			X	X	X		X	12	12/18 (66,8%)		
	Reorganização de competências	9.4					X				X			X								3	3/18 (16,7%)		
	Perda de bens/Recuperação de ativos	9.5					X				X		X	X					X	X	X	7	7/18 (38,9%)		
	Sensibilização social	9.6	X				X	X	X		X	X	X	X		X	X					11	11/18 (61,1%)		
	Secretismo	9.7	X		X											X						3	3/18 (16,7%)		

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

APÊNDICE BB – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO GB

As respostas à QE n.º 1: “À votre avis, qu’elle est l’importance de l’harmonisation du droit dans l’UE pour les enquêtes pénales douanières, en particulier dans le cas de la contrebande de tabac? Pourquoi?”, observáveis no Quadro n.º 23, evidenciaram que a totalidade dos entrevistados considera a harmonização do Direito penal na UE importante para a investigação do contrabando de tabaco, por este ser um crime transnacional. As duas principais razões identificadas pela totalidade dos entrevistados são o facto de a harmonização impedir o *fórum shopping* que, segundo E28 e E29 “dans le cas de la contrebande, dicte les routes principales” e de esta permitir a criação de confiança mútua, que permitirá “coopérer plus étroitement avec n’importe quel État-Membre” (E26 e E27). É ainda referido que a harmonização permitirá superar questões relacionadas com a admissibilidade das provas (50%), já que está relacionada com uma efetiva e equivalente proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos da UE. Por fim, é referido por 25% dos entrevistados que haveria uma maior eficácia processual, pois existiria uma base comum (25%) para todos os Estados-Membros ao nível das regras, parâmetros e procedimentos.

Quadro n.º 23 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 1 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 1.								
Importância da harmonização do Direito penal	Importante	1.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Confiança mútua	1.2	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Base comum	1.3	X				1	1/4 (25%)
	Admissibilidade prova/proteção jurídica	1.4	X		X		2	2/4 (50%)
	Eficácia processual	1.5	X				1	1/4 (25%)
	Forum Shopping	1.6	X	X	X	X	4	4/4 (100%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Os dados obtidos na QE n.º 2: “Selon vous, quelle est la contribution de ces outils juridiques et de coopération européen pour les enquêtes pénales fiscales et douanières dans l'ELSJ, surtout pour l'enquête de contrebande de tabac?”, tendo em conta o quadro n.º 24, demonstraram uma elevada concentração de opiniões, com 100%, na possibilidade de trocar e partilhar informações entre as autoridades competentes dos vários Estados-Membros e com as agências e organismos europeus, bem como da possibilidade de serem efetuadas investigações conjuntas ou paralelas (100%) que, segundo E30, “permettent également l'obtention de preuves et l'exécution de procédures en dehors du territoire nationale”. De seguida, com 75%, é referido que estas ferramentas permitem uma atuação concertada perante um fenómeno criminal transnacional, além de possibilitar a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas relativamente a estes (50%).

Quadro n.º 24 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 2 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 2.								
Contributo dos mecanismos de cooperação	Troca de informação	2.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Investigação conjunta/ paralela	2.2	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Atuação concertada	2.3	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Conhecimento dos fenómenos criminais	2.4		X	X		2	2/4 (50%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Nas respostas à QE n.º 3: “À votre avis, considérez-vous que les instruments de coopération mis en place au niveau de l'ELSJ sont appropriés pour assurer une enquête pénale efficace, en particulier de la contrebande de tabac? Pourquoi?”, verificando o quadro n.º 25, constata-se que 75% dos entrevistados consideram que estes mecanismos de cooperação são adequados para garantir uma eficaz investigação do contrabando de tabaco.

De forma equitativa, 50% dos entrevistados consideram que os mecanismos de cooperação são suficientes, mas que o problema deriva da sua pouca utilização na prática, que se deve à renitência por parte das autoridades competentes em os utilizar (50%) e da

falta de divulgação dos mesmos (25%). Por último, e isoladamente, E30 refere que alguns mecanismos são bastante morosos, não havendo respostas céleres a determinadas solicitações.

Quadro n.º 25 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 3 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 3.								
Adequabilidade dos mecanismos de cooperação	Adequados	3.1	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Excesso de mecanismos	3.2	X				1	1/4 (25%)
	Suficientes	3.3		X		X	2	2/4 (50%)
	Pouca aplicação prática	3.4			X	X	2	2/4 (50%)
	Renitência	3.5		X	X		2	2/4 (50%)
	Falta de divulgação	3.6			X		1	1/4 (25%)
	Morosos/ Informação em tempo real	3.7				X	1	1/4 (25%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Através dos dados obtidos à QE n.º 4: “À la lumière de votre expérience, comment s’exprime l’articulation/coopération/au niveau national entre les organismes chargés d’enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?”, visíveis no quadro n.º 26, a totalidade dos elementos da DNRED e SNDJ afirmou que articulação passa pela sua rede de *attachés douaniers* (100%) presentes nos *Groupe d'Intervention Régionaux* e no AGRASC (*l’Agence de Gestion du Recouvrement des Avoirs Saisis et Confisqués*) bem como na presença permanente dos OPJ do *Service de Police Nationale Détachée* da *Police Nationale* (SPND) que, segundo E30, fornece “le soutien (...), dans l’accomplissement de quelques diligences”. Além disso, a totalidade dos entrevistados identificou a importância dos protocolos de cooperação com a *cellule Tracfin* (UIF francesa), com o AGRASC, as finanças, sites de internet, entre outros.

De forma idêntica, três quartos dos entrevistados referiram que, numa fase inicial da investigação estes atuam de forma autónoma, sem estar sob qualquer tipo de controlo judiciário, podendo exercer os poderes conferidos pelo CoD à *priori*, e informando o MP das diligências efetuadas, à *posteriori*. Três quartos dos entrevistados referem que existe uma boa cooperação com a *Police Nationale* e a *Gendarmerie Nationale* pois apesar de estes terem competência legal para investigar, segundo E26, “lorsqu'ils constatent une infraction ou lorsqu'ils sont au courant d'une infraction douanière, ils nous informe (...). Ils savent très bien que nous sommes des experts dans le domaine”. Além disso, 75% dos entrevistados refere a importância de se fazerem representar no *Conseil National du Renseignement* (CNR), que é um gabinete supraministerial na dependência do Presidente da República que reúne “des membres de plusieurs entités policières et administratives représentant les différents ministères” (E26 e E27) e que funciona como uma plataforma de partilha de informação entre os Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e do Interior. Segundo E30, a questão do tabaco em França é “un sujet très politisé”. Por fim, 50% dos entrevistados menciona que a realização de peritagens para avaliar a composição e qualidade sanitária dos produtos de tabaco e identificar se são contrafeitos são realizadas no seu laboratório, localizado em Marselha.

Quanto à melhoria desta articulação e cooperação, a maioria referiu a necessidade de existirem mais e melhores recursos humanos, materiais e financeiros (75%) bem como existir uma maior especialização (50%). Além disso, metade dos entrevistados refere que é necessário apostar na prevenção, pois esta é “essentielle car c'est le meilleur moyen de détecter les infractions”. Por fim, ainda é referido por E26 e E27 que o ideal seria ter um modelo como o Reino Unido, em que a *Border Force* pode exercer todos os controlos necessários nas fronteiras do seu país, o que facilita a prevenção e deteção de infrações aduaneiras, inclusive o contrabando.

Quadro n.º 26 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 4 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 4.								
Articulação entre atores nacionais	Autonomia	4.1.1	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Troca de informação	4.1.2	X	X	X		3	3/4 (75%)

	Elementos de ligação	4.1.3	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Gabinete supraministerial	4.1.4	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Protocolos	4.1.5	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Cooperação	4.1.6	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Recuperação de ativos/ Informação financeira	4.1.7	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Peritagens	4.1.8			X	X	2	2/4 (50%)
	Contactos informais	4.1.9			X		1	1/4 (25%)
Melhoria da articulação/ cooperação nacional	Especialização	4.2.1	X	X			2	2/4 (50%)
	<i>Capacity building</i>	4.2.2	X		X	X	3	3/4 (75%)
	<i>Border Force</i>	4.2.3		X			1	1/4 (25%)
	Prevenção	4.2.4			X	X	2	2/4 (50%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

As respostas à QE n.º 5: “Comment s'exprime l’articulation/coopération européenne entre les agences et organismes européens, les organismes d'autres pays compétents pour enquêter le délit douanier de contrebande de tabac? Comment cette coopération peut-elle être améliorée?”, traduzidas no quadro n.º 27, demonstram uma uniformidade de respostas com percentagens elevadas. Segundo a totalidade dos entrevistados, essa articulação é feita através do *réseaux des attachés douaniers* e dos “4 experts à Europol et à l'OLAF” (E30). Além disso, 100% dos entrevistados referiu a utilização da Convenção de Nápoles II para obter informações muito importantes e de forma direta entre as outras autoridades aduaneiras nacionais. As EIC também foram amplamente referidas (75%) com E28 e E29 a afirmar que “nous avons actuellement 3 équipes communes d'enquêtes en cours”. A cooperação que, segundo E28 e E29, é “très actif dans le cadre européen”, e que consiste, sobretudo, na troca de informações (75%) com autoridades nacionais competentes ou organismos europeus, contactos informais (75%), acordos bilaterais (75%), e através do *Analysis Project Smoke* (50%) do Europol, na qual a *Douanes* se faz representar por um especialista.

Segundo os entrevistados, a melhoria da cooperação europeia assenta no alargamento das redes de oficiais de ligação (75%), na futura Procuradoria Europeia (75%), na qual residem muitas expectativas, e na harmonização fiscal (75%) e penal (25%).

Quadro n.º 27 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 5 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 5.								
Articulação entre atores europeus	Contactos informais	5.1.1	X	X	X		3	3/4 (75%)
	Troca de informações	5.1.2	X		X	X	3	3/4 (75%)
	EIC	5.1.3		X	X	X	3	3/4 (75%)
	Financiamento	5.1.4		X	X	X	3	3/4 (75%)
	Attachés Douaniers	5.1.5	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Acordos bilaterais/CCPA	5.1.6	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Peritos destacados	5.1.7	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Assistência mútua administrativa	5.1.8	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Analysis Project Smoke	5.1.9			X	X	2	2/4 (50%)
Melhoria da articulação/cooperação europeia	Oficiais de ligação	5.2.1	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Procuradoria Europeia	5.2.2	X	X	X		3	3/4 (75%)
	Harmonização penal	5.2.3		X			1	1/4 (25%)
	Harmonização fiscal	5.2.4		X	X	X	3	3/4 (75%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013)

Relativamente à QE n.º 6: “Compte tenu de votre expérience pratique, dans la pratique, comment le contrebande de tabac se produit-elle? Quelles sont les nouvelles tendances?”, como se pode verificar no quadro n.º 28, as respostas foram bastante unânimes, com a totalidade dos entrevistados a referir que existe cada vez mais comercialização e consumo de *cheap whites* e de *tabac narguilé* (Shisha) em França. E26 e E27 explicam que

“la consommation sur le territoire national est largement alimentée par les groupes ethniques, par les communautés étrangères”, defendendo que os *cheap whites* provenientes dos países de Leste servem para abastecer as comunidades romenas e ucranianas, enquanto a shisha se destina às comunidades muçulmanas. Além disso, a totalidade dos entrevistados refere que a França é, atualmente, um país de trânsito, mas também um país de destino, e que a tendência tem sido a venda por internet e o recurso ao *fret express*. Todos os entrevistados também referiram que o tabaco irá aumentar nos próximos anos, pois é objetivo do Governo francês que “le prix atteigne 10 euros en 2020” (E22, 23, 24 e 25). São ainda mencionados a cada vez mais preocupante produção de tabaco no interior da UE (75%), a utilização dos regimes especiais da UE (50%), e o recurso ao transporte e expedição sistemática de quantidades cada vez mais pequenas de tabaco (50%). Por fim, um quarto dos entrevistados referiu a ligação a outras atividades ilegais e o recurso à vertente legal e ilegal.

Quadro n.º 28 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 6 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 6.								
<div> <div>Modi operandi e atuais tendências do contrabando</div> </div>	Cheap Whites	6.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Produção no interior da UE	6.2	X		X	X	3	3/4 (75%)
	Regimes especiais	6.3			X	X	2	2/4 (50%)
	País de trânsito	6.4	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	País de destino	6.5	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Shisha	6.6	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Aumento exponencial	6.7	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Interface legal-ilegal	6.8		X			1	1/4 (25%)
	Ligação com outros crimes	6.9	X				1	1/4 (25%)
	Fret express e postal	6.10	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Little and often approach	6.11		X	X		2	2/4 (50%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Os dados obtidos na QE n.º 7: “Comment se matérialise l'enquête pénale du délit de contrebande de tabac? À votre avis, quels sont les 3 actes d'enquêtes et techniques spéciales d'investigations, plus importantes pour enquêter la contrebande de tabac?”, consultáveis no quadro n.º 29, revelam que a totalidade dos entrevistados defende que a investigação do contrabando de tabaco consiste, sobretudo, numa investigação pró-ativa, à qual está associada uma forte componente de prevenção (100%). Neste sentido, E28 e E29 referem que “la prévention est toujours associée à l'investigation, car elle est parfois le point de départ de l'ouverture d'une enquête”, o que também demonstra que, numa fase inicial, esta assume um carácter reativo (50%). Com a mesma percentagem (75%), surgem a multidisciplinaridade associada à esta investigação, a exigência que esta traz no emprego de recursos materiais, humanos e financeiros e a duração bastante prolongada que lhe é associada.

Quanto aos MOP e TEIC de investigação mais importantes, destacaram-se, com 75%, os seguimentos e vigilâncias e a prova digital. Segundo E26 e E27, “la preuve informatique est très importante actuellement, car (...) les groupes criminels utilisent des nouvelles technologies et de nouveaux moyens électroniques pour communiquer, donc nous avons mêmes créer une division spécifique (...) appelé la Cellule de Recueil de la Preuve Informatique (CRPI)”. De seguida, são mencionados a quebra de segredo (50%) e as escutas telefónicas (50%), bem como o registo de voz e imagem e as apreensões (25%), o que revela que esta investigação pode assumir um carácter disruptivo.

Quadro n.º 29 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 7 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 7.								
Materiali- zação da investigação do contrabando	Pró-ativa	7.1.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Reativa	7.1.2		X	X		2	2/4 (50%)
	Alocação de recursos	7.1.3	X	X	X		3	3/4 (75%)
	Prevenção	7.1.4	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Multidisciplinar	7.1.5	X	X		X	3	3/4 (75%)
	Longas	7.1.6	X		X	X	3	3/4 (75%)

MOP e TEIC mais importantes	Escutas telefónicas	7.2.1	X			X	2	2/4 (50%)
	Prova digital	7.2.2	X	X	X		3	3/4 (75%)
	Seguimentos e vigilâncias	7.2.3	X	X	X		3	3/4 (75%)
	Quebra de segredo	7.2.4		X		X	2	2/4 (50%)
	Registo de voz e imagem	7.2.5			X		1	1/4 (25%)
	Apreensões	7.2.6				X	1	1/4 (25%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

Por fim, as respostas à QE n.º 8: “À votre avis, estimez-vous que le cadre juridique pénale et de procédure penale et douanier français est appropriées aux spécificités et à la complexité de ces l'enquête?”, atendendo ao quadro n.º 30, denotaram bastante consenso, com a totalidade dos entrevistados a referir que o quadro normativo penal e processual francês é adequado para a investigação do contrabando de tabaco. O principal motivo apontado foi o *droit de transactions* (100%) previsto no art. 350.º do CoD, e que, segundo E26 e E27, é muito importante “car il nous permet de négocier avec les personnes pour qu'ils paient une amende douanières en plus de l'impôt qu'ils devaient payer, et la procédure est clôturée dans le moment, ce qui permet de ne pas surcharger les tribunaux”.

Além disso, 75% dos entrevistados considera que o regime penal aduaneiro é bastante repressivo, pois, além de a *Douanes* ser vista, ainda, como “une police des marchandise dotée de pouvoirs uniques et qu'aucun autre policier n'a” (E26 e E27), “la peine d'emprisonnement peut aller jusqu'à 10 ans, ce qui est très dissuasif” (E22, 23, 24 e 25). Por fim, metade dos entrevistados refere que se trata de as autoridades judiciárias aplicarem, efetivamente, aquilo que está escrito na lei, e, isoladamente, E30 refere que apesar de a moldura penal poder subir até aos dez anos, “3 ans comme base c'est très bas”.

Quadro n.º 30 - Matriz de análise de conteúdo à QE n.º 8 do GB

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados				UnE	Resultado (%)
			22, 23, 24 e 25	26 e 27	28 e 29	30		
Questão n.º 8.								
Adequabilidade do quadro normativo	Adequado	8.1	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Dissuasor	8.2	X	X			2	2/4 (50%)
	Aplicação	8.3	X		X		2	2/4 (50%)
	Poder de <i>transactions</i>	8.4	X	X	X	X	4	4/4 (100%)
	Repressivo	8.5		X	X	X	3	3/4 (75%)
	Moldura penal reduzida	8.6				X	1	1/4 (25%)

Fonte: Elaboração própria com base em Sarmento (2013).

ANEXOS

ANEXO A – PAÍSES DA EUROPA COM MAIOR CONSUMO DE TABACO CONTRABANDEADO E CONTRAFEITO

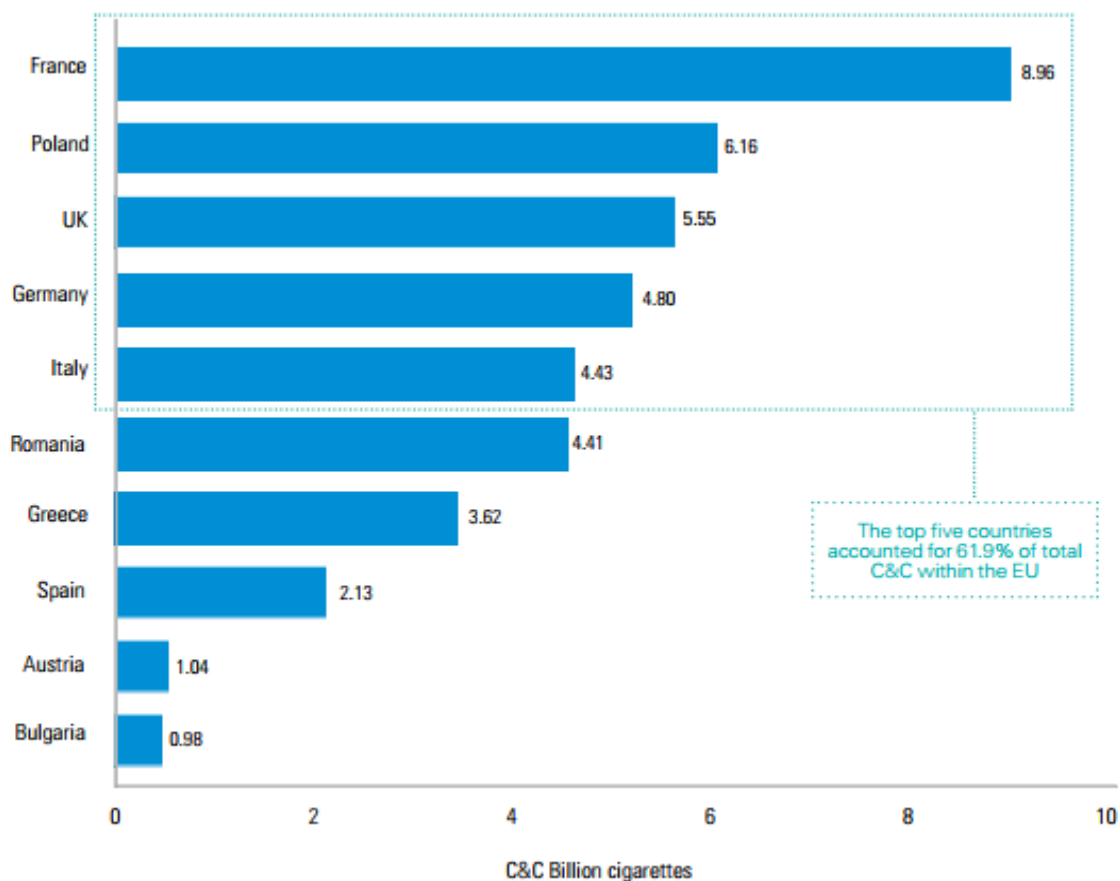


Figura n.º 1 - Top 10 dos países europeus com maior volume de consumo de tabaco contrabandeado ou contrafeito em janeiro de 2017

Fonte: KPMG (2017, p. 12).

ANEXO B – ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS CRIMINOSOS ORGANIZADOS

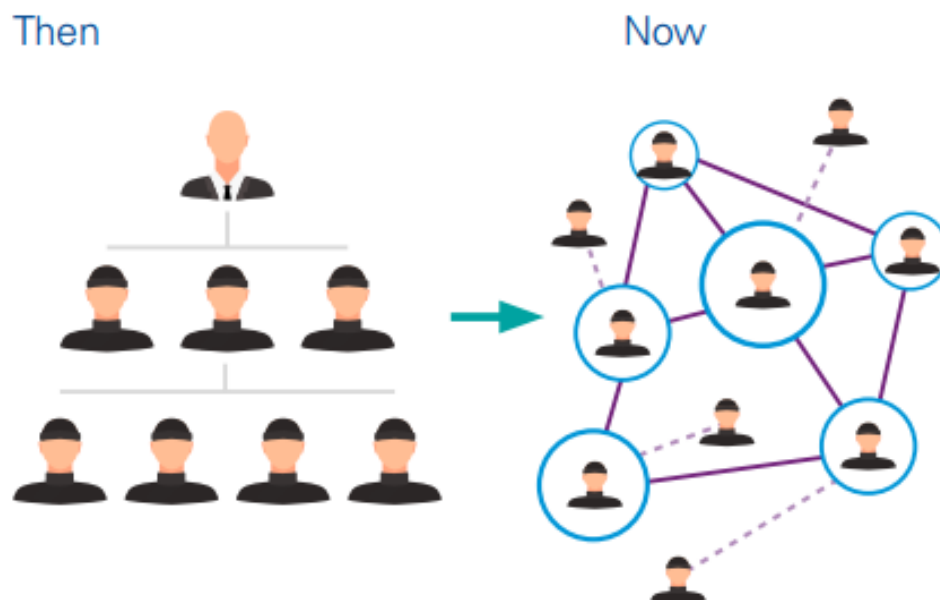


Figura n.º 2 - Evolução da estrutura dos grupos criminosos organizados

Fonte: KPMG (2017, p. 23).

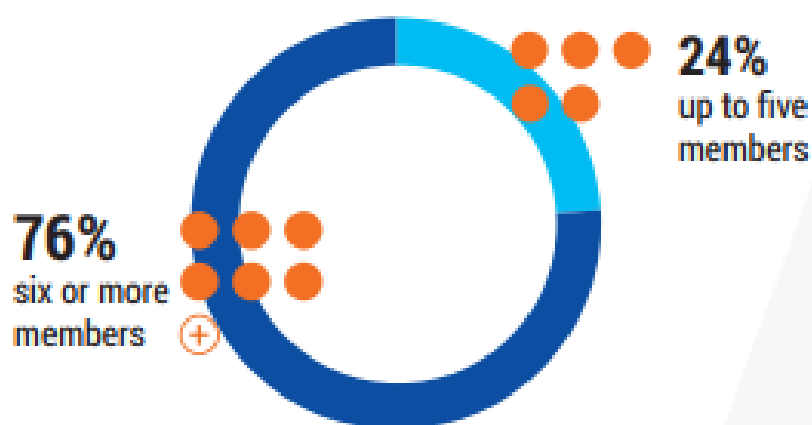


Figura n.º 3 - Composição dos grupos criminosos organizados

Fonte: Europol (2017, p. 14).

ANEXO C – PRINCIPAIS ROTAS DO COMÉRCIO ILÍCITO DE TABACO E DO CONTRABANDO

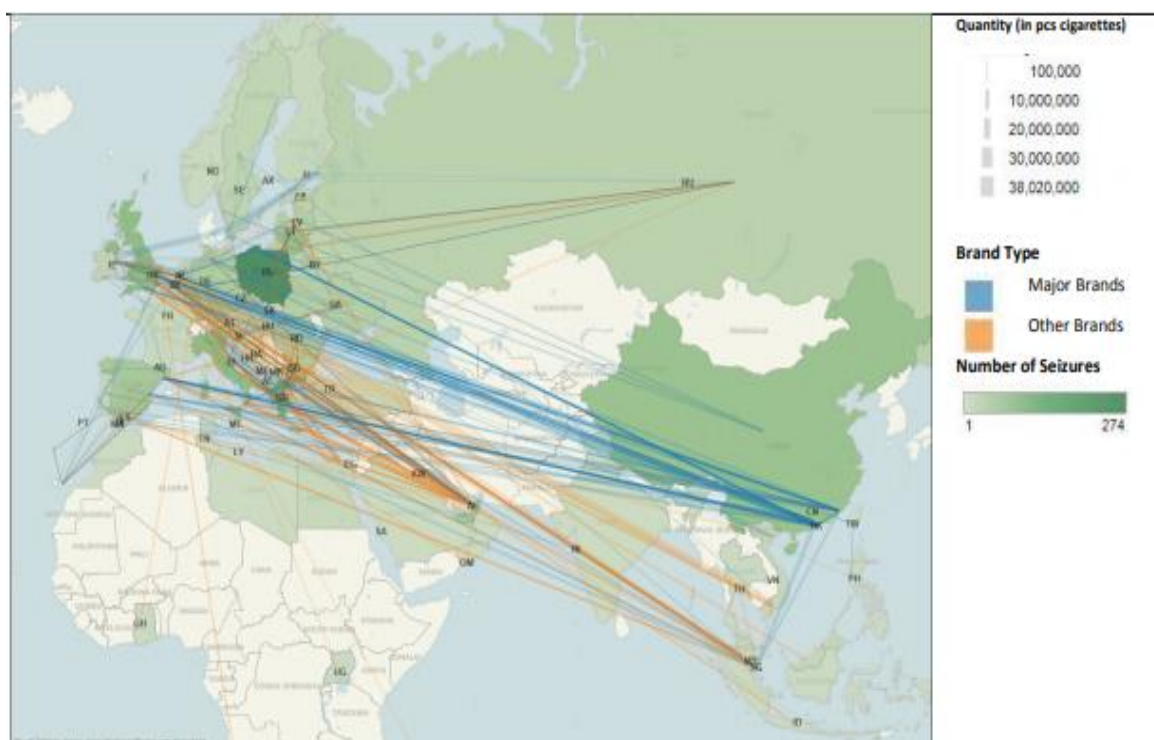


Figura n.º 4 - Principais rotas do contrabando de tabaco com destino à União Europeia

Fonte: CE (2013, p. 7).

ANEXO D – VARIAÇÃO DOS PREÇOS E DA CARGA FISCAL SOBRE O TABACO NA UNIÃO EUROPEIA

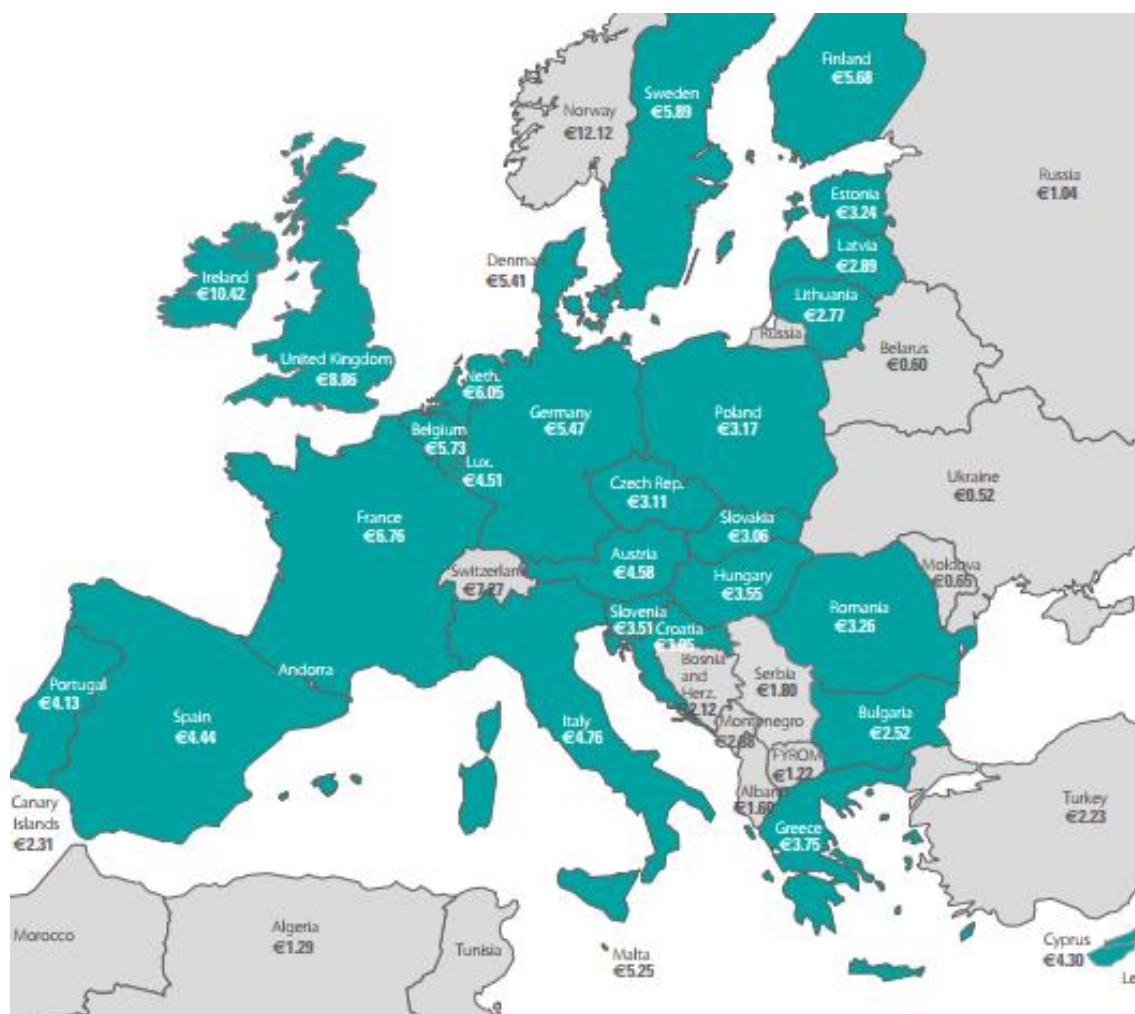


Figura n.º 5 - Preço médio de um maço de cigarros na União Europeia em janeiro de 2017

Fonte: KPMG (2017, p. 21).



Figura n.º 6 - Valor do imposto do tabaco em relação ao preço de venda na União Europeia

Fonte: Eurostats (2016, in Imperial Tobacco, 2016).